

Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas Seniores do**COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS II****COBRA TECNOLOGIA S.A.**

CNPJ nº 42.318.949/0001-84

Estrada dos Bandeirantes, nº 7.966, Rio de Janeiro - RJ

no montante de até

R\$150.000.000,00**Código ISIN das Cotas Seniores: BRCOBDCTF007****Classificação de risco das Cotas Seniores - Standard & Poor's: br.AAAf**

O Fundo foi registrado na CVM em [•], sob o Código CVM nº [•]

A distribuição pública de Cotas Seniores foi registrada na CVM em [•], sob o nº [•]

Distribuição pública de até 500 (quinhentas) cotas seniores ("Cotas Seniores"), com valor unitário inicial de R\$300.000,00 (trezentos mil), totalizando o montante de até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões), do "COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS II", inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.347.575/0001-39 ("Fundo"). As Cotas correspondem a frações ideais sobre a totalidade do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas Seniores estão dispostos no regulamento do Fundo ("Regulamento"), que integra este Prospecto como Anexo I. Serão ainda objeto de colocação privada até 44 cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas"), com valor nominal unitário inicial de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

O Fundo foi constituído em 3 de setembro de 2008, tendo seu ato de constituição e Regulamento, bem como sua primeira, segunda e terceira alteração, sido registrados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5066705, 5083652, 5084460 e 5087213 e a oferta foi aprovada em 22 de abril de 2009. O Fundo é administrado pela Votorantim Asset Management D.T.V.M. LTDA., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 19 a 26

"O Fundo visa atingir Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, bem como demais autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas cotas do Fundo, bem como o prazo de maturação do investimento."



"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços."

Veja outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto**INSTITUIÇÃO LÍDER****INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA****CONSULTORES LEGAIS****LEVY & SALOMÃO
ADVOGADOS****CUSTODIANTE****AUDITOR**

A data deste Prospecto é 9 de junho de 2009

AVISOS – ANBID

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| GLOSSÁRIO | 5 |
| IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DE CONSULTORES, AUDITOR, AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA | 10 |
| SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS SENIORES..... | 11 |
| INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA | 11 |
| CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO | 15 |
| FATORES DE RISCO..... | 19 |
| OBJETO | 27 |
| COTAS..... | 30 |
| DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO | 33 |
| METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS COTAS E DOS OUTROS ATIVOS..... | 34 |
| ASSEMBLÉIA GERAL | 45 |
| DIREITOS CREDITÓRIOS..... | 45 |
| SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E COMPLIANCE | 62 |
| RISCO DE MERCADO | 62 |
| RISCO DE CRÉDITO | 62 |
| RISCO DE LIQUIDEZ | 63 |
| RISCO OPERACIONAL..... | 63 |
| TRIBUTAÇÃO DO FUNDO | 66 |
| TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS | 66 |
| INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE | 67 |
| INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO DO BRASIL | 80 |
| ANEXOS | |
| ANEXO I - REGULAMENTO DO FUNDO | 93 |
| ANEXO II - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO | 191 |
| ANEXO III - DECLARAÇÕES..... | 201 |
| ANEXO IV - RELATÓRIO DA KPMG..... | 205 |
| ANEXO V - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COBRA..... | 239 |

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

GLOSSÁRIO

Principais termos e expressões utilizados neste Prospecto:

| | |
|---------------------------------|--|
| Agência Classificadora de Risco | Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20, ou aquela que vier a substituí-la. |
| Assembléia Geral | assembléia geral de Cotistas. |
| Auditor | KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou aquele que vier a substituí-la. |
| Banco Central | Banco Central do Brasil. |
| Banco do Brasil | Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, quadra 1, bloco G, Edifício Sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-91. |
| BB DTVM | BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| BOVESPAFIX | é o mercado de títulos de dívida corporativa administrado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. |
| Cedente | Cobra Tecnologia S.A., ou sua sucessora a qualquer título, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada dos Bandeirantes, nº 7966, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.318.949/0001-84. |
| CETIP | CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. |
| CMN | Conselho Monetário Nacional. |
| CNPJ/MF | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda. |
| Cobra FIDC Comerciais I | Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais I, devidamente registrado na CVM sob o nº 152-0. |

| | |
|---------------------------|---|
| Conta de Movimentação | conta corrente aberta e mantida pelo Fundo no Banco do Brasil destinada ao recebimento dos recursos de titularidade do Fundo. |
| Conta Transitória | conta gerencial de depósitos vinculados, mantida e administrada pelo e de titularidade do Banco do Brasil, na qualidade de Custodiante, destinada a receber os pagamentos da totalidade dos Direitos Creditórios. |
| Contratos Cedidos | contratos celebrados entre a Cobra e o Banco do Brasil, listado no Anexo II do Regulamento. |
| Contrato da Cobra | cada contrato de prestação futura de serviços essenciais à atividade bancária celebrado entre a Cedente e o Banco do Brasil. |
| Contrato de Cessão | Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser firmado entre o Fundo e a Cedente. |
| Contrato de Custódia | Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a ser firmado entre o Custodiante, a Instituição Administradora, o Fundo e a Cedente. |
| Cotas | correspondem às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas em conjunto. |
| Cotas Seniores | todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. |
| Cotas Subordinadas | todas as cotas emitidas pelo Fundo que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização e resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. |
| Cotistas | titulares de Cotas do Fundo. |
| Cotistas Seniores | titulares das Cotas Seniores. |
| Cotistas Subordinados | titulares das Cotas Subordinadas. |
| Créditos Performados | Direitos Creditórios devidamente formalizados por meio de Faturas e exigíveis contra o Banco do Brasil. |
| Critério de Elegibilidade | critério para seleção dos Direitos Creditórios. |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Custodiante | Banco do Brasil. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |
| Data de Aquisição | data em que o Fundo efetuará o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão. |
| Datas de Amortização | Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores em circulação, conforme previsto no Suplemento da respectiva Série. |
| Data de Subscrição Inicial | data da primeira subscrição e integralização de Cotas. |
| Direitos Creditórios | Direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, acessórios e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, cedidos nos termos do Contrato de Cessão e oriundos dos Contratos Cedidos. |
| Diretor Designado | Diretor da Instituição Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo. |
| Documentos da Operação | são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento e Contrato de Custódia. |
| Encargos do Fundo | têm o significado que lhes é atribuído na seção “Características Gerais do Fundo – Encargos do Fundo”. |
| Eventos de Avaliação | ocorrência de quaisquer dos eventos considerados no item 19.1 do Regulamento, que enseja a convocação da Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento do funcionamento do Fundo. |
| Eventos de Amortização Antecipada | ocorrência de quaisquer dos eventos considerados no item 19.3 do Regulamento, que obriga a Instituição Administradora a dar início ao resgate das Cotas. |
| Faturas | faturas mensais de prestação de serviços originadas pela Cedente que representam os Direitos Creditórios. |
| FGC | Fundo Garantidor de Créditos. |
| Fundo | Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II. |

| | |
|-------------------------------|--|
| Instituição Administradora | Votorantim Asset Management DTVM Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98. |
| Investidores Qualificados | investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas. |
| Obrigações do Fundo | todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e do resgate das Cotas Seniores, tudo conforme estabelecido neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação. |
| Ordem de Alocação de Recursos | ordem de preferência definida na cláusula 20 do Regulamento para a utilização dos recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo. |
| Outros Ativos | bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido. |
| Partes Relacionadas | sociedades sob controle comum, controladoras, controladas ou coligadas. |
| Patrimônio Líquido | patrimônio que corresponde ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões previstas no Regulamento. |
| Período de Entrega | período que se inicia no 20º dia de cada mês calendário, e se encerra no 19º dia do mês calendário subsequente, iniciando a partir do vigésimo dia do mês subsequente ao de pagamento do Preço de Aquisição, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo. |
| Plano Contábil | é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável. |

| | |
|--------------------------------|--|
| Preço de Aquisição | é o valor a ser pago pelo Fundo para a Cedente em contrapartida da cessão de Direitos Creditórios. |
| Prospecto | é o prospecto da oferta pública de Cotas Seniores. |
| Razão Mínima | razão mínima admitida entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores, calculada de acordo com o item 13.4 do Regulamento. |
| Regulamento | o regulamento do Fundo e suas alterações posteriores. |
| Reserva de Amortização | reserva para o pagamento de amortizações do Fundo, prevista na cláusula 15 do Regulamento. |
| Reserva de Pagamentos | reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, prevista na cláusula 17 do Regulamento. |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e Custódia. |
| SOMAFIX | mercado de balcão organizado de renda fixa administrado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. |
| Taxa de Administração | remuneração da Instituição Administradora pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo, calculada conforme o disposto na cláusula 7 do Regulamento. |
| Taxa DI | Taxa DI- <i>over</i> , média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis). |
| Valor Mensal de Entrega ou VME | montante dos Créditos Performados a ser entregue ao Fundo durante cada Período de Entrega conforme previsto no Contrato de Cessão. |

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DE CONSULTORES, AUDITOR, AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA

| | |
|---|---|
| Instituição Líder | BB Banco de Investimento S.A. Rua Senador Dantas, 105, 36º andar 20031-923 – Rio de Janeiro – RJ Tel nº: (21) 3808 3625 Fax nº: (21) 3808 3239 www.bb.com.br |
| Instituição Administradora | Votorantim Asset Management D.T.V.M. LTDA. Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 10º andar 04707-910 – São Paulo – SP Tel nº: (11) 3043-5601 Fax nº: (11) 5185-1757 www.vam.com.br |
| Custodiante | Banco do Brasil S.A. Rua Lélio Gama, 105, sala 3801, Centro 20031-080 - Rio de Janeiro – RJ Tel nº: (21) 3808-3568/ 3808-3506 Fax nº: (21) 3808-3239 www.bb.com.br |
| Consultor Legal | Levy & Salomão Advogados Av. Brigadeiro Faria Lima, 2601, 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3555-5050 Fax: (11) 3555-5048 www.levysalomao.com.br |
| Auditor | KPMG Auditores Independentes Av. Almirante Barroso, 52 – 4º andar 20031-000 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3515-9441 Fax nº: (21) 3515-9000 www.kpmg.com.br |
| Classificação de Risco | Standard & Poor's, divisão da Mc Graw-Hill Interamericana no Brasil Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar 05426-100 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701 www.standardandpoors.com.br |
| Entidade Reguladora | Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br |
| Mercado de Negociação Secundária | CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar 01009-000 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br |

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS SENIORES

O presente capítulo contém informações sobre a distribuição das Cotas Seniores pela Instituição Líder. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.

Informações Relativas à Oferta

| | |
|--|--|
| Emissor das Cotas Seniores | Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II. |
| Volume de Emissão e Valor Unitário das Cotas Seniores | A colocação pública secundária de Cotas Seniores será composta de 500 Cotas, todas com valor unitário de R\$ 300.000,00 na Data de Subscrição Inicial. |
| Valor Total da Oferta | Até R\$ 150.000.000,00. |
| Valor Mínimo de Aplicação em Cotas Seniores | R\$ 300.000,00. |
| Remuneração das Cotas Seniores | O Fundo terá como meta de rentabilidade para suas Cotas, a valorização correspondente a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de <i>spread</i> ou sobretaxa de 2,30% ao ano, base 252 dias úteis. |
| Prazo de Duração do Fundo | O Fundo tem prazo de duração de 27 meses, contados a partir da Data de Subscrição Inicial. |
| Amortizações das Cotas Seniores | A amortização das Cotas ocorrerá de acordo com os prazos definidos no capítulo “Características Gerais do Fundo – Amortização de Cotas” abaixo. |
| Publicações | Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "Valor Econômico". |

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, conforme as regras de composição e diversificação de carteira estabelecidas no item “Política de Investimento” deste capítulo.

Os Direitos Creditórios são originários de contratos de prestação de serviços essenciais à atividade bancária, celebrados entre a Cedente e o Banco do Brasil.

A cessão de Direitos Creditórios pela Cedente é irrevogável e irrevocabível, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo e até a efetiva liquidação integral das Obrigações do Fundo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e demais acessórios. A Cedente, ainda, se responsabiliza pela origem, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes e por eventuais exceções apresentadas pelo Banco do Brasil contra a Cedente quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil, se for o caso.

Em contrapartida ao pagamento do preço de cessão, em cada Período de Entrega até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, a Cedente compromete-se a entregar ao Fundo, de forma definitiva e incondicional, os primeiros Créditos Performados vincendos, até que seja atingido o valor calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$VME = [(n \times VAP) + DEF + RR]$$

onde:

“VME” ou Valor Mensal de Entrega, corresponde ao montante dos Créditos Performados a serem entregues ao Cessionário durante o Período de Entrega em referência, sendo que, quando o VME for negativo será considerado zero para fins de cálculo do Valor Mensal de Entrega;

“n” corresponde ao número total de Cotas Seniores;

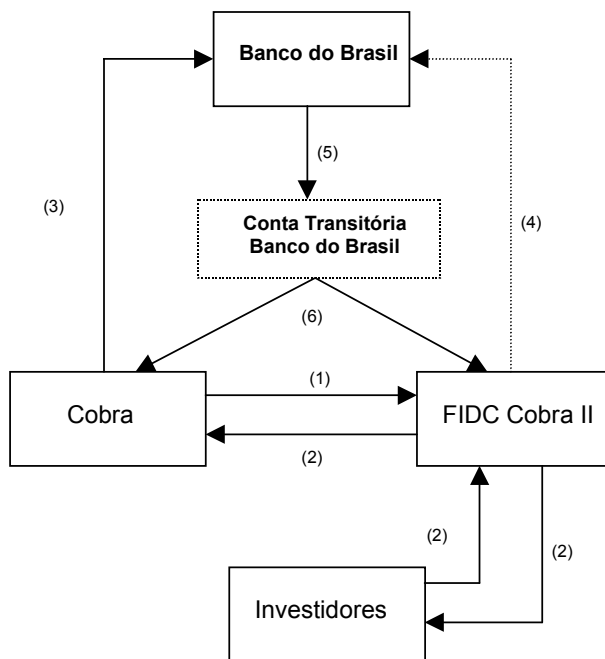
“VAP” corresponde ao valor estimado da próxima parcela de amortização de principal e juros de cada Cota Sênior, calculada de acordo com o disposto no Regulamento;

“DEF” corresponde ao valor estimado para os Encargos do Fundo previstos para o Período de Entrega subsequente; e

“RR” corresponde ao valor necessário à recomposição da Razão Mínima e da Reserva de Amortização.

Na hipótese da ocorrência de Evento de Avaliação ou de Amortização Antecipada, a Cedente passará a entregar ao Fundo, de forma automática, definitiva e incondicional, todos os Créditos Performados vincendos em cada Período de Entrega originados dos Contratos Cedidos até a integral liquidação das Obrigações do Fundo ou até que a Assembléia Geral delibere pela não amortização antecipada das Cotas.

A entrega dos Direitos Creditórios deverá observar o procedimento detalhado no capítulo “Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”. O fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios é detalhado abaixo:



- 1) A Cedente e o Fundo celebram o Contrato de Cessão, por meio do qual a Cedente cede ao Fundo os Direitos Creditórios.
- 2) O Fundo emite Cotas Seniores, que são distribuídas publicamente e adquiridas pelos Investidores Qualificados. O Fundo quita o Preço de Aquisição
- 3) A Cedente presta Serviços ao Banco do Brasil, gerando Créditos Performados, de titularidade do Fundo.
- 4) A Instituição Administradora informa ao Banco do Brasil, enquanto Custodiante, o VME do período.
- 5) O Banco do Brasil, enquanto Devedor, paga os Créditos Performados e transfere os recursos para a Conta Transitória, de sua titularidade.
- 6) O Banco do Brasil, enquanto Custodiante, transfere recursos para a Conta de Movimentação até o limite do VME. Os recursos restantes são transferidos para conta de titularidade da Cedente.

Em caso de rescisão de um Contrato Cedido, sua alteração, inadimplência parcial ou total de qualquer Fatura originada de determinado Contrato Cedido, está facultado ao Fundo requerer à Cedente a permuta da totalidade dos Direitos Creditórios originados de tal Contrato Cedido ou descritos em tal Fatura pela totalidade dos direitos creditórios originados de um ou mais Contratos da Cobra ou descritos em outras Faturas originadas de um ou mais Contratos da Cobra que possuam, individualmente ou em conjunto, valor nominal equivalente ou superior e que atendam a critérios previstos no Contrato de Cessão.

Além da permuta descrita acima, o Fundo possui como mecanismos para mitigação do risco relativo à originação de Direitos Creditórios a Razão Mínima, reajustada mensalmente pela entrega de novos Créditos Performados, conforme previsto na fórmula acima descrita, e a constituição de Reserva de Pagamento, para cobertura das despesas e encargos do Fundo.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral, conforme disposto no item “Amortização de Cotas” deste capítulo.

O Fundo terá prazo de duração de 27 meses, contados da Data de Subscrição Inicial, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Amortização Antecipada” deste capítulo, ou por deliberação da Assembléia Geral.

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu Patrimônio Líquido exclusivamente em (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central; e (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente a seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está submetida a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco” abaixo, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Público alvo

Somente poderão adquirir as Cotas Investidores Qualificados, conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e suas alterações posteriores, bem como demais investidores autorizados pela legislação a adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios

Quórum da Assembléia Geral

A Assembléia Geral será instalada com a presença de pelo menos um condômino, e as deliberações expostas na seção “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” abaixo devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, exceto na hipótese de deliberação sobre (i) substituição da Instituição Administradora; (ii) elevação da Taxa de Administração; e (iii) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, que serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Estão também subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade de cada uma das classes de Cotas com direito a voto presentes na Assembléia Geral, sendo tomados em apartado os votos de cada classe, as deliberações que tratem de quaisquer dos seguintes assuntos: (i) critério de elegibilidade dos Direitos Creditórios; (ii) direito de voto de cada classe de Cotas; (iii) amortização das Cotas; (iv) alteração da cláusula 14 do Regulamento, referente às regras para distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo; (v) alteração dos itens 19.1 e 19.3 do Regulamento, referentes aos Eventos de Avaliação e aos Eventos de Amortização Antecipada, respectivamente; e (vi) liquidação do Fundo, exceto nos casos de ocorrência de Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada.

CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Procedimentos de Distribuição

A Instituição Líder distribuirá publicamente, sob o regime de melhores esforços, até 500 Cotas Seniores, no valor total de até R\$150.000.000,00, na Data de Subscrição Inicial.

Não haverá lotes máximos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta.

Não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores.

O valor mínimo para aquisição de Cotas Seniores será de R\$ 300.000,00.

A Instituição Administradora autorizou a Instituição Líder a organizar plano de distribuição, que terá ênfase em clientes com os quais a Instituição Líder já tenha relação comercial, principalmente investidores institucionais, como fundos de pensão e fundos de investimento em geral, podendo também serem atendidas pessoas físicas e jurídicas. Serão realizadas visitas individuais a potenciais investidores, devendo a Instituição Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

Cronograma de Etapas da Oferta

A divulgação da Oferta ocorrerá por meio da publicação do aviso ao mercado e anúncio de início de distribuição no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM nº 400/03.

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos:

| Ordem dos Eventos | Eventos | Data |
|----------------------|--|------------------------|
| 1. | Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM | 29.4.09 |
| 2. | Publicação do Aviso ao Mercado | 4.5.09 |
| 3. | Disponibilização do Prospecto Preliminar nos sites | a partir do dia 4.5.09 |
| 4. | Início das apresentações a potenciais investidores | 4.5.09 |
| 5. | Coleta de intenções e fixação da remuneração (<i>bookbuilding</i>) | 29.5.09 |
| 6. | Recebimento de exigências da CVM | 28.5.09 |
| 7. | Protocolo do atendimento de exigências da CVM | 3.6.09 |
| 8. | Obtenção do registro da Oferta na CVM | 18.6.09 |
| 9. | Publicação do Anúncio de Início | 19.6.09 |
| 10. | Disponibilização do Prospecto Definitivo | 19.6.09 |
| 11. | Liquidação da Oferta | 22.6.09 |
| 12. | Publicação do Anúncio de Encerramento | Até 11.12.09 |

Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta indicadas neste Prospecto, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 dias úteis contados do recebimento da comunicação da Instituição Líder. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

Coleta de intenções (*bookbuilding*)

Foi realizada coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) para definição da remuneração alvo para as Cotas Seniores, em 29 de maio de 2009.

O procedimento de coleta de intenções de investimento consistiu na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Cotas Seniores em diferentes níveis de cupons pré-fixados de juros, até o limite de Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 4% a.a.

A remuneração alvo das Cotas Seniores apurada pela Instituição Líder correspondeu ao menor cupom pré-fixado de juros oferecido pelos investidores a volume acumulado de Cotas Seniores igual ou superior ao total ofertado.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após: (i) o registro da distribuição de Cotas Seniores na CVM; (ii) disponibilização do Prospecto Definitivo; e (iii) a publicação do anúncio de início de distribuição das Cotas Seniores.

A colocação das Cotas Seniores deverá ser efetuada no prazo máximo de 180 dias a contar da data em que for publicado o anúncio de início da distribuição. Após a colocação da totalidade das Cotas Seniores ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes, a distribuição será encerrada, quando deverá ser publicado anúncio de encerramento da oferta. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada e a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo de 180 dias referido acima, hipótese na qual será estendido o prazo máximo para colocação.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição

Todos os anúncios, avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal Valor Econômico.

Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação

A aceitação dos investidores dar-se-á de acordo com os procedimentos dos mercados em que as Cotas Seniores estão registradas para negociação. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o 5º dia útil posterior à publicação de aviso ou após ser informado sobre a modificação ou suspensão da oferta.

Modificação, Suspensão e Cancelamento da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados, nos termos previstos pela Instrução CVM nº 400/03. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Instituição Administradora, prorrogar o prazo da oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso ao menos na forma prevista no item “Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição” deste capítulo. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro.

A Instituição Líder deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante publicação de aviso na forma prevista acima, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo previsto no item “Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação” deste capítulo.

Devolução e Reembolso aos Investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores adquiridas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder, na hipótese de suspensão ou modificação. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pelo respectivo mercado em que as Cotas Seniores estão registradas para negociação. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 dias úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos recibos de aquisição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da Distribuição.

Distribuição e Aquisição das Cotas Seniores

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores devem contatar a Instituição Líder, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de aquisição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o instrumento individual de aquisição, que será autenticado pela Instituição Líder; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) dos riscos envolvidos e da política de investimento do Fundo; (b) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios e da composição da carteira do Fundo; e (c) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto, bem como (d) ter recebido exemplar do Prospecto.

As Cotas Seniores serão integralizadas via MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário através do SF- Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizada pela CETIP.

Não há quantidade mínima de distribuição de Cotas Seniores.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

| CUSTOS | MONTANTE (EM R\$) | PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO |
|----------------------------------|-------------------------|---|
| Despesas de registro | R\$82.870,00 | 0,049% |
| Classificação de Risco | R\$ 64.259,20 | 0,038% |
| Remuneração da Instituição Líder | R\$ 1.360.000,00 | 0,800% |
| Assessores Legais | R\$ 60.000,00 | 0,035% |
| Material Publicitário | R\$ 65.000,00 | 0,038% |
| Outros * | R\$ 54.894,41 | 0,032% |
| Total | R\$ 1.687.023,61 | 0,992% |

* Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações, locomoção de pessoas, dentre outros.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores:

| CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES (EM R\$) | |
|--|--------------|
| Custo Total da Distribuição | 1.687.023,61 |
| Número de Cotas Seniores | 500 |
| Custo de Distribuição por Cota | 3.374,05 |
| Custo Percentual Unitário | 0,992% |

Ressalte-se que a Instituição Líder foi contratada para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores por meio do Contrato de Colocação, cuja cópia encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Líder.

FATORES DE RISCO

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao Fundo como às próprias Cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento nas Cotas.

Riscos de Mercado

Flutuação de preços em virtude de fatores de mercado

Os preços e a rentabilidade dos Direitos Creditórios e Outros Ativos poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos a seus Cotistas.

Descasamento de taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e em Outros Ativos com diferentes formas de valorização. Considerando-se que a valorização das Cotas Seniores será definida na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Seniores. A Instituição Administradora, o Custodiante, a Cedente, e as respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os Outros Ativos, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo a Instituição Administradora, qualquer multa ou penalidade.

Efeitos da política econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, a Cedente e o Banco do Brasil estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica e controlar a inflação, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e afetar os negócios, a condição financeira e os resultados da Cedente, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios pelo Banco do Brasil.

Risco de investimento em Outros Ativos

É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 dias de funcionamento, até 100% em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil. Após esse prazo, o investimento em referidos ativos poderá representar até 50% da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrarem seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Riscos de Crédito

Risco de crédito do Banco do Brasil e concentração

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como único devedor o Banco do Brasil. Como os Direitos Creditórios representarão a maior parcela dos ativos do Fundo, o risco de crédito do Fundo decorre, em grande medida, da capacidade de o Banco do Brasil honrar seus compromissos, conforme contratados. Além disso, ressalta-se que a Cedente não adota qualquer política de concessão de crédito ao Banco do Brasil, para fins de análise do seu risco de crédito. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento do Banco do Brasil, bem como alterações nas suas condições financeiras e patrimoniais podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Direitos Creditórios, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Eficácia da cessão dos Direitos Creditórios e inexistência de seguro performance (seguro garantia) da Cedente

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são preponderantemente direitos creditórios futuros, a serem originados pela Cedente durante o prazo e sujeito às condições do Contrato de Cessão. Por essa razão, a eficácia da cessão está condicionada a um evento futuro, que é justamente a originação dos Créditos Performados a partir da efetiva prestação de serviços pela Cedente ao Banco do Brasil. Caso a Cedente, em decorrência da paralisação parcial ou total de suas atividades não origine Créditos Performados suficientes para o pagamento das Obrigações do Fundo, o Fundo não disporá de recursos suficientes para efetuar a amortização e o resgate das Cotas Seniores nos prazos e valores definidos no Regulamento. Ademais, o Fundo não contratou seguro ou fiança bancária para cobrir o risco de não originação de Créditos Performados pela Cedente.

Inexistência de direito de regresso contra a Cedente

A cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra a Cedente ou qualquer outra pessoa.

A Cedente não será responsável pela solvência do Banco do Brasil

A cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos prevista no Regulamento, por sua vez, não assegura que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios inadimplentes serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo decorrentes de Créditos Performados inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Dessa forma, em caso de inadimplência dos Créditos Performados o Fundo e os Cotistas sofrerão prejuízos.

Riscos de Liquidez

Fundo fechado e mercado secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores só poderão ser resgatadas ao término do respectivo prazo de duração. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado o referido prazo, terá de o fazer no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar sua venda ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

Rebaixamento na classificação de risco das Cotas Seniores

A classificação de risco atribuída às Cotas Seniores baseou-se, entre outros fatores, na atual condição da Cedente e do Banco do Brasil e nas informações presentes nos Documentos da Operação. A classificação de risco é revista trimestralmente e não existe garantia de que permanecerá inalterada durante o prazo de duração do Fundo. Sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Avaliação, caso a classificação de risco seja rebaixada, os titulares de Cotas Seniores poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Cotas Seniores no mercado secundário.

Aplicação em Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de direitos creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como na hipótese de liquidação do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo e redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

Insuficiência de recursos no momento da liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no capítulo “Características Gerais do Fundo – Amortização Antecipada” do presente Prospecto. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios ainda não ser exigível da Cedente. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelo Banco do Brasil das parcelas relativas aos Direitos Creditórios; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Guarda dos Documentos Comprobatórios

A Cedente será responsável pela guarda dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios. Apesar de o Custodiante e a Instituição Administradora terem o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos documentos, a guarda pela Cedente pode representar uma limitação à Instituição Administradora de verificar a devida originação e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

Cobrança judicial dos Direitos Creditórios

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais eventualmente necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Esses custos, se muito elevados, poderão afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Risco de Descontinuidade

Insuficiência de Recursos no Momento da Amortização Antecipada de Cotas

As Cotas poderão ser amortizadas antecipadamente nas hipóteses descritas no capítulo “Características Gerais do Fundo – Resgate e Amortização de Cotas”. Ocorrendo um Evento de Amortização Antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas de forma imediata na hipótese, por exemplo, de o volume de Direitos Creditórios exigíveis do Banco do Brasil ser insuficiente. Nesse caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelo Banco do Brasil das parcelas relativas aos Direitos Creditórios; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o patrimônio do Fundo.

Nas hipóteses de amortização antecipada das Cotas do Fundo, há também a possibilidade de a Assembléia Geral decidir pelo resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios. Nesse caso, os Cotistas Seniores teriam que aguardar a liquidação dos Direitos Creditórios, ou ainda alienar os Direitos Creditórios a terceiros, o que é improvável em virtude da baixa liquidez, havendo ainda o risco de deságio que comprometeria o retorno do rendimento do Cotista.

Risco da Originadora

Risco de não originação dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios tornar-se-ão exigíveis e serão entregues pela Cedente ao Fundo preponderantemente no futuro. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não-originação, no futuro, dos Créditos Performados. A não-originação de Créditos Performados em volume suficiente para o cumprimento das Obrigações do Fundo poderá se dar por diversos motivos, tais como: (i) falência, recuperação judicial, insolvência ou qualquer outro evento que comprometa a capacidade de a Cedente prestar os serviços necessários à geração de Créditos Performados; e (ii) rescisão dos Contratos Cedidos ou a redução dos serviços prestados oriundos de tais contratos. Não há, portanto, como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade ou impossibilidade, total ou parcial, de a Cedente prestar serviços ao Banco do Brasil, o que, se ocorrer, afetará negativamente a entrega dos Créditos Performados pela Cedente, podendo causar prejuízos ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas depende da originação e posterior liquidação dos Direitos Creditórios.

Risco da Política Governamental

O Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista controlada pela União e, portanto, alterações no Governo Federal (tais como eleição de nova administração que não a atual, ou implementação de plano de privatizações), podem acarretar mudanças significativas na administração e nas diretrizes hoje adotadas pelo Banco do Brasil com relação à Cedente, que é sua sociedade controlada. É possível que tais mudanças, por diversos motivos, afetem adversamente a relação entre o Banco do Brasil e a Cedente e a geração de Créditos Performados. Se Créditos Performados não forem gerados em volume suficiente para o cumprimento das Obrigações do Fundo, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão originados pela Cedente, preponderantemente, no futuro. Havendo a interrupção das atividades da Cedente, os Direitos Creditórios podem não ser originados e o Fundo poderá apresentar Patrimônio Líquido negativo, sendo possível que os Cotistas tenham que realizar aporte de recursos no Fundo para pagamento de Encargos do Fundo.

Rescisão do Contrato de Cessão

Em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando a Cedente obrigada à restituição do Preço de Aquisição pago pelos Direitos Creditórios, descontado o valor dos Créditos Performados efetivamente entregues ao Fundo. Caso a Cedente não tenha capacidade de restituir os valores por ela devidos, o Fundo e os seus Cotistas poderão sofrer prejuízos substanciais.

Outros Riscos

Conflito de Interesses

O Banco do Brasil é Custodiante e Devedor dos Direitos Creditórios, além de ser acionista controlador da Cedente. O Banco do Brasil tem interesses próprios, e partilha de certos interesses e objetivos comuns aos da Cedente. Sendo assim, caso haja divergências entre os interesses da Cedente e dos investidores do Fundo, é possível que o Banco do Brasil, na qualidade de Devedor e pagador dos Créditos Performados, privilegie os interesses da Cedente. Da mesma forma, embora o Banco do Brasil, na qualidade de Custodiante, se comprometa a agir estritamente em observância ao disposto no Contrato de Custódia, e sob as ordens da Instituição Administradora, existe a possibilidade de que, em caso de conflito, os interesses do Banco do Brasil e/ou da Cedente sejam privilegiados em detrimento dos interesses dos Cotistas. Nessas hipóteses, o Fundo poderia sofrer perda patrimonial e a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.

Risco decorrente da prévia cessão dos Direitos Creditórios ao Cobra FIDC Comerciais I e conseqüente subordinação do Fundo ao Cobra FIDC Comerciais I

Direitos creditórios oriundos dos Contratos da Cobra foram cedidos ao Cobra FIDC Comerciais I em montante equivalente ao necessário para a integral liquidação das obrigações do referido fundo. Dessa forma, a Cedente somente poderá ceder novos direitos creditórios oriundos dos Contratos da Cobra, inclusive ao Fundo, quando todas as obrigações do Cobra FIDC Comerciais I forem integralmente pagas, notadamente a amortização integral e resgate das cotas seniores de primeira e única emissão desse fundo, previstos para 4 de novembro de 2009. Caso haja qualquer atraso em relação à liquidação das obrigações do Cobra FIDC Comerciais I, a cessão dos Direitos Creditórios e a entrega dos Créditos Performados pela Cedente ao Fundo poderá ser afetada adversamente, ensejando prejuízos ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que o pagamento da amortização das Cotas depende da originação e posterior liquidação dos Direitos Creditórios.

Risco decorrente da rescisão ou alteração dos Contratos Cedidos

Os Contratos Cedidos dos quais se originam os Direitos Creditórios, são contratos administrativos, submetidos ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Por esse motivo, tais contratos podem ser rescindidos unilateralmente pelo Banco do Brasil em diversas hipóteses indicadas na referida Lei e nos próprios contratos. O escopo de tais contratos poderia, ainda, ser reduzido de forma discricionária pelo Banco do Brasil, afetando negativamente a originação de Créditos Performados.

Há previsão no Contrato de Cessão que em caso de alteração, término, inadimplência parcial ou total de qualquer Contrato Cedido, a Cedente estaria obrigada, desde que requerido pela Instituição Administradora, a permutar a totalidade dos Direitos Creditórios originados de tal Contrato Cedido pela totalidade dos direitos creditórios originados de um ou mais Contratos da Cobra que possuam, individualmente ou em conjunto, valor nominal equivalente ou superior e que atendam a determinados critérios indicados no Contrato de Cessão. Ocorre, porém, que não há qualquer garantia que, caso seja necessária a utilização do recurso de permuta acima descrito, haja Contratos da Cobra passíveis de cessão ao Fundo ou, ainda que existam Contratos da Cobra que originem Créditos Performados em volume suficiente para garantir o cumprimento das Obrigações do Fundo, e/ou que atendam aos critérios indicados no Contrato de Cessão. Nessas hipóteses, o Fundo poderá sofrer prejuízos e perda de patrimônio.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Outros Ativos (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação das Faturas serão recebidos diretamente na Conta Transitória e transferidos no mesmo dia útil para a Conta de Movimentação, pelo Custodiante. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Custodiante de transferir no mesmo dia útil do recebimento os recursos da Conta Transitória para a Conta de Movimentação, até que se atinja o Valor Mensal de Entrega do respectivo Período de Entrega, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pelo Custodiante no cumprimento dessa obrigação.

Ocorrendo a cessação na prestação dos serviços pelo Custodiante, responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, e pela transferência de recursos para a Conta de Movimentação, e não sendo possível realizar sua substituição em tempo hábil, o fluxo dos pagamentos dos Direitos Creditórios pode ser parcialmente interrompido, podendo causar prejuízos ao Fundo e aos Cotistas.

Decisões judiciais sobre a cessão dos Direitos Creditórios

Os fundos de investimento em direitos creditórios são instrumentos de investimento relativamente recentes e sofisticados, não havendo ainda jurisprudência formada a respeito. Além disso, o procedimento de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, conforme ajustado no Contrato de Cessão, é complexo e envolve o pagamento à vista, pelo Fundo, pela cessão de créditos que se tornarão exigíveis contra o Banco do Brasil no futuro, em montante suficiente para assegurar a integral liquidação das obrigações do Fundo, cujo valor é apenas estimado, e, portanto, incerto. Dessa forma, não é possível assegurar qual será a interpretação do Poder Judiciário na hipótese de eventuais questionamentos judiciais sobre a validade da cessão dos Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de falência da Cedente.

Insuficiência da Reserva de Amortização

O Fundo não contará com reserva de pagamentos em montante corresponde ao valor estimado de uma parcela de amortizações. Dessa forma, na hipótese de os Créditos Performados não serem liquidados pelo Banco do Brasil nas datas devidas, em caso de aumento extraordinário da variação percentual da Taxa DI e/ou das despesas do Fundo em relação ao estimado pela Instituição Administradora para cálculo do Valor Mensal de Entrega, os recursos do Fundo, em especial daqueles segregados na Reserva de Amortização, poderão não se mostrar suficientes para cobrir os Encargos do Fundo e/ou a manutenção da rentabilidade das Cotas Seniores.

Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios

Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Fundo, caso seja realizada em: (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência; (ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base Legal e Classificação ANBID

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, conforme as regras de composição e diversificação de carteira estabelecidas no item “Política de Investimento” deste capítulo.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral, conforme disposto no item “Amortização de Cotas” deste capítulo.

Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 27 meses, contados da Data de Subscrição Inicial, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Amortização Antecipada” deste capítulo, ou por deliberação da Assembléia Geral.

Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, a composição e diversificação de carteira, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios; e (ii) Outros Ativos, conforme descrito no item “Política de Investimento – Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” deste capítulo.

O Fundo tem o objetivo de proporcionar às Cotas Seniores, quando da amortização e/ou resgate das Cotas, rentabilidade referencial correspondente à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de *spread* de 2,30% ao ano, base 252 dias úteis.

Política de Investimento

Aplicação em Direitos Creditórios

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação descritos abaixo.

O Fundo poderá investir a totalidade de seu Patrimônio Líquido na aquisição de Direitos Creditórios, que serão cedidos apenas pelo Cedente e que têm como devedor exclusivamente o Banco do Brasil. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso em face da Cedente, da Instituição Administradora, do Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

O Fundo deverá alocar, em até 90 dias corridos contados da Data de Subscrição Inicial, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observado o Critério de Elegibilidade.

Critério de Elegibilidade

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios originados dos Contratos da Cobra relacionados no Anexo II do Regulamento, o que constituirá o único Critério de Elegibilidade.

A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade acima referido será de responsabilidade exclusiva do Custodiante.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido

O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, ou aplicá-lo, sem limites de concentração além dos definidos abaixo, exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

É facultado ao Fundo realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados acima.

O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento atrelados à variação cambial;
- ii) operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- iii) operações com derivativos.

Contraprestação pela cessão

Pela contraprestação pela cessão o Fundo pagará à Cedente o valor total integralizado pelos Cotistas Seniores durante o período de distribuição, deduzidas as despesas e taxas relacionadas à estruturação do Fundo e distribuição das Cotas Seniores, limitado a R\$ 150.000.000,00.

Na hipótese de não colocação das Cotas Seniores sob regime de melhores esforços, a Cedente não fará jus a qualquer montante referido acima. Na hipótese de colocação parcial das Cotas Seniores sob regime de melhores esforços, a Cedente fará jus somente ao valor correspondente ao produto do preço de subscrição da Cota Sênior na Data de Subscrição Inicial pela quantidade de Cotas Seniores sob regime de melhores esforços efetivamente subscrita e integralizada.

Nas hipóteses previstas acima, o Valor Mensal de Entrega será automaticamente reduzido, nos termos da fórmula prevista na cláusula 3 do Contrato de Cessão, de acordo com a quantidade de Cotas Seniores do Fundo efetivamente subscritas e integralizadas.

O Preço de Aquisição será pago à Cedente à vista, em moeda corrente nacional, desde que cumprida a condição prevista acima e que a Cedente tenha subscrito e integralizado em moeda corrente nacional o montante mínimo de Cotas Subordinadas previsto no Regulamento.

Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- ii) constituição e recomposição da Reserva de Pagamentos;
- iii) recomposição da Razão Mínima; e
- vi) pagamento dos valores referentes à amortização e resgate das Cotas.

Regras de Movimentação

O valor mínimo de aplicação, no ato da subscrição de Cotas, será de R\$300.000,00.

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir Cotas.

Observadas as demais disposições do Regulamento e da legislação aplicável, a integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados em Direitos Creditórios e por meio de depósito na Conta do Fundo, TED, ou qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Banco Central.

As Cotas Seniores serão admitidas para negociação na CETIP, cabendo ao eventual agente intermediário da respectiva negociação comprovar a qualidade e o cumprimento dos requisitos para Investidores Qualificados.

Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Cotas, por qualquer motivo, ocorrer em data coincidente com feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos aos Cotistas no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo.

O Cotista poderá obter informações referentes a valores de movimentação no endereço da Instituição Administradora, constante do item “Informações Complementares – Atendimento aos Cotistas”.

Cotas

O Fundo poderá emitir uma única série de Cotas Seniores, a serem distribuídas da forma como a Instituição Administradora entender conveniente, desde que observados os parâmetros legais aplicáveis.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

O resgate das Cotas Seniores deverá ocorrer em 27 meses contados da Data de Subscrição Inicial.

A Razão Mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores será o maior valor entre: (i) 108,8% da razão entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores e (ii) aquele calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$Rm = \frac{VQS_t \times n_1 + VCS_t \times n_2}{VQS_t \times n_1}, \text{ onde:}$$

Rm corresponde à Razão Mínima na data de cálculo “t”;

VQS_t corresponde ao valor da Cota Sênior na data de cálculo “t”;

n_1 corresponde ao número de Cotas Seniores em circulação na data de cálculo “t”;

$VCS_t \times n_2$ calculado conforme fórmula abaixo:

$$VCS_t \times n_2 = VAMT + RP_t, \text{ onde:}$$

$VAMT$ corresponde ao valor da próxima parcela de amortização de Cotas Seniores do Fundo;

RP_t corresponde à Reserva de Pagamentos calculada nos termos da cláusula 17 do Regulamento.

A Razão Mínima será divulgada nos termos referidos no capítulo “Informações Complementares – Publicações”, e a inobservância da Razão Mínima por prazo superior a 1 Período de Entrega será considerada Evento de Avaliação, nos termos descritos no capítulo “Liquidação do Fundo”.

No 19º dia útil de cada mês calendário, a Instituição Administradora verificará o valor das Cotas Subordinadas e realizará o cálculo do valor necessário à sua recomposição de acordo com a fórmula abaixo prevista, sendo que, se o RRP calculado for negativo será considerado zero.

$$RRm = VCSP - VCSe \text{ onde:}$$

RRm é o valor da Recomposição de Razão Mínima ao final do Período de Entrega “P”;

$VCSP$ é o valor das Cotas Subordinadas ao final do Período de Entrega “P” necessário para atingir o montante previsto no item 13.4 acima ($VCSt \times n_2$) e calculado conforme o disposto neste Regulamento; e

VCSe é o valor das Cotas Subordinadas da Data de Verificação

O RRP calculado em cada Período de Entrega deverá compor o VME do Período de Entrega subsequente, conforme previsto no Contrato de Cessão.

O Fundo poderá emitir Cotas Subordinadas de 1 única classe em número indeterminado, as quais serão integralmente subscritas e integralizadas pela Cedente e poderão ser livremente negociadas, nos termos da legislação aplicável.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá qualquer amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização integral e/ou resgate das Cotas Seniores.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida no capítulo “Metodologia de Avaliação das Cotas e dos Outros Ativos”, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As Cotas serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis antes do decurso do período de 27 meses, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Todas as Cotas incorrerão em taxas e despesas iguais.

Amortização e Resgate de Cotas

Observada a Ordem de Alocação de Recursos, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, no 2º dia útil de cada mês, após o período de 6 meses contado da Data de Subscrição Inicial de Cotas Seniores, a amortização de cada uma das Cotas Seniores.

As Cotas Seniores serão amortizadas em 20 parcelas mensais, sucessivas, cujo valor será definido por meio da utilização da fórmula abaixo:

$$VAMT = VQS(T-1) * (1/(20 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VQS(T-1) é o valor unitário da Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 20 (última amortização).

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização coincidir com dia que não seja dia útil na cidade em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não cabendo aos Cotistas qualquer acréscimo.

O resgate das Cotas ocorrerá, sempre, na data da última amortização. A data da última amortização é aquela em que o Fundo liquida a totalidade das obrigações pecuniárias relacionadas às Cotas de titularidade de determinado Cotista.

A Instituição Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Os pagamentos de Cotas Seniores serão efetuados prioritariamente em moeda corrente nacional. Em caso de amortização antecipada, será admitido o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, nos termos deliberados pela Assembléia Geral ou previstos no Regulamento. A amortização e resgate de Cotas Subordinadas poderá ocorrer tanto em moeda corrente nacional como em Direitos Creditórios, sempre condicionada a manutenção da Razão Mínima.

Desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Instituição Administradora constituirá e manterá Reserva de Amortização onde deverão ser segregados e mantidos, destacados na contabilidade do Fundo, os Ativos Financeiros, incluindo recursos em moeda corrente nacional, cujo valor será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Ra = \sum_{j=P+1}^{P+1} (VAM_j), \text{ onde:}$$

Ra é o valor da Reserva de Amortização ao final de cada Período de Entrega “P”; e

VAM_j corresponde ao valor estimado da parcela de amortização de juros e principal da totalidades das Cotas Seniores no Período de Entrega “j”, considerando para o cálculo do VQS_j a Taxa DI Futura.

Em cada Data de Verificação, a Instituição Administradora verificará o saldo da Reserva de Amortização e realizará o cálculo do valor necessário à sua recomposição de acordo com a fórmula abaixo prevista.

$$RRa = RPa - AF_p - RP_t, \text{ onde:}$$

RRa é o valor da Recomposição da Reserva de Amortização ao final do Período de Entrega “P”;

RPa é o valor da Reserva de Amortização ao final do Período de Entrega “P” e calculado conforme acima; e

AF_p é o valor contábil dos Outros Ativos financeiros na Data de Verificação do Período de Entrega “P”;

RP_t Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo

O RRa calculado em cada Período de Entrega deverá compor o VME do Período de Entrega subsequente, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Para fins do disposto no item acima, em cada Período de Entrega, a Instituição Administradora deverá comunicar à Cedente o RRa aplicável ao Período de Entrega subsequente, em até 2 (dois) dias úteis após a respectiva Data de Verificação.

A presente sessão não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

Independentemente da classe, as Cotas serão valorizadas todo dia útil, conforme a alocação dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial e a última na data de liquidação do Fundo.

Todo dia útil, desde que o Patrimônio Líquido assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor obtido por meio da incidência da Taxa DI, acrescida de um *spread* de 2,30% ao ano, base 252 dias, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores.

Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior.

O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes existentes.

Metodologia de Avaliação das Cotas e dos Outros Ativos

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em decorrência da valorização obtida, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito acima.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios em volume igual a no mínimo o total do Patrimônio Líquido investido em Direitos Creditórios no dia posterior à Data de Subscrição Inicial, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas utilizando-se como base as faixas de risco definidas na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, com exceção dos Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 dias de seu vencimento, para cujo valor deverá ser constituída provisão para perda de 100%.

As Cotas de cada classe terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme descrito no capítulo “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo”.

O valor unitário das Cotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma descrita acima, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas.

O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões previstas no Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, sendo que, na hipótese de tais valores serem devidos pela Cedente, serão exclusivamente distribuídos às Cotas Seniores, em adição aos critérios de alocação da valorização da carteira do Fundo previstos no capítulo “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo”.

Assembléia Geral

Competência

É da competência privativa da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o Regulamento;

- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e da Cedente, na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios;
- iv) deliberar sobre a contratação ou substituição de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM nº 356/01;
- vi) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- ix) deliberar sobre a rescisão e/ou alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Amortização Antecipada;
- xi) resolver se Eventos de Amortização Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) alterar a remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal; e
- xiv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada.

Estão também subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade de cada uma das classes de Cotas com direito a voto presentes na Assembléia Geral, sendo tomados em apartado os votos de cada classe, as deliberações que tratem de quaisquer dos seguintes assuntos:

- i) critério de elegibilidade dos Direitos Creditórios;
- ii) direito de voto de cada classe de Cotas;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) alteração da cláusula 14 do Regulamento, referente às regras para distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;

- v) alteração dos itens 19.1 e 19.3 do Regulamento, referentes aos Eventos de Avaliação e aos Eventos de Amortização Antecipada, respectivamente; e
- vi) liquidação do Fundo, exceto nos casos de ocorrência de Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada.

Procedimento de Convocação

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Instituição Administradora ou (ii) por Cotistas que representem, no mínimo, 5% das Cotas em circulação.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Instituição Administradora e seus empregados, os quais não terão direito de voto, nos termos do artigo 29, § 3º da Instrução nº 356/01.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Instituição Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Direito de Voto

Cada Cota corresponde a 1 voto, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Instituição Administradora no prazo de 2 dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Amortização Antecipada

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer dos seguintes eventos:

- i) não pagamento integral, nas respectivas datas de amortização, do valor da amortização de quaisquer Cotas Seniores;
- ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social principal da Cedente, de tal forma que impeçam ou afetem negativamente a entrega dos Créditos Performados;
- iii) rebaixamento da classificação de risco de qualquer das Cotas Seniores em circulação para um nível inferior a brAA ou equivalente, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- iv) não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias;
- v) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

- vi) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações descritos nos Documentos da Operação, verificada pelo representante dos Cotistas, quando houver, ou por qualquer Cotista, desde que, se por qualquer deles notificada para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- vii) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas nos Documentos da Operação, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- viii) inobservância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cessão e no Regulamento com relação à entrega de Créditos Performados, desde que, se notificada pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 2 dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- ix) inobservância pela Cedente de quaisquer de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Operação, que não sejam os referidos no item (ix) acima, desde que, se notificada pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- x) resilição de qualquer Documento da Operação por qualquer parte, sem que outra(s) parte(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas;
- xi) renúncia do Custodiante, sem que outra instituição assumam suas funções, nos termos definidos no Regulamento;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (Cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) caso as irregularidades documentais apontadas pelo Custodiante verificadas em auditoria não sejam sanadas no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação feita pelo Custodiante à Cedente e à Instituição Administradora;
- xiv) caso o Fundo deixe de atender a recomposição da Razão Mínima de Subordinação, e (a) tal evento não seja sanado ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos no Regulamento, no prazo de 2 dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xv) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora;
- xvi) caso o montante de recursos que transite na Conta Transitória em determinado Período de Entrega seja inferior a R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de reais);

- xvii) qualquer evento que implique em modificação do controle acionário da Cedente em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão;
- xviii) penhora de quaisquer ativos, inclusive, mas não se limitando a Direitos Creditórios, em valor igual ou superior a R\$5.000.000,00, desde que não cancelada no prazo máximo de 30 dias de sua intimação;
- xix) protesto de títulos contra a Cedente, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$2.500.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Cedente, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 dias de sua ocorrência;
- xx) se a Cedente deixar de pagar, ou não tomar as medidas administrativas, legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer obrigação por ela devida nos termos de acordo ou contrato em que figure como parte financiada, envolvendo valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00, no prazo de 30 dias corridos contado do respectivo vencimento;
- xxi) início de execução de quaisquer garantias prestadas pela Cedente de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé;
- xxii) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra a Cedente que resulte(m) ou possa(m) resultar, individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00;
- xxiii) laudos arbitrais definitivos contra a Cedente que resulte(m) ou possa(m) resultar, individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00, exceto se essa obrigação estiver subordinada às Obrigações do Fundo em razão de acordo homologado por decisão arbitral ou judicial, enquanto tal decisão estiver em vigor; ou
- xxiv) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Cedente, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, desde que comprometa, de qualquer forma, a capacidade da Cedente de cumprimento de suas obrigações oriundas do Contrato de Cessão.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento do funcionamento do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não amortização antecipada das Cotas do Fundo, aplicando-se, nesse caso, o disposto abaixo, ou (ii) que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, estipulando os procedimentos para a amortização antecipada das Cotas Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral.

Caso a Assembléia Geral decida que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Amortização Antecipada, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será interrompida a entrega automática pela Cedente ao Fundo da totalidade dos Créditos Performados em cada Período de Entrega, voltando o Fundo a ter direito ao recebimento apenas do Valor Mensal de Entrega em cada Período de Entrega, a partir data da deliberação acima referida.

Eventos de Amortização Antecipada

São considerados Eventos de Amortização Antecipada quaisquer dos seguintes eventos:

- i) decretação de falência da Cedente, ou protocolo de pedido de auto falência pela Cedente;
- ii) a rescisão ou a ocorrência de quaisquer das hipóteses que dêem causa à rescisão de quaisquer dos Contratos Cedidos;
- iii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- iv) caso os Cotistas não consigam, por duas Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela taxa SELIC;
- v) renúncia da Instituição Administradora, sem que outra instituição assuma suas funções nos prazos previstos no Regulamento;
- vi) caso seja deliberado em Assembléia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- vii) caso a Cedente ou o Custodiante, por culpa, dolo ou má fé, deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação de que tenha conhecimento.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) interromper a aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada das Cotas do Fundo descritos abaixo, se assim definido em Assembléia Geral convocada para esse fim.

A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Está desde já assegurado que no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de amortização antecipada das Cotas do Fundo, os Cotistas Seniores dissidentes poderão resgatar suas Cotas em moeda corrente nacional, pelo valor das mesmas, nos termos definidos pela própria Assembléia Geral.

Observada a deliberação da Assembléia Geral referida no item anterior, a Instituição Administradora resgatará todos os investimentos e aplicações do Fundo.

Os recursos do Fundo serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a Ordem de Alocação de Recursos. O Fundo deverá resgatar todas as Cotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas Seniores em circulação. Somente após o resgate integral das Cotas Seniores, o Fundo poderá promover o resgate das Cotas Subordinadas.

Os Cotistas poderão receber pagamento referente ao resgate em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos expostos no capítulo “Metodologia de Avaliação das Cotas e dos Outros Ativos”, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim.

Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral referida acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que foram titulares de Cotas Subordinadas.

Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior. Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao Custodiante a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.

A Instituição Administradora, por meio de simples deliberação, poderá liquidar o Fundo caso a totalidade de Cotas tenham sido resgatadas.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Informações Complementares

Reserva de Pagamentos

A Instituição Administradora deverá manter a Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, na qual os Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos observando que, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Pagamentos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamentos. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor;

- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida à CETIP;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas neste capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Instituição Administradora.

Caso o Fundo, por qualquer motivo, apresente Patrimônio Líquido negativo, é possível que os Cotistas tenham que realizar aporte de recursos para pagamento de Encargos do Fundo. Nessa hipótese, o aporte deverá ser efetuado de forma proporcional ao valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação.

Publicações

Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao Cotista.

As publicações referidas no item anterior deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora e das instituições que distribuírem Cotas.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração, por meio de carta enviada a cada Cotista.

Sem prejuízo da divulgação de informações eventuais e periódicas prevista na legislação aplicável, a Instituição Administradora deverá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao

Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso. A divulgação deverá ser feita por meio da publicação no periódico indicado acima, e mantida disponível para os Cotistas na sede da Instituição Administradora.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

Demonstrações Financeiras

O Fundo terá escrituração contábil própria.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pelo Auditor.

O Auditor deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado.

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 ano e se encerrará no dia 30 de junho de cada ano.

Atendimento aos Cotistas

O Regulamento, o histórico de performance do Fundo e informações adicionais desejadas podem ser obtidas pelos Cotistas na sede Instituição Administradora. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999 10º andar.

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Instituição Líder, à Instituição Administradora, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora, da Instituição Líder, de Consultores, Auditor, Agência Classificadora de Risco e demais entidades envolvidas na Oferta” acima, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br; www.cetip.com.br; www.bb.com.br; www.vam.com.br.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características

Natureza, Aspectos Legais e Regulamentares dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios são originários de contratos de prestação de serviços essenciais à atividade bancária, celebrados entre a Cedente e o Banco do Brasil, tais como, serviços de manutenção, assistência técnica, remoção e remanejamento de equipamentos de automação bancária instalados em todas as dependências do BB e a prestação dos mesmos serviços, para terminais de auto-atendimento instalados em todo território nacional.

Tais contratos são regidos pelos artigos 593 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Pelo fato do Banco do Brasil ser sociedade de economia mista, os Contratos Cedidos são celebrados nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Não há outros aspectos legais e regulamentares relevantes pertinentes aos Direitos Creditórios.

Informações Gerais

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão originados dos Contratos Cedidos e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames. A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso em face da Cedente.

Não obstante, em caso de recebimento de aviso prévio de rescisão ou da efetiva rescisão, cancelamento ou extinção de qualquer Contrato Cedido, a Instituição Administradora deverá requerer à Cedente a permuta da totalidade dos Direitos Creditórios originados de tal Contrato Cedido pela totalidade dos direitos creditórios originados de um ou mais Contratos da Cobra que possuam, individualmente ou em conjunto, valor nominal equivalente ou superior àqueles permutados e que atendam aos critérios descritos no capítulo “Contratos Relevantes – Contrato de Cessão”.

Nos termos do Contrato de Cessão, a cessão compreenderá: (i) os Direitos Creditórios decorrentes dos serviços prestados, nos termos dos Contratos Cedidos, faturados pela Cedente na Data de Aquisição; e (ii) os Direitos Creditórios originados dos Contratos Cedidos que se tornarem exigíveis pela Cedente ou pelo Fundo em decorrência da efetiva prestação de serviços ao Banco do Brasil, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo.

Os Direitos Creditórios serão exigíveis perante o Banco do Brasil somente em relação aos serviços efetivamente prestados e a partir do dia estabelecido para o pagamento no correspondente Contrato Cedido, devendo ser periodicamente formalizados por meio de Faturas emitidas em nome do Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo e até a efetiva liquidação integral de suas obrigações, a plena titularidade dos Direitos Creditórios cedidos.

A Cedente, em contrapartida ao pagamento do Preço de Aquisição, obriga-se, em cada Período de Entrega até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, a entregar ao Fundo, de forma definitiva e incondicional, Créditos Performados vincendos, até que seja atingido o Valor Mensal de Entrega, calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$VME = [(n \times VAP) + DEF + RR]$$

onde:

“VME” ou Valor Mensal de Entrega, corresponde ao montante dos Créditos Performados a serem entregues ao Cessionário durante o Período de Entrega em referência, sendo que, quando o VME for negativo será considerado zero para fins de cálculo do Valor Mensal de Entrega;

“n” corresponde ao número total de Cotas Seniores;

“VAP” corresponde ao valor estimado da próxima parcela de amortização de principal e juros de cada Cota Sênior, calculada de acordo com o disposto no Regulamento;

“DEF” corresponde ao valor estimado para os Encargos do Fundo previstos para o Período de Entrega subsequente; e

“RR” corresponde ao valor necessário à recomposição da Razão Mínima e da Reserva de Amortização.

Na hipótese da ocorrência de Evento de Avaliação ou de Amortização Antecipada, a Cedente passará a entregar ao Fundo, de forma automática, definitiva e incondicional, todos os Créditos Performados vincendos em cada Período de Entrega originados dos Contratos Cedidos até a integral liquidação das Obrigações do Fundo ou até que a Assembléia Geral delibere pela não amortização antecipada das Cotas.

Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios

Na hipótese de não pagamento dos Créditos Performados nas suas respectivas datas de vencimento, a Cedente deverá entrar em contato com o Banco do Brasil, de forma a entender a razão pela qual o Crédito Performado não foi pago. Posteriormente, a Cedente deverá informar à Instituição Administradora, em até 2 dias úteis, por escrito, o motivo para o não pagamento pelo Banco do Brasil. Nesse caso, a Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, poderá adotar o procedimento descrito abaixo:

- i) aguardar o pagamento do Crédito Performado pelo Banco do Brasil, buscando negociação amigável com o Banco do Brasil, com ou sem a intermediação da Cedente; e

- ii) promover as medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

A Instituição Administradora deverá informar à Cedente, por escrito, o procedimento escolhido para a hipótese de não pagamento do Crédito Performado, nos termos do item anterior.

Informações Estatísticas

Seguem abaixo informações estatísticas sobre a carteira de Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, extraídas do Relatório sobre Aplicação de Procedimento Pré-Acordados elaborado pela KMPG Auditores Independentes, cuja íntegra encontra-se anexo ao presente Prospecto.

As informações abaixo, contidas no relatório, são referentes às características demográficas dos Direitos Creditórios e de sua performance de pagamento, obtidas por meio da leitura e da compilação de dados fornecidas pela Cedente, para um período de 27 meses compreendido entre 1º de outubro de 2006 e 31 de dezembro de 2008. Tendo em vista que a celebração dos Contratos Cedidos se deu em julho de 2006, o espaço de análise dos Direitos Creditórios limitou-se ao período de 27 meses. Com o intuito de conciliar a base de dados fornecida pela Cedente, foram aplicados procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Cobra com os respectivos razões contábeis. Também foram analisadas, por amostragem, notas fiscais e comprovantes de recebimentos decorrentes dos Contratos da Cobra.

No período analisado, o total de Direitos Creditórios originados foram de R\$454,9 milhões, correspondendo a um valor médio mensal de faturamento de R\$16,9 milhões, decorrentes de 1.846 faturas. O valor médio de cada fatura é de R\$246 mil. Seguem abaixo os principais dados estatísticos sobre a amostra.

Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas no período - Ticket médio mensal das faturas

| Origem | Somatório do Valor das Faturas - R\$(000) | % | Quantidade de Faturas | % | Valor Médio das Faturas - R\$ |
|--------------|---|---------------|-----------------------|---------------|-------------------------------|
| out/06 | 101 | 0,0% | 1 | 0,1% | 101.255 |
| nov/06 | 17.122 | 3,8% | 118 | 6,4% | 145.098 |
| dez/06 | 20.091 | 4,4% | 94 | 5,1% | 213.731 |
| jan/07 | 17.379 | 3,8% | 85 | 4,6% | 204.458 |
| fev/07 | 17.403 | 3,8% | 95 | 5,1% | 183.194 |
| mar/07 | 17.363 | 3,8% | 86 | 4,7% | 201.893 |
| abr/07 | 17.481 | 3,8% | 72 | 3,9% | 242.791 |
| mai/07 | 17.438 | 3,8% | 71 | 3,8% | 245.608 |
| jun/07 | 17.436 | 3,8% | 50 | 2,7% | 348.711 |
| jul/07 | 17.876 | 3,9% | 74 | 4,0% | 241.572 |
| ago/07 | 17.297 | 3,8% | 72 | 3,9% | 240.232 |
| set/07 | 17.391 | 3,8% | 70 | 3,8% | 248.448 |
| out/07 | 18.176 | 4,0% | 68 | 3,7% | 267.297 |
| nov/07 | 18.403 | 4,0% | 64 | 3,5% | 287.542 |
| dez/07 | 17.538 | 3,9% | 62 | 3,4% | 282.877 |
| jan/08 | 17.516 | 3,9% | 62 | 3,4% | 282.510 |
| fev/08 | 17.429 | 3,8% | 62 | 3,4% | 281.117 |
| mar/08 | 17.356 | 3,8% | 62 | 3,4% | 279.937 |
| abr/08 | 17.195 | 3,8% | 62 | 3,4% | 277.343 |
| mai/08 | 17.153 | 3,8% | 62 | 3,4% | 276.662 |
| jun/08 | 17.505 | 3,8% | 62 | 3,4% | 282.333 |
| jul/08 | 17.421 | 3,8% | 62 | 3,4% | 280.980 |
| ago/08 | 17.477 | 3,8% | 60 | 3,3% | 291.289 |
| set/08 | 17.408 | 3,8% | 90 | 4,9% | 193.426 |
| out/08 | 17.224 | 3,8% | 60 | 3,3% | 287.074 |
| nov/08 | 16.597 | 3,6% | 60 | 3,3% | 276.624 |
| dez/08 | 16.111 | 3,5% | 60 | 3,3% | 268.514 |
| Total | 454.888 | 100,0% | 1.846 | 100,0% | 246.418 |

Distribuição do volume financeiro das faturas por faixa de valor

| Faixas de valor | Somatório do Valor das Faturas R\$(000) | % | % Acum | Quantidade de Faturas | % | % Acum |
|--------------------------|---|---------------|--------|-----------------------|---------------|--------|
| Até 100.000 | 29.318 | 6,4% | 6,4% | 533 | 28,9% | 28,9% |
| De 100.001 a 200.000 | 77.483 | 17,0% | 23,5% | 506 | 27,4% | 56,3% |
| De 200.001 a 300.000 | 87.739 | 19,3% | 42,8% | 350 | 19,0% | 75,2% |
| De 300.001 a 400.000 | 56.891 | 12,5% | 55,3% | 163 | 8,8% | 84,1% |
| De 400.001 a 500.000 | 31.996 | 7,0% | 62,3% | 72 | 3,9% | 88,0% |
| De 500.001 a 750.000 | 67.426 | 14,8% | 77,1% | 113 | 6,1% | 94,1% |
| De 750.001 a 1.000.000 | 65.920 | 14,5% | 91,6% | 76 | 4,1% | 98,2% |
| De 1.000.001 a 1.500.000 | 38.115 | 8,4% | 100,0% | 33 | 1,8% | 100,0% |
| Total | 454.888 | 100,0% | | 1.846 | 100,0% | |

Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o vencimento

| Prazo Médio (Em Dias) | Somatório do Valor das Faturas - R\$(000) | % | %Acum. | Quantidade de Faturas | % | %Acum. |
|------------------------------|---|---------------|--------|-----------------------|---------------|--------|
| 6 | 1 | 0,0% | 0,0% | 2 | 0,1% | 0,1% |
| 7 | 101 | 0,0% | 0,0% | 1 | 0,1% | 0,2% |
| 8 | 177 | 0,0% | 0,1% | 31 | 1,7% | 1,8% |
| 9 | 1.017 | 0,2% | 0,3% | 7 | 0,4% | 2,2% |
| 10 | 708 | 0,2% | 0,4% | 8 | 0,4% | 2,7% |
| 11 | 16.597 | 3,6% | 4,1% | 60 | 3,3% | 5,9% |
| 12 | 754 | 0,2% | 4,3% | 14 | 0,8% | 6,7% |
| 13 | 1.013 | 0,2% | 4,5% | 10 | 0,5% | 7,2% |
| 14 | 18.146 | 4,0% | 8,5% | 77 | 4,2% | 11,4% |
| 15 | 34.706 | 7,6% | 16,1% | 124 | 6,7% | 18,1% |
| 16 | 17.446 | 3,8% | 19,9% | 55 | 3,0% | 21,1% |
| 18 | 25.132 | 5,5% | 25,5% | 108 | 5,9% | 26,9% |
| 19 | 26.775 | 5,9% | 31,3% | 131 | 7,1% | 34,0% |
| 20 | 18.037 | 4,0% | 35,3% | 94 | 5,1% | 39,1% |
| 21 | 34.514 | 7,6% | 42,9% | 136 | 7,4% | 46,5% |
| 22 | 34.688 | 7,6% | 50,5% | 142 | 7,7% | 54,2% |
| 23 | 52.093 | 11,5% | 62,0% | 203 | 11,0% | 65,2% |
| 24 | 17.505 | 3,8% | 65,8% | 62 | 3,4% | 68,5% |
| 25 | 35.031 | 7,7% | 73,5% | 125 | 6,8% | 75,3% |
| 26 | 17.347 | 3,8% | 77,3% | 70 | 3,8% | 79,1% |
| 27 | 34.711 | 7,6% | 85,0% | 124 | 6,7% | 85,8% |
| 28 | 34.792 | 7,6% | 92,6% | 128 | 6,9% | 92,7% |
| 29 | 33.588 | 7,4% | 100,0% | 132 | 7,2% | 99,9% |
| 145 | 1 | 0,0% | 100,0% | 1 | 0,1% | 99,9% |
| 190 | 9 | 0,0% | 100,0% | 1 | 0,1% | 100,0% |
| Total | 454.888 | 100,0% | | 1.846 | 100,0% | |
| Prazo Médio Ponderado | 22 Dias | | | | | |

Distribuição dos prazos de pagamento das faturas – inadimplimentos, perdas e pré-pagamentos

| Origem | Faturamento Total - R\$(000) | Faturas Liquidadas - R\$(000) | | | | | | | | | | | | Não liquidadas até 31 de dezembro de 2008 - R\$(000) | | % Não liquidadas até 31 de dezembro de 2008 (b) | |
|---------------|------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------------|------------------------|--|---|---|-----------|
| | | Futuras Canceladas e/ou Devolvidas - R\$(000) | % Futuras Canceladas e/ou Devolvidas | Faturas a Vencer - R\$(000) | % Faturas a Vencer | Pagamentos Pontuais* | % Pagamentos Pontuais | Atraso de 6 a 30 dias | % Atraso de 6 a 30 dias | Atraso entre 31 e 60 dias | % Atraso entre 31 e 60 dias | Acima de 60 dias (a) | % Acima de 60 dias (a) | Nº | % Não liquidadas até 31 de dezembro de 2008 (b) | (a + b) | (a + b) % |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| out/06 | 101 | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | 101 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| nov/06 | 17.122 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.013 | 99,36% | 74 | 0,43% | - | 0,00% | 35 | 0,21% | - | 0,00% | 35 | 0,21% |
| dez/06 | 20.091 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.660 | 87,50% | - | 0,00% | 1.143 | 5,69% | 1.288 | 6,41% | - | 0,00% | 1.288 | 6,41% |
| jan/07 | 17.379 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.355 | 99,89% | - | 0,00% | - | 0,00% | 24 | 0,14% | - | 0,00% | 24 | 0,14% |
| fev/07 | 17.403 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.371 | 99,81% | - | 0,00% | 33 | 0,19% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| mar/07 | 17.363 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.341 | 99,88% | 1 | 0,01% | 1 | 0,01% | 20 | 0,11% | - | 0,00% | 20 | 0,11% |
| abr/07 | 17.481 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.297 | 98,95% | 184 | 1,05% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| mai/07 | 17.438 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.347 | 99,48% | - | 0,00% | 91 | 0,52% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| jun/07 | 17.436 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.436 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| jul/07 | 17.976 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.876 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| ago/07 | 17.297 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.250 | 99,73% | - | 0,00% | - | 0,00% | 47 | 0,27% | - | 0,00% | 47 | 0,27% |
| set/07 | 17.391 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.391 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| out/07 | 18.175 | - | 0,00% | - | 0,00% | 18.175 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| nov/07 | 18.403 | - | 0,00% | - | 0,00% | 18.364 | 99,79% | - | 0,00% | 39 | 0,21% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| dez/07 | 17.538 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.538 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| jan/08 | 17.515 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.515 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| fev/08 | 17.429 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.429 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| mar/08 | 17.356 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.356 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| abr/08 | 17.195 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.195 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| mai/08 | 17.153 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.153 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| jun/08 | 17.505 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.505 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| jul/08 | 17.421 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.421 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| ago/08 | 17.477 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.477 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| set/08 | 17.408 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.408 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| out/08 | 17.224 | - | 0,00% | - | 0,00% | 17.224 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| nov/08 | 16.597 | - | 0,00% | - | 0,00% | 16.597 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| dez/08 | 16.111 | - | 0,00% | - | 0,00% | 16.111 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Total | 454.888 | - | 0,00% | - | 0,00% | 451.809 | 99,32% | 259 | 0,06% | 1.408 | 0,31% | 1.413 | 0,31% | - | 0,00% | 1.413 | 0,31% |
| Média | | | 0,00% | - | 0,00% | 16.734 | 95,73% | 10 | 0,06% | 52 | 3,95% | 52 | 0,26% | - | 0,00% | 52 | 0,26% |
| Desvio Padrão | | | 0,00% | - | 0,00% | 3.370 | 19,27% | 38 | 0,22% | 229 | 19,23% | 247 | 1,23% | - | 0,00% | 247 | 1,23% |
| Mínimo | | | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Máximo | | | 0,00% | - | 0,00% | 18.364 | 100,00% | 184 | 1,05% | 1.143 | 100,00% | 1.288 | 6,41% | - | 0,00% | 1.288 | 6,41% |

* Pagamentos pontuais referem-se a soma das faturas antecipadas, liquidadas no vencimento e pagas com atraso de até 5 dias.

Não houve, no período, pagamentos antecipados ou faturas levadas a perda em função de inadimplimento. Não obstante, importante ressaltar que o pagamento antecipado de faturas pelo Banco do Brasil pode afetar o Fundo, haja vista que o valor que este pode receber em cada Período de Entrega é limitado pelo VME. Caso o VME já tenha sido atingido, o Fundo não poder receber os recursos pagos antecipadamente e que poderiam ser necessários para compor o VME de Período de Entrega subsequentes. Nesse caso, o Fundo poderá fazer uso de suas reservas para minimizar o impacto. Em caso de pagamentos em atraso, o Fundo poderá não receber o montante correspondente ao VME, o que pode levar a um Evento de Avaliação no Fundo. Além disso, o Fundo tem a faculdade de exigir da Cobra a permuta dos Direitos Creditórios inadimplidos parcial ou totalmente.

PRESTADORES DE SERVIÇO

Instituição Administradora

Histórico e Atividades

A Instituição Administradora foi constituída em 21 de junho de 1999, como consequência da necessidade regulamentar de segregação da administração de recursos de clientes, e alterou no ano seguinte sua denominação para Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

A sociedade atua principalmente na administração dos recursos de seus clientes e, como distribuidora de títulos e valores mobiliários, também atua na subscrição de emissões de títulos e na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto. No Brasil, a Instituição Administradora é uma das principais instituições administradoras de fundos de investimentos, com reconhecida atuação na administração de fundos de investimento em direitos creditórios.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Outros Ativos de titularidade do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, além daquelas previstas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento, bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - g) os relatórios do Auditor;

- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- iv) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- v) divulgar anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem as Cotas, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, quando solicitada, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, em especial as discriminadas no capítulo “Características Gerais do Fundo – Informações Complementares – Publicações”;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores, do Fundo ou dos Direitos Creditórios e Outros Ativos;
- xi) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, dentro do prazo de 5 dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e
- xii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos no Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Razão Mínima e da Reserva de Pagamentos.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidade de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Instituição Administradora, pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento, na Instrução CVM nº 356/01 e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- viii) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- ix) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo,
- x) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xi) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” abaixo.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo, mediante aviso divulgado no periódico indicado no capítulo “Características Gerais do Fundo – Informações Complementares – Publicações” ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em no máximo 15 dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até o término do processo de liquidação.

Os Cotistas reunidos em Assembléia Geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a esta documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

Na hipótese de deliberação da Assembléia Geral pela substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituída, o que deverá ocorrer em prazo de, no máximo, 60 dias, sob pena de liquidação antecipada do Fundo.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 dias úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

Custodiante

Histórico e Atividades

O Custodiante contratado para exercer as atividades de custódia e controladoria do Fundo, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, será o Banco do Brasil S.A.

Dentre as características específicas das atividades do Custodiante, destacam-se os serviços de: (i) gestão de carteira de recebíveis; (ii) escrituração de quotas; (iii) custódia e liquidação financeira; (iv) contabilidade; (v) controladoria e (vi) precificação de ativos.

O Custodiante possui estrutura tecnológica que proporciona exatidão, rapidez e sigilo das informações, com sistemas específicos para atender os serviços de custódia de fundos de investimento em direitos creditórios, cujas soluções tecnológicas abrangem a qualificação dos recebíveis, o controle da liquidação física e financeira, o gerenciamento das carteiras e as conciliações de forma integrada aos demais sistemas internos e externos, dispondo também de sistema de contingência de proteção de dados, em ambientes alternativos, dotados de infra-estrutura para assegurar a pronta continuidade dos serviços.

Por intermédio do serviço de liquidação financeira, o Custodiante efetua todas as operações realizadas pelos fundos e carteiras junto ao mercado e disponibiliza informações sobre o fluxo de caixa, cujos relatórios possibilitam a visualização de toda movimentação de pagamentos e recebimentos, o que permite um melhor gerenciamento de recursos.

No que tange à contabilidade e controladoria, o Banco do Brasil oferece o serviço de suporte ao mercado de capitais, controlando o ativo e o passivo dos fundos de investimento, fornecendo as demonstrações contábeis, relatórios e demais informações aos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Responsabilidades

A prestação de serviços de (i) escrituração de Cotas; (ii) controladoria; (iii) custódia; e (iv) centralização da arrecadação dos recursos recebidos em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios, caberá ao Banco do Brasil.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos nos Documentos da Operação e na regulamentação aplicável, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades relacionadas à custódia e controladoria do Fundo:

- i) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação dos quais o Custodiante seja parte;
- ii) fazer a guarda e custódia escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação pertinente, dos registros eletrônicos da base de dados com informações relativas aos Direitos Creditórios, de cópia das Faturas e dos Contratos Cedidos;

- iii) validar os Direitos Creditórios em relação ao Critério de Elegibilidade;
- iv) efetuar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios e Outros Ativos e receber quaisquer rendimentos ou valores a esses referentes;
- v) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Instituição Administradora;
- vi) notificar a Instituição Administradora, no prazo de 1 dia útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Custódia ou do Contrato de Cessão;
- vii) elaborar e fornecer à Instituição Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Créditos Performados entregues e pagos ao Fundo e aos Contratos Cedidos, de acordo com as condições previstas no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, bem como extrato mensal dos recursos transitados na Conta Transitória; e
- viii) prestar serviços de custódia dos Outros Ativos.

Substituição do Custodiante

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.

Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto no item “Substituição da Instituição Administradora” acima.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na seção “Taxas” abaixo.

Agente de Cobrança e Fiel Depositária

A Cedente foi contratada pelo Custodiante para efetuar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios e guarda física dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios, especificamente das Faturas e dos Contratos Cedidos, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão, sendo responsável pela emissão e encaminhamento das Faturas ao Banco do Brasil.

Instituição Líder

A distribuição das Cotas será efetuada pelo BB Banco de Investimento S.A.

Histórico

O Banco do Brasil atua no mercado de capitais doméstico por meio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI). Na custódia de ativos no mercado doméstico, ocupa o 2º lugar no ranking Anbid, com 24% de participação.

O BB disponibiliza serviço de compra e venda de ações através da rede de agências, internet (home broker) e celular, que resultou em volume de R\$ 14,4 bilhões. Em 2008, o BB-BI participou de 15 operações de renda fixa com volume de R\$ 3,9 bilhões e de 3 operações de renda variável. Atuou como Coordenador Líder na Oferta Pública de Ações da Copasa, no valor de R\$ 460 milhões, e como Coordenador na Oferta Pública de Ações da Vale, no valor de R\$ 19,4 bilhões. No ranking Anbid de renda variável, ocupa o 4º lugar com o valor de R\$ 3,9 bilhões em 2008.

No mercado de capitais internacional, o BB, por meio de sua corretora externa, BB Securities Ltd, liderou 2 emissões, totalizando US\$ 180 milhões, além de atuar como co-manager na emissão realizada pelo Tesouro Nacional no valor de US\$ 525 milhões e na operação do BNDES no valor de US\$ 1 bilhão.

Em 2008, o volume de negociação no mercado secundário totalizou R\$ 4,4 bilhões e marcou o início da cobertura de investidores no Oriente Médio, em adição aos mercados da Europa e da Ásia.

Auditor

Foi contratado como Auditor a KPMG Auditores Independentes.

Substituição do Auditor

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir o Auditor, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações”.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como Agência Classificadora de Risco Standard & Poor’s, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações”.

TAXAS

Além das taxas descritas abaixo, não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo, a título de Taxa de Administração, 0,12% a.a., sendo a remuneração mínima mensal de R\$ 10.000,00.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas além da Taxa de Administração.

Remuneração do Custodiante

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante fará jus a uma remuneração equivalente a 0,25% ao ano sobre o PL do Fundo.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, a Cedente cede e transfere ao Fundo, que adquire de acordo com os termos, condições e limitações previstas no Contrato de Cessão, todos os Direitos Creditórios, incluindo todos seus acessórios, de titularidade da Cedente oriundos dos Contratos Cedidos.

A cessão compreende: (i) os Direitos Creditórios decorrentes dos serviços prestados, nos termos dos Contratos Cedidos, e já faturados pela Cedente na Data de Aquisição e Pagamento; e (ii) os Direitos Creditórios originados dos Contratos Cedidos que se tornarem exigíveis pelo Fundo em decorrência da efetiva prestação de serviços pela Cedente ao Banco do Brasil, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo. A eficácia e validade da cessão dos Direitos Creditórios pactuada no Contrato de Cessão não serão afetadas, de nenhuma forma, pelo procedimento de cobrança e/ou faturamento dos Direitos Creditórios pela Cedente.

Fundo e Cobra declaram-se plenamente cientes e de acordo de que parte dos direitos creditórios oriundos dos Contratos Cedidos foram previamente cedidos ao Cobra FIDC I. Portanto, o Fundo somente fará jus aos Direitos Creditórios que não tiverem sido entregues ao Cobra FIDC I, que terá prioridade sobre os direitos creditórios oriundos dos Contratos Cedidos enquanto estiver em vigor, inclusive na hipótese de ocorrência de um evento de avaliação ou de liquidação naquele fundo de investimento.

Os Direitos Creditórios serão exigíveis perante o Banco do Brasil somente em relação aos serviços efetivamente prestados e a partir do dia para o pagamento estabelecido no correspondente Contrato da Cobra, devendo ser periodicamente formalizados por meio de Faturas emitidas pela Cobra. O Fundo deverá constar nas Faturas como beneficiário do pagamento relativo aos Direitos Creditórios.

A cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão é irrevogável e irretroatável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo e até a efetiva liquidação integral das Obrigações do Fundo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e demais acessórios.

A Cedente responsabiliza-se (i) pela originação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios, (ii) pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes e (iii) por eventuais exceções apresentadas pelo Banco do Brasil à Cedente quando da notificação da cessão bem como ao Fundo a qualquer tempo, nos termos do artigo 294 do Código Civil Brasileiro, se for o caso.

A entrega dos Direitos Creditórios objeto da cessão está limitada ao montante suficiente à integral liquidação das Obrigações do Fundo.

A Cedente, em contrapartida ao pagamento do Preço de Aquisição, obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a entregar Créditos Performados ao Fundo, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade.

Em cada Período de Entrega até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, a Cedente compromete-se a entregar ao Fundo, de forma definitiva e incondicional, os primeiros Créditos Performados vincendos, até que seja atingido o valor calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$VME = [(n \times VAP) + DEF + RR]$$

onde:

“VME” ou Valor Mensal de Entrega, corresponde ao montante dos Créditos Performados a serem entregues ao Cessionário durante o Período de Entrega em referência, sendo que, quando o VME for negativo será considerado zero para fins de cálculo do Valor Mensal de Entrega;

“n” corresponde ao número total de Cotas Seniores;

“VAP” corresponde ao valor estimado da próxima parcela de amortização de principal e juros de cada Cota Sênior, calculada de acordo com o disposto no Regulamento;

“DEF” corresponde ao valor estimado para os Encargos do Fundo previstos para o Período de Entrega subsequente; e

“RR” corresponde ao valor necessário à recomposição da Razão Mínima e da Reserva de Amortização.

A entrega dos Direitos Creditórios deverá observar o procedimento detalhado abaixo:

- i) a Cedente deverá enviar ao Custodiante, até o décimo nono dia de cada mês, a relação das Faturas emitidas ou que serão emitidas contra o Devedor com vencimento para o Período de Entrega subsequente;
- ii) a Instituição Administradora, até as 16:00 do mesmo dia, deverá comunicar ao Custodiante e à Cedente o VME do Período de Entrega subsequente;
- iii) o Devedor deverá efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios diretamente na Conta Transitória administrada pelo Custodiante. Uma vez verificado o atendimento ao critério de elegibilidade estabelecido na cláusula 10 do Regulamento, os valores recebidos na Conta Transitória deverão ser transferidos no mesmo dia útil, por ordem de recebimento, à Conta de Movimentação, até que se atinja o VME informado pela Instituição Administradora; e
- iv) posteriormente à transferência integral do VME do respectivo Período de Entrega à Conta de Movimentação, e até o final de tal Período de Entrega, o valor excedente recebido na Conta Transitória deverá ser redirecionado à conta corrente indicada pela Cobra.

Na hipótese da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, todos os recursos depositados na Conta Transitória, que correspondam à totalidade dos Créditos Performados em cada Período de Entrega, passarão a ser direcionados pelo Custodiante à Conta de Movimentação, no mesmo dia útil do respectivo recebimento, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo. A decisão pela eventual interrupção de tal direcionamento de recursos à Conta de Movimentação caberá exclusivamente à Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

Em caso de recebimento de aviso prévio de rescisão ou da efetiva rescisão, cancelamento ou extinção de qualquer Contrato Cedido, a Instituição Administradora deverá requerer à Cedente a permuta da totalidade dos Direitos Creditórios originados de tal Contrato Cedido pela totalidade dos direitos creditórios originados de um ou mais Contratos da Cobra que possuam, individualmente ou em conjunto, valor nominal equivalente ou superior àqueles permutados e que atendam aos critérios descritos abaixo.

Em caso de alteração, inadimplência parcial ou total de qualquer Contrato Cedido ou qualquer Fatura originada de determinado Contrato Cedido, está facultado ao Fundo requerer à Cedente a permuta da totalidade dos Direitos Creditórios originados de tal Contrato Cedido ou descritos em tal Fatura pela totalidade dos direitos creditórios originados de um ou mais Contratos da Cobra ou descritos em outras Faturas originadas de um ou mais Contratos da Cobra que possuam, individualmente ou em conjunto, valor nominal equivalente ou superior e que atendam aos critérios descritos abaixo.

O Contrato da Cobra que origine direitos creditórios passíveis da permuta devem apresentar as seguintes características:

- i) ter como objeto a prestação de serviços essenciais à atividade bancária;
- ii) ter sido celebrado, exclusivamente, entre a Cedente e o Banco do Brasil;
- iii) estar livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos ou gravames; e
- iv) não haver Faturas dele oriundas vencidas e não pagas por prazo superior a 30 dias.

O Custodiante deverá analisar se o(s) contrato(s) que origina(m) os direitos creditórios oferecido(s) à permuta se enquadra(m) nos requisitos indicados acima, informando a Instituição Administradora, por escrito, sobre suas conclusões.

Uma vez recebida as conclusões do Custodiante e a súmula da Agência Classificadora de Risco, a Instituição Administradora efetuará a permuta de Direitos Creditórios pelos direitos creditórios de um ou mais Contratos da Cobra.

Caso a Instituição Administradora decida pela permuta de Direitos Creditórios, deverá comunicar a Cedente sobre tal decisão. A Cedente desde já autoriza qualquer permuta requerida pela Instituição Administradora, comprometendo-se a celebrar junto ao Fundo o Termo de Permuta, e a tomar todas as demais medidas que se façam necessárias para que a permuta ocorra de forma a não prejudicar os interesses do

Fundo, sob pena de caracterização do inadimplemento do Contrato de Cessão.

Nenhum pagamento será devido pelo Fundo à Cedente em razão de qualquer permuta realizada e não haverá alteração do Valor Mensal de Entrega.

O Contrato de Cessão começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral das Obrigações do Fundo.

Contrato de Custódia

Por meio desse Contrato o Custodiante será contratado pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, e pelo Gestor, com a interveniência do Cedente, para a prestação dos serviços de guarda, liquidação física e financeira das operações com Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, administração e informação de eventos associados a esses ativos e de contabilidade e controladoria de ativos e passivos.

Contrato de Colocação

Por meio do Contrato de Colocação, a Instituição Líder se compromete a colocar publicamente as Cotas sob regime de melhores esforços, durante período de até 180 dias contado da data de publicação do anúncio de início de distribuição. Pelos serviços de estruturação do Fundo, o BB BI fará jus a comissão de estruturação equivalente a R\$ 680.000,00. Pelos serviços de distribuição, a Instituição Líder fará jus a comissão de distribuição equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) aplicado sobre o montante de Cotas Seniores efetivamente colocadas pelo BB-BI.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

Os riscos financeiros monitorados e controlados pela Instituição Administradora podem ser classificados em 4 (quatro) tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional:

Risco de mercado

O risco de mercado se deve às mudanças nos preços dos Outros Ativos. Estas, por sua vez, se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das commodities. Para controle e mensuração de risco de mercado a Instituição Administradora utiliza um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

A Instituição Administradora usa a abordagem do *Value at Risk* (VaR) para calcular o risco de mercado diário das posições de suas Carteiras. Para o controle da exposição das carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Instituição Administradora é feito através da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:

- Limites financeiros de exposição por classes/subclasses de ativos;
- Limites temporais (envolvendo maturidade ou *duration*) de exposição a risco por classes/subclasses de ativos;
- Limite de *value at risk* para as posições das carteiras como um todo;
- Limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e subclasses de ativos existentes nas carteiras (renda fixa pré-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- Limites de VaR em condições de *Stress*;
- Limites de alavancagem; e
- Limites de preservação de capital para as carteiras.

A Instituição Administradora também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de *stress*. Essas análises de *stress* são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

Risco de crédito

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de default, i.e., a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito da Instituição Administradora está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

A Instituição Administradora possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito. Já a avaliação do risco de crédito dos instrumentos derivativos é feita por meio de mensurações da exposição potencial e da exposição corrente. A exposição corrente é o valor de mercado, ou o custo de reposição, das posições existentes em aberto. A exposição potencial mede perdas futuras prováveis devidas a default ao longo da vida restante das posições existentes em aberto.

Risco de liquidez

A estratégia de gerenciamento de liquidez da Instituição Administradora estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras da Instituição Administradora em suportarem eventos de *stress* no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez (ou, simplesmente, estratégia de liquidez) dispõe sobre aspectos como:

- Composição de ativos e passivos;
- Liquidez de ativos;
- Procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez (tanto de curto como de longo prazo);
- Limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- Limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos da Instituição Administradora avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia da Instituição Administradora, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos da Instituição Administradora e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez da Instituição Administradora é avaliada criticamente a intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

Risco operacional

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades da Instituição Administradora é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

A Cobra é sociedade controlada pelo Banco do Brasil, que detém 99,4% do capital daquela. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo decorrem da prestação de serviços da Cobra ao Banco do Brasil, que é, portanto, devedor dos Direitos Creditórios. Tais serviços são essenciais à atividade bancária exercida pelo Banco do Brasil.

Além disso, o Banco do Brasil (i) é o Custodiante do Fundo, sendo responsável, entre outros, pela conciliação e segregação dos recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios que pertencem ao Fundo e à Cedente; (ii) é o controlador direto da Instituição Líder; e (iii) poderá vir a ser o controlador indireto da Instituição Administradora, conforme detalhado na seção “Informações relativas ao Banco do Brasil – Investimentos Estratégicos - Banco Votorantim” abaixo. Ainda, o gerente executivo do Custodiante, Sr. José Maurício Cardoso Perez, exerce a função de Conselheiro da Cedente.

A Instituição Líder, a Instituição Administradora e o Custodiante podem assumir as mesmas funções, isolada ou conjuntamente, em outros fundos de investimento. Contudo, essa ligação comercial não deverá criar qualquer conflito de interesse com relação à atuação no Fundo. Atualmente, a Instituição Administradora, o Custodiante e a Instituição Líder não atuam, em conjunto, como prestadores de serviço em outros fundos:

A Cedente ainda possui relacionamento comercial com o Banco do Brasil, que consiste em:

- i) prestação de serviços bancários em geral, tais como conta corrente, pagamento de fornecedores, pagamento de salário de funcionários etc.;
- ii) contratação de operações comerciais usuais do mercado financeiro, tais como o cartão de crédito corporativo e o cartão de vale refeição para funcionários, em montante de aproximadamente R\$800 mil e R\$300 mil, respectivamente; e
- iii) aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas de títulos públicos, em montante de aproximadamente R\$ 14,9 milhões em compromissadas e R\$ 3,7 milhões em CDBs como garantias de operações, saldo em 31 de março de 2009.

Ademais, na qualidade de acionista controlador da Companhia, o Banco do Brasil realizou três Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, a saber:

- i) AFAC efetuado em 9 de agosto de 2007, no montante de R\$ 54.500.000,00, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em 3 de agosto de 2007;
- ii) AFAC efetuado em 30 de novembro de 2007, no montante de R\$44.300.000,00, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em 26 de novembro de 2007; e
- iii) AFAC efetuado em 2 de maio de 2008, no montante de R\$72.900.000,00, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em 11 de abril de 2008.

Embora os recursos já tenham sido liberados para a Companhia, o aumento de capital correspondente aos referidos AFAC estão sujeitos à (i) aprovação por Assembléia Geral, conforme disposto no artigo 12 do estatuto social da Companhia; e (ii) obtenção de prévia autorização do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto no artigo 2º, I do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001.

A Instituição Administradora mantém com a BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BB DTVM”), sociedade integrante do grupo econômico da Instituição Líder, relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e especificamente celebraram contrato de distribuição de cotas de fundos de investimento, pelo qual a BB DTVM distribui a seus clientes cotas de fundos de investimento administrados pela Instituição Administradora e recebe remuneração por referida distribuição. Além disso, o Banco Votorantim, instituição financeira controladora da Instituição Administradora, mantém relacionamento comercial com a Instituição Líder e praticam operações interbancárias de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro.

Ademais, os fundos de investimento administrados pela Instituição Administradora podem possuir em sua carteira de ativos, títulos emitidos por sociedades integrantes do grupo econômico da Instituição líder, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro e gestão de fundos de investimento.

TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, o IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das Cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do Prazo de Duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

| Alíquota | Prazo do Investimento |
|-----------------|------------------------------|
| 22,5% | até 180 dias |
| 20,0% | entre 181 e 360 dias |
| 17,5% | entre 361 e 720 dias |
| 15,0% | acima de 720 dias |

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

| Alíquota | Prazo do Investimento |
|-----------------|------------------------------|
| 22,5% | até 180 dias |
| 20,0% | acima de 180 dias |

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de sua liquidação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CEDENTE

Sumário

A Cobra Tecnologia S.A foi constituída em 18 de julho de 1974 para atuar no mercado de TI, sendo uma das maiores empresas brasileiras neste segmento. Na data deste Prospecto, o capital social da Cedente era de R\$17.182.540,56, totalmente integralizado e dividido em 4.125.991 ações ordinárias e 474 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A Cedente é uma companhia de capital fechado, portanto sem registro na CVM, com prazo de duração indeterminado, sediada na Estrada dos Bandeirantes, nº 7966, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Em 6 de março de 1990, o Banco do Brasil tornou-se seu acionista controlador, passando a exercer influência na direção dos negócios da Cedente. Atualmente, o Banco do Brasil detém 99,4% do capital social da Cobra.

Por sua condição de pertencer à administração pública indireta, a Cobra é uma empresa que adquiriu tradição na prestação de serviços para entidades públicas. A Cobra conta com profissionais qualificados e experientes em projetos complexos e de grande volume realizados com o Banco do Brasil e em outros clientes de grande porte. Tem equipes especializadas em multimarcas e multiprodutos. Além disso, possui ampla cobertura geográfica no Brasil, tendo condições de prestar serviços em todo o território nacional.

Além prestar suporte tecnológico a todo o conglomerado financeiro do Banco do Brasil, a Cobra atualmente é umas das maiores integradoras de soluções de TI do país. A Cobra desenvolve, comercializa, implanta, treina e presta diversos serviços associados à tecnologia da informação, com capacidade de atendimento em todo o território nacional. A Cedente, ainda, é especializada no desenvolvimento de *software* para instituições financeiras e órgãos da administração pública.

A Cedente não possui participações em outras sociedades, e não investiu em nenhuma sociedade durante os últimos três exercícios sociais.

A Cedente não passou por transformações ou reestruturações societárias nos últimos cinco anos.

Objeto Social

De acordo com seu estatuto social, a Cedente tem por objeto desenvolver, fabricar, comercializar, alugar, integrar, importar e exportar equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas e produtos associados, insumos e suprimentos, bem como prestar serviços afins, abrangendo:

- i) assistência técnica, serviços técnicos de informática, automação eletrônica, adaptação, personalização, implantação, instalação, reparação, manutenção, projeto e implantação de redes de comunicação de voz, dados e imagens, gerenciamento eletrônico, digitalização, digitação, processamento de dados e teleprocessamento;

- ii) microfilmagem, fitoteca, impressão, reprografia, retaguarda de atividades bancárias e de quaisquer outras;
- iii) assessoria, consultoria, modernização, planejamento, gestão de projetos, programação, análise de sistemas, treinamento, gerenciamento e apoio logístico;
- iv) supervisão e execução de atividades inerentes a terminais eletrônicos de auto-atendimento e a centros de atendimento; e
- v) correspondente bancário.

Histórico

Primeira fase: Nacionalização da Tecnologia

A idéia de uma indústria nacional de computadores surgiu de um projeto que congregou duas das maiores universidades do país, a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC). A partir de tentativas frustradas de se criar um microcomputador, percebeu-se a necessidade de se constituir uma empresa de tecnologia nacional para implementar o projeto. O capital dessa empresa, segundo a idéia original, deveria contar com a participação do Estado, de um sócio privado nacional e de um sócio estrangeiro. E, nesses termos, a Cobra foi constituída em 18 de julho de 1974 com a associação entre o BNDE, a EE Eletrônica, sociedade de capital nacional, e a sociedade inglesa Ferranti.

A Cobra iniciou suas atividades fabricando no Brasil o computador Argus 700, para treinamento da Marinha, e criando um sistema de desenvolvimento de software para os computadores modelo FM 1600. A seguir, como resultado de parceria firmada com a empresa americana Sycor, foram produzidos os primeiros computadores Cobra 400, voltados para aplicações de entradas de dados. O sucesso inicial possibilitou a ampliação do mercado da Cobra que, já em 1979, contava com centros de atendimento em 38 cidades do território nacional.

Segunda Fase: Desenvolvimento da Tecnologia

No início da década de 80, a Cobra passou a se dedicar ao desenvolvimento de seus próprios produtos, tais como microcomputadores (Cobra 300, Cobra 210 e XPC), terminais de vídeo (TD e TR), sistemas operacionais (SOM, SPM, SOD e SOX) e terminais TeleVip para aplicações financeiras e comerciais. Essa etapa conheceu seu ponto mais alto com o desenvolvimento da linha Cobra 500 que tinha, entre seus principais modelos, o Cobra 530, primeiro computador totalmente projetado, desenvolvido e industrializado no Brasil.

Nessa etapa, a Cobra lançou a linha X de micros e supermicrocomputadores, baseados em processadores Motorola. Em virtude da alta demanda por supermicrocomputadores, a Cobra fechou acordo de cooperação e transferência de tecnologia com a empresa norte-americana Data General para a industrialização e comercialização de produtos da linha C-1000.

Em meados da década de 80, a Cobra reconheceu que focar-se apenas no desenvolvimento e na produção não era estrategicamente interessante. A Companhia passou, assim, a prestar serviços de manutenção e assistência técnica, o que permitiu abrir novas frentes de atuação, tornando-se pioneira no segmento de automação bancária. O crescimento da contribuição da atividade de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica para as receitas da Companhia fez com que a Cobra deixasse de ser simplesmente uma fábrica de computadores para tornar-se uma empresa de desenvolvimento, produção, vendas e manutenção de produtos de computação. Assim, a Cobra entrou nos anos 90 estruturada para realizar projetos abrangentes e complexos, apta a oferecer às médias e grandes corporações soluções de tecnologia na medida das respectivas necessidades.

Terceira Fase: Integração de Soluções

No início dos anos 90, a Cobra, tendo adotado o perfil de integradora de soluções em médias e grandes corporações, notadamente em áreas vinculadas ao governo, passou a trabalhar em todas as etapas de projetos de TI, o que inclui: (i) consultoria para estruturação do projeto; (ii) comercialização de estações de trabalho, servidores, superservidores, produtos de rede LAN/WAN, periféricos e produtos de software; (iii) suporte de pré-venda e pós-venda; (iv) treinamento de pessoal; (v) locação de espaço; (vi) hospedagem de servidores; (vii) instalação dos produtos fornecidos; e (viii) manutenção. Com essa atuação ampla, a Cobra passou a oferecer soluções tecnológicas para os mais variados setores do mercado.

Com o fim da reserva de mercado no segmento de computação, desenhou-se um novo panorama no setor de informática brasileiro, que obrigou as indústrias nacionais a firmarem parcerias como única alternativa para acompanhar a velocidade do desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, a Cobra firmou parcerias com grandes empresas de tecnologia do mundo, como por exemplo, a Sun Microsystems, IBM, Cisco, Microsoft e Oracle.

Em 6 de março de 1990, o Banco do Brasil tornou-se acionista majoritário da Cobra, passando a exercer influência em questões diretivas e ajudando na administração dos negócios.

A mudança do perfil industrial para o perfil de integradora de soluções foi sacramentada com o desenvolvimento de um projeto relacionado ao sistema de entrada de dados do Banco do Brasil, denominado ON-LINE 16 bits. A Cobra conseguiu vencer gigantes do mercado em concorrência para o fornecimento de equipamentos e softwares para esse projeto.

Na segunda metade da década de 90, a necessidade de modernização do Banco do Brasil exigiu a implantação de uma infra-estrutura gigantesca de equipamentos em todas as suas dependências com o objetivo principal de possibilitar controles centralizados em toda a rede de atendimento do Banco do Brasil. A implementação do projeto, que integrou mais de 3.000 agências e postos de atendimento em todo o país, foi um grande desafio para Cobra, pois exigiu além de capacitação tecnológica, alto grau de desenvolvimento logístico e de gerenciamento.

Estratégia

A estratégia corporativa da Cobra para o período 2008-2012 está estruturada com objetivos de geração de resultados para a sustentabilidade da empresa no longo prazo, expansão dos negócios e fortalecimento da competência empresarial e da imagem da empresa no seu mercado de atuação. Com isso, a Cobra pretende reafirmar sua posição como parceira e aliada estratégica do BB, obter o reconhecimento do mercado e Governo como empresa ética e desenvolvedora de tecnologias e, internamente, ser reconhecida por seus funcionários por oferecer oportunidades de crescimento profissional.

Atividades da Cedente

Visão Geral dos Negócios

Atuando como prestadora de serviços na área de TI, a Cedente é detentora de um dos mais abrangentes portfólios de produtos (equipamentos para infra-estrutura em TI, *software*, e serviços) para empresas públicas, privadas e órgãos do governo, destacando-se na prestação de serviços para instituições financeiras. Ressaltamos abaixo os produtos de maior relevância em termos de faturamento.

Equipamentos para Infra-Estrutura em TI

- i) Servidores Departamentais – linha completa (própria e de terceiros) de servidores para ambiente de departamento, eficazes para um grupo de trabalho, assim como capazes de gerenciar aplicações de banco de dados;
- ii) Estações de Trabalho – linha completa e própria de equipamentos, nas mais diversas configurações, passíveis de integração à rede interna e externa, para uso doméstico e profissional;
- iii) Superservidores Corporativos – linha completa de servidores e superservidores com arquitetura de multiprocessamento compatível com os mais diversos ambientes operacionais, caracterizados pelo alto desempenho, alta capacidade de configuração, portabilidade, e alto nível de confiabilidade, disponibilidade e de serviços; e
- iv) Produtos de Rede LAN/WAN – produtos de alta tecnologia compatíveis com os principais padrões de conectividade estabelecidos no mercado, com soluções baseadas em interfaces de rede, *hubs*, *switches*, roteadores, produtos para comunicação multimídia, gerenciadores de ambiente distribuídos, entre outros.

Software

- i) Produtos de *Software* – linha de produtos baseada em plataformas e sistemas abertos de padrão mundial, disponibilizando os mais variados ambientes operacionais, diversos padrões de conectividade, banco de dados, compiladores, linguagens, *software* de gerenciamento, comércio eletrônico e outros.

Serviços

- i) Assistência Técnica em infra-estrutura de TI – assistência técnica em equipamentos, redes convergentes (voz e dados) e telecomunicações, com sistemas de transmissão de dados via satélite e por fibra ótica, atendimento 0800, análise e diagnóstico remoto de problemas de *hardware* e *software*, atualização de *software*, atualização tecnológica, extensão de garantia, certificação e auditoria do parque de equipamentos, fornecimento de suprimentos, instalação de *hardware* e *software*, infra-estrutura elétrica e lógica, manutenções corretiva, preventiva e preditiva, reposição de peças, suporte técnico em 1º nível (*help desk*) e 2º nível (atendimento nas instalações do cliente), treinamentos e 7 níveis de *Service Level Agreement* (modelos de atendimento que se adaptam às necessidades do cliente);
- ii) Serviços Profissionais de TI:
 - a) desenvolvimento de sistemas e aplicações, com a utilização de metodologias consagradas no mercado e profissionais especializados em tecnologias de código aberto;
 - b) suporte especializado em *software* e *hardware*, incluindo suporte telefônico para esclarecimento de dúvidas e orientações sobre equipamentos e *software*;
 - c) manutenção e atualização de programas e sistemas produzidos pela Cedente e por terceiros;
 - d) implantação de sistemas de TI, customizações de ambientes de alto desempenho e de servidores para missão crítica; e
 - e) planejamento, implantação, operação e gerenciamento de redes corporativas de voz e dados, incluindo a certificação dos sistemas e do cabeamento estruturado.
- iii) Impressão – capacidade para tratamento e impressão de dados variáveis, com personalização, produção de documentos e acabamento, num processo que envolve equipamentos com capacidade para produção de grandes volumes;
- iv) Locação – locação de infra-estrutura de TI com o gerenciamento integral de todos os recursos de *hardware*, *software* e humanos de uma corporação;
- v) Microfilmagem – microfilmagem de documentos e cheques, arquivamento e conservação de microfilmes originais e cópias e reprodução de documentos; inclui ainda serviços agregados tais como: (a) retirada e devolução de documentos, (b) guarda de documentos, (c) organização e tratamento de documentos, (d) consultoria em microfilmagem, (e) otimização de arquivos, e (f) serviços híbridos de microfilmagem e digitalização;
- vi) *Contact Center* – prestação de serviços especializados de atendimento telefônico; incluindo o fornecimento de recursos humanos, gestão e infra-estrutura; integração de soluções de *Contact Center* e outros serviços correlatos, tais como suporte técnico, desenvolvimento de ferramentas, consultoria em projetos e treinamento;

- vii) *Back-Office* – processamento de numerário e de documentos financeiros e não financeiros, com tecnologias de imagem, oriundos de agências bancárias; e
- viii) *Data Center* – site com infra-estrutura em TI, com todos os requisitos de segurança e disponibilidade adequados para oferecer ao mercado serviços de hospedagem, gerenciamento e armazenamento de dados e aplicações, propiciando aos clientes foco no seu negócio.

Composição da Receita Bruta por Tipo de Negócio

A tabela abaixo mostra a composição da receita bruta da Cedente por tipo de negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008:

| Receita Bruta por Negócio (R\$ Mil) | 2008 | % | 2007 | % | 2006 | % |
|--|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <i>Hardware/Software</i> | 4.678 | 1,19 | 4.473 | 1,03% | 43.307 | 8,54% |
| Assistência Técnica | 233.338 | 59,17 | 263.330 | 60,87% | 343.807 | 67,82% |
| Serviços Profissionais de TI | 26.362 | 6,68 | 55.166 | 12,75% | 18.216 | 3,59% |
| Impressão | 57.110 | 14,48 | 56.643 | 13,09% | 54.022 | 10,66% |
| Locação | 957 | 0,24 | 2.403 | 0,56% | 8.893 | 1,75% |
| Microfilmagem | 16.656 | 4,22 | 18.001 | 4,16% | 15.837 | 3,12% |
| <i>Contact Center</i> | 23.950 | 6,07 | 19.812 | 4,58% | 14.563 | 2,87% |
| <i>Back Office (Processamento eletrônico de envelopes)</i> | 27.602 | 7,00 | 12.301 | 2,84% | 5.742 | 1,13% |
| Outros | 3.733 | 0,95 | 451 | 0,10% | 2.586 | 0,51% |
| Total do Faturamento | 394.386 | 100,00 | 432.580 | 100,00% | 506.973 | 100,00% |

Mercados de atuação

A atuação da Cedente atinge mais de 3.500 municípios. A Cedente possui 5 unidades regionais, 29 centros de atendimento técnico e 278 técnicos residentes, que lhe proporcionam cobertura de âmbito nacional.

Capacitação Técnica

A Cobra possui corpo técnico altamente qualificado para projetos de soluções e atividades de pré e pós-venda. Conta, ainda, com uma equipe de técnicos e analistas distribuídos por todo o território nacional com o perfil apropriado para o atendimento em 1º nível de manutenção e instalação de equipamentos de hardware e software.

Conta ainda, em sua matriz, com equipe técnica formada por analistas com conhecimento de sistemas operacionais, atuando em todos os equipamentos e sistemas comercializados e mantidos, como nível de recorrência. A Cobra está capacitada a oferecer treinamentos descentralizados, ministrando-os em suas regionais, garantindo a capacitação necessária de sua rede nacional com racionalização de custos.

Clientes

A Cobra possui diversos clientes, sendo o Banco do Brasil o maior deles, tendo representado 89% do faturamento da Cobra no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como prestadora de serviços para o Banco do Brasil, a Cobra é responsável pela manutenção de equipamentos de TI em todas as agências. A Cobra é também encarregada dos serviços de impressão de faturas, extratos de contas e de fundos, boletos de cobrança e carnês, realizados nas unidades de processamento localizadas em Brasília e São Paulo. Para os serviços de microfilmagem de documentos bancários, a Cobra possui uma unidade de processamento na Cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, onde são processados 13 milhões de documentos por mês, além de mais 15 outros centros ao redor do país para as necessidades de microfilmagem de cheques. Da mesma forma, a Cobra disponibiliza ao Banco do Brasil serviço de processamento de envelopes e de Contact Center.

Além do Banco do Brasil, a Cobra conta com outros grandes clientes, para os quais presta serviços e desenvolve projetos específicos. Dentre as instituições financeiras atendidas pela Cobra estão Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia (BASA), Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES). A Cobra presta serviços para grandes empresas privadas, como Folha de São Paulo, Sercomtel, além de atender órgãos do poder judiciário, tais como os Tribunais de Justiça de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro e prefeituras, como as de Osasco, Jacareí, Praia Grande, Guaratinguetá, Santo André e São Paulo.

A tabela abaixo mostra a representatividade de cada cliente no faturamento total da Cobra durante o exercício de 2008 (R\$ mil):

| | |
|-------------------------------------|-------|
| Banco do Brasil | 89,0% |
| Banco da Amazônia | 2,40% |
| TJ RJ | 2,30% |
| Prefeitura Municipal de Santo André | 1,23% |
| Caixa Econômica Federal | 1,00% |
| Prefeitura Municipal de Jacareí | 0,70% |

Insumos nas Atividades da Cobra

A Cobra mantém parcerias e acordos com empresas que desenvolvem e produzem itens de TI, como AOpen, Avaya, Cisco Systems, Digitron, EMC, Enterasys, HP, IBM, Lexmark, LG, Microsoft, Samsung, Sun Microsystems, 3Com entre outras. Itens fornecidos por essas empresas são insumos para os produtos oferecidos pela Cobra.

A qualidade e continuidade das atividades da Cobra e o cumprimento dos compromissos com seus clientes depende da continuidade da obtenção desses insumos. Em alguns casos para que a Cobra cumpra com seus compromissos é fundamental que seus fornecedores procedam a entrega de partes e peças necessárias para os processos industriais conforme compromissos programados. A Cobra tem a preocupação de fazer constar em todos os contratos de fornecimento cláusulas resguardando a companhia em caso de falhas no fornecimento de insumos decorrentes de culpa ou dolo dos fornecedores.

- *Canais de Comercialização*
 - O maior cliente da Cobra é o próprio Banco do Brasil. Como a Cobra é controlada pelo Banco do Brasil, há a possibilidade de ser contratada por este sem necessidade de processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - Quando não é possível ou necessário se utilizar do benefício referido no parágrafo acima, a Cobra participa de concorrências e processos licitatórios.
- **Contingências Judiciais e Administrativas**
 - A Cobra é parte em diversas ações de natureza cível, trabalhista e fiscal oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de março de 2009, a Cobra era parte em 31 ações cíveis, que em conjunto somaram o valor de R\$110.080.185,02, sendo o valor de R\$66.484.921,51 classificado como remota, correspondente a 10 ações; o valor de R\$40.672.473,47 classificado como possível, correspondente a 16 ações e o valor de R\$2.922.790,04 classificados como provável, correspondente a 5 ações.
 - A Cobra, em 31 de março de 2009 era parte reclamada de 480 ações trabalhistas, sendo que a maioria é de trabalhadores terceirizados. Referidas ações trabalhistas totalizam R\$27.930.593,69, sendo o valor de R\$8.248.177,24 classificado como prováveis, correspondente a 177 ações trabalhistas; o valor de R\$16.663.677,68 classificado como possível, correspondente a 254 ações trabalhistas e o valor de R\$3.018.138,77 classificados como remotos, correspondente a 49 ações trabalhistas.
- Já com relação às contingências tributárias, em 31 de março de 2009 era parte (autuada) em 49 Autos de Infração, tendo principalmente como objeto cobrança de ISS recolhido a menor.
- Esses Autos de Infração totalizam R\$18.029.849,39, sendo o valor de R\$2.223.732,29 classificado como prováveis, correspondente a 9 Autos de Infração; o valor de R\$13.395.222,86 classificado como possível, correspondente a 29 Autos de Infração e o valor de R\$2.410.894,07 classificados como remotos, correspondente a 11 Autos de Infração.
 - Para a totalidade das contingências tributárias, a Cobra mantém provisão no valor de R\$2.223.732,29 correspondente aos Autos de Infração classificados como prováveis.
- **Outras Provisões e Contingências Relevantes**
- Não há.

Governança Corporativa

Dentre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, pode-se destacar as seguintes:

- i) contratação de empresa de auditoria independente para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços à Cobra, assegurando a total independência;
- ii) estatuto social claro quanto à forma de convocação da Assembléia Geral, competências do Conselho de Administração e da Diretoria, sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- iii) transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- iv) existência de Conselho Fiscal;
- v) existência de Auditoria Interna subordinada ao Presidente do Conselho de Administração, reportando-se funcional e operacionalmente ao Presidente da Companhia; e
- vi) divulgação Anual da Responsabilidade Corporativa (a Companhia estimula ações de responsabilidade sócio-ambientais com foco em educação e inclusão digital e apoiando diversos projetos sociais).

Ademais, há segregação interna das atividades da Cobra de forma a reduzir conflitos de interesse e incrementar a fiscalização mútua. Assim, o controle de caixa é efetuado exclusivamente pela Diretoria de Administração e Finanças, já as operações são administradas pelas Diretorias de Negócios, Tecnologia e Serviços. Por fim, o controle é efetuado exclusivamente pela Diretoria de Planejamento e Controle.

Informações Financeiras Seleccionadas

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros consolidados da Cobra, que devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras completas e não as substituem.

Demonstração de resultado

| (R\$ mil) | Exercício encerrado em | | |
|--|------------------------|-----------------|-----------------|
| | 31.12.08 | 31.12.07 | 31.12.06 |
| Receita Operacional Bruta | 394.386 | 432.580 | 506.972 |
| Vendas | 497 | 3.232 | 35.683 |
| Serviços | 393.889 | 429.348 | 471.289 |
| Deduções | (52.547) | (58.842) | (70.945) |
| Impostos s/ vendas e serviços | (52.547) | (58.842) | (70.945) |
| Cancelamento de Serviços | 0 | 0 | 0 |
| Receita Operacional Líquida | .341.839 | 373.738 | 436.027 |
| Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados | (312.415) | (335.954) | (363.075) |
| Lucro bruto | 29.424 | 37.784 | 72.952 |
| Despesas operacionais | (35.448) | (48.275) | (48.755) |
| Despesas com vendas | (2.894) | (5.469) | (7.462) |
| Despesas gerais e administrativas | (30.915) | (32.515) | (37.374) |
| Provisões para contingências e riscos de crédito | (1.235) | (10.304) | (3.919) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | (404) | 13 | (6.114) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Encargos Financeiros Líquidos | (6.024) | (10.491) | 24.197 |
| Despesas Financeiras Líquidas | (1.667) | (22.003) | (15.411) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional após os Encargos Financeiros Líquidos | (7.691) | (32.494) | 8.786 |
| Outros Resultados Não Operacionais | | | (4.230) |
| Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | (7.691) | (32.494) | 4.556 |
| Provisão Para Imposto de Renda e Contribuição Social | (1.019) | 0 | (3.993) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | (16) | 42 | 1.949 |
| Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício | (8.726) | (32.452) | 2.512 |

Balanço patrimonial

| (R\$ mil) | | Exercício encerrado em | | |
|---------------------------------|--------------------------------------|------------------------|----------------|----------------|
| | | 31.12.08 | 31.12.07 | 31.12.06 |
| | ATIVO | | | |
| Circulante | | 169.215 | 117.116 | 182.329 |
| | Caixas e bancos | 92 | 6.471 | 17.018 |
| | Aplicações de liquidez imediata | 63.486 | 32.700 | 38.472 |
| | Clientes | 16.775 | 28.077 | 64.326 |
| | Estoques | 14.099 | 13.187 | 22.640 |
| | Adiantamento a fornecedores | 2.939 | 2.676 | 3.494 |
| | Impostos e taxas a recuperar | 37.741 | 29.797 | 25.456 |
| | Investimentos a curto prazo | 28.218 | 0 | 0 |
| | Cauções e depósitos | 3.125 | 235 | 606 |
| | Ativo fiscal diferido | 302 | 1.504 | 598 |
| | Outros créditos | 347 | 1.183 | 8.226 |
| | Despesas do exercício seguinte | 2.091 | 1.286 | 1.493 |
| Realizável a Longo Prazo | | 116.600 | 155.081 | 119.853 |
| | Empréstimos compulsórios | 325 | 325 | 325 |
| | Investimentos a longo prazo | 0 | 23.602 | 21.892 |
| | Depósitos judiciais | 11.330 | 11.366 | 6.915 |
| | Cauções e depósitos | 713 | 0 | 106 |
| | Despesas do exercício seguinte | 0 | 386 | 957 |
| | Ativo fiscal diferido | 11.511 | 10.325 | 11.189 |
| | Impostos e contribuições a recuperar | 92.721 | 109.077 | 78.469 |
| Permanente | | 21.553 | 25.233 | 37.482 |
| | Imobilizado | 21.311 | 24.953 | 36.783 |
| | Diferido | 242 | 280 | 699 |
| Total do Ativo | | 307.368 | 297.430 | 339.664 |

| PASSIVO | | | |
|----------------------------------|----------------|----------------|-----------------|
| Circulante | 190.198 | 160.665 | 195.704 |
| Adiantamento de clientes | 382 | 452 | 580 |
| Fornecedores | 28.633 | 33.340 | 57.314 |
| Empréstimos | 150.154 | 116.549 | 122.223 |
| Impostos e contribuições | 4.941 | 4.993 | 6.311 |
| Provisões | 5.155 | 4.009 | 4.575 |
| Dividendos | 6 | 5 | 705 |
| Crédito de pessoal | 927 | 1.314 | 3.995 |
| Outras obrigações | 0 | 3 | 1 |
| Exigível a Longo Prazo | 15.720 | 99.438 | 171.577 |
| Impostos e contribuições | 905 | 488 | 125 |
| Adiantamento de Clientes | 399 | 740 | 1.082 |
| Empréstimos | 0 | 81.987 | 156.560 |
| Provisões para contingências | 14.416 | 16.223 | 13.810 |
| Patrimônio Líquido | 101.450 | 37.327 | (27.617) |
| Capital social | 17.182 | 17.182 | 17.182 |
| Reserva de reavaliação | 2.888 | 2.959 | 3.030 |
| Prejuízos acumulados | (90.321) | (81.614) | (47.829) |
| Recursos para aumento de capital | 171.701 | 98.800 | 0 |
| Total do Passivo | 307.368 | 297.430 | 339.664 |

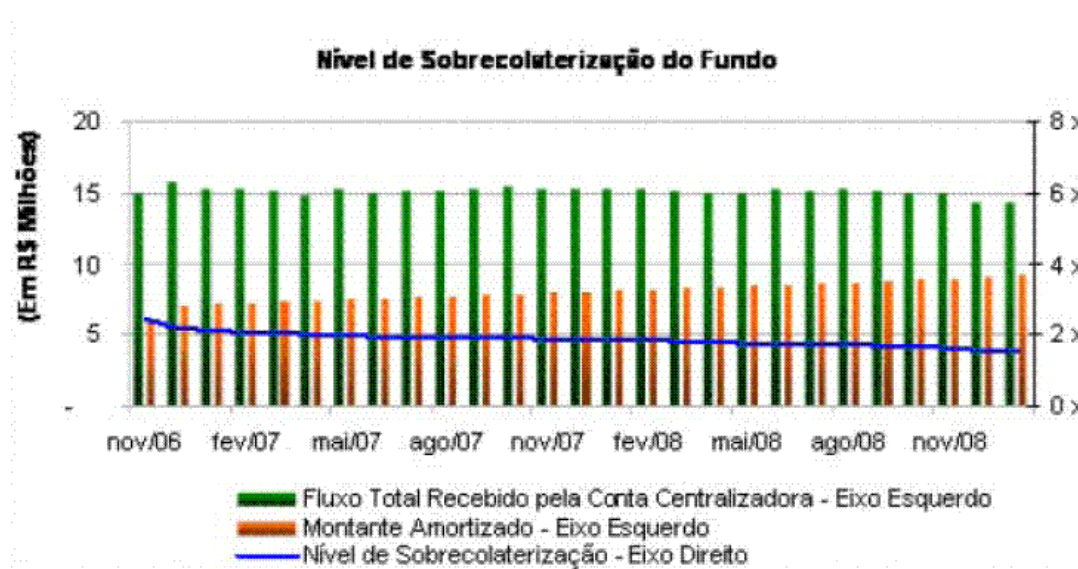
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Margem Bruta | 11,1% | 19,1% | 10,1% | 8,6% |
| Ebitda | (19.112) | 39.632 | 11.279 | 2.389 |
| Estrutura de Capital | | | | |
| Capital Próprio | (19.093) | (27.617) | 37.327 | 101.559 |
| Capital de Terceiros | (104.789) | (278.782) | (198.536) | (150.154) |
| Índices de Liquidez | | | | |
| Corrente | 0,72 | 0,93 | 0,73 | 0,90 |
| Geral | 0,74 | 0,82 | 1,05 | 1,39 |
| Seca | 0,65 | 0,82 | 0,65 | 0,82 |
| Solvência Geral | 0,94 | 0,92 | 1,14 | 1,49 |
| Índices de Rentabilidade | | | | |
| Retorno s/ Capital | -333,4% | 14,6% | -28,0% | -8,5% |
| Margem Líquida | -10,6% | 0,6% | -8,7% | -2,5% |
| Margem Ebitda | -3,5% | 9,1% | 3,0% | 0,7% |

Experiência Prévia em Securitização

A Cedente possui experiência prévia em operações de securitização, uma vez que também é cedente de direitos creditórios ao Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.254.342/0001-40 e registrado na CVM. O Cobra FIDC I é titular de direitos creditórios também oriundos dos Contratos Cedidos, porém com vencimento previsto em 4 de novembro de 2009. O Fundo, portanto, adquirirá os Direitos Creditórios remanescentes dos Contratos Cedidos, que não pertencem ao Cobra FIDC I. Ambos os fundos possuem estruturas de funcionamento similares.

O fluxo de recursos que circulou na conta transitória do Cobra FIDC I, gerado pelo serviço de manutenção realizado pela Cedente às máquinas de auto-atendimento eletrônico do Banco do Brasil, caiu de cerca de R\$ 15,1 milhões para R\$ 14,3 milhões, em dezembro de 2008, e para R\$ 14,2 milhões, em janeiro de 2009. De acordo com a Cedente, tal queda resulta da substituição de parte das máquinas eletrônicas de auto-atendimento do Banco do Brasil. Esses novos equipamentos contam com uma garantia de 1 ano, período durante o qual a Cedente não será responsável pela manutenção destas máquinas. Ao término do prazo de garantia das máquinas, estas passarão a ser atendidas pela Cedente. O nível de sobrecolateralização, calculado pela relação entre o fluxo total circulado na conta do referido fundo e o valor da amortização efetuada em cada um dos períodos, era da ordem de 1,54 no mês de janeiro de 2009.

O quadro abaixo demonstra a relação de sobrecolateralização, o fluxo transitado na Conta Centralizadora e as amortizações realizadas no período:



Em 09 de março de 2009, o valor atualizado de cada Cota Senior do FIDC Cobra I correspondia a R\$100.656,21, sendo que as próximas amortizações estão previstas para ocorrer até novembro de 2009.

A existência de um histórico de performance do FIDC Cobra I não representa garantia de rentabilidade aos cotistas do Fundo.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO DO BRASIL

Sumário

O Banco do Brasil conta com mais de 47,9 milhões de clientes, destes 28,5 milhões de pessoas físicas, 1,9 milhão de pessoas jurídicas e 18,5 milhões contas de poupança. Os clientes do Banco do Brasil são atendidos por uma rede própria de aproximadamente 15.964 pontos de atendimento, dentre eles 4.342 agências bancárias espalhadas em mais de 3.441 municípios brasileiros. Além disso o Banco do Brasil possui mais de 39.714 terminais de auto atendimento que, somados a serviços como centrais de atendimento por telefone e *mobile banking* permitem que seus clientes realizem 91,1% das transações fora do ambiente tradicional da agência.

No exterior, o Banco do Brasil atua em 23 países e sua rede conta com 42 pontos de atendimento (14 agências, 11 subagências, 12 escritórios de representação e 5 subsidiárias). Em complemento a essa estrutura, o BB mantém acordo com outras instituições financeiras fora do Brasil para atendimento de seus clientes e, ao final de dezembro último, havia 1.266 bancos atuando como correspondentes bancários do Banco do Brasil em 142 países.

De acordo com o Relatório Anual 2008, além da liderança no número de clientes e pontos de atendimento, até dezembro de 2008 o Banco do Brasil manteve-se líder no Brasil em:

- Volume total de depósitos, com R\$ 256,5 bilhões
- Mercado de capitalização pelo 12º ano consecutivo, com participação de mercado de 23,2% em arrecadação e 22,5% em reservas, acumuladas até novembro de 2008.
- Administração de recursos de terceiros por meio de sua subsidiária integral BB DTVM, com 20,7% do mercado e R\$ 246,3 bilhões;
- Mercado de câmbio exportação e importação, com participação de 28,0% e 24,6% e volume de US\$ 54,2 bilhões e US\$ 34,4, respectivamente e no ranking de agentes financeiros em operações de comércio exterior do BNDES, com US\$ 1,7 bilhão em desembolso na modalidade BNDES Exim.
- Número de clientes habilitados a acessarem produtos e serviços via Internet e *mobile banking*, com 8,6 milhões de clientes.
- Meios de pagamento, com 76,6 milhões de cartões emitidos;
- Processamento de 46,9 mil folhas de pagamento, entre clientes pessoa jurídica e setor público. No total o BB atendeu 9,6 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas;

Por ser um banco múltiplo, o Banco do Brasil oferece uma gama de produtos e serviços financeiros e não financeiros, que incluem operações de crédito para pessoas físicas e pessoas jurídicas, financiamento para o agronegócio brasileiro, cartões, seguros e previdência privada, negócios internacionais como câmbio e financiamento ao comércio exterior, operações de tesouraria, operações em diversos segmentos do mercado financeiro e de capitais e na administração de recursos de terceiros

O Banco do Brasil é uma sociedade por ações de economia mista, controlada pelo Governo Federal e faz parte do conglomerado Banco do Brasil, que, além do banco múltiplo, reúne 15 empresas controladas e uma entidade fechada de previdência complementar, que compõem o portfólio de produtos e serviços. Por

meio de seu banco de investimento, o BB-BI, o Banco do Brasil detém participações estratégicas em seis empresas coligadas. O Banco do Brasil é também patrocinador de duas entidades para seus funcionários, sendo uma de previdência complementar, a PREVI e outra de saúde, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil -CASSI. Adicionalmente, o Banco do Brasil patrocina a Fundação Banco do Brasil, de cunho social, que visa principalmente contribuir para o desenvolvimento das comunidades e do país.

O Tesouro Nacional é o maior acionista do Banco do Brasil, com 65,6% do capital, seguido pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) com 10,4% e 2,5% pertencentes à BNDES PAR -Empresa de Participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As demais ações, no total de 21,5%, encontram-se pulverizadas no mercado financeiro (*free float*).

O capital estrangeiro detém 11,3% do *free float*. Em relação às pessoas físicas e jurídicas, a participação é de 5,8% e 4,5%, respectivamente. Os funcionários do Banco do Brasil possuem 0,25% das ações do Banco, que corresponde a 1,17% do *free float*. A tabela abaixo demonstra a composição do capital do Banco do Brasil.

| Acionistas | 2005 | 2006* | 2007** | 2008 |
|---------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| Tesouro Nacional | 72,1 | 68,7 | 65,3 | 65,6 |
| Previ | 13,9 | 11,4 | 10,5 | 10,4 |
| BNDESPar | 5,7 | 5,0 | 2,5 | 2,5 |
| Ações em Tesouraria | 1,4 | 0 | 0 | 0 |
| Free Float | 6,9 | 14,8 | 21,7 | 21,5 |
| Pessoas Físicas | 2,6 | 4,2 | 5,7 | 5,8 |
| Pessoas Jurídicas | 0,9 | 3,4 | 6,0 | 4,5 |
| Capital Estrangeiro | 3,4 | 7,2 | 10,0 | 11,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

*Adesão ao Novo Mercado da Bovespa e Oferta Pública Secundária de Ações

** Oferta Pública Secundária de Ações e Antecipação da Subscrição do Bônus C

Desde maio de 2006, o BB está listado no Novo Mercado Bovespa, segmento que reúne as empresas com as mais rigorosas práticas de governança corporativa. O Banco do Brasil acredita que está comprometido com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade sócio-ambiental. Ressalta-se que o BB lançou, em 2007, seu Código de Governança Corporativa, que consolida os princípios e práticas da empresa.

Informações Financeiras Seleccionadas

Alguns dos dados considerados importantes pelo Banco do Brasil para os períodos indicados encontram-se na tabela abaixo e não substituem as demonstrações financeiras do banco, que podem ser consultadas no site e www.cvm.gov.br:

| | 1T07 | 2T07 | 3T07 | 4T07 | 1T08 | 2T08 | 3T08 | 4T08 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Rentabilidade | | | | | | | | |
| Lucro Líquido por Ação - R\$ * | 0,57 | 0,43 | 0,55 | 0,49 | 0,92 | 0,65 | 0,73 | 1,15 |
| Rentabilidade s/ o PL Médio - An. % | 29,4 | 20,9 | 26,3 | 22,2 | 43,5 | 27,9 | 30,5 | 47,4 |
| Rentabilidade Recorrente s/ o PL Médio - An. % | 30,7 | 29,8 | 32,3 | 23,6 | 27,6 | 24,6 | 33,6 | 24,5 |
| Rentabilidade Acum. s/ o PL Médio - An. % | 29,4 | 24,3 | 24 | 22,5 | 25,5 | 25,4 | 26,1 | 30,4 |
| Rentabilidade s/Ativos Médios -An.% | 1,8 | 1,3 | 1,6 | 1,4 | 2,5 | 1,6 | 1,8 | 2,5 |
| MFB/Ativos Rentáveis -An. % | 7,9 | 8 | 7,7 | 7,8 | 7,2 | 7,3 | 7,2 | 7,3 |
| Produtividade | | | | | | | | |
| Eficiência (DRE Societária) - % | 44,1 | 54 | 54,2 | 53,2 | 41,4 | 46,8 | 51,5 | 33,1 |
| RPS/Despesas de Pessoal (DRE Soc.) - % | 127,9 | 97 | 102 | 110,5 | 126,9 | 130,9 | 114,5 | 113,2 |
| RPS/Despesas Administrativas (DRE Soc.) - % | 71,5 | 58,6 | 59,7 | 61,2 | 72 | 67,6 | 61,9 | 61,2 |
| Desp.de Pessoal por Colaborador (DRE Soc.)-R\$ | 20.076 | 28.204 | 27.358 | 25.758 | 20.466 | 22.125 | 24.476 | 25.262 |
| Colaboradores / (Agências+PAA+PAB) | 17,2 | 16,6 | 16,6 | 16,7 | 17 | 17,1 | 17,3 | 15,8 |
| Clientes por Colaborador | 280 | 295 | 295 | 301 | 300 | 308 | 316 | 323 |
| Ativos por Colaborador -R\$ mil | 3.477 | 3.737 | 3.825 | 3.932 | 4.230 | 4.304 | 4.684 | 5.419 |
| Cart. De Crédito/Pontos de Atend. R\$ milhões | 9,3 | 9,6 | 9,9 | 10,5 | 11,3 | 12,4 | 13,1 | 14,1 |
| Qualidade da Carteira de Crédito | | | | | | | | |
| PCLD/Carteira de Crédito - % | 6,5 | 6,5 | 6,4 | 6,4 | 6,2 | 5,9 | 5,5 | 6,1 |
| PCLD/(E+F+G+H) - % | 113,5 | 114,3 | 112,2 | 111,4 | 108 | 105,3 | 105 | 108 |
| Carteira Líq. De Prov./ Carteira Total - % | 94,6 | 94,6 | 94,6 | 94,6 | 94,4 | 94,6 | 94,8 | 94,6 |
| Estrutura de Capital | | | | | | | | |
| Alavancagem (vezes) | 14,9 | 14,9 | 14,8 | 14,7 | 15,5 | 15,3 | 15,9 | 16,9 |
| Índice de Basileia - % | 17,2 | 15,9 | 15,7 | 15,6 | 15,3 | 13,1 | 13,6 | 15,6 |
| Quantidade Total de Ações -milhões | 825,3 | 2475,9 | 2475,9 | 2475,9 | 2542,2 | 2542,2 | 2565,3 | 2568,2 |
| Mercado de Capitais | | | | | | | | |
| Preço/Lucro 12 Meses* | 10,68 | 14,91 | 15,03 | 14,88 | 9,8 | 10,11 | 8,25 | 4,28 |
| Preço/Valor Patrimonial* | 2,52 | 3,1 | 3,32 | 3,1 | 2,31 | 2,52 | 2,21 | 1,41 |
| Capitalização de Mercado - R\$ milhões | 55.040 | 69.054 | 76.482 | 75.269 | 58.750 | 66.478 | 58.360 | 37.701 |
| VPA - R\$ | 8,74 | 9,01 | 9,32 | 9,8 | 9,99 | 10,37 | 10,3 | 10,4 |
| Preço da Ação - R\$* | 22,04 | 27,89 | 30,89 | 30,4 | 23,11 | 26,15 | 22,75 | 14,68 |
| Dados Estruturais | | | | | | | | |
| Total de Pontos de Atendimento | 15.133 | 15.161 | 15.212 | 15.297 | 15.324 | 15.353 | 15.438 | 15.964 |
| Agências | 3.974 | 3.977 | 3.984 | 4.008 | 4.024 | 4.052 | 4.077 | 4.342 |
| PAA | 188 | 188 | 185 | 186 | 187 | 188 | 184 | 187 |
| PAB | 1.226 | 1.209 | 1.208 | 1.247 | 1.251 | 1.249 | 1.225 | 1.389 |
| PAE | 5.895 | 5.906 | 5.949 | 5.948 | 5.935 | 5.911 | 5.969 | 6055 |
| SAA | 3.847 | 3.879 | 3.884 | 3.906 | 3.925 | 3.951 | 3.980 | 3987 |
| PAP | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 |
| Total de Contas Corrente -mil | 25.935 | 26.295 | 26.636 | 27.414 | 27.855 | 28.830 | 30.117 | 30.378 |
| Pessoa Física -mil | 24.353 | 24.676 | 24.999 | 25.746 | 26.157 | 27.055 | 28.173 | 28.494 |
| Pessoa Jurídica -mil | 1.581 | 1.618 | 1.636 | 1.667 | 1.698 | 1.775 | 1.944 | 1.884 |
| Total de Contas Poupança -mil | 15.759 | 16.266 | 16.425 | 16.651 | 17.091 | 17.710 | 18.002 | 18.459 |
| Pessoa Física -mil | 15.640 | 16.144 | 16.300 | 16.526 | 16.961 | 17.409 | 17.717 | 18.169 |
| Pessoa Jurídica -mil | 119 | 123 | 125 | 124 | 130 | 301 | 285 | 290 |
| Colaboradores | | | | | | | | |
| Funcionários | 82.468 | 79.310 | 80.048 | 81.855 | 83.417 | 84.258 | 85.392 | 88.972 |
| Estagiários | 10.112 | 9.798 | 9.466 | 9.119 | 9.384 | 9.475 | 9.543 | 7.966 |

* Série recomposta considerando-se o desdobramento (1:3) das ações ocorrido no segundo trimestre de 2007

Investimentos Estratégicos

Banco do Estado do Piauí -BEP

A incorporação do BEP em 2008 permitiu que o Banco do Brasil incrementasse sua presença no Estado do Piauí e consolidasse sua posição de liderança. Com o negócio, o banco passa a ser o agente financeiro do Estado do Piauí e estabelece uma posição de destaque no relacionamento com os servidores do Estado. O pagamento da incorporação será efetivado, caso aprovada pelos órgãos reguladores, mediante troca de ações. Para tanto, o Banco emitiu 2,9 milhões de novas ações e não houve utilização do caixa para pagamento do negócio.

Com o negócio, os clientes do BEP passam a contar com a ampla rede de atendimento do Banco do Brasil, além do portfólio de produtos e serviços.

Banco do Estado de Santa Catarina -BESC

Com a aprovação pelo Banco Central, o Banco do Brasil finalizou a incorporação societária do BESC e de sua Sociedade Anônima de Crédito Imobiliário -BESCRI. O Banco mantém seus trabalhos para conclusão, ainda em 2009, da integração e da incorporação das atividades do BESC e da BESCRI.

A fim de possibilitar o negócio, o Banco emitiu 23,1 milhões de novas ações para pagamento de todos os acionistas do BESC e da BESCRI. Da mesma forma que ocorreu com a incorporação do BEP, não houve utilização de caixa, nem contabilização de ágio.

A incorporação permitiu que o BB se estabelecesse como o banco com maior presença no Estado, além de passar a atuar como agente financeiro do Governo.

Além do crescimento da operação do BB e dos ganhos de escala que a incorporação proporciona, o negócio permite que os antigos clientes do BESC tenham acesso à ampla gama de produtos e serviços do Banco, além dos pontos de atendimento.

Nossa Caixa

Com aquisição da Nossa Caixa, o Banco do Brasil torna-se o agente financeiro do Estado de São Paulo e possibilita acesso às captações de baixo custo daquela instituição, como depósitos judiciais. Essas captações, aliadas à grande margem de alavancagem da Nossa Caixa, permitem ampliação das operações do banco, em especial as de crédito.

A aquisição da Nossa Caixa aumenta significativamente a presença do Banco do Brasil no Estado de São Paulo. Com a aquisição, o BB saiu da 4ª posição para tornar-se o banco com maior presença no Estado.

Para concretizar a operação, o banco efetuará o pagamento em 12 parcelas e em dinheiro, pelas ações em poder do Governo do Estado de São Paulo, e realizará Oferta Pública de Ações para os acionistas minoritários, com *tag along* de 100%.

Banco Votorantim

O Banco do Brasil pretende adquirir participação acionária do Banco Votorantim para constituição de parceria, nos termos do Fato Relevante divulgado ao mercado em 9 de janeiro de 2009. Trata-se de parceria estratégica constituída mediante celebração de instrumento particular de contrato de compra e venda e subscrição de ações entre si. Caso a referida operação seja aprovada pelo Banco Central, o Banco do Brasil passará a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Essa parceria, uma vez aprovada, atenderá aos anseios do BB de consolidar e ampliar sua atuação em mercados como o de financiamento ao consumo, em especial o de financiamento a veículos e o crédito concedido fora do ambiente bancário. No momento, a referida aquisição encontra-se pendente de aprovação pelo Banco Central.

A parceria poderá proporcionar ao Banco do Brasil acesso a canais de distribuição alternativos, que são bem desenvolvidos no Banco Votorantim, como concessionárias, parceiros e lojas da BV Financeira, o que atende à importância estratégica de viabilizar a venda de produtos e serviços nos pontos de consumo.

Com a forte capacidade de originação de ativos e distribuição terceirizada do Banco Votorantim, e a solidez, presença nacional, ampla base de clientes, alta capacidade de captação e diversidade de produtos do Banco do Brasil, a parceria propiciará ganhos de escala e ampliação da capacidade de originação de operações de crédito.

O Banco Votorantim também tem forte atuação em outras frentes negociais, como no segmento *corporate* e de mercado de capitais, mercado nos quais o Banco do Brasil deseja expandir seus negócios. Adicionalmente, o Banco Votorantim possui uma corretora de valores que passa a complementar o portfólio do BB e catalisa sobremaneira a atuação no mercado de capitais.

Principais mercados nos quais o Banco do Brasil atua

Crédito

A carteira de crédito alcançou R\$ 224,8 milhões, expansão de 39,9% em 2008 em relação a 2007 e de 11,2% no último trimestre. A carteira de crédito doméstica cresceu 40,4% em 12 meses e 10,8% no trimestre, superando o crescimento da indústria, de 6,5% no trimestre e 31,1% e, doze meses.

Cabe destacar que em 2008, o Banco do Brasil efetivou a incorporação do sistema BESC e do BEP e intensificou a aquisição de carteiras de crédito de outros bancos. Como as carteiras dos bancos incorporados apresentavam maior concentração em pessoas físicas e as carteiras de crédito adquiridas eram em sua maioria de operações de crédito consignado e financiamento a veículos, esses movimentos impactaram principalmente a carteira de crédito pessoa física.

Crédito Consignado

O crédito destinado às pessoas físicas cresceu 52,2% em 2008, totalizando R\$ 48,8 bilhões. Os principais destaques foram o CDC Consignação e o Financiamento a Veículos, com crescimento em 2008 de 48,4% e 120,7% respectivamente.

Crédito Imobiliário

Para atender à demanda imediata por crédito imobiliário - importante produto na fidelização e retenção de clientes - enquanto se preparava para operar com carteira própria, o BB firmou uma parceria com a Associação de Poupança e Empréstimo do Exército (Poupex) para oferta do produto em fevereiro de 2007. Por meio desse convênio, foram concedidos R\$ 252,8 milhões em carteiras de crédito e liberados R\$ 88,8 milhões em financiamento imobiliário. Desde dezembro de 2007, o BB começou a operar com sua carteira própria de crédito imobiliário. Ao final do exercício de 2008 o BB mantinha em carteira própria de financiamento imobiliário saldo de R\$ 80 milhões.

Financiamento de veículos

Refletindo a estratégia do BB em aumentar a participação do financiamento de veículos o saldo da carteira atingiu R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 120,7% sobre dezembro de 2007 e 19,4% no trimestre. Da carteira de financiamento de veículos existente em dezembro de 2008, R\$ 1,9 milhão foi proveniente das parcerias com concessionárias e revendas de veículos, o que representa 29,0% do total. Ainda, aproximadamente R\$1,3 bilhão refere-se a operações de *leasing*, o que corresponde a 18,9% dos veículos financiados.

Microcrédito

Visando ampliar o foco estratégico no segmento de microcrédito, bem como maior sinergia na implementação das estratégias definidas para a população de menor renda, em maio de 2008, o Banco do Brasil aprovou a criação da Diretoria de Menor Renda -Diren, que reuniu, a partir de junho, em estrutura única, a atenção aos clientes com renda de até 1 salário mínimo. A nova Diretoria agregou o Banco Popular do Brasil (BPB), a Gerência de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS, a gestão da rede de correspondentes bancários do BB/BPB e as carteiras de crédito de clientes desse segmento.

Ao final do quarto trimestre de 2008, o saldo da carteira de microcrédito era de R\$511 milhões, totalizando 1,4 milhão de operações no ano de 2008, com valor médio de R\$ 414,7.

Capital de Giro, Recebíveis e Investimento

No segmento de pessoas jurídicas, o BB encerrou dezembro de 2008 com saldo de R\$ 97,2 bilhões

A tabela abaixo mostra a carteira de crédito dividida em produtos.

Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

| | Saldos | | | | R\$ milhões | | | |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|-------------|
| | | | | | Var. % | | | |
| | set/07 | dez/07 | mar/08 | jun/08 | set/08 | dez/08 | s/dez/07 | s/set/08 |
| Capital de Giro | 22.215 | 26.052 | 30.137 | 37.393 | 40.737 | 45.199 | 73,5 | 11 |
| Investimento | 12.067 | 13.379 | 14.286 | 15.520 | 17.237 | 19.183 | 43,4 | 11,3 |
| Recebíveis | 10.329 | 11.224 | 10.713 | 11.098 | 11.467 | 11.887 | 5,9 | 3,7 |
| Conta Garantida | 1.725 | 1.680 | 1.836 | 2.205 | 2.394 | 2.548 | 51,7 | 6,4 |
| ACC/ACE | 7.589 | 7.561 | 6.512 | 6.356 | 7.912 | 11.101 | 46,8 | 40,3 |
| BNDES Exim | 3.449 | 3.299 | 3.379 | 3.342 | 3.054 | 4.417 | 33,9 | 44,6 |
| Cartão de Crédito | 421 | 495 | 540 | 605 | 764 | 871 | 76 | 14 |
| Cheque Especial | 120 | 106 | 136 | 146 | 184 | 130 | 23,6 | -29 |
| Besc | | | | | 177 | 164 | | -7,3 |
| BEP | | | | | | 0,05 | | |
| Demais | 1.779 | 1.690 | 1.580 | 1.588 | 1.416 | 1.691 | 0,1 | 19,4 |
| Total | 59.694 | 65.486 | 69.119 | 78.253 | 85.342 | 97.191 | 48,4 | 13,9 |

Comércio Exterior

O Banco do Brasil, principal financiador do comércio exterior, mantém linhas de crédito ao setor. A carteira de crédito nesse segmento encerrou o ano de 2008 com saldo de R\$ 17,2 bilhões, com crescimento de 44,6% em relação a 2007.

O Banco do Brasil incentiva a utilização de soluções eletrônicas. Com esse foco, o Banco registrou recorde de 174,9 mil contratos de câmbio realizados por meios eletrônicos, com volume financeiro de US\$ 40 bilhões. O Banco do Brasil oferece a opção de contratação de câmbio exportação e importação totalmente digital, para operações de até US\$ 1 milhão. Destaque também para o Balcão de Comércio Exterior, que possui 6 mil exportadores e 4 mil importadores cadastrados.

O Programa de Financiamentos às Exportações (Proex), do qual o Banco do Brasil é o agente financeiro exclusivo, contabiliza uma série de mudanças e ajustes, que, ao longo de sua história, contribuíram para adaptar o instrumento às diretrizes governamentais e às necessidades da classe empresarial brasileira. Em maio de 2008, o Governo Federal ampliou para R\$ 150 milhões o limite de faturamento das empresas habilitadas para captar recursos do Proex. Além disso, foi estendido o prazo do financiamento de bens dos setores têxtil e de confecções, madeira e móveis, calçados e couros.

Por meio do Proex, o Banco do Brasil desembolsou US\$ 297,1 milhões na modalidade Financiamento, e US\$ 160 milhões na modalidade Equalização, amparando exportações da ordem de US\$ 335 milhões.

Em 2008, o Banco do Brasil manteve a liderança no ranking de agentes financeiros em operações de comércio exterior do BNDES. Os desembolsos do BNDES-Exim chegaram a US\$ 1,7 bilhão. O volume de financiamentos à importação atingiu US\$ 4 bilhões, uma involução de 1,7% em relação ao ano anterior

Agronegócios

O crédito rural financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Ainda, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

A carteira rural do Sistema Financeiro Nacional alcançou R\$ 106,5 bilhões em dezembro de 2008, elevação de 19,3% em doze meses e de 3,8% sobre setembro de 2008. No BB, o saldo da carteira de agronegócios atingiu R\$ 63,7 bilhões, expansão de 5,2% no trimestre e de 22,8% em relação a dezembro de 2007. Em dezembro de 2008, a carteira rural representou 30,4% da carteira doméstica do BB contra 34,7% em dezembro de 2007.

Repasse de Recursos do Governo

Como um dos principais fomentadores do agronegócio no país, o BB é responsável pela execução dos programas do Governo para esse segmento. Os recursos disponibilizados são obtidos, principalmente, por meio dos depósitos de poupança e à vista, Proger Rural, Pronaf, FCO e BNDES.

O Proger Rural é um produto que oferece crédito fixo para custeio agrícola e pecuário, além de suporte financeiro para investimentos fixos e semi-fixos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf visa o financiamento ao custeio da atividade agrícola. Esses dois produtos totalizaram R\$ 15,1 bilhões em dezembro de 2008, crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 8,1% em relação ao trimestre anterior.

O FCO Rural oferece suplemento financeiro para custeio e investimento para o produtor rural da região Centro-Oeste. As operações desse produto cresceram 36,1% em 2008 totalizando R\$ 5,6 bilhões em dezembro de 2008.

Os produtos BNDES/Finame Rural têm como objetivo financiar os investimentos em modernização de máquinas e equipamentos destinados à produção rural. As operações com esses produtos totalizaram R\$ 3,6 milhões.

Captações

As captações de mercado do Banco do Brasil atingiram R\$ 362,6 bilhões em dezembro de 2008, incremento de 14,9% sobre setembro desse ano e de 39,1% em 2008. Os depósitos a prazo estão entre as principais fontes de captação do Banco do Brasil e sustentaram o crescimento das captações. A partir do segundo semestre de 2008 o BB aumentou o foco estratégico em depósitos a prazo, especialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDB.. É importante frisar que, além do direcionamento estratégico, o agravamento da crise financeira internacional também beneficiou o Banco do Brasil nessa linha de negócios, dada a migração de depósitos de bancos pequenos e médios para instituições de reconhecida solidez.

Cartões

A base total de cartões, que compreende cartões de crédito, débito, além de cartões de parcerias e destinados a não correntistas, alcançou 76,6 milhões, quantidade 13,4% maior do que em 2007. Do total de cartões, 68,8% são de débitos e 31,2% de crédito.

Serviços

Arrecadação de Tributos

Na arrecadação de tributos, o BB detém 23,2% do mercado na esfera federal e 32,0% na estadual, correspondentes a R\$ 147,7 bilhões e R\$ 87,5 bilhões, respectivamente, em 2008. No mesmo período, foram arrecadados R\$ 8,9 bilhões na esfera municipal.

Balcão de Comércio Exterior

O Balcão do Comércio Exterior é uma solução de comércio eletrônico que simplifica e dinamiza as negociações entre exportadores brasileiros e importadores em todo o mundo, com rapidez e segurança. Em 2008, o número de exportadores e importadores cadastrados foi de 6 mil e 4 mil.

Consultoria e Treinamento em Negócios Internacionais

O Banco do Brasil coloca à disposição dos clientes sua experiência e credibilidade nas áreas técnica, operacional e financeira do comércio exterior. Em 2008, o BB prestou serviço de consultoria e capacitou 14,6 mil empresários.

Folhas de pagamento

Em dezembro, o BB tinha sob sua responsabilidade o processamento de 46,9 mil folhas de pagamento – importante instrumento de fidelização de clientes pessoa física.

Durante o exercício, o BB atendeu 9,6 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço, mantendo-se líder nesse mercado.

Licitações-e

O BB disponibiliza o licitações-e, um dos principais sistemas de compras eletrônicas utilizados pelo setor público. No ano de 2008, foram realizados 55,1 mil processos licitatórios, totalizando R\$ 11,7 bilhões negociados, incremento de 31,3% em relação ao ano de 2007

Seguros, Previdência e Capitalização

Os negócios com seguros, previdência e capitalização agregaram ao banco R\$1,5 bilhão, entre equivalência patrimonial e receitas de serviços, incremento de 24,9% em relação a 2007.

Administração de Recursos de Terceiros

Ao final de 2008, a BB DTVM atingiu R\$ 246,3 bilhões em recursos de terceiros administrados, crescimento de 11,9% no ano, e 20,7% de participação de mercado, segundo a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - Anbid. Além dos recursos administrados computados para efeito do *ranking* Anbid, que a consolida como a maior administradora de recursos de terceiros do País, aquela subsidiária detém R\$ 55,9 bilhões em gestão e administração de outros fundos. Dessa forma, a BB DTVM encerrou 2008 gerindo R\$ 302,2 bilhões em recursos de terceiros, crescimento de 15,0% no ano.

Mercado de Capitais e Tesouraria

O Banco do Brasil atua no mercado de capitais doméstico por meio do BB-BI.

Principais Reconhecimentos Recebidos em 2008

- *Most Shareholder Friendly Company* (“Prêmio Companhia mais amigável para acionistas”), categoria instituições financeiras, Revista *Institucional Investor*.
- Relatório Anual 2006 foi apontado como o segundo melhor relatório do mundo, na visão do mercado financeiro, em premiação promovida pela *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Cartões – Negócios” com o Ourocard Agronegócio e com o Ourocard Empresarial com Capital de Giro.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Core Systems – Melhor Aplicativo para Crédito” com o BB Crédito Parcerias.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Autoatendimento Especial - Instalação Desassistida de TAA”.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Call Center – Solução de Integração de Infraestrutura”.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Correspondente Bancário Especial”.
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Infraestrutura (bancos)”.
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Mobilidade (bancos)”.

- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de Autoatendimento”.
- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de *Mobile Banking*”.
- Mobile Payment - uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, em pesquisa realizada pela Revista Exame e pela consultoria Monitor.
- Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF) – Ciclo 2007, as Diretorias de Agronegócio e de Crédito foram reconhecidas nas faixas bronze e prata, respectivamente, na categoria empresas públicas e sociedades de economia mista.
- Aliança do Brasil - Melhor seguradora do País no ramo vida pela revista Conjuntura Econômica.
- Prêmio Destaque em Comércio Exterior, categoria Apoio à Exportação – Excelência em Comércio Exterior. Reconhecimento oferecido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).
- Prêmio “Melhores Práticas em Educação Corporativa”, categoria Institucional, projeto “ Gestão por Competências no Banco do Brasil: do mapeamento à certificação de competências profissionais”, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

ANEXOS

Anexo I - Regulamento do Fundo

Anexo II - Relatório da Agência Classificadora de Risco

Anexo III - Declarações

Anexo IV - Relatório da KPMG

Anexo V - Demonstrações Financeiras da Cobra

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

-
- Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5087215

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

CNPJ/MF: 03.384.738/0001-98

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS COMERCIAIS II**

CNPJ/MF Nº 10.347.575/0001-39

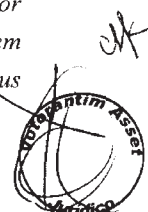
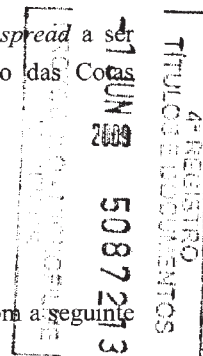
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 03.384.738/0001-98 (“Instituição Administradora”), na qualidade de instituição administradora do **COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS II**, cujo regulamento encontra-se registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo sob o nº 5066705 (“Regulamento”) e devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.347.575/0001-39 (“Fundo”), considerando-se que o Fundo não possui quaisquer cotistas, resolve:

1. Alterar o item 14.2 do Regulamento, a fim de informar o *spread* a ser acrescido à Taxa DI para fins de estabelecimento da remuneração alvo das Cotas Seniores do Fundo, definido em processo de *bookbuilding*:

Spread 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), base 252 dias úteis.

2. Alterar o item 12.5.1 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

12.5.1 Risco de crédito do Banco do Brasil. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como único devedor o Banco do Brasil. Como os Direitos Creditórios representarão a maior parcela dos ativos do Fundo, o risco de crédito do Fundo decorre, em grande medida, da capacidade de o Banco do Brasil honrar seus



compromissos, conforme contratados. Além disso, ressalta-se que a Cedente não adota qualquer política de concessão de crédito ao Banco do Brasil, para fins de análise do seu risco de crédito. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento do Banco do Brasil, bem como alterações nas suas condições financeiras e patrimoniais podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Direitos Creditórios, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas.

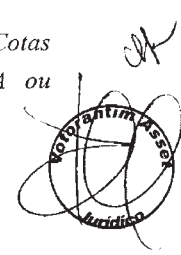
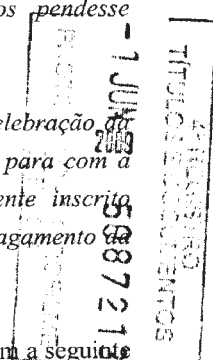
3. Incluir o item 12.8.9 no Regulamento, com a seguinte redação:

12.8.9 Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios. Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Fundo, caso seja realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;*
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e*
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.*

4. Alterar o item 19 (iii) do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- iii) rebaixamento da classificação de risco de qualquer das Cotas Seniores em circulação para um nível inferior a brAA ou*



equivalente, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;

5. Excluir o item 19 (xiii) e conseqüentemente renumerar os itens subseqüentes.
6. Retificar as demais disposições do Regulamento, cuja consolidação integra a presente deliberação como seu Anexo I.

Este instrumento, com o Regulamento do Fundo, deverá ser averbado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 29 de maio de 2009.

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

Paulo Roberto de Faria Filho

| | |
|-------------|---------|
| 4º REGISTRO | |
| EMISSÃO | 548.996 |
| ESTADO | 156,26 |
| IPESP | 115,74 |
| R. CIVIL | 28,93 |
| T.J. | 28,93 |
| TOTAL | 879,91 |

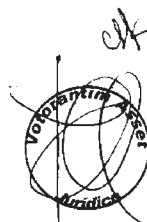
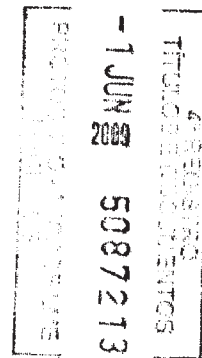
Selos e taxas
Recolhidas p/ verba

**4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica**
CNPJ: 00.346.719/0001-89
Rua Dr. Miguel Couto, nº 44 - Centro
Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - São Paulo
Apresentado hoje, protocolado e registrado em
microfilme sob nº **5087213**
Averbado no registro primitivo nº **5066705/08**

São Paulo, 01 de junho de 2009.

Escrevente Autorizado

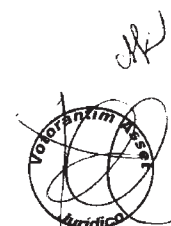
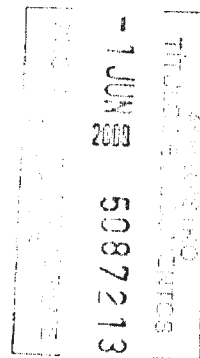
11488834



ANEXO I

*Este Anexo I é parte integrante do Instrumento Particular de 3ª Alteração do Cobra
Fundo de Investimento em Direitos Comerciais II*

REGULAMENTO DO COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS II



SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do regulamento do COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS II, que tem por objetivo proporcionar visão geral das principais características do Fundo. Ressalte-se, no entanto, que o conteúdo do presente sumário não é parte integrante do Regulamento do Fundo e não se sobrepõe ou substitui qualquer item ou definição previstos no Regulamento. Os termos definidos aqui utilizados têm o mesmo significado a eles atribuídos no glossário do Regulamento.

Instituição Administradora Votorantim Asset Management DTVM Ltda.

Forma de Constituição O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.

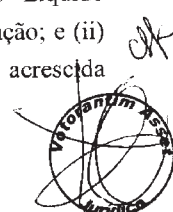
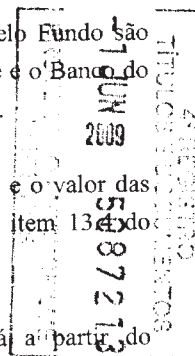
Prazo de Duração O Fundo tem prazo de duração de 27 (vinte e sete) meses, contados a partir da data da Data de Subscrição Inicial, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento ou por deliberação da Assembleia Geral.

Cedente Cobra Tecnologia S.A.

Direitos Creditórios Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contrato celebrado entre a Cedente e o Banco do Brasil, constantes do Anexo II do Regulamento.

Razão Mínima A relação mínima entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores é calculada de acordo com o item 13 do Regulamento.

Valorização das Cotas Seniores A valorização das Cotas Seniores ocorrerá a partir do primeiro dia útil seguinte à primeira Data de Subscrição Inicial. O valor das Cotas Seniores deverá corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da incidência da Taxa DI, acrescida



de um *spread* de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento). A fórmula de cálculo da valorização das Cotas Seniores encontra-se descrita no capítulo “Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo”.

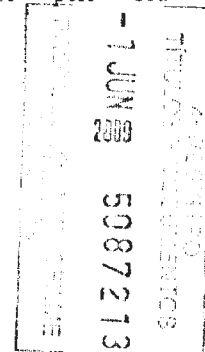
Remuneração das Cotas Subordinadas Após a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período, será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior.

Amortização de Cotas Seniores A amortização das Cotas Seniores ocorrerá de acordo com os prazos definidos na cláusula 15 deste Regulamento.

Amortização de Cotas Subordinadas A amortização das Cotas Subordinadas ocorrerá de acordo com os prazos e condições definidos na cláusula 15 do Regulamento.

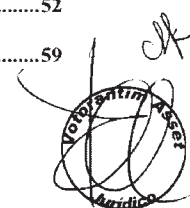
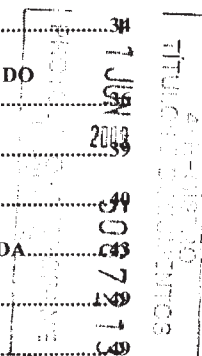
Fatores de Risco As aplicações no Fundo estão sujeitas a diversos riscos. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco descritos na cláusula 12 deste Regulamento, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

Custodiante Banco do Brasil



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. OBJETO | 8 |
| 2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO..... | 8 |
| 3. PRAZO DE DURAÇÃO..... | 8 |
| 4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA | 9 |
| 5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA | 9 |
| 6. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA | 12 |
| 7. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA | 13 |
| 8. PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO | 14 |
| 9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO | 16 |
| 10. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE | 17 |
| 11. DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE COBRANÇA..... | 17 |
| 12. FATORES DE RISCO | 19 |
| 13. COTAS DO FUNDO..... | 29 |
| 14. CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO | 31 |
| 15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS..... | 34 |
| 16. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 35 |
| 17. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO | 39 |
| 18. ASSEMBLÉIA GERAL | 40 |
| 19. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA..... | 43 |
| 20. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS | 49 |
| 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 49 |
| 22. PUBLICAÇÕES..... | 50 |
| 23. DISPOSIÇÕES FINAIS | 51 |
| ANEXO I..... | 52 |
| ANEXO II | 59 |



**REGULAMENTO DO “COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS COMERCIAIS II”**

O “Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento e iniciados por letra maiúscula estão definidos no glossário, que integra o presente como Anexo I do presente Regulamento, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

1. OBJETO

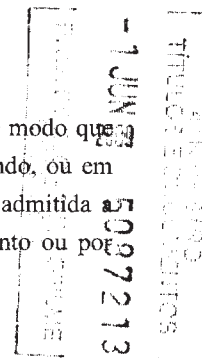
1.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita na cláusula 9 abaixo.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, ou ainda quando de sua amortização integral. É admitida amortização das Cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá prazo de duração de 27 (vinte e sete) meses, contados da Data de Subscrição Inicial, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento ou por deliberação da Assembleia Geral.



4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

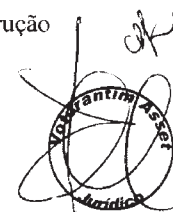
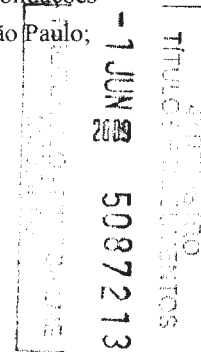
4.1 O Fundo é administrado pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

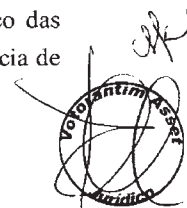
5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e Outros Ativos de titularidade do Fundo.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora, além daquelas previstas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento, bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM nº 356/01;



- f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - g) os relatórios do Auditor;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- iv) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- v) divulgar anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem as Cotas, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas na cláusula 22 abaixo;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores, do Fundo ou dos Direitos Creditórios e Outros Ativos;
- xi) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da sua ciência de



tal fato; e

- xii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos neste Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Razão Mínima, da Reserva de Amortização e da Reserva de Pagamentos.

5.2.1 A divulgação das informações previstas no item 5.2 (v) acima pode ser providenciada por meio de entidade de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Instituição Administradora, pela regularidade na prestação dessas informações.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

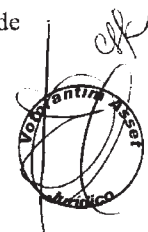
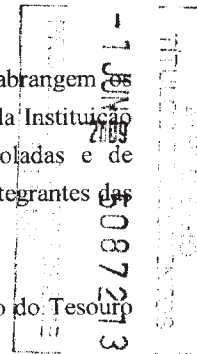
- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

5.3.1 As vedações de que tratam os itens 5.3 (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;



- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento, na Instrução CVM nº 356/01 e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- viii) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- ix) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo; .
- x) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xi) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

6. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo, mediante aviso divulgado no periódico indicado na cláusula 22 abaixo ou por meio de



carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em no máximo 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

6.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até o término do processo de liquidação.

6.2 Os Cotistas reunidos em Assembléia Geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a esta documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

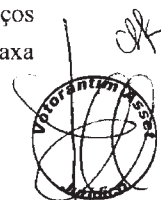
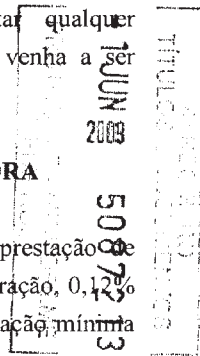
6.2.1 Na hipótese de deliberação da Assembléia Geral pela substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituída, o que deverá ocorrer em prazo de, no máximo, 60 (sessenta) dias, sob pena de liquidação antecipada do Fundo.

6.3 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

7. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

7.1 A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo, a título de Taxa de Administração, 0,12% ao ano sobre o Patrimônio Líquido, devida mensalmente, sendo a remuneração mínima mensal de R\$ 10.000,00.

7.2 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa



de Administração acima fixada.

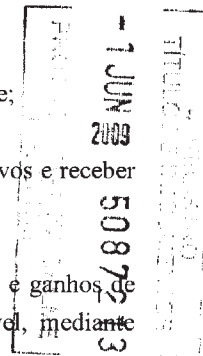
7.3 Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas além da Taxa de Administração.

8. PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

8.1 A prestação de serviços de (i) escrituração de Cotas; (ii) controladoria; (iii) custódia; e (iv) centralização da arrecadação dos recursos recebidos em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios, caberá ao Banco do Brasil.

8.2 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos nos Documentos da Operação e na regulamentação aplicável, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades relacionadas à custódia e controladoria do Fundo:

- i) operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação dos quais o Custodiante seja parte, zelando por sua boa ordem;
- ii) fazer a guarda e custódia escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação pertinente, dos registros eletrônicos da base de dados com informações relativas aos Direitos Creditórios, de cópia das Faturas e dos Contratos Cedidos;
- iii) validar os Direitos Creditórios em relação ao Critério de Elegibilidade;
- iv) efetuar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios e Outros Ativos e receber quaisquer rendimentos ou valores a esses referentes;
- v) efetuar o recolhimento dos tributos incidentes sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Instituição Administradora;
- vi) notificar a Instituição Administradora, no prazo de 1 (um) dia útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Custódia ou do Contrato de Cessão;



vii) elaborar e fornecer à Instituição Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Créditos Performados entregues e pagos ao Fundo e aos Contratos Cedidos, de acordo com as condições previstas no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, bem como extrato mensal dos recursos transitados na Conta Transitória; e

viii) prestar serviços de custódia dos Outros Ativos.

8.3 A Cedente foi contratada pelo Custodiante para efetuar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios e guarda física dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios, especificamente das Faturas e dos Contratos Cedidos, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão, sendo responsável pela emissão e encaminhamento das Faturas ao Banco do Brasil.

8.4 Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá contratar outro Custodiante.

8.5 Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto na cláusula 6 acima.

8.6 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

8.7 A KPMG Auditores Independentes foi contratada para prestar serviços de auditor independente, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora.

8.8 A Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., foi contratada para serviços de classificação de risco (*rating*) das Cotas Seniores.



9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste capítulo, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, acessórios e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Outros Ativos.

9.2 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento.

9.3 O Fundo poderá investir a totalidade de seu Patrimônio Líquido na aquisição de Direitos Creditórios, que serão cedidos apenas pelo Cedente e que têm como devedor exclusivamente o Banco do Brasil. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso em face da Cedente, da Instituição Administradora, do Custodiante e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas.

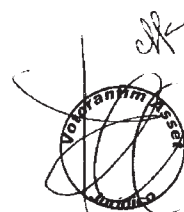
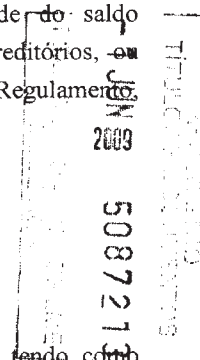
9.3.1 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da Data de Subscrição Inicial, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observado o Critério de Elegibilidade.

9.3.2 O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, e aplicá-lo, sem limites de concentração além dos definidos neste Regulamento, exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

9.4 É facultado ao Fundo realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item 9.3.2 acima.

9.5 O Fundo não poderá realizar:



- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento atrelados à variação cambial;
- ii) operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- iii) operações com derivativos.

10. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

10.1 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios originados dos Contratos da Cobra relacionados no Anexo II deste Regulamento, o que constituirá o único Critério de Elegibilidade.

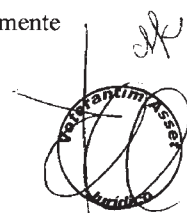
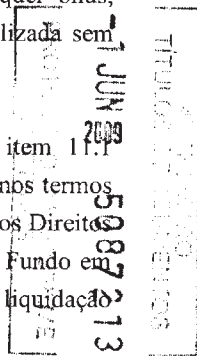
10.2 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade acima referido será de responsabilidade exclusiva do Custodiante.

11. DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE COBRANÇA

11.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão originados dos Contratos Cedidos e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames. A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso em face da Cedente.

11.2 Nos termos do Contrato de Cessão, a cessão referida no item 11.1 compreenderá: (i) os Direitos Creditórios decorrentes dos serviços prestados, nos termos dos Contratos Cedidos, faturados pela Cedente até a Data de Aquisição; e (ii) os Direitos Creditórios originados dos Contratos Cedidos que se tornarem exigíveis pelo Fundo em decorrência da efetiva prestação de serviços ao Banco do Brasil, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo.

11.3 Os Direitos Creditórios serão exigíveis perante o Banco do Brasil somente em relação aos serviços efetivamente prestados e a partir do dia estabelecido para o pagamento no correspondente Contrato Cedido, devendo ser periodicamente



formalizados por meio de Faturas emitidas em nome do Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

11.4 A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo e até a efetiva liquidação integral de suas obrigações, a plena titularidade dos Direitos Creditórios cedidos.

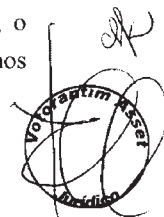
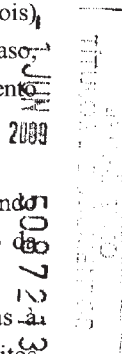
11.5 A Cedente, em contrapartida ao pagamento do Preço de Aquisição, obriga-se, em cada Período de Entrega até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, a entregar ao Fundo, de forma definitiva e incondicional, Créditos Performados vincendos, até que seja atingido o Valor Mensal de Entrega, exceto na hipótese prevista no item 11.6 abaixo.

11.6 Na hipótese da ocorrência de Evento de Avaliação ou de Amortização Antecipada, a Cedente passará a entregar ao Fundo, de forma automática, definitiva e incondicional, todos os Créditos Performados vincendos em cada Período de Entrega originados dos Contratos Cedidos até a integral liquidação das Obrigações do Fundo ou até que a Assembléia Geral delibere pela não amortização antecipada das Cotas.

11.7 Na hipótese de não pagamento dos Créditos Performados nas suas respectivas datas de vencimento, a Cedente deverá entrar em contato com o Banco do Brasil, de forma a entender a razão pela qual o Crédito Performado não foi pago. Posteriormente, a Cedente deverá informar à Instituição Administradora, em até 2 (dois) dias úteis, por escrito, o motivo para o não pagamento pelo Banco do Brasil. Nesse caso, a Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, poderá adotar o procedimento descrito abaixo:

- i) aguardar o pagamento do Crédito Performado pelo Banco do Brasil, buscando negociação amigável com o Banco do Brasil, com ou sem a intermediação da Cedente; e
- ii) promover as medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

11.7.1 A Instituição Administradora deverá informar à Cedente, por escrito, o procedimento escolhido para a hipótese de não pagamento do Crédito Performado, nos



termos do item anterior.

12. FATORES DE RISCO

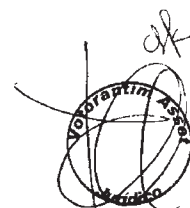
12.1 O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

12.1.1 As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Instituição Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio, podendo, inclusive, resultar em Patrimônio Líquido negativo, o que exigiria aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente abaixo, devendo ser lidos cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

12.2 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas, hipóteses em que a Cedente, a Instituição Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente as peculiaridades do Fundo, tais como riscos de liquidez dos Direitos Creditórios, Eventos de Amortização Antecipada e de Avaliação, dentre outros. Essas peculiaridades podem provocar perdas aos Cotistas ou podem limitar a liquidez do Fundo.

12.3 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não exaustiva, os abaixo relacionados.

12.4 Riscos de Mercado

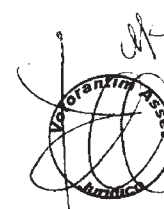


12.4.1 *Flutuação de Preços em Virtude de Fatores de Mercado.* Os preços e a rentabilidade dos Direitos Creditórios e Outros Ativos poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos a seus Cotistas.

12.4.2 *Descasamento de Taxas.* O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e em Outros Ativos com diferentes formas de valorização. Considerando-se que a valorização das Cotas Seniores será definida na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Seniores. A Instituição Administradora, o Custodiante, a Cedente, e as respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

12.4.3 *Inexistência de garantia de rentabilidade.* O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os Outros Ativos, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

12.4.3.1 Deste modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo a Instituição Administradora, qualquer multa ou penalidade.



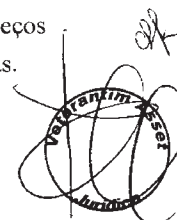
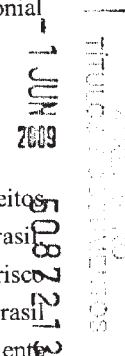
12.4.4 *Efeitos da política econômica do Governo Federal.* O Fundo, seus ativos, a Cedente e o Banco do Brasil estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras.

12.4.4.1 Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica e controlar a inflação, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e afetar os negócios, a condição financeira e os resultados da Cedente, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios pelo Banco do Brasil.

12.4.5 *Risco de Investimento em Outros Ativos.* É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 (noventa dias) dias de funcionamento, até 100% (cem por cento) em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil. Posteriormente aos referidos 90 (noventa) dias, o investimento em referidos ativos poderá representar até 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrarem seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

12.5 Risco de Crédito

12.5.1 *Risco de crédito do Banco do Brasil e concentração.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como único devedor o Banco do Brasil. Como os Direitos Creditórios representarão a maior parcela dos ativos do Fundo, o risco de crédito do Fundo decorre, em grande medida, da capacidade de o Banco do Brasil honrar seus compromissos, conforme contratados. Além disso, ressalta-se que a Cedente não adota qualquer política de concessão de crédito ao Banco do Brasil, para fins de análise do seu risco de crédito. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento do Banco do Brasil, bem como alterações nas suas condições financeiras e patrimoniais podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Direitos Creditórios, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas.



12.5.2 *Eficácia da cessão dos Direitos Creditórios e inexistência de seguro performance (seguro garantia) da Cedente.* Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são preponderantemente direitos creditórios futuros, a serem originados pela Cedente durante o prazo e sujeito às condições do Contrato de Cessão. Por essa razão, a eficácia da cessão está condicionada a um evento futuro, que é justamente a originação dos Créditos Performados a partir da efetiva prestação de serviços pela Cedente ao Banco do Brasil. Caso a Cedente, em decorrência da paralisação parcial ou total de suas atividades não origine Créditos Performados suficientes para o pagamento das Obrigações do Fundo, o Fundo não disporá de recursos suficientes para efetuar a amortização e o resgate das Cotas Seniores nos prazos e valores definidos neste Regulamento. Ademais, o Fundo não contratou seguro ou fiança bancária para cobrir o risco de não originação de Créditos Performados pela Cedente.

12.5.3 *Inexistência de direito de regresso contra a Cedente.* A cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra a Cedente ou qualquer outra pessoa.

12.5.3.1 A Cedente não será responsável pela solvência do Banco do Brasil. A cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios inadimplidos prevista no Regulamento, por sua vez, não assegura que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios inadimplentes serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo decorrentes de Créditos Performados inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Dessa forma, em caso de inadimplência dos Créditos Performados o Fundo e os Cotistas sofrerão prejuízos.

12.6 Risco de Liquidez

12.6.1 *Fundo Fechado e Mercado Secundário.* O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores só poderão ser resgatadas ao término do respectivo prazo de duração. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá de o fazer no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar sua venda ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.



12.6.2 *Rebaixamento na Classificação de Risco das Cotas Seniores.* A classificação de risco atribuída às Cotas Seniores baseou-se, entre outros fatores, na atual condição da Cedente e do Banco do Brasil e nas informações presentes nos Documentos da Operação. A classificação de risco é revista trimestralmente e não existe garantia de que permanecerá inalterada durante o prazo de duração do Fundo. Sem prejuízo da eventual ocorrência de um Evento de Avaliação, caso a classificação de risco seja rebaixada, os titulares de Cotas Seniores poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Cotas Seniores no mercado secundário.

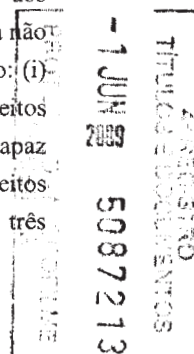
12.6.3 *Aplicação em Direitos Creditórios.* O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de direitos creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como na hipótese de liquidação do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo e redução da rentabilidade das Cotas Seniores.

12.6.4 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo.* O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 19 do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios ainda não ser exigível da Cedente. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelo Banco do Brasil das parcelas relativas aos Direitos Creditórios; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

12.7 Riscos Específicos

12.7.1 Riscos Operacionais

12.7.1.1 *Guarda dos Documentos Comprobatórios.* A Cedente será responsável pela guarda dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios. Apesar de o Custodiante e a Instituição Administradora terem o direito contratual de acesso irrestrito



aos referidos documentos, a guarda pela Cedente pode representar uma limitação à Instituição Administradora de verificar a devida originação e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

12.7.1.2 *Cobrança judicial dos Direitos Creditórios.* Os custos incorridos com os procedimentos judiciais eventualmente necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Esses custos, se muito elevados, poderão afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

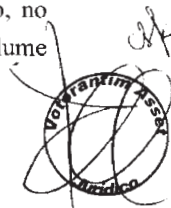
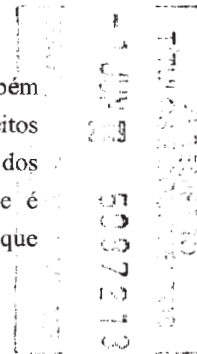
12.7.2 Risco de Descontinuidade

12.7.2.1 *Insuficiência de Recursos no Momento da Amortização Antecipada de Cotas.* As Cotas poderão ser amortizadas antecipadamente nas hipóteses previstas neste Regulamento. Ocorrendo um Evento de Amortização Antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas de forma imediata na hipótese, por exemplo, de o volume de Direitos Creditórios exigíveis do Banco do Brasil ser insuficiente. Nesse caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelo Banco do Brasil das parcelas relativas aos Direitos Creditórios; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o patrimônio do Fundo.

12.8.2.1.1 Nas hipóteses de amortização antecipada das Cotas do Fundo, há também a possibilidade de a Assembléia Geral decidir pelo resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios. Nesse caso, os Cotistas Seniores teriam que aguardar a liquidação dos Direitos Creditórios, ou ainda alienar os Direitos Creditórios a terceiros, o que é improvável em virtude da baixa liquidez, havendo ainda o risco de deságio que comprometeria o retorno do rendimento do Cotista.

12.7.3 Risco da Originadora

12.7.3.1 *Risco de não originação dos Direitos Creditórios.* Os Direitos Creditórios tornar-se-ão exigíveis e serão entregues pela Cedente ao Fundo preponderantemente no futuro. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não-originação, no futuro, dos Créditos Performados. A não-originação de Créditos Performados em volume



suficiente para o cumprimento das Obrigações do Fundo poderá se dar por diversos motivos, tais como: (i) falência, recuperação judicial, insolvência ou qualquer outro evento que comprometa a capacidade de a Cedente prestar os serviços necessários à geração de Créditos Performados; e (ii) rescisão dos Contratos Cedidos ou a redução dos serviços prestados oriundos de tais contratos. Não há, portanto, como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade ou impossibilidade, total ou parcial, de a Cedente prestar serviços ao Banco do Brasil, o que, se ocorrer, afetará negativamente a entrega dos Créditos Performados pela Cedente, podendo causar prejuízos ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas depende da originação e posterior liquidação dos Direitos Creditórios.

12.7.3.2 *Risco da Política Governamental.* O Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista controlada pela União e, portanto, alterações no Governo Federal (tais como eleição de nova administração que não a atual, ou implementação de plano de privatizações), podem acarretar mudanças significativas na administração e nas diretrizes hoje adotadas pelo Banco do Brasil com relação à Cedente, que é sua sociedade controlada. É possível que tais mudanças, por diversos motivos, afetem adversamente a relação entre o Banco do Brasil e a Cedente e a geração de Créditos Performados. Se Créditos Performados não forem gerados em volume suficiente para o cumprimento das Obrigações do Fundo, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

12.7.3.3 *Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo.* Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão originados pela Cedente, preponderantemente, no futuro. Havendo a interrupção das atividades da Cedente, os Direitos Creditórios podem não ser originados e o Fundo poderá apresentar Patrimônio Líquido negativo, sendo possível que os Cotistas tenham que realizar aporte de recursos no Fundo para pagamento de Encargos do Fundo.

12.7.3.4 *Rescisão do Contrato de Cessão.* Em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando a Cedente obrigada à restituição do Preço de Aquisição pago pelos Direitos Creditórios, descontado o valor dos Créditos Performados efetivamente entregues ao Fundo. Caso a Cedente não tenha capacidade de restituir os valores por ela devidos, o Fundo e os seus Cotistas poderão sofrer prejuízos substanciais.



12.8.1 *Conflito de Interesses.* O Banco do Brasil é Custodiante e Devedor dos Direitos Creditórios, além de ser acionista controlador da Cedente. O Banco do Brasil tem interesses próprios, e partilha de certos interesses e objetivos comuns aos da Cedente. Sendo assim, caso haja divergências entre os interesses da Cedente e dos investidores do Fundo, é possível que o Banco do Brasil, na qualidade de Devedor e pagador dos Créditos Performados, privilegie os interesses da Cedente. Da mesma forma, embora o Banco do Brasil, na qualidade de Custodiante, se comprometa a agir estritamente em observância ao disposto no Contrato de Custódia, e sob as ordens da Instituição Administradora, existe a possibilidade de que, em caso de conflito, os interesses do Banco do Brasil e/ou da Cedente sejam privilegiados em detrimento dos interesses dos Cotistas. Nessas hipóteses, o Fundo poderia sofrer perda patrimonial e a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.

12.8.2 *Risco decorrente da prévia cessão dos Direitos Creditórios ao Cobra FIDC Comerciais I e consequente subordinação do Fundo ao Cobra FIDC Comerciais I.* Direitos creditórios oriundos dos Contratos da Cobra foram cedidos ao Cobra FIDC Comerciais I em montante equivalente ao necessário para a integral liquidação das obrigações do referido fundo. Dessa forma, a Cedente somente poderá ceder novos direitos creditórios oriundos dos Contratos da Cobra, inclusive ao Fundo, quando todas as obrigações do Cobra FIDC Comerciais I forem integralmente pagas, notadamente a amortização integral e resgate das cotas seniores de primeira e única emissão desse fundo, previstos para 4 de novembro de 2009. Caso haja qualquer atraso em relação à liquidação das obrigações do Cobra FIDC Comerciais I, a cessão dos Direitos Creditórios e a entrega dos Créditos Performados pela Cedente ao Fundo poderá ser afetada adversamente, ensejando prejuízos ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que o pagamento da amortização das Cotas depende da originação e posterior liquidação dos Direitos Creditórios.

12.8.3 *Risco decorrente da rescisão ou alteração dos Contratos Cedidos.* Os Contratos Cedidos dos quais se originam os Direitos Creditórios, são contratos administrativos, submetidos ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Por esse motivo, tais contratos podem ser rescindidos unilateralmente pelo Banco do Brasil em diversas hipóteses indicadas na referida Lei e nos próprios contratos. O escopo de



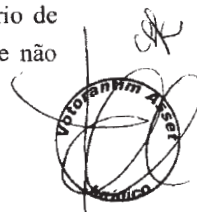
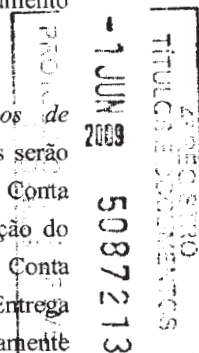
tais contratos poderia, ainda, ser reduzido de forma discricionária pelo Banco do Brasil, afetando negativamente a originação de Créditos Performados.

12.8.3.1 Há previsão no Contrato de Cessão que em caso de alteração, término, inadimplência parcial ou total de qualquer Contrato Cedido, a Cedente estaria obrigada, desde que requerido pela Instituição Administradora, a permutar a totalidade dos Direitos Creditórios originados de tal Contrato Cedido pela totalidade dos direitos creditórios originados de um ou mais Contratos da Cobra que possuam, individualmente ou em conjunto, valor nominal equivalente ou superior e que atendam a determinados critérios indicados no Contrato de Cessão. Ocorre, porém, que não há qualquer garantia que, caso seja necessária a utilização do recurso de permuta acima descrito, haja Contratos da Cobra passíveis de cessão ao Fundo ou, ainda que existam Contratos da Cobra que originem Créditos Performados em volume suficiente para garantir o cumprimento das Obrigações do Fundo, e/ou que atendam aos critérios indicados no Contrato de Cessão. Nessas hipóteses, o Fundo poderá sofrer prejuízos e perda de patrimônio.

12.8.4 *Risco decorrente da precificação dos ativos.* Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Outros Ativos ("*mark-to-market*"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

12.8.5 *Movimentação dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.* Todos os recursos decorrentes da liquidação das Faturas serão recebidos diretamente na Conta Transitória e transferidos no mesmo dia útil para a Conta de Movimentação, pelo Custodiante. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Custodiante de transferir no mesmo dia útil do recebimento os recursos da Conta Transitória para a Conta de Movimentação, até que se atinja o Valor Mensal de Entrega do respectivo Período de Entrega, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pelo Custodiante no cumprimento dessa obrigação.

12.8.5.1 Ocorrendo a cessação na prestação dos serviços pelo Custodiante, responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, e pela transferência de recursos para a Conta de Movimentação, e não



12.8.6 *Decisões judiciais sobre a cessão dos Direitos Creditórios.* Os fundos de investimento em direitos creditórios são instrumentos de investimento relativamente recentes e sofisticados, não havendo ainda jurisprudência formada a respeito. Além disso, o procedimento de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, conforme ajustado no Contrato de Cessão, é complexo e envolve o pagamento à vista, pelo Fundo, pela cessão de créditos que se tornarão exigíveis contra o Banco do Brasil no futuro, em montante suficiente para assegurar a integral liquidação das obrigações do Fundo, cujo valor é apenas estimado, e, portanto, incerto. Dessa forma, não é possível assegurar qual será a interpretação do Poder Judiciário na hipótese de eventuais questionamentos judiciais sobre a validade da cessão dos Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de falência da Cedente.

5087213
-1 JUL 2009

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e

- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

13. COTAS DO FUNDO

13.1 O Fundo poderá emitir uma única série de cotas seniores, a serem distribuídas da forma como a Instituição Administradora entender conveniente, desde que observados os parâmetros legais aplicáveis.

13.2 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

13.3 O resgate das Cotas Seniores deverá ocorrer em 27 (vinte e sete) meses meses contados da Data de Subscrição Inicial.

13.4 A Razão Mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores será o maior valor entre: (i) 108,8% (cento e oito inteiros e oito décimos por cento) da razão entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores; e (ii) aquele calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$Rm = \frac{VQS_t \times n_1 + VCS_t \times n_2}{VQS_t \times n_1}, \text{ onde:}$$

Rm corresponde à Razão Mínima na data de cálculo "t";

VQS_t corresponde ao valor da Cota Sênior na data de cálculo "t";

n_1 corresponde ao número de Cotas Seniores em circulação na data de cálculo "t";

$VCS_t \times n_2$ calculado conforme fórmula abaixo:



$$VCS_i \times n_2 = VAMT + RP_i, \text{ onde:}$$

VAMT corresponde ao valor da próxima parcela de amortização de Cotas Seniores do Fundo; e

RP_i corresponde à Reserva de Pagamentos calculada nos termos da cláusula 17 abaixo.

13.4.1 A Razão Mínima será divulgada nos termos referidos no item 5.2 (v) acima e calculada em cada Data de Verificação, sendo que a inobservância da Razão Mínima por prazo superior a 1 (um) Período de Entrega será considerada Evento de Avaliação, nos termos do item 19.1 (i) abaixo.

13.4.2 Em cada Data de Verificação, a Instituição Administradora verificará o valor das Cotas Subordinadas e realizará o cálculo do valor necessário à sua recomposição de acordo com a fórmula abaixo prevista, sendo que, se o RR_p calculado for negativo será considerado zero.

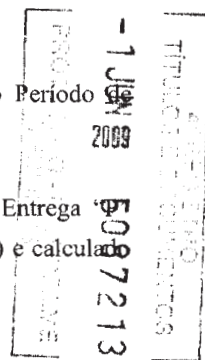
$$RR_m = VCS_p - VCSe \text{ onde:}$$

RR_m é o valor da Recomposição de Razão Mínima ao final do Período de Entrega "P";

VCS_p é o valor das Cotas Subordinadas ao final do Período de Entrega necessário para atingir o montante previsto no item 13.4 acima ($VCSt \times n_2$) e calculado conforme o disposto neste Regulamento; e

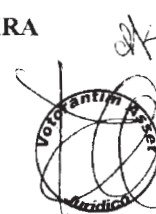
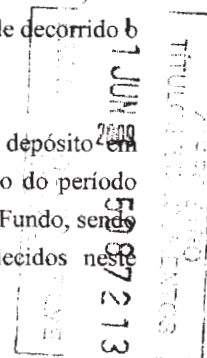
$VCSe$ é o valor das Cotas Subordinadas da Data de Verificação.

13.4.2 O RR_m calculado em cada Período de Entrega deverá compor o VME do Período de Entrega subsequente, conforme previsto no Contrato de Cessão.



- 13.5 As Cotas Seniores serão admitidas para negociação na CETIP.
- 13.6 O Fundo poderá emitir Cotas Subordinadas de 1 (uma) única classe em número indeterminado, as quais serão integralmente subscritas e integralizadas pela Cedente e poderão ser livremente negociadas, nos termos da legislação aplicável.
- 13.7 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá qualquer amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização integral e/ou resgate das Cotas Seniores.
- 13.8 As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida nos itens 16.4 e 16.4.1 deste Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 13.9 As Cotas Seniores poderão ser subscritas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do registro da oferta de distribuição de cotas do Fundo na CVM. Esse prazo poderá ser estendido se a Instituição Administradora assim entender necessário, e desde que haja aprovação prévia da CVM.
- 13.9.1 Na hipótese de não ser subscrita a totalidade das Cotas Seniores, fica facultado à Instituição Administradora cancelar o saldo não colocado antes de decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias referido no item acima.
- 13.10 As Cotas serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis antes do decurso do período referido no item 13.3 acima, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 13.11 Todas as Cotas incorrerão em taxas e despesas iguais.

14. CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO



14.1 As Cotas, independentemente da classe, terão valor nominal de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na Data de Subscrição Inicial e serão valorizadas todo dia útil, nos termos descritos no presente Regulamento. A valorização das Cotas Seniores ocorrerá a partir do primeiro dia útil seguinte à primeira Data de Subscrição Inicial, e a última na Data de Resgate da última das Cotas em circulação.

14.2 A partir da Data de Subscrição Inicial, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:

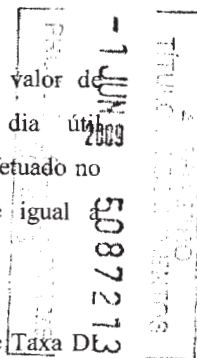
$$VQS_t = VQS_{t-1} \times \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

VQS_t Valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “t”, já deduzido dos valores pagos a título de amortização das respectivas Cotas Seniores, no dia útil imediatamente anterior à data “t”.

VQS_{t-1} Valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “t”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, VQS_{t-1} é igual a R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Taxa DI_{t-1} Taxa DI referente ao dia útil anterior à data “t”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,5%, então Taxa DI_{t-1} = 16,5.

Spread 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), base 252 dias úteis.



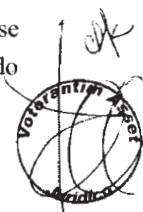
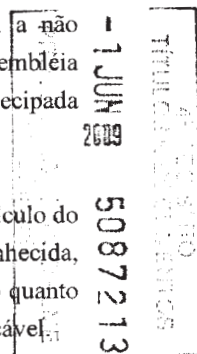
14.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Cotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

14.3.1 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Cotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, a Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Cotas Seniores. Neste caso, os titulares de Cotas Subordinadas poderão sugerir um parâmetro alternativo, sendo certo, entretanto, que caso não concordem com o parâmetro aprovado na Assembléia Geral, terão o poder de vetar a adoção do referido parâmetro.

14.3.1.1 Na hipótese de os titulares das Cotas Seniores não aceitarem o parâmetro alternativo oferecido pelos titulares das Cotas Subordinadas combinado com a não aceitação pelos titulares das Cotas Subordinadas do parâmetro aprovado na Assembléia Geral, aplicar-se-á o disposto no item 14.3.2 abaixo até a integral liquidação antecipada das Obrigações do Fundo.

14.3.2 Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor das Cotas Seniores, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

14.3.3 Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no item 14.2 acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Cotas, e não representam nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do



Fundo, da Cedente, da Instituição Administradora, do Custodiante ou dos Distribuidores e de suas respectivas Partes Relacionadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a remuneração superior ao valor de tais Cotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Cotas.

14.4 A partir da Data de Subscrição Inicial de Cotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Cotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

15.1 Observada a Ordem de Alocação de Recursos, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, no 2º (segundo) dia útil de cada mês, após o período de 6 (seis) meses contado da Data de Subscrição Inicial de Cotas Seniores, a amortização de cada uma das Cotas Seniores.

15.2 As Cotas Seniores serão amortizadas em 20 (vinte) (vinte) parcelas mensais, sucessivas, cujo valor será definido por meio da utilização da fórmula abaixo:

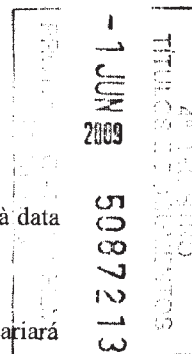
$$VAMT = VQS(T-1) * (1/(20 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VQS(T-1) é o valor unitário da Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 20 (última amortização).

15.2.1 Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização coincidir com dia que não seja dia útil na cidade em que estiver sediada a Instituição Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja



expediente bancário, não cabendo aos Cotistas qualquer acréscimo.

15.3 O resgate das Cotas ocorrerá, sempre, na data da última amortização. A data da última amortização é aquela em que o Fundo liquida a totalidade das obrigações pecuniárias relacionadas às Cotas de titularidade de determinado Cotista.

15.4 A Instituição Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil.

15.5 Os pagamentos de Cotas Seniores serão efetuados prioritariamente em moeda corrente nacional. Em caso de amortização antecipada, será admitido o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, nos termos deliberados pela Assembléia Geral ou previstos neste Regulamento. A amortização e resgate de Cotas Subordinadas poderá ocorrer tanto em moeda corrente nacional como em Direitos Creditórios, sempre condicionada à manutenção da Razão Mínima.

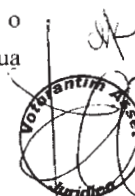
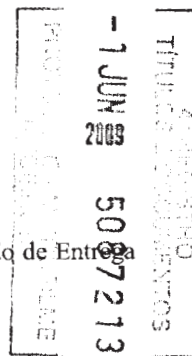
15.6 Desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Instituição Administradora constituirá e manterá Reserva de Amortização onde deverão ser segregados e mantidos, destacados na contabilidade do Fundo, os Ativos Financeiros, incluindo recursos em moeda corrente nacional, cujo valor será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Ra = \sum_{j=P+1}^{P+1} (VAM_j), \text{ onde:}$$

Ra é o valor da Reserva de Amortização ao final de cada Período de Entrega "P"; e

VAM_j corresponde ao valor estimado da parcela de amortização de juros e principal da totalidades das Cotas Seniores no Período de Entrega "j", considerando para o cálculo do VQS_j a Taxa DI Futura.

15.6.1 Em cada Data de Verificação, a Instituição Administradora verificará o saldo da Reserva de Amortização e realizará o cálculo do valor necessário à sua



recomposição de acordo com a fórmula abaixo prevista.

$$RRa = RPa - AF_p - RP_i, \text{ onde:}$$

RRa é o valor da Recomposição da Reserva de Amortização ao final do Período de Entrega "P";

RPa é o valor da Reserva de Amortização ao final do Período de Entrega "P" e calculado conforme acima; e

AF_p é o valor contábil dos Outros Ativos financeiros na Data de Verificação do Período de Entrega "P";

RP_i Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo

15.6.2 O RRa calculado em cada Período de Entrega deverá compor o VME do Período de Entrega subsequente, conforme previsto no Contrato de Cessão.

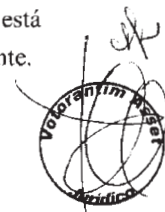
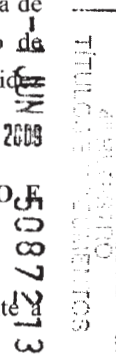
15.6.3 Para fins do disposto no item acima, em cada Período de Entrega, a Instituição Administradora deverá comunicar à Cedente o RRa aplicável ao Período de Entrega subsequente, em até 2 (dois) dias úteis após a respectiva Data de Verificação.

15.7 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

16. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

16.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou do Custodiante.



16.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

16.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em decorrência da valorização obtida, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

16.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

16.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 16.1.2 acima.

16.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:



- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com Direitos Creditórios em volume igual a no mínimo o total do Patrimônio Líquido investido em Direitos Creditórios no dia posterior à Data de Subscrição Inicial, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

16.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas utilizando-se como base as faixas de risco definidas na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, com exceção dos Direitos Creditórios inadimplidos não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, para cujo valor deverá ser constituída provisão para perda de 100% (cem por cento).

16.4 As Cotas de cada classe terão seu valor calculado todo dia útil.

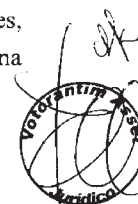
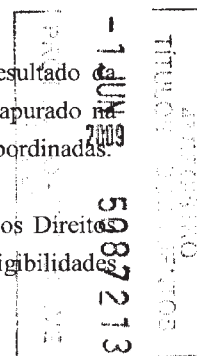
16.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme a cláusula 14 acima.

16.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item 16.4.1 acima, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas.

16.5 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões previstas neste Regulamento.

16.6 Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, sendo que, na hipótese de tais valores serem devidos pela Cedente, serão exclusivamente distribuídos às Cotas Seniores, em adição aos critérios de alocação da valorização da carteira do Fundo previstos na



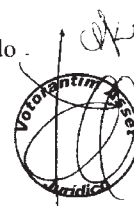
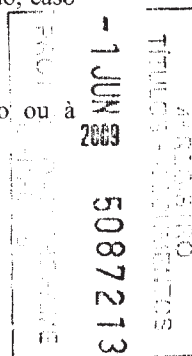
cláusula 14 acima.

17. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

17.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida à CETIP;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

17.2 Quaisquer despesas não previstas neste capítulo como Encargos do Fundo.



correrão por conta da Instituição Administradora.

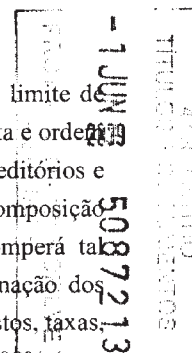
17.3 Caso o Fundo, por qualquer motivo, apresente Patrimônio Líquido negativo, é possível que os Cotistas tenham que realizar aporte de recursos para pagamento de Encargos do Fundo. Nessa hipótese, o aporte deverá ser efetuado de forma proporcional ao valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas em circulação.

17.4 A Instituição Administradora deverá manter a Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, à exceção das amortizações das Cotas, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, na qual os Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a taxa de administração.

17.5 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos observando que, até o 30º (trigésimo) dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

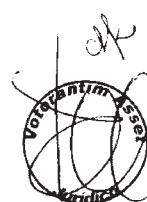
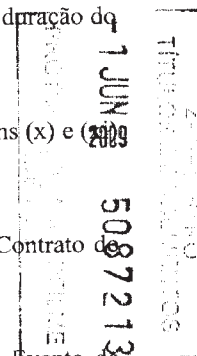
17.5.1 Na hipótese de a Reserva de Pagamentos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamentos. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

18. ASSEMBLÉIA GERAL



18.1 É da competência privativa da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e da Cedente, na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios;
- iv) deliberar sobre a contratação ou substituição de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM nº 356/01;
- vi) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- ix) deliberar sobre a rescisão e/ou alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Amortização Antecipada;
- xi) resolver se Eventos de Amortização Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;



- xii) alterar a remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal; e
- xiv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada.

18.2 A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Instituição Administradora ou (ii) por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

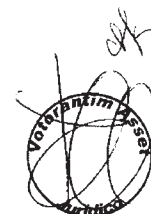
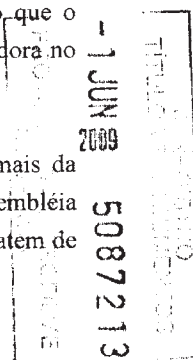
18.2.1 A presidência da Assembléia Geral caberá à Instituição Administradora e seus empregados, os quais não terão direito de voto, nos termos do artigo 29, § 3º da Instrução nº 356/01.

18.2.2 Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Instituição Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

18.3 Cada Cota corresponde a 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Instituição Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

18.4 Estão também subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade de cada uma das classes de Cotas com direito a voto presentes na Assembléia Geral, sendo tomados em apartado os votos de cada classe, as deliberações que tratem de quaisquer dos seguintes assuntos:

- i) critério de elegibilidade dos Direitos Creditórios;
- ii) direito de voto de cada classe de Cotas;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) alteração da cláusula 14;

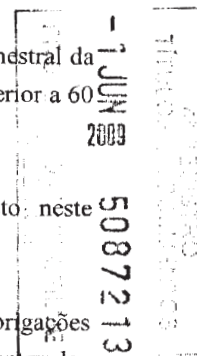


- v) alteração dos itens 19.1 e 19.3 deste Regulamento; e
- vi) liquidação do Fundo, exceto nos casos de ocorrência de Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada.

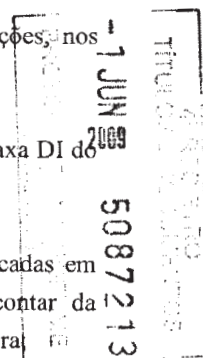
19. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

19.1 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer dos seguintes eventos:

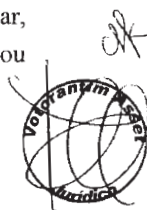
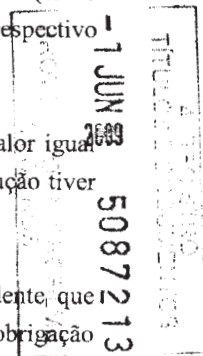
- i) não pagamento integral, nas respectivas datas de amortização, do valor da amortização de quaisquer Cotas Seniores;
- ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social principal da Cedente, de tal forma que impeçam ou afetem negativamente a entrega dos Créditos Performados;
- iii) rebaixamento da classificação de risco de qualquer das Cotas Seniores em circulação para um nível inferior a brAA ou equivalente, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- iv) não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- v) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- vi) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações descritos nos Documentos da Operação, verificada pelo representante dos Cotistas, quando houver, ou por qualquer Cotista, desde que, se por qualquer deles notificada para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;



- vii) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas nos Documentos da Operação, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- viii) inobservância pela Cedente dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cessão e no Regulamento com relação à entrega de Créditos Performados, desde que, se notificada pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- ix) inobservância pela Cedente de quaisquer de seus deveres e obrigações previstos nos Documentos da Operação, que não sejam os referidos no item (ix) acima, desde que, se notificada pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- x) resilição de qualquer Documento da Operação por qualquer parte, sem que outra(s) parte(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas;
- xi) renúncia do Custodiante, sem que outra instituição assumam suas funções, nos termos definidos neste Regulamento;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130 (cento e trinta por cento da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) caso as irregularidades documentais apontadas pelo Custodiante verificadas em auditoria não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação feita pelo Custodiante à Cedente e à Instituição Administradora;
- xiv) caso o Fundo deixe de atender a recomposição da Razão Mínima, e (a) tal evento não seja sanado ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Regulamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;



- xv) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora;
- xvi) caso o montante de recursos que transite na Conta Transitória em determinado Período de Entrega seja inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais)
- xvii) qualquer evento que implique em modificação do controle acionário da Cedente em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão;
- xviii) penhora de quaisquer ativos, inclusive, mas não se limitando a Direitos Creditórios, em valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que não cancelada no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua intimação;
- xix) protesto de títulos contra a Cedente, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Cedente, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua ocorrência;
- xx) se a Cedente deixar de pagar, ou não tomar as medidas administrativas, legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer obrigação por ela devida nos termos de acordo ou contrato em que figure como parte financiada, envolvendo valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no prazo de 30 (trinta) dias corridos contado do respectivo vencimento;
- xxi) início de execução de quaisquer garantias prestadas pela Cedente de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé;
- xxii) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra a Cedente, que resulte(m) ou possa(m) resultar, individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- xxiii) laudos arbitrais definitivos contra a Cedente que resulte(m) ou possa(m) resultar, individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou



superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação estiver subordinada às Obrigações do Fundo em razão de acordo homologado por decisão arbitral ou judicial, enquanto tal decisão estiver em vigor; ou

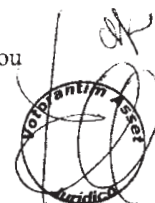
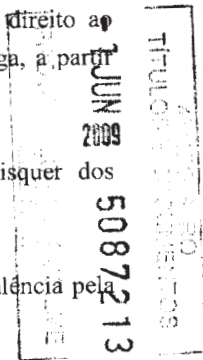
- xxiv) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Cedente, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, desde que comprometa, de qualquer forma, a capacidade da Cedente de cumprimento de suas obrigações oriundas do Contrato de Cessão.

19.2 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral para avaliar o grau de comprometimento do funcionamento do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não amortização antecipada das Cotas do Fundo, aplicando-se, nesse caso, o disposto no item 19.2.1 abaixo, ou (ii) que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, estipulando os procedimentos para a amortização antecipada das Cotas Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral.

19.2.1 Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Amortização Antecipada, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será interrompida a entrega automática pela Cedente ao Fundo da totalidade dos Créditos Performados em cada Período de Entrega, referida no item 11.6 acima, voltando o Fundo a ter direito ao recebimento apenas do Valor Mensal de Entrega em cada Período de Entrega, a partir da data da deliberação acima referida.

19.3 São considerados Eventos de Amortização Antecipada quaisquer dos seguintes eventos:

- i) decretação de falência da Cedente, ou protocolo de pedido de auto falência pela Cedente;
- ii) a rescisão ou a ocorrência de quaisquer das hipóteses que deem causa à rescisão de quaisquer dos Contratos Cedidos;
- iii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou



regulamentar;

- iv) caso os Cotistas não consigam, por duas Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela taxa SELIC;
- v) renúncia da Instituição Administradora, sem que outra instituição assuma suas funções nos prazos previstos no Regulamento;
- vi) caso seja deliberado em Assembléia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- vii) caso a Cedente ou o Custodiante, por culpa, dolo ou má fé, deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação de que tenha conhecimento.

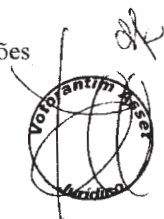
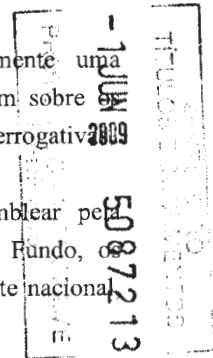
19.3.1 Observado o disposto no item 11.6 acima e no item 19.3.2. abaixo, ocorrendo qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) interromper a aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada das Cotas do Fundo descritos abaixo.

19.3.2 A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

19.3.3 Está desde já assegurado que no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de amortização antecipada das Cotas do Fundo, os Cotistas Seniores dissidentes poderão resgatar suas Cotas em moeda corrente nacional pelo valor das mesmas, nos termos definidos pela própria Assembléia Geral.

19.3.4 Observada a deliberação da Assembléia Geral referida no item anterior, a Instituição Administradora resgatará todos os investimentos e aplicações do Fundo.

19.4 Os recursos do Fundo serão utilizados para o pagamento das Obrigações



do Fundo de acordo com a Ordem de Alocação de Recursos. O Fundo deverá resgatar todas as Cotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas Seniores em circulação. Somente após o resgate integral das Cotas Seniores, o Fundo poderá promover o resgate das Cotas Subordinadas.

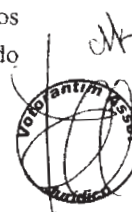
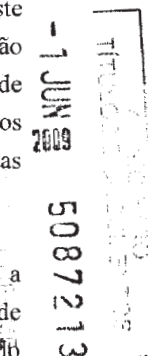
19.5 Os Cotistas poderão receber pagamento referente ao resgate em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos da cláusula 16 acima, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim.

19.5.1 Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

19.5.2 Os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item 19.3.2 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que foram titulares de Cotas Subordinadas.

19.5.3 Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior. Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

19.5.4 O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado



de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao Custodiante a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

19.5.5 Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.

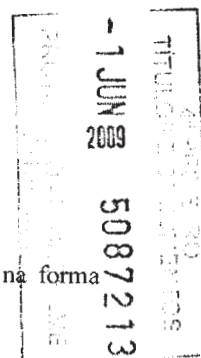
19.6 A Instituição Administradora, por meio de simples deliberação, poderá liquidar o Fundo caso a totalidade de Cotas tenham sido resgatadas.

19.7 Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

20. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

20.1 Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- ii) constituição e recomposição da Reserva de Pagamentos;
- iii) recomposição da Razão Mínima; e
- vi) pagamento dos valores referentes à amortização e resgate das Cotas na forma deste Regulamento.



21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

21.2 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de



escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

21.3 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pelo Auditor.

21.3.1 O Auditor deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado.

21.4 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de junho de cada ano de cada ano.

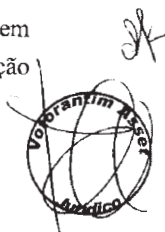
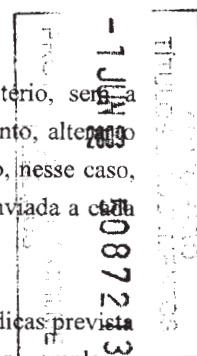
22. PUBLICAÇÕES

22.1 Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal “Valor Econômico” ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao Cotista.

22.1.1 As publicações referidas no item anterior deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora e das instituições que distribuírem Cotas.

22.1.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, ser a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterando o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração, por meio de carta enviada a cada Cotista.

22.2 Sem prejuízo da divulgação de informações eventuais e periódicas previstas na legislação aplicável, a Instituição Administradora deverá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso. A divulgação



deverá ser feita por meio da publicação no periódico indicado no item 22.1 acima, e mantida disponível para os Cotistas na sede da Instituição Administradora.

22.3 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

22.4 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Instituição Administradora.

23.2 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

23.3 Constituem parte integrante e inseparável deste Regulamento, os seus Anexos I e II. Em caso de divergência entre o previsto neste Regulamento e em qualquer de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Regulamento

23.4 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao Fundo ou questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 29 de maio de 2009.

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

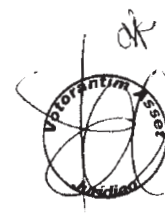
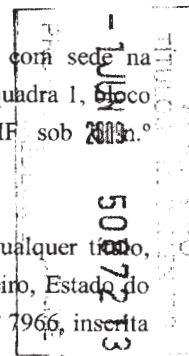


ANEXO I

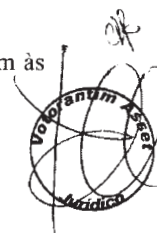
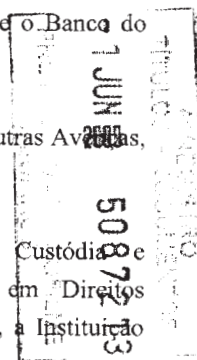
Este Anexo I é parte integrante e inseparável do Regulamento do “Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II”, constituído pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

GLOSSÁRIO DE TERMOS DEFINIDOS

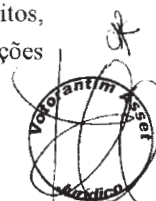
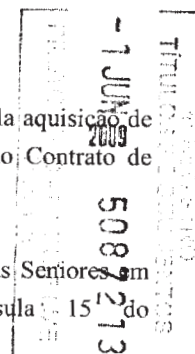
| | |
|---------------------------------|--|
| Agência Classificadora de Risco | Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20, ou aquela que vier a substituí-la. |
| Assembléia Geral | assembléia geral de Cotistas. |
| Auditor | KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29,, ou aquele que vier a substituí-la. |
| Banco do Brasil | Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, quadra I, Bloco G, Edifício Sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91. |
| Cedente | Cobra Tecnologia S.A., ou sua sucessora a qualquer tempo, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada dos Bandeirantes, nº 7966, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.318.949/0001-84. |
| CETIP | CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. |
| CMN | Conselho Monetário Nacional. |



| | |
|-------------------------|---|
| CNPJ/MF | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda. |
| Cobra FIDC Comerciais I | Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais I, devidamente registrado na CVM sob o nº 152-0. |
| Conta de Movimentação | conta corrente aberta e mantida pelo Fundo no Banco do Brasil destinada ao recebimento dos recursos de titularidade do Fundo. |
| Conta Transitória | conta gerencial de depósitos vinculados, mantida e administrada pelo e de titularidade do Banco do Brasil, na qualidade de Custodiante, destinada a receber os pagamentos da totalidade dos Direitos Creditórios. |
| Contratos Cedidos | contratos celebrados entre a Cobra e o Banco do Brasil, listado no Anexo II deste Regulamento. |
| Contrato da Cobra | cada contrato de prestação futura de serviços essenciais à atividade bancária celebrado entre a Cedente e o Banco do Brasil. |
| Contrato de Cessão | Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser firmado entre o Fundo e a Cedente. |
| Contrato de Custódia | Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a ser firmado entre o Custodiante, a Instituição Administradora, o Fundo e a Cedente. |
| Cotas | correspondem às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas em conjunto. |
| Cotas Seniores | todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às |



| | |
|----------------------------|--|
| | demais para efeito de amortização e resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. |
| Cotas Subordinadas | todas as cotas emitidas pelo Fundo que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização e resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. |
| Cotistas | titulares de Cotas do Fundo. |
| Cotistas Seniores | titulares das Cotas Seniores. |
| Cotistas Subordinados | titulares das Cotas Subordinadas. |
| Créditos Performados | Direitos Creditórios devidamente formalizados por meio de Faturas e exigíveis contra o Banco do Brasil. |
| Critério de Elegibilidade | critério para seleção dos Direitos Creditórios, estabelecido na cláusula 10 acima. |
| Custodiante | Banco do Brasil. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |
| Data de Aquisição | data em que o Fundo efetuará o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão. |
| Datas de Amortização | Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores em circulação, conforme previsto na cláusula 15 do Regulamento. |
| Data de Subscrição Inicial | data da primeira subscrição e integralização de Cotas. |
| Data de Verificação | 19º (décimo nono) dia útil de cada mês calendário |
| Direitos Creditórios | Direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, acessórios e ações |



assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, cedidos nos termos do Contrato de Cessão e oriundos dos Contratos Cedidos.

| | |
|-----------------------------------|--|
| Diretor Designado | Diretor da Instituição Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo. |
| Documentos da Operação | são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento e Contrato de Custódia. |
| Encargos do Fundo | têm o significado que lhes é atribuído na cláusula 17 deste Regulamento. |
| Eventos de Avaliação | ocorrência de quaisquer dos eventos considerados no item 19.1 deste Regulamento, que enseja a convocação da Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento do funcionamento do Fundo. |
| Eventos de Amortização Antecipada | ocorrência de quaisquer dos eventos considerados no item 19.3 deste Regulamento, que obriga a Instituição Administradora a dar início ao resgate das Cotas. |
| Faturas | faturas mensais de prestação de serviços originadas pela Cedente que representam os Direitos Creditórios. |
| FGC | Fundo Garantidor de Créditos. |
| Fundo | Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II. |
| Instituição Administradora | Votorantim Asset Management DTVM Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na |

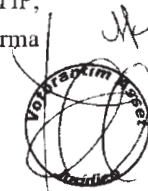
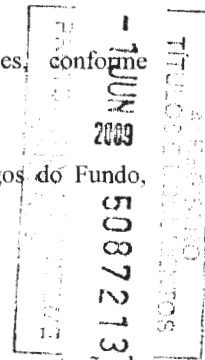


Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na avenida Roque Petroni Junior, nº 999 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.

| | |
|-------------------------------|--|
| Investidores Qualificados | investidores qualificados, conforme definidos no artigo 99 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas. |
| Obrigações do Fundo | todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e do resgate das Cotas Seniores, tudo conforme estabelecido neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação. |
| Ordem de Alocação de Recursos | ordem de preferência definida na cláusula 20 deste Regulamento para a utilização dos recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo. |
| Outros Ativos | bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido. |
| Partes Relacionadas | sociedades sob controle comum, controladoras, controladas ou coligadas. |
| Patrimônio Líquido | patrimônio que corresponde ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas neste Regulamento, conforme definido no item 16.5 deste Regulamento. |
| Período de Entrega | período que se inicia no 20º (vigésimo) dia de cada mês calendário, e se encerra no 19º (décimo nono) dia do mês calendário subsequente, iniciando a partir do vigésimo dia do |

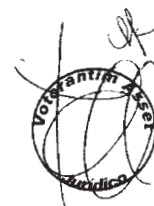
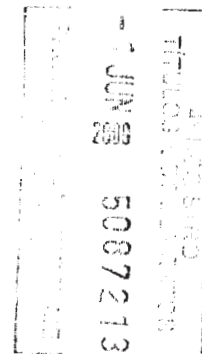
mês subsequente ao de pagamento do Preço de Aquisição, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo.

| | |
|------------------------|--|
| Plano Contábil | é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável. |
| Preço de Aquisição | é o valor a ser pago pelo Fundo para a Cedente em contrapartida da cessão de Direitos Creditórios. |
| Prospecto | é o prospecto da oferta pública de Cotas Seniores. |
| Razão Mínima | razão mínima admitida entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores, calculada de acordo com o item 13.4 do Regulamento. |
| Regulamento | o presente regulamento do Fundo e suas alterações posteriores. |
| Reserva de Amortização | Reserva para o pagamento de amortizações, conforme previsto no item 15.6 do Regulamento. |
| Reserva de Pagamentos | reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, prevista na cláusula 17 deste Regulamento. |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e Custódia. |
| Taxa de Administração | remuneração da Instituição Administradora pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo, calculada conforme o disposto na cláusula 7 deste Regulamento. |
| Taxa DI | Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma |



percentual, em base anual (252 dias úteis).

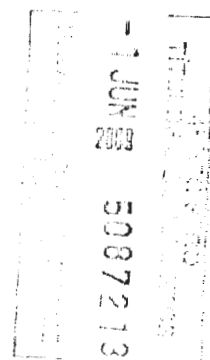
Valor Mensal de Entrega montante dos Créditos Performados a ser entregue ao Fundo durante cada Período de Entrega conforme previsto no Contrato de Cessão.



ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II", constituído pela Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

CÓPIA DOS CONTRATOS CEDIDOS



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

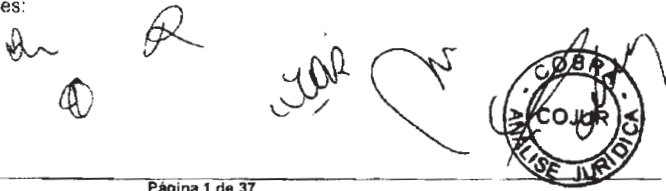
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DECORRENTE DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2006/0213(8616)-SL REALIZADO EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO XXIII, DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993 E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NO D.O.U. EM 24/06/1996, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO O BANCO DO BRASIL S.A., SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 00.000.000/0001-91, ADIANTE DENOMINADO CONTRATANTE, NESTE ATO REPRESENTADO PELO(A) ADMINISTRADOR(A) DA GECOP - GERÊNCIA DE COMPRAS E ALIENAÇÕES, LOCALIZADA NO SBS QUADRA 1, BLOCO A, LOTE 31, ED. SEDE I, 12º ANDAR, CEP 70073-900, BRASÍLIA (DF), NO FINAL QUALIFICADO(A) E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A., COM SEDE NA ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 7966, JACAREPAGUÁ, CEP 22789-110, RIO DE JANEIRO (RJ), E INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 42.318.949/0001-84, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE, O SR. JORGE WILSON LUIZ ALVES, BRASILEIRO, CASADO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 0457438709-1/FP/RJ E INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 597.784.407-78, E POR SEU DIRETOR, O SR. ELOIR COGLIATTI, BRASILEIRO, CASADO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 12.369.518-1/FP-RJ E INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 397.355.597-49, ADIANTE DENOMINADA CONTRATADA, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. O PRESENTE CONTRATO TEVE SUA MINUTA-PADRÃO APROVADA PELO PARECER DIJUR-COJUR/CONSU Nº 14.897, DE 12/09/2005, E A MINUTA ESPECÍFICA PELAS NOTAS JURÍDICAS DIJUR-COJUR/CONSU Nº 7.991 E 8.023, DE 13/07/2006 E 20/07/2006, RESPECTIVAMENTE.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção, assistência técnica, remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária instalados em dependências do CONTRATANTE em todo o território nacional, de acordo com as condições e especificações mínimas constantes no Documento nº 1 deste Contrato e conforme proposta comercial nº 06-0063/2006, de 20/07/2006 – Versão 4, obrigando-se a CONTRATADA a realizar as tarefas abaixo, observando o disposto no ANS Acordo de Nível de Serviços - Documento nº 2 deste Contrato, disponibilizando pessoal necessário para atender a demanda de serviços indicada pelo CONTRATANTE:

- a) Manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração dos equipamentos abaixo relacionados, constantes na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato (RECC), fornecida mensalmente pelo CONTRATANTE;
 - impressoras;
 - servidores;
 - terminais de múltiplas funções – TMF;
 - terminais dispensadores de senhas – TDS;
 - terminais de acesso à internet – TMNET;
 - equipamentos de conectividade (roteadores, HUB e switch, catalyst);
- b) Remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária;
- c) Instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos na RECC;
- d) Vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento (salas de auto-atendimento - SAA, salas on-line e pontos externos), e acompanhamento/suporte aos serviços de organização em salas on-line e pontos externos de atendimento do CONTRATANTE, e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado;
- e) Realização de plantões técnicos.

Parágrafo Primeiro - Os serviços previstos na alínea "a" do caput desta Cláusula serão executados para as quantidades mínima e máxima abaixo indicadas, compreendendo todos os modelos de cada tipo de equipamento, e os demais serviços serão executados mediante solicitação do CONTRATANTE, de acordo com suas necessidades:

The block contains several handwritten signatures and official stamps. On the right, there is a circular stamp with the text 'COBRA' and 'COJUR' inside, and 'ANALISE JURIDICA' around the perimeter. To its left are several handwritten signatures in black ink.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

| TIPO DE EQUIPAMENTO | QUANTIDADE | |
|-------------------------|------------|--------|
| | Mínima | Máxima |
| Impressoras MMF | 5.000 | 10.000 |
| Impressoras NWPR e MICR | 8.000 | 15.000 |
| TMF | 40.000 | 80.000 |
| Servidor | 5.000 | 12.000 |
| TDS | 50 | 1.000 |
| TMNET | 20 | 200 |
| HUB | 5.000 | 15.000 |
| Switch | 800 | 6.000 |
| Catalyst | 500 | 2.000 |
| Roteador | 150 | 9.500 |

Parágrafo Segundo - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, transferência, total ou parcial, e permitida a subcontratação, mediante prévia e formal autorização do CONTRATANTE, excluindo-se os serviços relativos à administração, controle e gestão do contrato. Caso ocorra a subcontratação, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, respondendo direta e integralmente perante o CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro - O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento), a critério do CONTRATANTE e mediante aviso formal à CONTRATADA, e por meio de aditivo contratual. Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido neste parágrafo.

Parágrafo Quarto - Fica entendido que, efetuados os acréscimos previstos no parágrafo anterior, o novo valor mensal pactuado não poderá ultrapassar em 25% o valor mensal inicial atualizado do contrato.

Parágrafo - Entende-se como VALOR MENSAL INICIAL ATUALIZADO, o valor mensal inicial do contrato acrescido de eventual reequilíbrio e das repactuações porventura concedidas, desconsiderando os acréscimos ou supressões previstos nesta Cláusula.

DEFINIÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - Para os fins e efeitos deste Contrato, as partes convencionam que as palavras ou expressões a seguir relacionadas têm o seguinte significado:

ATIVAÇÃO: colocar em perfeito funcionamento um equipamento ou afins de rede de dados.

CAT: Centro de Atendimento Técnico da CONTRATADA

CONFIGURAÇÃO: preparar o equipamento ou afins de rede de dados de forma que sejam atendidas as normas técnicas do fabricante e normas de segurança, possibilitando sua utilização de acordo com o solicitado e segundo procedimentos padronizados e pré-definidos pelo CONTRATANTE;

CRITICIDADE: nível de urgência para atendimento e resolução de serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação, configuração, bem como utilizada para obtenção dos valores dos serviços para cada equipamento deste Contrato;

DESINSTALAÇÃO: adotar o procedimento inverso ao da instalação definido abaixo, deixando ambiente de acordo com as normas técnicas definidas pelo CONTRATANTE;

EVENTOS: deslocamento físico de um local para outro (a ser especificado pelo CONTRATANTE) compreendendo o transporte do equipamento, a instalação no local da realização do evento (feiras, exposições, congressos, etc.), a ativação e configuração do equipamento. Após a realização do evento, deverá ser feita a desinstalação e o transporte para local indicado pela CONTRATANTE, e a reinstalação do equipamento, se for o caso;

HORA TRABALHADA ACRESCIDA DE DESLOCAMENTO: quantidade de horas efetivamente utilizadas na atividade, mais as horas utilizadas no deslocamento (ida e volta) até o ponto de atendimento;

HORÁRIO COMERCIAL: 08:00 às 18:00h;

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS: preparação básica do equipamento, de forma a torná-lo operacional, através da execução de procedimentos pré-definidos, padronizados pelo CONTRATANTE;

ITEM DE CONSUMO: são considerados itens de consumo os seguintes componentes de impressoras: fusor, unidade de revelação e cilindros;

MANUTENÇÃO CORRETIVA: tipo de serviço executado, a partir do acionamento da CONTRATADA pelo CONTRATANTE, em equipamentos, que estão parcial ou totalmente inoperantes;

MINUTA DE DESPACHO - DOCUMENTO DE CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE EQUIPAMENTOS. Documento a ser gerado pelo Sistema de Gestão para controlar a saída de equipamentos do CONTRATANTE que serão removidos ou remanejados pela CONTRATADA;

NÚMERO DO BEM: número que identifica bem no patrimônio do Banco.

OPERADOR DO EQUIPAMENTO: pessoa designada/autorizada pelo CONTRATANTE a manusear o equipamento;

PERÍODO DE ATENDIMENTO: é o período em que o pessoal da CONTRATADA tem que estar disponível para a prestação dos serviços;

PLANTÃO FÍSICO: tipo de plantão em que o técnico deverá estar disponível no local indicado pelo CONTRATANTE.

PLANTÃO TELEFÔNICO: tipo de plantão em que o técnico deverá estar disponível para efetuar atendimentos após acionamento do CONTRATANTE por telefone.

REINCIDÊNCIA DE DEFEITO: Ocorrência do mesmo defeito em até dois dias úteis, após a solução dos problemas pela CONTRATADA.

REMANEJAMENTO: deslocamento físico de um local para outro (a ser especificado pelo CONTRATANTE) compreendendo a vistoria das condições de funcionamento conforme check-list - Documento nº 3, a desinstalação, a embalagem, o transporte, a reinstalação, a ativação e configuração do equipamento;

REMOÇÃO: remoção de um ou mais equipamentos compreendendo a vistoria das condições de funcionamento conforme check-list - Documento nº 3, a desinstalação, a embalagem, o transporte para depósito do CONTRATANTE ou para local por este indicado, e a correção de eventuais danos/defeitos existentes, cobertos por este contrato;

SISTEMA DE GESTÃO: sistema informatizado a ser definido e utilizado pelo CONTRATANTE para gerenciar a prestação dos serviços objeto do Contrato, exercendo o controle de todos os atendimentos prestados, auxiliando no fluxo de trabalho a ser seguido para a prestação dos serviços pela CONTRATADA.

TEMPO DE RESOLUÇÃO: é o tempo para atendimento e resolução de serviços de manutenção corretiva, remanejamento/remoção de equipamentos, instalação, ativação e configuração requeridos. Estes tempos são contados dentro do período de atendimento contratado.

VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - A vigência deste contrato é de 60 (sessenta) meses, contada do início da prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados no dia 22/07/2006.

Parágrafo Segundo - A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854, de 27/10/1999;
- amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, de 90 dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- judicialmente, nos termos da legislação.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

Parágrafo Terceiro – A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:

- a) motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- b) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
- c) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- d) vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- e) utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

Parágrafo Quarto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quinto - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Sexto - A rescisão acarretará, de imediato, a retenção dos créditos decorrentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

PREÇO

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, a importância máxima de R\$ 5.419.175,00 (cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil, cento e setenta e cinco reais), pela prestação dos serviços objeto deste contrato, preço apurado conforme metodologia de cálculo aplicada a cada um dos serviços como se segue:

a) **Serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração de equipamentos:**

- i) O valor mensal será calculado a partir dos valores unitários de manutenção estabelecidos na tabela abaixo para cada equipamento/modelo e criticidade e da quantidade de equipamentos informada mensalmente na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato (RECC), aplicando-se para tanto a seguinte fórmula:

$V_{tm} = \text{Somatório } (V_m \times Q_e)$, onde:

V_{tm} = Valor total mensal;

V_m = Valor da manutenção do equipamento por criticidade;

Q_e = Quantidade total de equipamentos por tipo, informados mensalmente na RECC.

| Equipamento/modelo | Valor de manutenção por equipamento - V_m | | | | |
|-------------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Criticidade 4 | Criticidade 5 | Criticidade 6 | Criticidade 7 | Criticidade 8 |
| Impressoras NWPR e MICR | | | R\$ 113,00 | R\$ 98,00 | R\$ 90,00 |
| Impressora MMF | | | R\$ 153,00 | R\$ 135,00 | R\$ 129,50 |
| Servidores - pequeno | R\$ 133,00 | R\$ 91,50 | | | |
| Servidores - médio | R\$ 450,00 | R\$ 300,00 | | | |
| TMFCX | | | R\$ 54,00 | R\$ 47,00 | R\$ 44,00 |
| TMFAT | | | R\$ 32,00 | R\$ 28,00 | R\$ 25,00 |
| TDS | | R\$ 147,00 | R\$ 135,00 | R\$ 124,00 | R\$ 119,00 |
| TMNET | | | R\$ 137,00 | R\$ 124,00 | R\$ 119,00 |
| HUB 1 | | R\$ 20,00 | | | |
| HUB 2 | | R\$ 24,00 | | | |
| Switch 1 | | R\$ 92,00 | | | |
| Switch 2 | | R\$ 200,00 | | | |
| Catalyst 1 | | R\$ 97,00 | | | |
| Catalyst 2 | | R\$ 150,00 | | | |
| Roteador 1 | | R\$ 25,00 | | | |
| Roteador 2 | | R\$ 60,00 | | | |
| Roteador 3 | | R\$ 150,00 | | | |
| Roteador 4 | | R\$ 300,00 | | | |

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

b) Serviços de remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária

- I) O valor mensal será calculado a partir dos valores abaixo e da quantidade de equipamentos efetivamente remanejados e removidos no mês de referência:

| TMF, HUB, Impressoras, Roteadores e demais equipamentos até 50kg | | | |
|--|-------------------|-------------|-----------------------------|
| Distância | Remanejamento R\$ | Remoção R\$ | Remanejamento p/Eventos R\$ |
| No mesmo prédio | 61,50 | 37,00 | Não realizado |
| Na mesma cidade/região metropolitana até 200 km | 245,00 | 210,00 | 400,00 |
| Outra cidade entre 201 e 500 km | 650,00 | 480,00 | 930,00 |
| Outra cidade entre 501 e 1000 km | 1.300,00 | 900,00 | 1.700,00 |
| Outra cidade acima de 1000 km | 2.000,00 | 1390,00 | 2.700,00 |

| SERVIDOR e demais equipamentos entre 50 e 100kg | | | |
|---|-------------------|-------------|-----------------------------|
| Distância | Remanejamento R\$ | Remoção R\$ | Remanejamento p/Eventos R\$ |
| No mesmo prédio | 61,50 | 37,00 | Não realizado |
| Na mesma cidade/região metropolitana até 200 km | 350,00 | 220,00 | 500,00 |
| Outra cidade entre 201 e 500 km | 750,00 | 490,00 | 1.000,00 |
| Outra cidade entre 501 e 1000 km | 1.400,00 | 910,00 | 1.800,00 |
| Outra cidade acima de 1000 km | 2.100,00 | 1.400,00 | 2.800,00 |

- II) Será utilizado como referência para medir as distâncias entre as dependências de origem e de destino o "Guia 4 Rodas", acrescido de 10%.

c) Serviços de instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos da Relação de Equipamentos Coberto pelo Contrato

- I) O valor mensal será calculado de acordo com a quantidade de equipamentos efetivamente instalados, ativados e configurados, e os valores abaixo, instalação e ativação/configuração de cada modelo de equipamento:

| Equipamento/modelo | Instalação/Ativação/Configuração R\$ |
|--------------------------|--------------------------------------|
| Impressoras MMF | 100,59 |
| Impressoras NWPR e MICR | 67,06 |
| Impressora Jato de Tinta | 67,06 |
| TMF | 100,59 |
| Servidor | 275,66 |
| TDS | 100,59 |
| TMNET | 100,59 |
| HUB | 100,59 |
| Switch | 100,59 |
| Catalyst | 100,59 |
| Roteador | 100,59 |

d) Serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos, de acompanhamento/suporte aos serviços de organização em salas on-line e pontos externos, e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado

- I) O valor mensal será calculado de acordo com a quantidade de horas efetivamente trabalhadas, acrescida do tempo de deslocamento, e os valores de R\$ 33,53 por hora, para realização de serviços dentro do horário comercial, e de R\$ 50,30 por hora, para realização de serviços fora do horário comercial.
- II) Para os atendimentos realizados em cidades localizadas a mais 85km do Centro de Atendimento ou do Técnico Residente, o valor apurado no inciso I acima será acrescido do valor unitário de R\$ 275,66, por evento, denominado deslocamento, para cobrir as despesas de transporte, estadia e alimentação.
- III) Caso o atendimento exija a permanência do técnico por mais de um dia, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, o ressarcimento das despesas de estadia e alimentação dar-se-á com base no valor da verba-hospedagem nível 2 e verba-refeição integral da tabela de preços do CONTRATANTE, respectivamente, vigente à época.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

IV) A permanência por período acima de 1 (um) dia será comprovada mediante apresentação da autorização do CONTRATANTE e da conferência dos dados constantes no Relatório de Atendimento Técnico, devidamente assinado/validado por funcionário do CONTRATANTE.

V) O pagamento desses serviços e despesas ocorrerá observando os seguintes critérios:

| Atendimento | Hora técnica | Deslocamento | Estadia/Alimentação |
|--------------------------------|--------------|--------------|---------------------|
| Até 85Km | Sim | Não | Não |
| Acima de 85Km até 01 dia | Sim | Sim | Não |
| Acima de 85Km excedendo 01 dia | Sim | Sim | Sim |

e) Serviços de Plantão Técnico

I) O valor mensal será calculado de acordo com a quantidade diárias e/ou horas de disponibilidade do técnico, por tipo de plantão, acrescida do tempo de deslocamento, e com os valores abaixo:

| Tipo Plantão | Por diária R\$ | | Por hora R\$ | |
|--|-------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|
| | Horário Comercial | Fora do horário comercial | Horário Comercial | Fora do horário comercial |
| Físico | 268,24 | 402,40 | 33,53 | 50,30 |
| Telefônico - Disponibilidade do Técnico | 80,48 | 80,48 | 10,06 | 10,06 |
| Telefônico - hora de atendimento técnico | 268,24 | 402,40 | 33,53 | 50,30 |

II) Para os atendimentos físicos realizados em cidades localizadas a mais 85km da rede de tesouraria do CONTRATANTE, GEREL/NUVAL ou GEREL/SERET, será pago um adicional de R\$ 275,66, a título de deslocamento, por evento, para cobrir as despesas de transporte, estadia e alimentação.

Parágrafo Único - Nos valores fixados no *caput* desta Cláusula estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como de pessoal, administração, peças, fornecimento de itens de consumo para impressoras, deslocamentos, demais materiais e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre os serviços contratados.

CLÁUSULA QUINTA - Os valores estipulados na cláusula anterior poderão ser revistos mediante negociação entre as partes e solicitação formal da CONTRATADA, em que fique comprovada a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado.

Parágrafo Primeiro - A primeira revisão poderá ocorrer somente após o prazo de um ano, contado a partir da proposta, mantendo-se para as revisões subsequentes, a mesma periodicidade anual.

Parágrafo Segundo - Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão contratual eventuais reajustes concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

Parágrafo Terceiro - O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reajuste contratual, na forma do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93.

PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - O pagamento será efetuado conforme abaixo, por meio de crédito em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A., indicada pela CONTRATADA, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, que deverá conter o número do Contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços, a agência e o número da conta corrente:

a) As faturas relativas aos serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração dos equipamentos abaixo relacionados, constantes na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato (RECC), serão apresentadas pela CONTRATADA até o vigésimo dia do mês da efetiva prestação dos serviços e o CONTRATANTE efetuará o respectivo pagamento até o último dia útil do mês, salvo se houver atraso na entrega, divergência ou irregularidade nos valores constantes das notas fiscais.

[Handwritten signatures and stamps]

COBRA
TECNOLOGIA S.A.
EMPRESA JURÍDICA

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

- b) As faturas referentes aos serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento, de acompanhamento e suporte aos serviços de organização em pontos externos de atendimento, de instalação, ativação e configuração de equipamentos não incluídos na RECC e de plantões técnicos, bem como de serviços executados fora do horário/tempo de atendimento contratados, serão apresentadas pela CONTRATADA com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data do seu vencimento, acompanhadas da autorização mencionada no item 1.3 do Documento nº 2 deste Contrato e de planilha em arquivo eletrônico conforme modelo constante do Documento nº 5 deste Contrato, e o CONTRATANTE efetuará o respectivo pagamento no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- c) As faturas referentes aos serviços de remanejamento e remoção, serão apresentadas pela CONTRATADA com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data de seu vencimento, em arquivo eletrônico, conforme modelo constante do Documento nº 6 deste Contrato, e o CONTRATANTE efetuará o pagamento no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro - As faturas relativas aos serviços objeto deste Contrato deverão ser entregues nos prazos indicados no *caput* desta Cláusula, ao BANCO DO BRASIL S.A. - DIALOG/GEVAL, no SBS, quadra 1, Bloco A, Lote 31, Ed. Sede I, 13º andar, CEP 70073-900, Brasília (DF), para conferência e autorização de pagamento e posterior encaminhamento à DITEC/GEATI, para efetivação do respectivo pagamento.

Parágrafo Segundo - O faturamento pela prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva, instalação, ativação e configuração, dar-se-á em conformidade com seu nível resolução de OS, obedecendo-se os critérios abaixo:

- a) Faturamentos até 31/12/2006 serão efetuados por 100% do valor dos serviços prestados, independentemente do percentual de resolução de OS do mês anterior dentro do prazo contratual;
- b) Faturamentos efetuados no período de 01/01/2007 a 31/12/2007:

| Percentual de resolução de OS do mês anterior dentro do prazo contratual | Percentual do faturamento |
|--|---------------------------|
| >= 95,00% | 100,0% |
| Entre 94,00% e 94,99% | 99,5% |
| Entre 93,00% e 93,99% | 99,0% |
| Entre 92,00% e 92,99% | 98,5% |
| < 92,00 | 98,0% |

- c) Faturamentos efetuados a partir de 01/01/2008

| Percentual de resolução de OS do mês anterior dentro do prazo contratual | Percentual do faturamento |
|--|---------------------------|
| >= 95,00% | 100,0% |
| Entre 94,00% e 94,99% | 99,0% |
| Entre 93,00% e 93,99% | 98,0% |
| Entre 92,00% e 92,99% | 97,0% |
| Entre 91,00% e 91,99% | 96,0% |
| <91% | 95,0% |

Parágrafo Terceiro - Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura de serviços, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 2 (dois) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Quarto - O CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deverá apresentar, anexa à nota fiscal/fatura relativa ao mês de DEZEMBRO, a comprovação da quitação do 13º salário dos empregados colocados à disposição do CONTRATANTE.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

DO SIGILO

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA obriga-se por si, seus empregados, sócios, diretores e mandatários, a manter total sigilo e confidencialidade dos serviços prestados ao CONTRATANTE no que se refere à não divulgação, por qualquer forma, de todas ou parte das informações ou documentos a ele relativos, e aos quais venha a ter acesso, em decorrência da prestação dos serviços executados por força deste contrato. Também se compromete a respeitar as imposições relativas ao sigilo bancário às quais o CONTRATANTE está sujeito.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE todas as informações relativas ao uso e funcionamento dos sistemas.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA poderá revelar as informações decorrentes deste Contrato, exclusivamente, a seus prepostos e funcionários diretamente envolvidos nas atividades que fazem uso ou tenham acesso permanente ou eventual às mesmas.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga, ainda, a respeitar integralmente as normas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE e atender os padrões de segurança e controle para acesso e uso das instalações e equipamentos do CONTRATANTE, zelando por sua integridade, mantendo sigilo e considerando confidenciais todos os dados e informações pertinentes aos serviços prestados.

Parágrafo Quarto - Não serão considerados confidenciais quaisquer documentos, dados ou informações do presente Contrato, informações de domínio público, que a CONTRATADA venha ter conhecimento lícito através de terceiros e aqueles que o CONTRATANTE vier a tornar públicos

Parágrafo Quinto - A obrigação das partes de não divulgação das informações tidas como sigilosas e confidenciais sobreviverá à rescisão do contrato, até que ocorra a liberação pela parte proprietária das informações, por determinação judicial ou pela ocorrência dos eventos indicados neste contrato como liberadores dessa obrigação.

ACESSOS ESPECIAIS

CLÁUSULA OITAVA - Nos casos em que forem imprescindíveis à prestação dos serviços objeto deste Contrato e por solicitação expressa da CONTRATADA, contendo as devidas justificativas, poderão ser concedidos, pelo CONTRATANTE e a seu exclusivo critério, os acessos lógicos a recursos tecnológicos do seu ambiente, para usuários externos, assim considerados os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na prestação dos serviços, bem como acessos especiais para equipamentos e softwares de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Os acessos lógicos serão restritos aos dias da semana e horários de trabalho constantes da solicitação da CONTRATADA, que deverá ser feita contendo o nome do empregado, os dias da semana e os horários de entrada, saída e intervalo do empregado, e serão concedidos pelo prazo máximo de 180 dias, devendo os acessos dos usuários serem temporariamente suspensos nos casos de afastamento superiores a 7 dias.

Parágrafo Segundo - Nos casos de substituição ou afastamentos de empregados da CONTRATADA, definitivos ou temporários, esta deverá comunicar ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 2 dias úteis, bem como recolher e entregar os respectivos crachás de identificação e atualizar as listas de entrada.

Parágrafo Terceiro - No término da vigência deste Contrato e em caso de sua rescisão, deverão ser devolvidos ao CONTRATANTE todos os elementos de identificação utilizados por empregados da CONTRATADA na prestação dos serviços;

Parágrafo Quarto - Para os fins previstos na presente Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE o Termo de Responsabilidade e Sigilo firmado junto ao CONTRATANTE, para cada um dos seus empregados que venham a participar da prestação dos serviços objetos deste Contrato, nos termos da minuta constante do Documento nº 9, que faz parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se a solicitar autorização ao CONTRATANTE, por meio do Termo de Acessos Especiais para Terceiros, para os equipamentos e softwares de terceiros.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

exclusivamente, no interesse do serviço, necessitem ser utilizados ou conectados logicamente aos recursos tecnológicos do Banco, nos termos da minuta constante do Documento nº 10, que faz parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA NONA - Para realização dos serviços ajustados, a CONTRATADA designará empregados de seu quadro ou do quadro de empresas subcontratadas, especializados e devidamente credenciados, assumindo total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá manter em pasta própria a documentação relativa a registro, horário de trabalho e atividade de seus empregados, sob seu controle, sua guarda e responsabilidade, em recinto do CONTRATANTE (Instrução Normativa MTB nº 03, de 29/08/97).

Parágrafo Segundo - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pelo CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis, bem como, se for o caso, a obrigação de organizar "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA."

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a exigir que seus empregados, durante o período que permanecerem nas dependências do CONTRATANTE, portem crachá de identificação por ela subscrito, onde constará, além da razão social, o nome do servidor, seu número de registro na empresa e o respectivo horário de trabalho.

Parágrafo Sexto - Todos os empregados encarregados da prestação dos serviços ora pactuados deverão se apresentar nas dependências do CONTRATANTE munidos de "Carta de Apresentação" emitida pela CONTRATADA, nos termos dos Documentos nº 7 e 8, conforme o caso, anexos ao presente instrumento.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA se obriga a substituir, mediante solicitação formal e a critério do CONTRATANTE, qualquer de seus empregados designados para executar as tarefas pertinentes a este contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação, para proceder à troca, sob pena de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA se compromete a fornecer, por escrito e mediante solicitação do CONTRATANTE, relatório sobre os serviços prestados, acatando sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação, inclusive a condição de não empregar trabalhador menor, na forma da Lei 9.854, de 27/10/1999. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da lei - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;
- prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

c) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo Primeiro - Os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao CONTRATANTE, verificar a regularidade da situação da CONTRATADA por meio de consulta on-line ao SICAF.

Parágrafo Quarto - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando, por ocasião do pagamento, a CONTRATADA não comprovar sua regularidade de situação, na forma descrita nesta cláusula. A rescisão se dará mediante comunicação formal à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os serviços objeto deste contrato serão fiscalizados por representantes ou comissão de representantes do CONTRATANTE, que terão a atribuição de prestar orientações gerais e exercer o controle e a fiscalização da execução contratual. As orientações serão prestadas diretamente a preposto designado pela CONTRATADA, nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de cumprir as obrigações contratuais assumidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, e a esta entregue mediante protocolo. O não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATADA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA se obriga a informar ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira, exceto em operação de FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, o CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

ações futuras. Todos os meios postos a disposição neste contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - São assegurados ao CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Banco e suas subsidiárias, por período não superior a 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE, a advertência poderá ser aplicada quando ocorrer execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento deste Contrato, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa por inexecução total ou parcial do contrato correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior para os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no "caput" desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior.

Parágrafo Segundo - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Terceiro - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- c) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato.



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco do Brasil S.A.
- i) descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aquelas relativas às características dos serviços, previstas no Documento nº 1 deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Ministro da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, todas as disposições do Processo de Dispensa de Licitação referido no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Carta-Proposta apresentada, em tudo aquilo que não contradisserem aos termos estipulados neste instrumento de ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.


Brasília (DF), 21 de julho de 2006

CONTRATANTE:
BANCO DO BRASIL S.A.


Sylvana Uchoa M. Coutinho
Diretora, Cassada
RG: 1.053.363 SSP/DF
CPF: 044.781-68


Nome: Valquir dos Reis Rocha
CPF: 350.578.313-72

CONTRATADA:
COBRA TECNOLOGIA S.A.


Jorge Wilson Luiz Alves
JORGE WILSON LUIZ ALVES
Presidente

TESTEMUNHAS:


Elair Cogliatti
ELOIR COGLIATTI
Diretor de Negócios


Nome: Pedrita Reine da Silva
CPF: 810.134.693-72

1 JUN 2006
5087213



DOCUMENTO Nº 01

ESCOPO DOS SERVIÇOS

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de prestação de serviços de manutenção, assistência técnica, remanejamento e remoção de automação bancária instalados em dependências do CONTRATANTE em todo o território nacional, observado o disposto no ANS - Acordo de Nível de Serviço - Documento 2 deste Contrato, e as seguintes tarefas:
- a) Manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração dos equipamentos abaixo constantes na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato (RECC), fornecida mensalmente pelo CONTRATANTE:
 - impressoras;
 - servidores;
 - terminais de múltiplas funções – TMF;
 - terminais dispensadores de senhas – TDS;
 - terminais de acesso à internet – TMNET;
 - equipamentos de conectividade (roteadores, HUB e switch, catalyst);
 - b) Remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária;
 - c) Instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos na RECC;
 - d) Vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento (salas de auto-atendimento - SAA, salas on-line e pontos externos), de acompanhamento/suporte aos serviços de organização em salas on-line e pontos externos de atendimento do CONTRATANTE, e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado;
 - e) Realização de plantões técnicos.

2. QUANTIDADE

- 2.1 Os serviços previstos na alínea "a" do item 1.1 deste Documento serão executados para as quantidades mínima e máxima de equipamentos, compreendendo todos os modelos de cada tipo de equipamentos, e os demais serviços serão executados mediante solicitação do CONTRATANTE, de acordo com suas necessidades.

| TIPO DE EQUIPAMENTO | QUANTIDADE | |
|-------------------------|------------|--------|
| | Mínima | Máxima |
| Impressoras MMF | 5.000 | 8.000 |
| Impressoras NWPR e MICR | 8.000 | 12.000 |
| TMF | 40.000 | 80.000 |
| Servidor | 5.000 | 9.000 |
| TDS | 261 | 251 |
| TMNET | 20 | 50 |
| HUB | 5.000 | 13.000 |
| Switch | 800 | 6.000 |
| Catalyst | 500 | 2.000 |
| Roteador | 150 | 9.500 |

3. FREQUÊNCIA

- 3.1 Para a realização dos serviços serão observadas as seguintes frequências:
- 3.1.1 A manutenção corretiva será realizada de acordo com a incidência de defeitos nos equipamentos e com a abertura de ordens de serviço pelo CONTRATANTE;

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 1 – Escopo dos Serviços

- 3.1.2 Os serviços listados nas alíneas "a" e "b" do item 1.1 deste Documento, serão solicitados de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, mediante abertura de ordem de serviço (OS) no seu Sistema de Gestão ou outro aplicativo que o substituir.
- 3.1.3 Os serviços listados nas alíneas "c", "d" e "e" do item 1.1 deste Documento, serão solicitados de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, mediante abertura de ocorrência por telefone, e-mail ou fax.

4. DAS CARACTERÍSTICAS

- 4.1 Serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração de equipamentos
- 4.1.1 Caso a CONTRATADA não cumpra total ou parcialmente as condições de manutenção pactuadas neste documento e no ANS - Acordo de Nível de Serviço – (Documento 2), o CONTRATANTE poderá, a seu critério, contratar serviços de manutenção de terceiros, ficando a CONTRATADA obrigada a ressarcir o CONTRATANTE pelos valores despendidos para tanto. A CONTRATADA está plenamente ciente e de acordo com esta condição e desde já, autoriza o CONTRATANTE a efetuar o débito dos valores correspondentes em conta corrente mantida pela CONTRATADA junto ao Banco do Brasil S.A.
- 4.1.2 A manutenção corretiva, que se fará mediante a abertura de ordem de serviço (OS) no Sistema de Gestão do CONTRATANTE, compreende quaisquer serviços que se fizerem necessários para deixar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, conforme especificações e instruções fornecidas pelo fabricante e/ou pelo CONTRATANTE.
- 4.1.3 A manutenção corretiva dos equipamentos prevista na alínea "a", do item 1.1 deste Documento abrangerá, também, o atendimento de:
- a) chamados sem constatação de defeitos técnicos por parte da CONTRATADA;
 - b) chamados quando o equipamento não estiver disponível para manutenção;
 - c) defeitos causados por intervenção de terceiros;
 - d) defeitos causados por equipamentos acoplados;
 - e) defeitos causados pelo reparo em equipamentos acoplados e realizados por terceiros;
 - f) defeitos causados por negligência, imperícia ou mau uso do equipamento ou em seus componentes;
 - g) defeitos causados por forças da natureza;
 - h) defeitos causados por acidentes de elementos radioativos ou poluentes;
 - i) defeitos causados por falhas de energia elétrica, ar condicionado ou controle de umidade;
 - j) defeitos causados por surtos e/ou picos de tensão elétrica, típicos de algumas regiões, para as quais deve-se utilizar dispositivos estabilizadores para correção de anomalias e/ou acidentes na rede elétrica, não cabendo à CONTRATADA a disponibilização de tais dispositivos;
 - k) defeitos causados por tensões físicas, elétricas ou condições ambientais fora das especificações contidas no manual do equipamento;
 - l) defeitos causados pela ligação de equipamentos a redes e dispositivos telefônicos, fora das especificações estabelecidas na documentação do fabricante;
 - m) defeitos causados pela instalação de interfaces, periféricos ou peças que não sejam expressamente homologados pelo fabricante/fornecedor do equipamento;
 - n) defeitos causados por furto, roubo ou atos de vandalismo, excluindo-se casos em que ocorra furto ou roubo do equipamento completo;
 - o) defeitos causados pelo uso de software contaminado por vírus ou não homologado pelo fabricante/fornecedor do equipamento;
 - p) baixa de software (baixa de MATRIZ, espelhamento VINCA, reconfiguração, etc.) em qualquer equipamento contratado, inclusive fora do horário de atendimento da agência.



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 1 – Escopo dos Serviços

- 4.1.4 A CONTRATADA não será responsável pelo serviço manutenção do equipamento quando:
- a) forem danificados por calamidade pública, decretada pelas autoridades públicas;
 - b) o custo da reposição de peças e/ou o reparo exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor do equipamento (VE), conforme tabela a seguir:

| Equipamento/modelo | VE – Valor do Equipamento (R\$) |
|------------------------|---------------------------------|
| Impressora NWPR e MICR | 3.800,00 |
| Impressora MMF | 10.000,00 |
| TMFCX | 3.800,00 |
| TMFAT | 2.100,00 |
| Servidor – pequeno | 6.200,00 |
| Servidor – médio | 30.000,00 |
| HUB 1 | 750,00 |
| HUB 2 | 1.300,00 |
| Catalyst 1 | 4.400,00 |
| Catalyst 2 | 13.000,00 |
| Roteador 1 | 2.000,00 |
| Roteador 2 | 5.400,00 |
| Roteador 3 | 10.600,00 |
| Roteador 4 | 30.000,00 |
| TMNET | 8.000,00 |
| TDS | 12.000,00 |
| Switch 1 | 2.500,00 |
| Switch 2 | 4.500,00 |

- c) no caso de furto de peças/componentes, conforme previsto na alínea "n" do item 4.1.3 deste Documento, não for constatado indício de arrombamento por terceiros e o CONTRATANTE não tiver adotado providências administrativas após a segunda notificação da CONTRATADA para a dependência;
- 4.1.5 os valores estipulados na alínea "b" do item 4.1.4 acima poderão ser revistos anualmente, ou em períodos menores, em decorrência de fatos supervenientes ou casos fortuitos ou de força maior. A primeira revisão poderá ocorrer somente após o prazo de um ano, contado a partir da proposta, mantendo-se para as revisões subsequentes, a mesma periodicidade anual.
- 4.1.6 A CONTRATADA deverá, a suas custas, lacrar os equipamentos cobertos por este contrato para garantir a inviolabilidade dos mesmos.
- 4.1.7 A falta de peças e/ou componentes no estoque da CONTRATADA não poderá ser alegada como motivo de força maior para a não resolução dos acionamentos dentro do prazo contratual, e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.
- 4.2 Serviços de remanejamento e remoção de equipamentos**
- 4.2.1 Os serviços de remanejamento para outra dependência ou para eventos e remoção determinados pelo CONTRATANTE, serão prestados observados os seguintes procedimentos:
- a) O CONTRATANTE requisitará o remanejamento ou a remoção dos equipamentos para locais por ele indicados, sendo a CONTRATADA remunerada de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta do Contrato;
 - b) Todas as despesas decorrentes da instalação, ativação, configuração, remanejamento ou remoção, transporte, etc. correrão por conta da CONTRATADA, estando inclusas nos preços discriminados na Cláusula Quarta do Contrato.
- 4.3 Serviços de Instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos na RECC

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 1 – Escopo dos Serviços

- 4.3.1 Os serviços de instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato (RECC) fornecida mensalmente pelo CONTRATANTE, serão executados pela CONTRATADA nos exatos locais indicados pelo CONTRATANTE e remunerados conforme estabelecido na Cláusula Quarta do Contrato.
- 4.3.2 Quando a instalação de equipamentos não incluídos na RECC não for possível por quaisquer defeitos, inclusive os causados na armazenagem, a CONTRATADA encaminhará, para aprovação pelo CONTRATANTE, orçamento para solução das ocorrências.
- 4.4 Serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos, de acompanhamento/suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado**
- 4.4.1 Os serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos consiste na verificação dos conectores, cabos e dispositivos de comunicação dos itens de hardware, a fim de se detectar possíveis problemas na rede interna da dependência, e serão realizados mediante solicitação/autorização do CONTRATANTE e, remunerados, conforme estabelecido na Cláusula Quarta do Contrato.
- 4.4.2 Os serviços de suporte e acompanhamento serão solicitados pelo CONTRATANTE quando houver necessidade de parada da dependência e presença de técnico para desligar e religar os equipamentos de TI, tais como:
- a) reforma na dependência;
 - b) serviços relacionados à Sala TC, como: reorganização ou realocação da Sala TC, manutenção em no-break;
 - c) ocorrências relacionadas a falta de energia elétrica, como por exemplo manutenção na subestação de energia do prédio;
 - d) serviços que ocorram no ambiente de auto-atendimento, com o por exemplo readequação da sala de auto-atendimento;
 - e) realocação de antena VSAT ou antena do sistema IP-Advantage no mesmo endereço.
- 4.5 Serviços de Plantão Técnico**
- 4.5.1 Os plantões técnicos serão realizados mediante solicitação/autorização do CONTRATANTE quando houver necessidade de plantão telefônico ou permanência de técnico em eventos que o CONTRATANTE esteja participando, podendo ser solicitados por hora ou diária, e serão remunerados conforme Cláusula Quarta do Contrato.
- 4.5.2 Os plantões técnicos serão classificados nos seguintes tipos:
- 4.5.2.1 Físico - O técnico deverá estar disponível para atendimento no local e durante o tempo solicitado pelo CONTRATANTE;
- 4.5.2.2 Telefônico - Disponibilidade do Técnico – o técnico deverá estar disponível, por telefone, para atender, fisicamente, eventual chamado do CONTRATANTE no local e durante o tempo indicados;
- 4.5.2.3 Telefônico - Hora de Atendimento Técnico - o técnico deverá estar disponível para atendimento/suporte, por telefone, durante o tempo solicitado pelo CONTRATANTE.

5 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

- 5.1.1 Serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração de equipamentos
- 5.1.1.1 Realizar a manutenção corretiva dos equipamentos definidos na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato - RECC - nas dependências do CONTRATANTE.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

Documento nº 1 – Escopo dos Serviços

- 5.1.1.2 Realizar a manutenção corretiva com aplicação de peças originais ou de igual desempenho, homologadas pelo CONTRATANTE.
- 5.1.1.3 Verificar, quando da realização de manutenção corretiva, todos os conectores de rede e fazer testes de continuidade nos cabos de rede elétrica e lógica do equipamento assistido. Sendo constatado algum problema, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE e registrar o defeito no fechamento da ordem de serviço.
- 5.1.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de remoção de equipamentos ou de seus componentes quando da necessidade de realização de manutenção em laboratório.
- 5.1.1.5 Instalar outro componente/peça, compatível ou superior, em substituição ao removido, na mesma data de retirada componente defeituoso. Excepcionalmente, a CONTRATADA poderá retirar o componente defeituoso previamente à instalação do componente substituído, com vistas a reduzir o tempo de reparo, desde que tal medida não exceda o Tempo de Resolução definido para entrega dos serviços.
- 5.1.1.6 Apresentar laudo técnico ao CONTRATANTE para subsidiar a adoção de providências administrativas no caso de furto de peças/componentes, conforme previsto na alínea "n" do item 4.1.3 deste Documento, quando não for constatado indícios de arrombamento por terceiros.
- 5.1.1.7 Prestar, sempre que solicitado, no momento do atendimento local ou por telefone, orientações aos operadores dos terminais. As orientações por telefone serão prestadas por meio de serviço 0800 disponibilizado pela CONTRATADA.
- 5.1.1.8 Notificar ao CONTRATANTE a existência de software não homologado.
- 5.1.1.9 Fechar as ordens de serviço no Sistema de Gestão do CONTRATANTE, informando as peças e/ou componentes substituídos, o defeito constatado e o serviço realizado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solução do problema. As ordens de serviço não fechadas nesse prazo serão consideradas como descumprimento do Acordo de Nível de Serviços - ANS.
- 5.1.1.10 Fornecer ao CONTRATANTE mensalmente, de forma centralizada, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, através de meio eletrônico, relatório estatístico das ordens de serviço abertas no mês, por UF e por GEREL, constando:
- a) quantidade de ordens de serviço;
 - b) prazo de resolução das manutenções corretivas;
 - c) quantidade de equipamentos com mais de uma ordem de serviço por mês;
 - d) reincidência de defeitos por equipamento;
 - e) percentuais de resolução por quantidade de visitas por OS, especificando as OS com mais de duas visitas;
 - f) tipo, quantidade e preços de peças aplicadas;
 - g) tabela de dependências com problemas de infra-estrutura que causam inoperância dos equipamentos, por UF e dependência.
- 5.1.1.11 Verificar, durante as visitas para atendimento de chamados, a existência de irregularidades no ambiente de instalação dos equipamentos, recomendando ao CONTRATANTE ações corretivas.
- 5.1.1.12 Verificar, durante as visitas para atendimento de chamados, a existência de equipamentos desativados na sala on-line, informando ao CONTRATANTE o tipo e número universal desses equipamentos.
- 5.1.1.13 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação formal do CONTRATANTE, a correção de qualquer irregularidade na prestação dos serviços.
- 5.1.1.14 Designar, para a execução dos serviços objeto deste contrato, de acordo com a legislação trabalhista vigente e sem qualquer solidariedade do CONTRATANTE, a quantidade necessária de técnicos habilitados e devidamente registrados nas respectivas entidades de classe.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 1 – Escopo dos Serviços

- 5.1.1.15 Manter a equipe treinada para a realização dos serviços objeto deste contrato, com Programa de Treinamento e Reciclagem de técnicos. A qualquer tempo, a pedido do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória desta exigência.
- 5.1.1.16 Acompanhar, controlar, identificar e substituir os técnicos que apresentarem baixa eficiência operacional.
- 5.1.1.17 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições devidos em decorrência do presente contrato, inclusive com todas as obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, bem como as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública, assim como todas as demais obrigações pertinentes. A qualquer tempo, a pedido do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória destas exigências.
- 5.1.1.18 Arcar com todas as despesas de deslocamento, hospedagem, diárias e alimentação dos técnicos responsáveis pela execução dos serviços.
- 5.1.1.19 Exigir que os técnicos, durante o, durante o período em que permanecerem nas dependências do CONTRATANTE, trajem uniforme adequado e completo, portem crachá de identificação, onde constará, além da razão social da empresa, o nome do servidor, seu número de registro na empresa.
- 5.1.1.20 Manter em dia todos os direitos pecuniários dos técnicos designados para execução dos serviços, tais como: horas-extras, indenizações e outras vantagens, como também responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento do CONTRATANTE em juízo, como litisconsorte, em ações trabalhistas ou de reparação civil, em decorrência da execução dos serviços. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos com obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seus pagamentos. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á dado o direito de regresso. A qualquer tempo, a pedido do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória desses pagamentos.
- 5.1.1.21 Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e seus periféricos decorrentes do manuseio indevido ou alteração da configuração original do equipamento por parte dos técnicos designados para execução dos serviços.
- 5.1.1.22 Responder pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dos técnicos designados para execução dos serviços.
- 5.1.1.23 Apresentar ao CONTRATANTE Plano de Contingência destinado a assegurar o atendimento dos serviços em caso de paralisações/greves dos técnicos designados para execução dos serviços.
- 5.1.1.24 Em caso de ausências ou paralisações nos serviços ora contratados, ocasionadas por falta ou greve por parte dos empregados da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, temporariamente, assumir a realização dos serviços ou contratar os serviços com uma ou mais empresas, ficando a CONTRATADA obrigada a ressarcir o CONTRATANTE pelos custos adicionais verificados.
- 5.1.1.25 Manter, junto ao CONTRATANTE, relação atualizada de seus prepostos autorizados a executar os serviços.
- 5.1.1.26 Manter estrutura compatível e prover toda a infra-estrutura necessária à prestação do serviço objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos no ANS.
- 5.1.1.27 Disseminar ao seu corpo funcional, principalmente aos técnicos, sempre que necessário, as orientações fornecidas pelo CONTRATANTE sobre os procedimentos a serem adotados na prestação dos serviços objeto deste contrato.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 1 – Escopo dos Serviços

- 5.1.1.28 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 5.1.1.29 Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo CONTRATANTE.
- 5.1.1.30 Efetuar, continuamente, levantamento para identificar a descontinuidade na produção de peças e/ou componentes. Identificada a perspectiva de descontinuidade, a CONTRATADA deverá:
- a) comunicar formalmente ao CONTRATANTE, solicitando a análise da viabilidade de homologação de peças e/ou componentes substitutos;
 - b) encaminhar ao CONTRATANTE a peça e/ou componente a ser avaliado, acompanhado de sua documentação completa, a saber:
 - I) descrição e especificação técnica;
 - II) drivers e APIs (se for o caso);
 - III) comparação da sua similaridade e compatibilidade com o item a ser substituído.
- 5.1.1.31 Realizar serviço de call-back para efetuar pré-diagnóstico dos defeitos ou solução do problema por telefone, de acordo com critérios estabelecidos pela CONTRATADA.
- 5.1.1.32 Disponibilizar serviço de discagem gratuita 0800.
- 5.1.1.33 Fornecer ao CONTRATANTE relação de CAT (Centro de Atendimento Técnico), com seus respectivos responsáveis e Técnicos Residentes. Quando houver alteração nesta relação, a CONTRATADA enviará ao CONTRATANTE o documento atualizado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

5.1.2 Serviços de remanejamento e remoção de equipamentos

- 5.1.2.1 Verificar, antes da desinstalação, a existência de eventuais danos no equipamento a ser remanejado ou removido, conforme previsto, no Check List - Documento nº 3 deste Contrato. Em caso de constatação de eventuais danos, solicitar ao CONTRATANTE confirmação/autorização para a realização do remanejamento ou remoção, bem como a correção dos danos, quando não cobertos pelo contrato.
- 5.1.2.2 Utilizar embalagem apropriada para acondicionamento de equipamentos para os serviços de remanejamento ou remoção.
- 5.1.2.3 Responsabilizar-se pecuniariamente por qualquer dano causado ao equipamento, inclusive roubo, furto, incêndio, queda, durante o período em que estiver em seu poder.
- 5.1.2.4 Fechar as ordens de serviço de remanejamento ou remoção, no Sistema de Gestão do CONTRATANTE, informando os códigos referentes ao serviço realizado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a instalação do bem no destino, no caso de remanejamento, ou após a entrega do bem no local indicado pelo CONTRATANTE, no caso de remoção.

5.1.3 Serviços de Vistoria e verificação dos pontos lógicos, de acompanhamento/suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado

- 5.1.3.1 Sempre que solicitado serviço de vistoria e verificação dos pontos lógicos, encaminhar ao CONTRATANTE relatório detalhado da avaliação/revisão, indicando providências para a regularização dos problemas detectados.
- 5.1.3.2 Executar os serviços conforme solicitado pelo CONTRANTE observando, quando for o caso, o previsto no check list - Documento nº 4 deste Contrato.

5.2 São obrigações do CONTRATANTE:

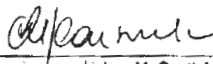
- 5.2.1 Serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração de equipamentos

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 1 – Escopo dos Serviços


- 5.2.1.1 Fornecer à CONTRATADA, até o dia 25 de cada mês, a relação de equipamentos cobertos pelo contrato no mês subsequente.
- 5.2.1.2 Analisar e manifestar-se quanto à homologação de peças e/ou componentes no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da data de apresentação dos mesmos, juntamente com a documentação completa, conforme previsto no item 5.1.1.30 deste Documento.
- 5.2.1.3 Fornecer à CONTRATADA relação de dependências com restrições de horários de atendimento.
- 5.2.1.4 Solucionar problemas de infra-estrutura dos pontos de atendimentos, relatados pela CONTRATADA e comprovados pelo CONTRATANTE, que ocasionam ou ocasionaram os defeitos tratados no item 4.1.3 deste Documento.
- 5.2.1.5 Fornecer à CONTRATADA, e manter atualizada, relação das Gerências Regionais de Logística, bem como nomes dos funcionários para contato.
- 5.2.1.6 Fornecer à CONTRATADA, e manter atualizada, relação de alçada para a solicitação de serviços.
- 5.2.1.7 Designar funcionário ou preposto para acompanhar a realização dos serviços objeto do contrato.
- 5.2.1.8 Informar quais modelos de equipamentos fazem parte da tabela de equipamentos.
- 5.2.1.9 Informar à CONTRATADA qualquer atualização na tabela nível 2 relativas às verbas hospedagem e refeição mencionadas no inciso "III", alínea "d", do caput da Cláusula Quarta do Contrato.
- 5.2.2 Remanejamento e remoção de equipamentos**
- 5.2.2.1 Emitir, quando do remanejamento ou remoção de qualquer equipamento pela CONTRATADA, documento denominado Minuta de Despacho, contendo informações a respeito do equipamento. Na hipótese de não aceitação da Minuta de Despacho pelos órgãos de fiscalização, providenciar a emissão de outro documento legal para a execução dos serviços de remanejamento ou remoção.
- 5.2.2.2 Analisar e autorizar o remanejamento ou remoção de equipamento no qual for constatado dano, na forma do item 5.1.2.1 deste Documento.
- 5.2.2.3 Providenciar autorização junto aos fornecedores para a realização de remanejamento ou remoção de equipamento com cobertura de garantia.

Brasília (DF), 21 de julho de 2006

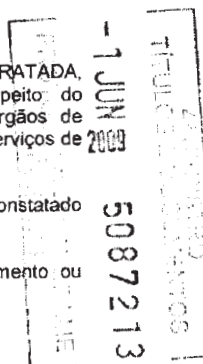
CONTRATANTE:
BANCO DO BRASIL S.A.


Ana Lúcia M. Coutinho
Diretora de Serviços Jurídicos
Brasília, DF

CONTRATADA:
COBRA TECNOLOGIA S.A.


Jorge Wilson Luiz Alves
JORGE WILSON LUIZ ALVES
Presidente


Elvir Cogliatti
ELVIR COGLIATTI
Diretor de Negócios



DOCUMENTO Nº 2

ANS - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

1 SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1 Os serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação, configuração, remanejamento e remoção de equipamentos serão solicitados à CONTRATADA por meio de ordem de serviço (OS) gerada pelo Sistema de Gestão do CONTRATANTE e transmitida para o Sistema da CONTRATADA ou através de serviço 0800 disponibilizado pela CONTRATADA.
- 1.2 Em caso de indisponibilidade dos Sistemas, do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, e/ou do serviço 0800, o acionamento poderá ser efetuado através de correio internet.
- 1.3 Mediante autorização formal do CONTRATANTE, obedecida a sua delegação de alçada às dependências, a CONTRATADA poderá prestar atendimento fora do horário estabelecido no contrato. O ônus deste trabalho será pago pelo CONTRATANTE conforme previsto na Cláusula Quarta do Contrato. O CONTRATANTE informará à CONTRATADA a relação de dependências habilitadas a solicitar serviços fora do período de atendimento contratado, e solicitar os serviços previstos nas alíneas "d" e "e" do *caput* da Cláusula Primeira do Contrato.
- 1.4 Os serviços relacionados nas alíneas "c", "d", e "e" do *caput* da Cláusula Primeira do Contrato serão solicitados através de correio eletrônico para o endereço indicado pela CONTRATADA.
- 1.5 As solicitações para serviços de vistoria, instalação de equipamentos não elencados, seja por OS ou por correio eletrônico, devem ser realizadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.
- 1.6 As solicitações de plantão técnico, físico ou telefônico, deverão ser efetuadas com antecedência mínima de 3 dias.

2 ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 Os serviços objeto deste contrato serão considerados como aceitos pelo CONTRATANTE obedecidas as seguintes regras:
 - 2.1.1 **Serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração de equipamentos:**
 - 2.1.1.1 Após o equipamento estar em perfeito funcionamento.
 - 2.1.1.2 A comprovação da perfeita funcionalidade do equipamento se dará após a realização de testes por funcionário ou preposto do CONTRATANTE ou identificação automática no Sistema de Gestão do CONTRATANTE.
 - 2.1.1.3 No caso de manutenção corretiva, a contagem do tempo de resolução iniciar-se-á 30 minutos após a abertura do chamado pelo help-desk da CONTRATADA. Para prestação dos serviços em pontos onde houver restrição de horário de atendimento, a contagem do tempo de resolução iniciar-se-á na data e hora agendada para o atendimento.
 - 2.1.1.4 Após chegar ao ponto de atendimento do CONTRATANTE, o técnico deverá aguardar, o tempo mínimo de 30 minutos de liberação do equipamento para a realização da manutenção. Para os terminais com abastecimento terceirizado, esse prazo será contado a partir do horário agendado para o atendimento. Não sendo liberado o equipamento, a ordem de serviço poderá ser fechada.
 - 2.1.1.5 A hora de chegada do técnico à dependência, o início dos serviços e seu término deverão ser por ele registrados no Relatório de Atendimento Técnico (RAT/RAC), ou qualquer outra ferramenta que venha a substituí-lo e, posteriormente, pela CONTRATADA no Sistema de Gestão do CONTRATANTE;

CONTRATO 2008/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 2 - ANS - Acordo de Nível de Serviço

2.1.1.6 O término do chamado se dará com o fechamento da ordem de serviço no Sistema de Gestão pela CONTRATADA.

2.1.2 Serviços de remanejamento e remoção de equipamentos

2.1.2.1 Para aceitação dos serviços de remanejamento e remoção, o CONTRATANTE deverá conferir as informações constantes da minuta de despacho e as condições em que o equipamento foi entregue, conforme Check List – Documento nº 3 deste Contrato.

2.1.2.2 Para o caso de remanejamento, após a instalação o CONTRATANTE deverá conferir se o equipamento encontra-se em perfeito funcionamento.

2.1.2.3 A comprovação da perfeita funcionalidade do equipamento se dará após a realização de testes por funcionário ou preposto do CONTRATANTE ou identificação automática no Sistema de Gestão do CONTRATANTE.

2.1.3 Serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos, de acompanhamento/suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado

2.1.3.1 Para os serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos e suporte à organização de pontos de atendimento, os testes para a aceitação dos serviços serão efetuados pelo CONTRATANTE após comunicação dos técnicos, por meio de telefone 0800 disponibilizado pelo CONTRATANTE.

2.1.3.2 Havendo reincidência do problema, no prazo de 10 dias, nova visita ocorrerá por conta da CONTRATADA, conforme agendamento entre as partes.

3 HORÁRIO/TEMPO DE ATENDIMENTO

3.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para efetuar os serviços dispostos neste Documento, conforme abaixo:

3.1.1 Serviços de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração de equipamentos

3.1.1.1 O atendimento dos serviços de manutenção, instalação, ativação e configuração de equipamento será realizado de acordo com o nível de criticidade atribuído ao equipamento objeto do contrato e será controlado pelo CONTRATANTE, obedecidos os seguintes critérios:

| TABELA DE CRITICIDADE/PERÍODO DE ATENDIMENTO | | |
|--|--|--------------------|
| Criticidade | Período de Atendimento | Tempo de Resolução |
| 4 | 08:00 às 20:00h, 7 dias na semana | Até 6 horas |
| 5 | 08:00 às 18:00h de segunda a sexta-feira | Até 6 horas |
| 6 | 08:00 às 18:00h de segunda a sexta-feira | Até 10 horas |
| 7 | 08:00 às 18:00h de segunda a sexta-feira | Até 16 horas |
| 8 | 08:00 às 18:00h de segunda a sexta-feira | Até 20 horas |

3.1.1.2 As criticidades dos equipamentos serão definidas conforme tabela abaixo:

| Criticidade | Equipamentos |
|-------------|---|
| 4 | Servidores |
| 5 | Servidores, roteadores, HUB, switch, catalyst e TDS |
| 6 | Impressoras, TMNET, TMFCX, TMFAT, TDS e TCC |
| 7 | Impressoras, TMNET, TMFCX, TMFAT, TDS e TCC |
| 8 | Impressoras, TMNET, TMFCX, TMFAT, TDS e TCC |

3.1.1.3 Para atendimento dos chamados em localidades distantes mais de 85 km da cidade base da rede de tesouraria do CONTRATANTE, GEREL/NUVAL ou GEREL/SERET, a cada 65 km excedentes corresponderá um acréscimo de 01 (uma) hora no tempo de resolução, observada a devida proporcionalidade no caso do acréscimo de distâncias intermediárias. Para dependências localizadas em cidades de difícil acesso, a quilometragem para contar o tempo de acréscimo será acordado entre as partes, de acordo com as peculiaridades de cada região geográfica.

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 2 - ANS - Acordo de Nível de Serviço

3.1.1.4 A distância entre a GEREL/NUVAL ou GEREL/SERET e o ponto de atendimento do CONTRATANTE e o tempo de resolução excedente constarão na relação de equipamentos cobertos pelo contrato, definida no item 5.2.1.1 do Documento nº 1.

3.1.1.5 O tempo de solução para os serviços relacionados nas alíneas "n" e "q" do item 4.1.3 do Documento nº 1, será o previsto na criticidade do equipamento, acrescido de 7 (sete) dias úteis.

3.1.2 Serviços de remanejamento e remoção de equipamentos

3.1.2.1 Os serviços de remoção e remanejamento de equipamentos serão prestados em horário comercial. A CONTRATADA obriga-se a cumprir os seguintes prazos:

| TABELA PARA ATENDIMENTO DE REMANEJAMENTO, REMOÇÃO E EVENTOS | | |
|---|--|--------------------------------|
| Distância | Tempo de atendimento – TAA e Totem Remus | |
| | Remanejamento e Eventos | Remoção |
| No mesmo prédio | 2 dias úteis | Nihil |
| Na mesma cidade/região metropolitana até 200 km | 3 dias úteis | 3 dias úteis |
| Outra cidade entre 201 e 500 km | 5 dias úteis – acesso normal | 5 dias úteis – acesso normal |
| | 10 dias úteis – difícil acesso | 10 dias úteis – difícil acesso |
| Outra cidade entre 501 e 1000 km | 10 dias úteis – acesso normal | 10 dias úteis – acesso normal |
| | 20 dias úteis – difícil acesso | 20 dias úteis – difícil acesso |
| Outra cidade acima de 1000 km | 20 dias úteis – acesso normal | 20 dias úteis – acesso normal |
| | 30 dias úteis – difícil acesso | 30 dias úteis – difícil acesso |

3.1.3 Serviços de instalação, ativação e configuração de equipamentos não incluídos na RECC

3.1.3.1 O horário para a prestação de serviços de instalação, ativação e configuração de equipamentos não incluídos na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato obedecerá aos mesmos períodos de atendimento estabelecidos para a criticidade "6" da manutenção corretiva, conforme tabela constante do item 3.1.1.1 deste Documento, acrescidos os tempos inerentes às operações necessárias para a ativação do equipamento.

3.1.4 Serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos, de acompanhamento/suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado

3.1.4.1 Os serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento serão efetuados de acordo com o horário estabelecido quando do acionamento, sendo que poderão ser realizados após as 18:00h e em dia não útil.

3.1.5 Serviços de Plantão Técnico

3.1.5.1 Os plantões técnicos serão realizados de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, sendo que poderão ser realizados após as 18:00h e em dia não útil.

4 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE EQUIPAMENTOS

- 4.1 A inclusão de equipamentos ficará limitada a 25% da quantidade máxima contratada.
- 4.2 A inclusão de novos modelos de equipamentos na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato deverá ser efetuada mediante negociação entre as partes, com prazo mínimo de 45 dias.
- 4.3 É vedada a inclusão de bem com defeito no contrato. A validação da inclusão de equipamentos no contrato será efetuada pela CONTRATADA através de vistoria prévia. Caso a vistoria não seja efetuada pela CONTRATADA até a data de início da vigência da inclusão, esta será considerada como validada.
- 4.4 Por ato unilateral do CONTRATANTE, a retirada de equipamentos da Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato fica limitada a 25% da quantidade mínima contratada, independentemente

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 2 - ANS - Acordo de Nível de Serviço

de aviso-prévio. Caso o CONTRATANTE queira retirar da Relação quantitativo maior de equipamentos, a supressão será negociada entre as partes à época de sua realização.

- 4.5 Em caso de impossibilidade da prestação dos serviços de manutenção em algum modelo de equipamento contratado em decorrência da descontinuidade na produção de peças/componentes, e da falta de outras peças/componentes equivalentes no mercado, para equipamentos com tempo de vida útil igual ou superior a 8 (oito) anos, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, fornecendo-lhe laudos dos fabricantes dessas peças/componentes, e poderá negociar com o CONTRATANTE a disponibilização de equipamentos para a retirada de peças para serem utilizadas nas manutenções;

5 RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COBERTOS PELO CONTRATO

- 5.1 Os equipamentos objeto do contrato serão discriminados na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato e deverão estar cadastrados no Sistema de Gestão do CONTRATANTE. A atualização mensal dos equipamentos da Relação será de responsabilidade do CONTRATANTE.
- 5.2 A Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato, encaminhada mensalmente pela CONTRATANTE, conterá:
- 5.2.1 Número do bem - será o número utilizado para identificar, dentre os registros de ocorrência do sistema de controle da CONTRATADA, os equipamentos cobertos pelo contrato;
- 5.2.2 Localização - indica a dependência onde o bem está instalado;
- 5.2.3 Descrição - descreve as características físicas de cada equipamento, informando produto, modelo e fabricante;
- 5.2.4 Criticidade - representa o nível de urgência para a resolução de um serviço requerido de manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração;
- 5.2.5 Valor de manutenção - valor unitário mensal a ser pago de acordo com o tipo de equipamento coberto pelo contrato;
- 5.2.6 Distância entre a localização do equipamento e a cidade base da rede de tesouraria do CONTRATANTE, GEREL/NUVAL ou GEREL/SERET;
- 5.2.7 Tipo de acesso à dependência em que o bem está instalado - acesso normal ou difícil acesso;
- 5.2.8 Tempo de Resolução excedente, conforme item 3.1.1.3 deste Documento.

6 PLANO DE TRANSIÇÃO

- 6.1 Os serviços serão iniciados a partir do início da vigência deste contrato. As partes elaborarão, em comum acordo, todas as adequações nos sistemas de controle a serem utilizados para a execução/gestão dos serviços.
- 6.2 Os tempos de resolução para bens com a criticidade 6 obedecerão aos seguintes critérios:
- 6.2.1 nos meses de agosto, setembro e outubro/2006:
- 6.2.1.1 dependências localizadas em cidades base de CAT: 13 horas dentro do período de 08:00 às 18:00 h em dias úteis;
- 6.2.1.2 dependências localizadas nas demais cidades: 16 horas corridas dentro do período de 08:00 às 18:00 h em dias úteis;
- 6.2.2 nos meses de novembro e dezembro/2006 e janeiro/2007: 13 horas dentro do período de 08:00 às 18:00 h em dias úteis;
- 6.2.3 a partir de fevereiro/2007: 10 horas corridas para todas as dependências, conforme estabelecido no item 3.1.1.1 deste Documento.

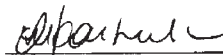
CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 2 - ANS - Acordo de Nível de Serviço

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1 O presente Acordo de Nível de Serviço e seus Anexos poderão ser alterados de acordo com interesse comum entre as partes, desde que não sejam alteradas cláusulas contratuais.

Brasília (DF), 21 de julho de 2006

CONTRATANTE:
BANCO DO BRASIL S.A.

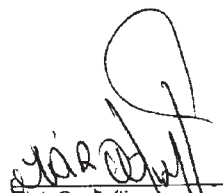


Syllana Nichea M. Coutinho
Vice-Presidente
BANCO DO BRASIL S.A.

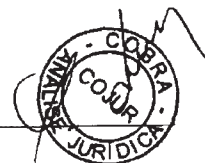
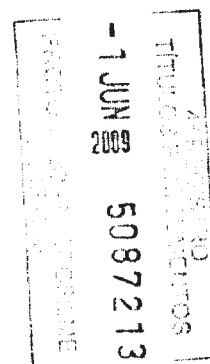
CONTRATADA:
COBRA TECNOLOGIA S.A.



Jorge Wilson Luiz Alves
JORGE WILSON LUIZ ALVES
Presidente



Elioir Cozatti
Elioir COGLIATTI
Diretor de Negócios



Documento nº 3 - Check-List Para Remanejamento/Remoção De Equipamentos

DOCUMENTO Nº 3 - CHECK-LIST PARA REMANEJAMENTO/REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS

1 – Origem :

| | | |
|---------------------|----------|------------|
| Dependência Origem: | | Prefixo: |
| CAT: | Técnico: | Matrícula: |

Antes do remanejamento / remoção, preencher todos os campos dos itens I e III, verificar todos os itens do check-list (Item IV) e colocar todas as observações necessárias (Item V).

II – Destino :

| | | |
|----------------------|----------|------------|
| Dependência Destino: | | Prefixo: |
| CAT: | Técnico: | Matrícula: |

Após o remanejamento / remoção , preencher os itens **II** e **VI** , verificar todos os itens do check-list (Item **VII**) e colocar as observações necessárias (Item **VIII**).

III – Dados do equipamento (ORIGEM) :

| MODELO | Nº SÉRIE | Nº BEM | Nº. da OS / NOTES |
|--------|----------|--------|-------------------|
| | | | |

| | | | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------------------------|
| CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO ATENDIDO: | () CONTRATO | () GARANTIA | () NÃO CONTRATADO (ORÇAMENTO) |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------------------------|

- Ao apresentar defeito, a OS de remanejamento de equipamento **não** **contatado** deverá ser fechada com a devida anotação do motivo em RAC: **"Solicitar a abertura de OS corretiva para elaboração de orçamento pelo CAT/fornecedor mantenedor do BEM"**;

- O check list deve ser preenchido em 2 (duas) vias . A 1ª via deve ficar no CAT de origem do equipamento . A 2ª via segue fixada no equipamento e depois de preenchida , deve ficar no CAT de destino .

IV – Inspeção do Equipamento (ORIGEM) :

| ITENS DA INSPEÇÃO | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| 01) O equipamento está embalado e lacrado? Qualquer discrepância, descrever no campo de observações. | | |
| 02) Foi realizado teste de funcionalidade no equipamento? Se não, descrever o por quê no campo de observações. | | |
| 03) O equipamento apresentou falhas durante o teste? Se sim, corrigir as falhas na dependência de origem, no caso de pendência, descrever a falha no campo de observações e após o fechamento da OS de Remanejamento/Remoção, solicitar abertura de OS pela dependência de destino. | | |
| 04) O equipamento está completo? Se não, descrever a parte faltante no campo de observações. | | |
| 05) O equipamento apresenta avarias externas e/ou internas? Se sim, descrever no campo de observações. | | |

V – Observações (ORIGEM) :

Descrever todas considerações que se fizerem necessárias, enumerando o item correspondente.

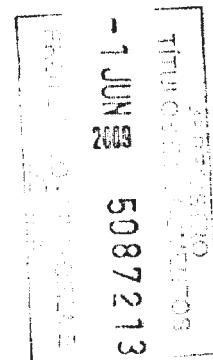
CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 3 - Check-List Para Remanejamento/Remoção De Equipamentos

_____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do cliente

Assinatura do Técnico (CAT de Origem)

[Handwritten signatures]



[Handwritten initials]



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 3 - Check-List Para Remanejamento/Remoção De Equipamentos

VI – Remanejamento/Remoção do Terminal (DESTINO):

| | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| O equipamento remanejado/removido será reinstalado em outra dependência do Banco? Se a resposta for SIM , o técnico do cat de destino deve verificar no equipamento todos os itens do check-list (Item VII) e colocar todas as observações necessárias (Item VIII). | | |

VII - Inspeção do Equipamento (DESTINO):

| ITENS DA INSPEÇÃO | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| 01) O equipamento está embalado e lacrado? Qualquer discrepância, descrever no campo de observações. | | |
| 02) O ambiente da instalação do equipamento possui condicionador de ar ou algum sistema de refrigeração ambiente? | | |
| 03) Existe nas janelas/paredes de vidro de quiosques, filme ou dispositivo que evite a incidência direta da luz solar sobre o TAA. | | |
| 04) A tensão da rede elétrica está adequada e estabilizada, antes da reinstalação do equipamento. Anotar os valores de tensão medidos na tomada onde esta ligado o equipamento: <div style="text-align: center;"> </div> (Fase1-Neutro/Fase2: V)(Fase1-Terra: V)(Fase2-Neutro-Terra: V) | | |
| 05) Foi realizado teste de funcionalidade no equipamento? Se não, descrever o por quê no campo de observações. | | |
| 06) O equipamento apresentou falhas durante o teste? Se sim, descrever a falha no campo de observações e solicitar abertura de OS pela dependência. | | |
| 07) O equipamento está completo? Se não, descrever a parte faltante no campo de observações. | | |
| 08) O equipamento apresenta avarias externas e/ou internas? Se sim, descrever no campo de observações. | | |
| 09) O cabo de força está enrolado, para dentro do equipamento e com seu plug devidamente protegido por plástico bolha? | | |
| 10) O equipamento encontra-se instalado, testado e pronto para o uso? Se não, descrever o por quê no campo de observações. | | |

VIII – Observações (DESTINO):

Descrever todas considerações que se fizerem necessárias, enumerando o item correspondente.

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

2009

5087213

Assinatura e carimbo do cliente

Assinatura do Técnico (CAT de Destino)

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento Nº 4 - Check-List para Verificação dos Equipamentos e da Infra-Estrutura da Agência

DOCUMENTO Nº 4 – CHECK LIST PARA VERIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DA INFRA-ESTRUTURA DA AGÊNCIA

Responder o questionário abaixo, marcando “SIM” ou “NÃO” conforme as verificações encontradas.

No espaço reservado às observações, em cada pergunta, informar qual providência foi adotada no sentido de corrigir o problema, se for o caso.

Ao final do trabalho, enviar este relatório à Tecnologia do Banco do Brasil em Brasília, por fax, para o número 0XX61 3310-6647.

PARA A SALA TC (SALA ON-LINE) DA AGÊNCIA

| | | |
|---|------------|------------|
| 1) A sala TC está com a área e o leiaute adequados à perfeita manutenção nos equipamentos? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 2) Na sala TC há equipamentos e objetos inadequados (caixas, roupas, material de limpeza etc.)? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 3) O estado geral de conservação da sala TC está adequado (paredes, cabos, rack, ausência de goteiras etc.)? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 4) O sistema de refrigeração funciona 24h/dia (incluindo dias não úteis), mantendo a temperatura ambiente abaixo dos 26 °C? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 5) Nas imediações da sala TC há extintor de incêndio? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 6) A sala TC possui um ramal telefônico funcionando? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 7) O servidor (ou servidores) está devidamente instalado e com os periféricos conectados e funcionando? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 8) Os equipamentos (modem, roteador, switch, hub, relay, servidores etc.) estão devidamente identificados com etiquetas? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 9) Há equipamento que não esteja conectado ao "no break"? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 10) Foi encontrado algum "no break" não instalado ou com defeito? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 11) O resultado da aferição da alimentação elétrica para os equipamentos está dentro dos padrões de normalidade? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 12) O rack de equipamentos está organizado (fixação dos equipamentos, cabos de rede, "patch panel", cabos elétricos etc.)? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |

CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento Nº 4 - Check-List para Verificação dos Equipamentos e da Infra-Estrutura da Agência

| | | |
|--|------------|------------|
| 13) A quantidade de terminais (TMF e TAA) e impressoras conectados à rede é menor do que a quantidade de "portas" ocupadas nos hubs/ switches? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 14) É possível desocupar as "portas" que não estão sendo usadas nos hubs/switches e remanejar os pontos de rede em uso, com o propósito de liberar um hub/switch? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 15) A conexão entre roteador, switches e hubs está obedecendo ao padrão adotado pelo banco (uso de "portas" predefinidas, tipo de cabo, recomendação de switch caso haja mais de 48 pontos em uso na rede etc.)? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |

PARA OS DEMAIS AMBIENTES DA AGÊNCIA

| | | |
|---|------------|------------|
| 01) As tomadas de energia elétrica estão funcionando perfeitamente, inclusive quanto à fixação mecânica dos espelhos no piso ou na parede? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 02) Os cabos de comunicação e as tomadas RJ-45 estão identificados no lado das estações e no lado da sala TC? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 03) Existe alguma tomada (de energia ou de rede) em uso, que esteja instalada em local de trânsito de pessoas ou exposta à umidade? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 04) Há tomadas ou conectores RJ-45 oxidados, quebrados ou soltos? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 05) Há cabos de rede cortados, "mastigados" ou não conectados a equipamentos? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 06) Há computadores fora do padrão homologado pela Tecnologia conectados à rede (equipamentos obsoletos ou com sistema operacional inadequado ou configurado com endereço IP fixo)? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 07) Há oscilação no fornecimento de energia elétrica para a agência? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |

PARA O PAE

| | | |
|--|------------|------------|
| 01) O sistema de refrigeração funciona 24h/dia (incluindo dias não úteis), mantendo a temperatura ambiente abaixo dos 26 °C? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 02) Há equipamento que não esteja conectado ao "no break"? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 03) O resultado da aferição da alimentação elétrica para os equipamentos está dentro dos padrões de normalidade? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento Nº 4 - Check-List para Verificação dos Equipamentos e da Infra-Estrutura da Agência

| | | |
|--|------------|------------|
| 04) A conexão entre roteador e hub/switch está obedecendo ao padrão adotado pelo banco (uso de "portas" predefinidas, tipo de cabo, recomendação de switch caso haja mais de 48 pontos em uso na rede etc.)? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 05) Há tomadas ou conectores RJ-45 oxidados, quebrados ou soltos? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 06) Há oscilação no fornecimento de energia elétrica para o PAE? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 07) No caso de manutenção no módulo "Racal" do TAA, o LED está aceso e o módulo está conectado à "porta" correta? (em caso de dúvida, contatar o 0800 para atendimento a técnicos) Obs: _____ | SIM () | NÃO () |
| 08) Há cabos de rede cortados, "mastigados" ou não conectados a equipamentos? Obs: _____ | SIM () | NÃO () |

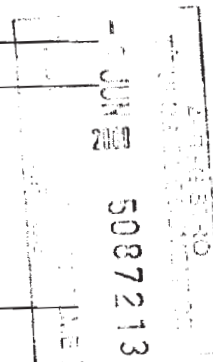
OBSERVAÇÕES

COMPLEMENTARES

DATA : ____/____/____

TÉCNICO : _____ MATRÍCULA : _____

CLIENTE : _____ MATRÍCULA : _____



Handwritten signature: COBRA

Handwritten signature: R. A. A.



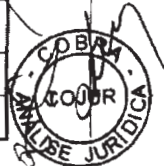
CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.

DOCUMENTO Nº 6 - PLANILHA PARA FATURAMENTO DE SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO E REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS

[illegible]

Página 33 de 37

5087273

[illegible]

CONTRATO 2006/86180161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 7 – Modelo de Carta de Apresentação de Empregado

DOCUMENTO Nº 7 – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE EMPREGADO

DOCUMENTO A SER PREENCHIDO PELA CONTRATADA QUANDO DO ENCAMINHAMENTO DE EMPREGADOS SEUS PARA REALIZAREM OS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DE CONTRATOS FIRMADOS COM O BANCO DO BRASIL S. A.

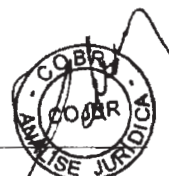
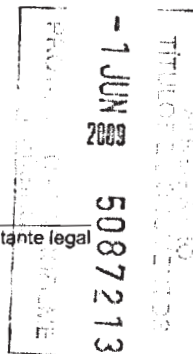
Logotipo da empresa
(papel timbrado)

Carta de Apresentação

(Local e data) _____

Conforme previsto no Contrato _____, celebrado com o Banco do Brasil S. A., em _____, que tem como objeto a prestação de serviços de _____ (ESPECIFICAR O SERVIÇO), informamos que o serviço será prestado pelo nosso empregado Sr.(*) _____, CPF nº _____, Documento de identidade nº _____, CTPS nº _____, no cargo de _____ nessa dependência, no período de _____ a _____.

Preposto designado pela contratada ou seu representante legal



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 8 – Modelo de Carta de Apresentação de Empregado Substituto

DOCUMENTO Nº 8 – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE EMPREGADO SUBSTITUTO

DOCUMENTO A SER PREENCHIDO PELA CONTRATADA QUANDO DA SUBSTITUIÇÃO DE EMPREGADOS SEUS PARA REALIZAREM OS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DE CONTRATOS FIRMADOS COM O BANCO DO BRASIL S. A.

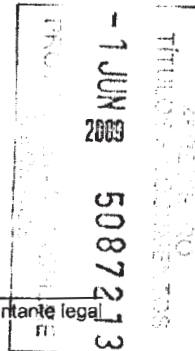
Logotipo da empresa
(papel timbrado)

Carta de Apresentação

(Local e data) _____

Conforme previsto no Contrato ____/____/____, celebrado com o Banco do Brasil S. A., em ____/____/____, que tem como objeto a prestação de serviços de ____ (ESPECIFICAR O SERVIÇO), informamos que o serviço será prestado pelo nosso empregado Sr.(*) _____, CPF nº _____, Documento de Identidade nº _____, CTPS nº _____, no cargo de _____ nessa dependência, no período de ____/____/____ a ____/____/____, em substituição ao empregado Sr.(*) _____, no cargo de _____ nessa dependência, no período de ____/____/____ a ____/____/____.

Preposto designado pela contratada ou seu representante legal



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 9 – Termo de Responsabilidade e Sigilo para Terceiros

DOCUMENTO Nº 9 - TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO PARA TERCEIROS

- 01) Em consonância com o disposto nas instruções do Banco do Brasil, das quais tenho conhecimento, declaro-me ciente dos recursos e autoridades do Código de Usuário a mim concedido e que seu uso indevido, fraudulento, ou para qualquer outro fim que não seja estritamente no interesse do servido, constitui falta grave sujeitando-me às penalidades previstas em lei.
- 02) Estou igualmente ciente de que:
- a) sou responsável direto pela guarda da senha do meu Código de Usuário, não devendo, sob hipótese alguma, cede-la a outra pessoa;
 - b) devo trocar minha senha a cada 90 dias ou quando da suspeita de quebra de sigilo, ocasião em que deverei comunicar o fato imediatamente ao meu supervisor;
 - c) não devo utilizar, na formação de senhas, combinações de fácil dedução, tais como: datas de nascimento, números em sequência, números de documentos particulares e nomes de familiares próximos;
 - d) não posso divulgar nenhuma informação contida nas transações dos diretórios/arquivos a que tiver acesso, de modo a manter o sigilo e a privacidade dos dados dos usuários;
 - e) sob nenhum pretexto, devo tentar acesso a arquivos ou ambientes para os quais não esteja autorizado ou que não possuam relação direta com os serviços sob minha responsabilidade.
- 03) Reconheço que, em razão da prestação de serviços ao BANCO DO BRASIL S.A., mantenho contato com informações privadas, conceituadas como segredo de negócio e comprometo-me a:
- a) manter completo e absoluto sigilo e considerar confidenciais todos os dados e informações, pormenores, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos dos quais venha a tomar conhecimento, ou que me venham a ser confiados, não podendo, sob qualquer pretexto, reproduzir, divulgar, ceder, dar conhecimento a terceiros;
 - b) garantir que a utilização dos softwares e respectivas documentações desenvolvidos para o Banco do Brasil S.A., fique restrita a este, não podendo reproduzi-los, total ou parcialmente;
 - c) proteger os dados e informações, contra acesso indevido por terceiros.

Data: _____

Empresa: _____

Identificação do contrato ao qual se vincula a presente concessão de acesso: _____

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

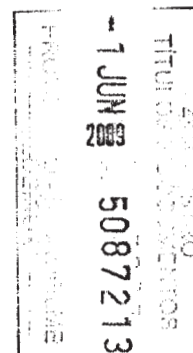
Assinatura: _____

Assinatura do Usuário.

Autorizado por: _____

(preposto da empresa prestadora do serviço)

Cargo: _____



[Handwritten signatures and initials]



CONTRATO 2006/86160161-SL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E A EMPRESA COBRA TECNOLOGIA S.A.
Documento nº 10 – Termo de Acessos Especiais para Terceiros

DOCUMENTO Nº 10 TERMO DE ACESSOS ESPECIAIS PARA TERCEIROS

Sr. Administrador

Conforme LIC 9-21-40-1, para a realização do objeto do contrato nº _____
_____, celebrado entre a _____
_____ e o BANCO DO BRASIL S.A., solicitamos a autorização dessa
Administração para a concessão dos acessos especiais:

para a realização de: _____

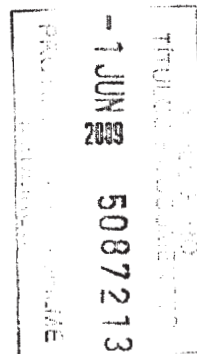
Os trabalhos acima descritos serão realizados pela empresa _____
_____ no _____ (local)
no período de _____ a _____ /
(data início) (data fim)

das _____ às _____ horas
(horário previsto)

e serão acompanhados pelo funcionário _____
(matrícula e nome)

representante da empresa _____ funcionário BB responsável

De acordo da Administração da dependência



ANEXO II

-
- Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 8 de junho de 2009

Relatório de Rating Preliminar**Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 8 de junho de 2009 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e suas cotas ainda não foram distribuídas. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 8 de junho de 2009

| Instrumento | Rating Preliminar* | Montante Preliminar (em R\$ milhões) | Vencimento Legal Final |
|--------------------|--------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| Cotas Seniores | brAAAF | 150 | 26 meses após a emissão |
| Cotas Subordinadas | Não classificadas | 13,2 | 26 meses após a emissão |

* O rating atribuído às cotas seniores é preliminar e está sujeito a modificações.

Perfil

Data prevista para o lançamento: Junho de 2009.

Ativos subjacentes: Contratos de prestação de serviços de manutenção, assistência técnica, remanejamento e remoção de terminais de auto-atendimento e de equipamentos de automação bancária, e de serviços de impressão e postagem essenciais à atividade bancária, celebrados entre a Cobra Tecnologia S.A. (Cobra) e o Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil).

Originador e Cedente dos direitos creditórios: Cobra Tecnologia S.A. (Cobra)

Administrador do Fundo: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Custodiante, agente de centralização de recebimentos e agente pagador: Banco do Brasil S.A.

Fundamentos

O rating preliminar atribuído às cotas seniores do Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II (Cobra FIDC II) reflete:

- A importância estratégica da Cobra para o Banco do Brasil. A Standard & Poor's acredita que a relevância da Cobra para as operações do Banco do Brasil e o fato de o banco controlar a companhia provavelmente garantiriam o suporte financeiro, inclusive injeção de capital, por parte do Banco em caso de necessidade. A probabilidade desse eventual suporte foi incorporada na análise de risco de performance da Cobra, o qual é consistente com o rating preliminar atribuído às cotas seniores do Cobra FIDC II;
- Níveis adequados de cobertura das amortizações. Em nosso cenário base, a cobertura mínima estimada é de 1,43 x e o fluxo de caixa resiste a cortes de até 28% do fluxo inicialmente estimado;

- A constituição de uma reserva, desde o início do Fundo, no montante mínimo equivalente a um período de amortização, somados às despesas esperadas para o Fundo no próximo mês;
- As características legais e estruturais da transação;

É importante notar que, como se trata de uma operação de fluxo futuro, o risco de pagamento das cotas seniores está intrinsecamente atrelado ao risco de performance do originador (Cobra). Assim, a mensuração do risco de performance da Cobra foi fundamental para a classificação atribuída. Qualquer alteração na opinião da Standard & Poor's sobre o risco de performance da Cobra deve afetar também sua opinião sobre a qualidade de crédito da estrutura e, portanto, sobre o rating atribuído.

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil, ao Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II (Cobra FIDC II). Os ativos subjacentes do Cobra FIDC II são direitos de crédito cedidos pela Cobra, oriundos de contratos de prestação de serviço essenciais à atividade bancária celebrados entre a Cobra e o Banco do Brasil, caixa e outros investimentos específicos.

O rating preliminar 'brAAAF' atribuído às cotas seniores do Cobra FIDC II expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído às cotas seniores do Fundo indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas de inadimplência quando comparados a outros títulos emitidos no Brasil.

O reforço de qualidade de crédito será proporcionado pela sobrecolateralização de direitos creditórios, além de uma subordinação inicial de cotas. Adicionalmente, uma conta de reserva deverá ser mantida durante toda a vida da operação, cujo valor deverá ser equivalente a um período de amortização, somados às despesas esperadas do Cobra FIDC II para o próximo mês.

O Cobra FIDC II será um condomínio fechado, com vencimento final após 26 meses da data de emissão. O administrador do Fundo incluirá recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's. Após um período de carência de 6 meses, as cotas seniores serão amortizadas em 20 parcelas mensais. A última amortização ocorrerá no mês de vencimento dos contratos que dão origem aos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo.

As cotas seniores do Cobra FIDC II buscarão um retorno alvo estimado equivalente à taxa *DI Over* acrescida de 4,0% ao ano. As cotas subordinadas não são classificadas pela Standard & Poor's, não possuirão rentabilidade alvo, e serão totalmente subscritas e mantidas pela Cedente.

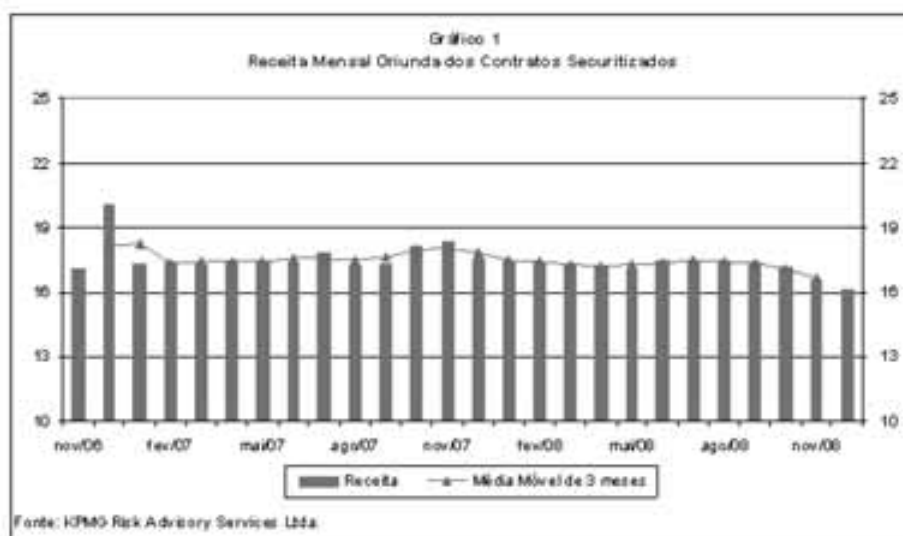
Colateral

O colateral do Cobra FIDC II será composto por faturas a serem originadas por meio de dois contratos de prestação de serviços entre a Cobra e o Banco do Brasil. O primeiro contrato refere-se à manutenção de todo o parque tecnológico do Banco do Brasil, incluindo manutenção de terminais de auto-atendimento e equipamentos das agências bancárias. O segundo se refere a serviços de impressão e postagem, incluindo demonstrativos de movimentação de conta bancária a todos os clientes do varejo.

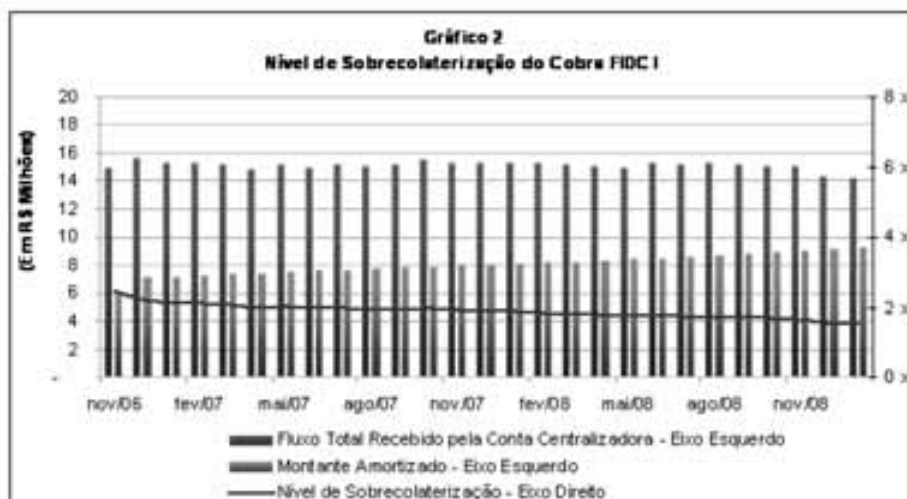
Os direitos creditórios oriundos dos mesmos contratos cedidos ao Cobra FIDC II também foram cedidos anteriormente ao Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais (Cobra FIDC I), que tem preferência sobre os recursos oriundos dos contratos até que suas cotas seniores sejam totalmente resgatadas. O resgate integral das cotas seniores emitidas pelo Cobra FIDC I está programado para o mês de novembro de 2009. A programação para a amortização das cotas seniores a serem emitidas pelo Cobra FIDC II conta com um período de carência até novembro de 2009, portanto, apesar de os dois fundos coexistirem até novembro de 2009, espera-se que as amortizações do Cobra FIDC II apenas se iniciem após o resgate total das cotas seniores do Cobra FIDC I, alinhando o fluxo de caixa de cada transação com os recursos oriundos dos contratos.

Desempenho Histórico

Desde o início da série histórica, a entrada de caixa oriunda dos contratos que serão cedidos ao Cobra FIDC II tem se mostrado consideravelmente estável. De acordo com informações fornecidas pela Cobra Tecnologia, a redução observada nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009 se deve à substituição de terminais de auto-atendimento, que possuem garantia de um ano, o que sugere que esta redução pontual no fluxo de caixa disponível deve permanecer por mais 10 meses. A Standard & Poor's não espera que novas reduções deste tipo ocorram durante a vida do Cobra FIDC II, dado que não há previsão de uma nova substituição de terminais de auto-atendimento tão significativa durante a vida remanescente dos contratos. Por outro lado, nossa análise de fluxo de caixa assume como premissa um fluxo proveniente dos contratos que reflete esta redução recente durante toda a vida da operação. O gráfico 1 abaixo demonstra o fluxo oriundo dos contratos desde o início do Fundo.



O gráfico 2 abaixo demonstra o índice de cobertura do Cobra FIDC I. A redução gradual do nível de cobertura reflete o fato de que as amortizações do Cobra FIDC I são crescentes, conforme projetado inicialmente.



Risco de Performance e Operacional

A avaliação de risco de performance da Cobra Tecnologia S.A. reflete a importância estratégica da empresa às operações do Banco do Brasil, que é controlador da companhia e responsável por cerca de 80% do faturamento da Cobra Tecnologia S.A.. A avaliação também incorpora a nossa opinião de que, em caso de necessidade, o Banco do Brasil suportará financeiramente a empresa, como o fez nos últimos anos mediante duas injeções de capital que totalizaram R\$ 171 milhões. Ademais, a Cobra Tecnologia é a única companhia que atualmente é capaz de prover os serviços que atendam as necessidades do Banco do Brasil com cobertura nacional. Esta visão também se alinha ao modelo de negócios adotado por outros grandes bancos de varejo no Brasil: controlar empresas de tecnologia com o objetivo de ter um prestador de serviços confiável, ágil e exclusivo em uma parte altamente sensível do negócio bancário.

Análise de Crédito

Análise do Fluxo de Caixa e Sensibilidade

A Standard & Poor's realizou uma análise de fluxo de caixa baseada no montante total de emissão de cotas seniores proposto de R\$ 150 milhões. Como o Cobra FIDC II terá uma remuneração alvo de 100% do CDI, acrescido de um *spread* de 4% a.a., esse índice foi submetido a um teste de estresse apropriado. Dentro desse cenário de estresse foram consideradas também despesas adicionais.

Baseado no desempenho histórico dos recebíveis durante a vida do Cobra FIDC I, a Standard & Poor's assumiu para o cenário base uma entrada mensal de caixa equivalente a R\$ 14,2 milhões durante toda a vida do Cobra FIDC II. A análise de fluxo de caixa se baseou nos seguintes fatores: (a) situação de não reajuste de preços e (b) estresse do volume faturado.

A Standard & Poor's considerou diversos cenários de estresse. Dentre eles, os principais são:

| Cenário | Preço | Volume |
|---------------|------------------------|---|
| 1- Base | Preços não reajustados | Volume Médio de acordo com o histórico. (R\$ 14,2 milhões) |
| 2- Estresse 1 | Preços não reajustados | Volume Médio equivalente a 80% da premissa adotada no caso base |
| 3- Estresse 2 | Preços não reajustados | Redução do Volume Médio utilizado no cenário base em 26% |

No cenário base adotado pela Standard & Poor's, o nível médio de cobertura do serviço da dívida, desconsiderando-se a reserva de amortização e de pagamentos, é de 1,59x, enquanto que o nível

mínimo é igual a 1,43x. Nesse cenário, a taxa DI Over foi mantida constante em 10,25% ao ano durante toda a vida da operação. No cenário de estresse 1, com redução de 20% no volume mensal médio de entrada de caixa, o nível médio de cobertura da dívida foi de 1,20x, enquanto o nível mínimo foi igual a 1,04x. Nesse cenário, a taxa DI Over foi estressada a 15,75% ao ano, durante toda a vida da operação.

O cenário de estresse 2 representa o ponto de equilíbrio da operação, dada uma taxa DI Over equivalente a 15,75% ao ano, também durante toda a vida da operação. Trata-se do cenário no qual o Fundo utilizaria todos os recursos disponíveis, inclusive a reserva de amortização e de pagamentos, com o maior corte possível no fluxo mensal de caixa destinado a operação. Em tal cenário, o Fundo suportaria uma redução de 28% do fluxo esperado, cumprindo pontualmente as amortizações de cotas programadas.

Critérios de Elegibilidade

O Cobra FIDC II terá um único critério de elegibilidade: o Fundo somente poderá adquirir direitos de crédito originados pelos Contratos de Prestação de Serviços da Cobra, relacionados no Anexo II do Regulamento.

Eventos de Avaliação do Cobra FIDC II

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Cobra FIDC II a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se o evento deve se transformar em um Evento de Liquidação e, portanto, se os procedimentos de liquidação do Fundo devem ou não ser iniciados. Ambos os Eventos de Avaliação e de Liquidação permitem ao Fundo reter todos os créditos performados para cobrir a amortização e as despesas correntes, além dos montantes necessários para recompor a Reserva de Amortização e de Pagamentos na Conta de Movimentação, desde que o Cobra FIDC I já tenha retido os recursos que lhe são devidos.

Os principais Eventos de Avaliação são:

- Não pagamento integral do valor da amortização de quaisquer cotas seniores;
- Não restabelecimento da relação mínima por mais de dois dias;
- Redução da classificação das cotas seniores de qualquer série em circulação para um nível inferior a brAAf;
- Amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento do Fundo;
- Inobservância pelo administrador, custodiante e/ou cedente de seus respectivos deveres e obrigações presentes no Contrato de Cessão;
- Caso o montante de recursos na Conta Transitória em determinado período de entrega seja menor que R\$ 12 milhões.

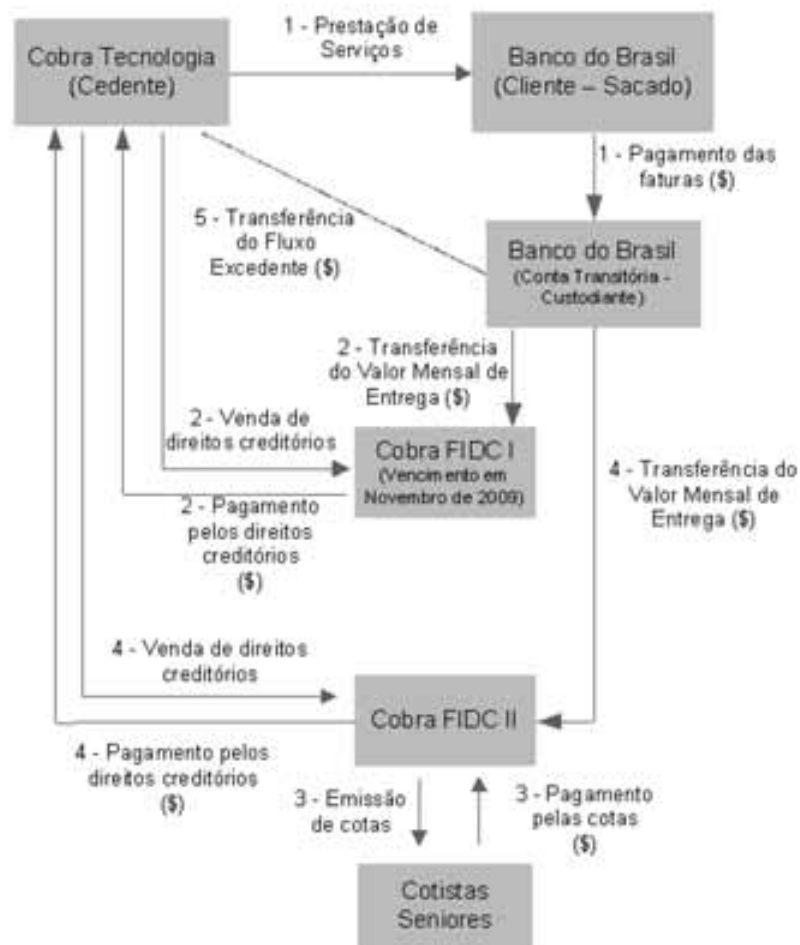
Eventos de Amortização Antecipada do Cobra FIDC II

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Cobra FIDC II a: (1) informar os cotistas; (2) iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo; e (3) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Falência ou reorganização da Cobra;
- Caso o Cobra FIDC II não consiga substituir seu Administrador, se necessário;
- Caso o Custodiante ou a Cedente deixem de comunicar quaisquer Eventos de Avaliação, por dolo ou má fé, ao Administrador;
- Decisão dos cotistas em Assembleia Geral de que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa



Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, a partir da subscrição inicial das cotas e até a liquidação integral das obrigações do Cobra FIDC II, a administradora deverá respeitar a seguinte ordem de preferência para alocar os recursos disponíveis:

- Pagamento dos encargos do Fundo;
- Constituição e recomposição da reserva de amortização e de pagamentos;
- Recomposição da razão mínima; e
- Pagamento dos valores referentes à amortização e resgate das cotas.

Fluxo dos Recursos

1. Durante a vida do Cobra FIDC II, todos os pagamentos referentes aos serviços prestados pela Cobra, nos termos dos Contratos de Prestação de Serviços serão recebidos na Conta Transitória administrada pelo custodiante (Banco do Brasil).
2. A Votorantim Asset Management (como administradora) calculará, então, o Valor Mensal de Entrega (VME) – que é a soma dos valores necessários para cobrir a amortização das cotas seniores do mês seguinte –, as despesas do Fundo do mês seguinte e o montante necessário para recompor a Reserva de Amortização e de Pagamentos (RAP), caso haja necessidade, e comunicará o custodiante e o cedente (Cobra).
3. Após verificar o critério de exigibilidade, o custodiante transferirá, no mesmo dia útil e por ordem de recebimento, os valores recebidos na Conta Transitória para a Conta de Movimentação de titularidade do Cobra FIDC II, até que se atinja o VME, sendo que o excedente irá para uma conta em benefício da Cedente.
4. Se, após utilizar os recursos recebidos por meio de todos os direitos creditórios, ainda não houver um montante suficiente para cobrir o VME, então o Banco do Brasil utilizará recursos da RAP. Neste caso, a RAP será recomposta pelo VME do mês seguinte, de forma que durante toda a vida do Cobra FIDC II este mantenha sua cobertura de três períodos de amortizações e despesas.

Como os direitos creditórios originários dos contratos de prestação de serviços cedidos ao Cobra FIDC II também foram cedidos ao Cobra FIDC I, o qual terá preferência sobre os direitos creditórios durante a coexistência dos dois fundos, que deverá ocorrer entre maio e novembro de 2009. Em 15 de abril de 2009, o patrimônio líquido relacionado às cotas seniores emitidas pelo Cobra FIDC I totalizava R\$ 66,3 milhões, enquanto o Cobra FIDC II já contava com uma reserva em ativos líquidos equivalente a R\$ 29 milhões. A baixa alavancagem do Cobra FIDC I – aliado ao fato de as amortizações do Cobra FIDC II começarem apenas após o fim da coexistência entre os dois fundos – e a reserva de caixa estabelecida para o Cobra FIDC II devem manter os níveis de sobrecolateralização disponíveis a cada fundo adequados às suas respectivas categorias de rating.

Conta de Reserva

O Cobra FIDC II também terá, desde sua data de emissão, uma Reserva de Amortização e de Pagamentos (RAP), em valor igual à amortização do próximo período, somado às despesas do Fundo. A RAP será recomposta mensalmente por meio do fluxo de pagamentos dos direitos creditórios.

Risco de Descasamento de Taxas

Como há um descasamento entre o índice de reajuste das faturas e a taxa de remuneração alvo do Cobra FIDC II (CDI + 4% a.a.), o fluxo de caixa dos ativos do Fundo precisa cobrir esse risco. Após realizar a análise de fluxo de caixa em diversos cenários de estresse, a Standard & Poor's acredita que a proteção creditícia fornecida pela sobrecolateralização (*overcollateralization*) e a RAP são suficientes para atenuar esse risco.

É importante destacar que, ao contrário do que acontece em instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas uma meta e não uma promessa. O rating da Standard & Poor's atribuído ao Cobra FIDC II reflete nossa opinião sobre a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo, e nossa expectativa sobre o risco de pagamento das amortizações de principal e juros programadas conforme cronograma estipulado pela transação.

Riscos de Contraparte

Fungibilidade (Commingling)

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis da Cedente. Como todos os pagamentos serão recebidos diretamente pelo agente custodiante (Banco do Brasil) por meio da Conta Transitória e, então, transferidos para o Fundo ou para a cedente, o risco de fungibilidade será efetivamente mitigado nessa transação.

Análise Legal

A Cobra, como cedente do Cobra FIDC II, cederá de forma definitiva ao Fundo a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios cedidos. O Cobra FIDC II é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e empresa cedente (com exceção ao risco de performance inerente à transação). Antes de atribuir um rating final à transação, a Standard & Poor's espera receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado confirmando que o contrato de cessão do Cobra FIDC II permitirá a venda perfeita e acabada (*true sale*) dos direitos creditórios elegíveis ao Fundo.

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743,
jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, 55 (11) 3039-9729,
leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Contato – Analista de Instituições Financeiras: Marcelo Peixoto, 55 (11) 3039-9741,
marcelo_peixoto@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/ratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO III

- Declarações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 24.933.830/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 500 (quinhentas) cotas seniores da 1ª emissão do "Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II", fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda. ("Fundo"), perfazendo o total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Emissão"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Emissão na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que: (i) o prospecto de distribuição relativo à Emissão: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das cotas seniores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações referentes ao Fundo e ao cedente dos direitos creditórios por ele adquiridos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2009.


BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Por: FRANCISCO CLÁUDIO DUDA
Cargo: DIRETOR



05.11.5183-1/002

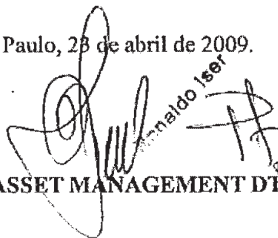
Votorantim Asset Management
Av. Roque Petroni Jr. 999 | 10º andar
04202-900 | São Paulo - SP

www.vam.com.br

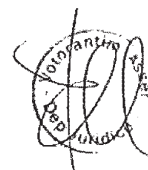
DECLARAÇÃO

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de instituição administradora do "Cobra Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais II" (doravante designado simplesmente "Fundo"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que as informações constantes do prospecto da primeira distribuição pública de cotas seniores do Fundo ("Prospecto") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores conhecimento das referidas cotas seniores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, bem como uma tomada de decisão fundamentada a respeito das cotas seniores, tendo o Prospecto sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 28 de abril de 2009.


Paulo Gerardo Oliveira Filho

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.



ANEXO IV

-
- Relatório da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Cobra Tecnologia S.A

Relatório sobre a aplicação de procedimentos pré-estabelecidos
31 de dezembro de 2008

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

-
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela Cobra Tecnologia S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo em constituição. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas no Prospecto.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 5729
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

Ao

BB Banco de Investimento S.A.

Rio de Janeiro - RJ

10 de fevereiro de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 19 de novembro de 2008, apresentamos nossas constatações no tocante à revisão especial da carteira de recebíveis da Cobra Tecnologia S.A. ("Cobra Tecnologia"). Tais recebíveis são representados por faturas de prestação de serviços de assistência técnica e/ou manutenção contratualmente formalizados.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar nossas constatações sobre as características demográficas históricas dos recebíveis, a *performance* de pagamentos dos Sacados, bem como levantar informações sobre os procedimentos operacionais e respectivos controles operacionais e respectivos controles relacionados a concessão de crédito, monitoramento e cobrança dos recebíveis.

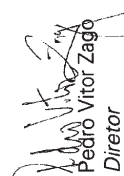
As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Cobra Tecnologia S.A., para o período compreendido entre 1º de outubro de 2006 e 31 de dezembro de 2008 (27 meses). Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Além dos procedimentos indicados neste relatório, não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados. Nossos trabalhos foram executados no período de 06 de janeiro de 2009 a 19 de fevereiro de 2009 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da Cobra S.A e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

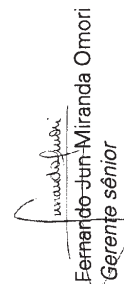
Agradecemos o apoio do grupo estruturador, da gerência e dos funcionários da Cobra Tecnologia S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.


Fernando Jun Miranda Omori
Gerente sênior

Conteúdo

Os profissionais da KPMG responsáveis por este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: (11) 2183-3290
Fax: (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori
Gerente sênior
Tel.: (11) 2183-3381
Fax: (11) 2183-3001
fomori@kpmg.com.br

Descrição

| | Página |
|---|--------|
| Objetivos do trabalho e base para preparação das informações | 4 |
| Descrição dos procedimentos realizados | 5 |
| Apresentação da carteira de recebíveis | 6 |
| Seção 3.1 - Conciliação da base de dados com os registros contábeis | 21 |
| Seção 3.2 - Verificação física das notas fiscais e comprovantes de recebimento | 23 |
| Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da origemação e cobrança dos recebíveis | 24 |
| Anexo I - Matriz Triangular | 28 |
| Anexo II - Desvio Padrão | 29 |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Seção 1

Objetivos do trabalho

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, o objetivo principal de nossos trabalhos é executar procedimentos pré-acordados para permitir ao Grupo Estruturador a obtenção de um melhor entendimento das características da carteira de recebíveis da Cedente, particularmente quanto à performance de crédito, com o objetivo de suprir informações para a constituição do FIDC.

De acordo com o estabelecido pelo Grupo Estruturador, será objeto de cessão ao FIDC o fluxo futuro de prestação de serviços definidos no contrato 2006/86160160 ("60") e 2006/86160161 ("61"). Dessa forma, nossas análises foram baseadas exclusivamente nesses contratos. Os procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Compilação de dados relacionados às características demográficas e de *performance* dos recebíveis.
- Levantar os fluxos de origemação e cobrança dos recebíveis e identificar seus respectivos controles e aderência às políticas estabelecidas, por meio de testes por amostragem.

Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, referentes às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área Cobra Tecnologia S.A., para um período de 27 meses compreendido entre 1º de outubro de 2006 e 31 de dezembro 2008. Essa base de dados foi submetida a procedimentos de conciliação com os registros contábeis, conforme descrito na Seção 3 deste relatório.
- Os procedimentos pré-acordados a seguir formaram o escopo de nossos trabalhos, foram estabelecidos com representantes da Cobra Tecnologia e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos dos recebíveis, foram definidos, de comum acordo com representantes da Cobra Tecnologia, critérios para a apuração dos percentuais de liquidez no pagamento dos recebíveis, que representariam indicadores de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos (liquidez da carteira), bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela e a data de pagamento pelo financiado.
 - Matriz Triangular: apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.
 - Análise de *performance* por safra de origemação: apresenta o percentual de recebimentos em dia e em atraso e não-recebimentos de acordo com o respectivo mês de origemação das operações.
- Foram elaboradas ainda informações sobre o volume de vendas mensais, identificação do ticket médio de operações e sua evolução, concentração de sacados, prazo médio das operações.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos procedimentos realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Recálculo das seguintes informações:

- Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)
- Características da base de dados
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas no período
- *Ticket* médio mensal das faturas
- Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor
- Representatividade dos 20 maiores CAT
- Prazo Médio de Pagamento
- Evolução do prazo médio de emissão até o pagamento
- Distribuição dos prazos de pagamento das faturas
- Performance por safra de origemação
- Matriz triangular e desvio padrão

Conciliação da base de dados com os registros contábeis

Verificação das faturas

Descrição dos procedimentos da origemação e cobrança dos recebíveis

Seção 2

Tabela 2.1

Tabela 2.2

Tabela 2.3 e Gráfico 2.1

Tabela 2.4 e Gráfico 2.2

Tabela 2.5 e Gráfico 2.3

Tabela 2.6

Tabela 2.7 e Gráfico 2.4

Gráfico 2.5

Tabela 2.8

Tabela 2.9

Tabela 2.10 e Gráfico 2.6

Seção 3.1

Seção 3.2

Seção 3.3



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Seção 2

Tabela 2.1 – Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)

| Descrição | Somatório do Valor das Faturas - R\$(000) | % |
|--|--|----------------|
| Total da Base da Dados | 454.888 | 100,00% |
| Faturamento Líquido sujeito a securitização FLS | 454.888 | 100,00% |

Tabela 2.2 – Características da base de dados

Período de Análise - De outubro de 2006 a dezembro de 2008
 Total do somatório do valor das faturas - R\$ 454.888 mil
 Média Mensal de Faturamento – R\$ 16.848 mil
 Quantidade de faturas - 1.846
 Média de Faturas Originadas - 68,37
 Ticket Médio das faturas – R\$ 246.418
 Prazo Médio de emissão até o vencimento - 22 dias



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas no período

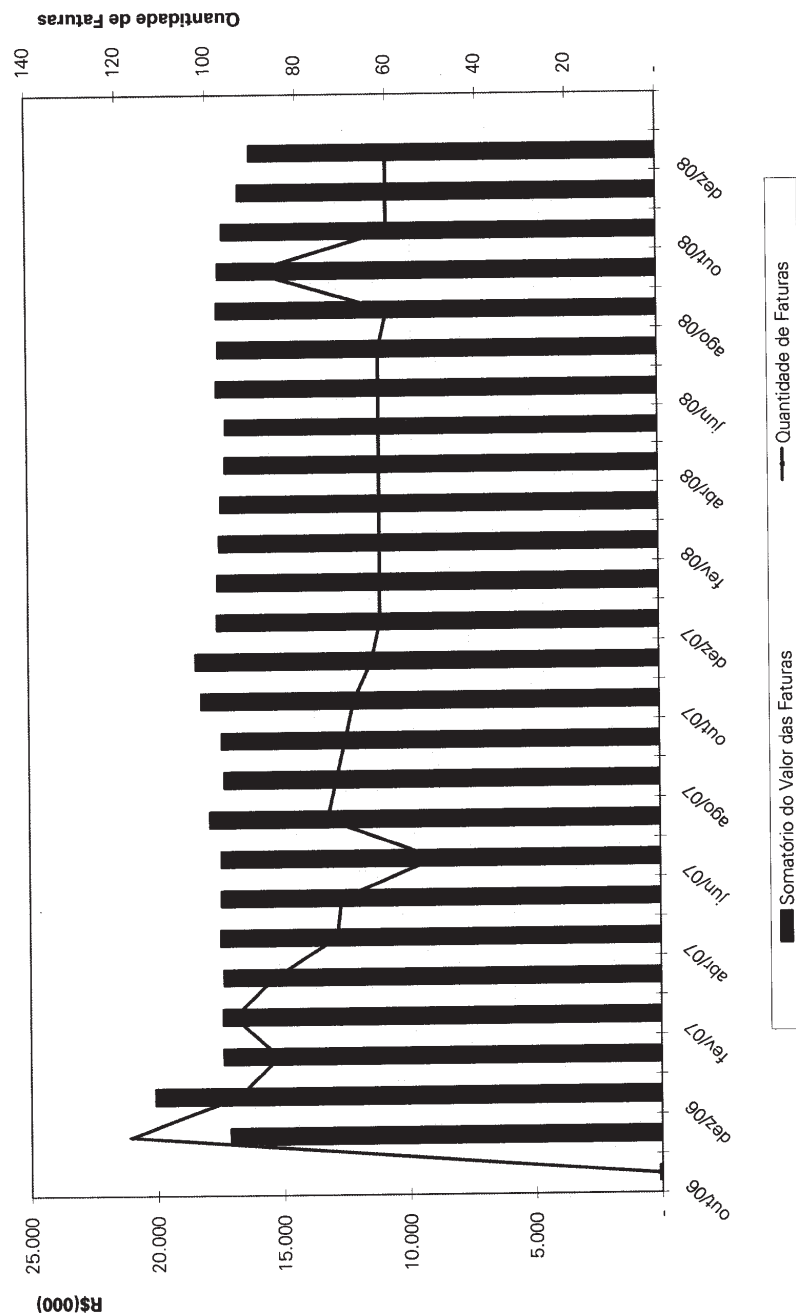
| Origem | Somatório do Valor das Faturas - R\$(000) | % | Quantidade de Faturas | % | Valor Médio das Faturas - R\$ |
|--------------|---|---------------|--------------------------|---------------|-------------------------------------|
| out/06 | 101 | 0,0% | 1 | 0,1% | 101.255 |
| nov/06 | 17.122 | 3,8% | 118 | 6,4% | 145.098 |
| dez/06 | 20.091 | 4,4% | 94 | 5,1% | 213.731 |
| jan/07 | 17.379 | 3,8% | 85 | 4,6% | 204.458 |
| fev/07 | 17.403 | 3,8% | 95 | 5,1% | 183.194 |
| mar/07 | 17.363 | 3,8% | 86 | 4,7% | 201.893 |
| abr/07 | 17.481 | 3,8% | 72 | 3,9% | 242.791 |
| mai/07 | 17.438 | 3,8% | 71 | 3,8% | 245.608 |
| jun/07 | 17.436 | 3,8% | 50 | 2,7% | 348.711 |
| jul/07 | 17.876 | 3,9% | 74 | 4,0% | 241.572 |
| ago/07 | 17.297 | 3,8% | 72 | 3,9% | 240.232 |
| set/07 | 17.391 | 3,8% | 70 | 3,8% | 248.448 |
| out/07 | 18.176 | 4,0% | 68 | 3,7% | 267.297 |
| nov/07 | 18.403 | 4,0% | 64 | 3,5% | 287.542 |
| dez/07 | 17.538 | 3,9% | 62 | 3,4% | 282.877 |
| jan/08 | 17.516 | 3,9% | 62 | 3,4% | 282.510 |
| fev/08 | 17.429 | 3,8% | 62 | 3,4% | 281.117 |
| mar/08 | 17.356 | 3,8% | 62 | 3,4% | 279.937 |
| abr/08 | 17.195 | 3,8% | 62 | 3,4% | 277.343 |
| mai/08 | 17.153 | 3,8% | 62 | 3,4% | 276.662 |
| jun/08 | 17.505 | 3,8% | 62 | 3,4% | 282.333 |
| jul/08 | 17.421 | 3,8% | 62 | 3,4% | 280.980 |
| ago/08 | 17.477 | 3,8% | 60 | 3,3% | 291.289 |
| set/08 | 17.408 | 3,8% | 90 | 4,9% | 193.426 |
| out/08 | 17.224 | 3,8% | 60 | 3,3% | 287.074 |
| nov/08 | 16.597 | 3,6% | 60 | 3,3% | 276.624 |
| dez/08 | 16.111 | 3,5% | 60 | 3,3% | 268.514 |
| Total | 454.888 | 100,0% | 1.846 | 100,0% | 246.418 |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57223
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas no período



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Ticket médio mensal das faturas

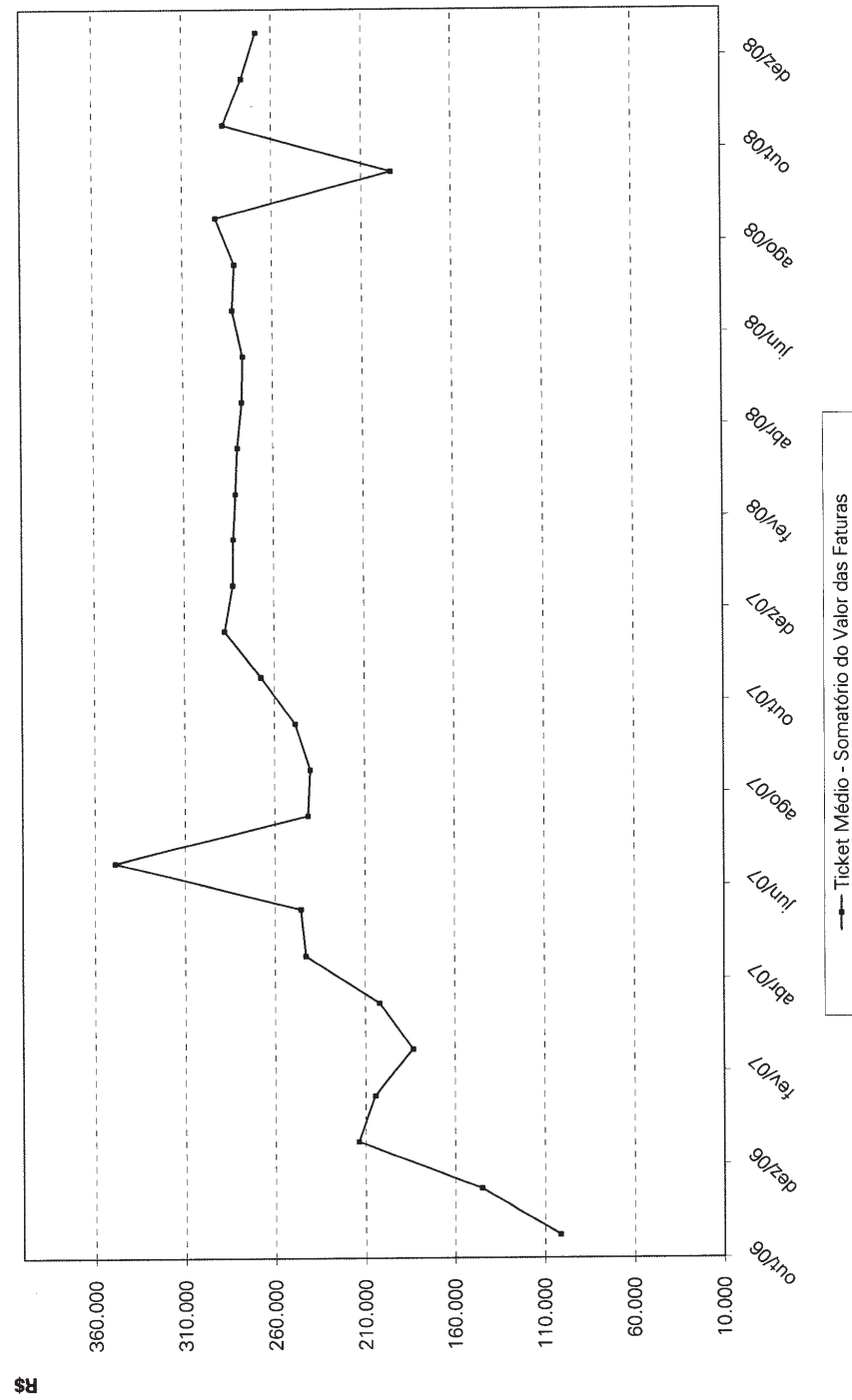
| Origem | Ticket Médio do Somatório do Valor das Faturas - R\$ |
|--------------|---|
| out/06 | 101.255 |
| nov/06 | 145.098 |
| dez/06 | 213.731 |
| jan/07 | 204.458 |
| fev/07 | 183.194 |
| mar/07 | 201.893 |
| abr/07 | 242.791 |
| mai/07 | 245.608 |
| jun/07 | 348.711 |
| jul/07 | 241.572 |
| ago/07 | 240.232 |
| set/07 | 248.448 |
| out/07 | 267.297 |
| nov/07 | 287.542 |
| dez/07 | 282.877 |
| jan/08 | 282.510 |
| fev/08 | 281.117 |
| mar/08 | 279.937 |
| abr/08 | 277.343 |
| mai/08 | 276.662 |
| jun/08 | 282.333 |
| jul/08 | 280.980 |
| ago/08 | 291.289 |
| set/08 | 193.426 |
| out/08 | 287.074 |
| nov/08 | 276.624 |
| dez/08 | 268.514 |
| Média | 246.418 |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. Uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 - Ticket médio mensal das faturas



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

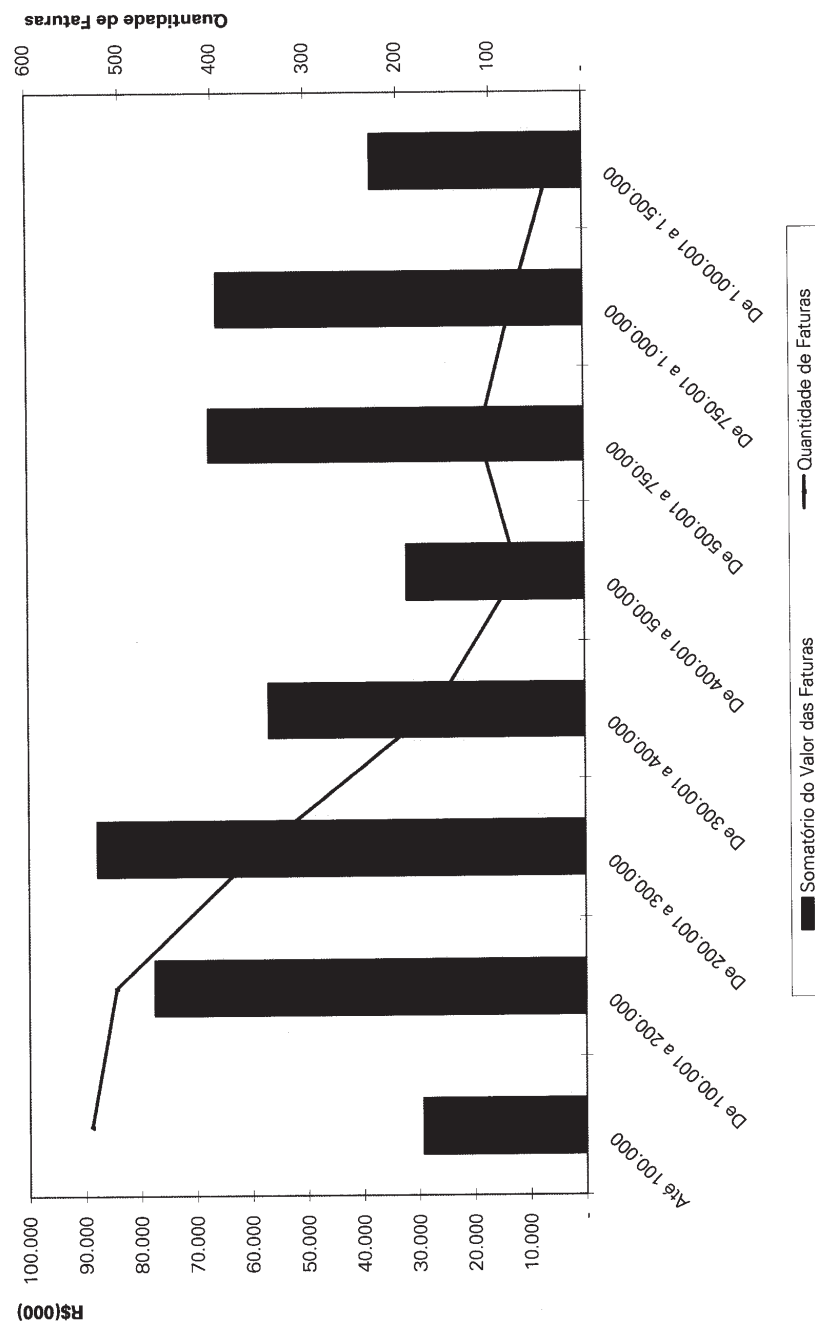
Tabela 2.5 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor

| Faixas de valor | Somatório do Valor das Faturas R\$(000) | % | % Acum | Quantidade de Faturas | % | % Acum |
|--------------------------|---|---------------|--------|-----------------------|---------------|--------|
| Até 100.000 | 29.318 | 6,4% | 6,4% | 533 | 28,9% | 28,9% |
| De 100.001 a 200.000 | 77.483 | 17,0% | 23,5% | 506 | 27,4% | 56,3% |
| De 200.001 a 300.000 | 87.739 | 19,3% | 42,8% | 350 | 19,0% | 75,2% |
| De 300.001 a 400.000 | 56.891 | 12,5% | 55,3% | 163 | 8,8% | 84,1% |
| De 400.001 a 500.000 | 31.996 | 7,0% | 62,3% | 72 | 3,9% | 88,0% |
| De 500.001 a 750.000 | 67.426 | 14,8% | 77,1% | 113 | 6,1% | 94,1% |
| De 750.001 a 1.000.000 | 65.920 | 14,5% | 91,6% | 76 | 4,1% | 98,2% |
| De 1.000.001 a 1.500.000 | 38.115 | 8,4% | 100,0% | 33 | 1,8% | 100,0% |
| Total | 454.888 | 100,0% | | 1.846 | 100,0% | |



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor (cont.)



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Representatividade dos 20 maiores CAT

| # | CAT | Somatório do | | | Quantidade de Faturas | % Acum. | % Acum. |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|---------------|--------------|-----------------------|---------------|--------------|
| | | Valor das Faturas - R\$(000) | % | % Acum. | | | |
| 1 | São Paulo | 43.940 | 9,7% | 9,7% | 54 | 2,9% | 2,9% |
| 2 | Belo Horizonte | 35.211 | 7,7% | 17,4% | 56 | 3,0% | 6,0% |
| 3 | Rio de Janeiro | 33.896 | 7,5% | 24,9% | 56 | 3,0% | 9,0% |
| 4 | Brasília | 27.447 | 6,0% | 30,9% | 81 | 4,4% | 13,4% |
| 5 | Porto Alegre | 27.103 | 6,0% | 36,8% | 52 | 2,8% | 16,2% |
| 6 | Salvador | 24.932 | 5,5% | 42,3% | 61 | 3,3% | 19,5% |
| 7 | Goiânia | 19.009 | 4,2% | 46,5% | 52 | 2,8% | 22,3% |
| 8 | Recife | 17.701 | 3,9% | 50,4% | 54 | 2,9% | 25,2% |
| 9 | Campinas | 17.307 | 3,8% | 54,2% | 53 | 2,9% | 28,1% |
| 10 | Fortaleza | 15.169 | 3,3% | 57,5% | 52 | 2,8% | 30,9% |
| 11 | Curitiba | 13.294 | 2,9% | 60,5% | 63 | 3,4% | 34,3% |
| 12 | Joinville | 11.645 | 2,6% | 63,0% | 57 | 3,1% | 37,4% |
| 13 | Belém | 11.576 | 2,5% | 65,6% | 54 | 2,9% | 40,4% |
| 14 | Bauru | 11.509 | 2,5% | 68,1% | 60 | 3,3% | 43,6% |
| 15 | Londrina | 10.222 | 2,2% | 70,3% | 52 | 2,8% | 46,4% |
| 16 | Ribeirão Preto | 9.768 | 2,1% | 72,5% | 58 | 3,1% | 49,6% |
| 17 | João Pessoa | 9.460 | 2,1% | 74,6% | 52 | 2,8% | 52,4% |
| 18 | Natal | 9.436 | 2,1% | 76,6% | 54 | 2,9% | 55,3% |
| 19 | Cuiabá | 9.156 | 2,0% | 78,7% | 50 | 2,7% | 58,0% |
| 20 | Vitória | 9.080 | 2,0% | 80,6% | 52 | 2,8% | 60,8% |
| Total dos 20 maiores CAT | | 366.861 | 80,6% | 80,6% | 1.123 | 60,8% | 60,8% |
| Demais | | 88.027 | 19,4% | 100,0% | 723 | 39,2% | 100,0% |
| Total | | 454.888 | 100,0% | | 1.846 | 100,0% | |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDSM 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento

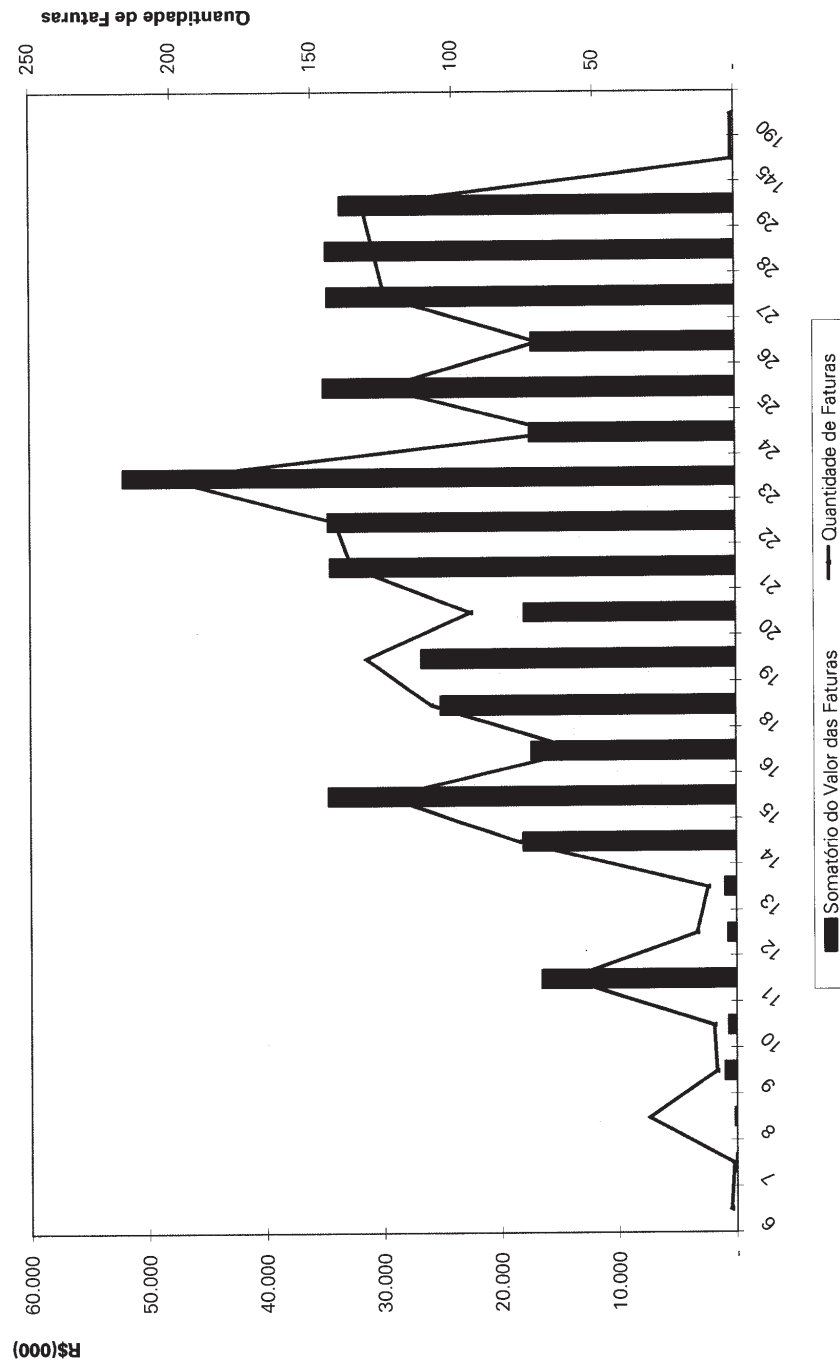
| Prazo Médio (Em Dias) | Somatório do Valor das Faturas - R\$(000) | % | %Acum. | Quantidade de Faturas | % | %Acum. |
|------------------------------|---|---------------|--------|-----------------------|---------------|--------|
| 6 | 1 | 0,0% | 0,0% | 2 | 0,1% | 0,1% |
| 7 | 101 | 0,0% | 0,0% | 1 | 0,1% | 0,2% |
| 8 | 177 | 0,0% | 0,1% | 31 | 1,7% | 1,8% |
| 9 | 1.017 | 0,2% | 0,3% | 7 | 0,4% | 2,2% |
| 10 | 708 | 0,2% | 0,4% | 8 | 0,4% | 2,7% |
| 11 | 16.597 | 3,6% | 4,1% | 60 | 3,3% | 5,9% |
| 12 | 754 | 0,2% | 4,3% | 14 | 0,8% | 6,7% |
| 13 | 1.013 | 0,2% | 4,5% | 10 | 0,5% | 7,2% |
| 14 | 18.146 | 4,0% | 8,5% | 77 | 4,2% | 11,4% |
| 15 | 34.706 | 7,6% | 16,1% | 124 | 6,7% | 18,1% |
| 16 | 17.446 | 3,8% | 19,9% | 55 | 3,0% | 21,1% |
| 18 | 25.132 | 5,5% | 25,5% | 108 | 5,9% | 26,9% |
| 19 | 26.775 | 5,9% | 31,3% | 131 | 7,1% | 34,0% |
| 20 | 18.037 | 4,0% | 35,3% | 94 | 5,1% | 39,1% |
| 21 | 34.514 | 7,6% | 42,9% | 136 | 7,4% | 46,5% |
| 22 | 34.688 | 7,6% | 50,5% | 142 | 7,7% | 54,2% |
| 23 | 52.093 | 11,5% | 62,0% | 203 | 11,0% | 65,2% |
| 24 | 17.505 | 3,8% | 65,8% | 62 | 3,4% | 68,5% |
| 25 | 35.031 | 7,7% | 73,5% | 125 | 6,8% | 75,3% |
| 26 | 17.347 | 3,8% | 77,3% | 70 | 3,8% | 79,1% |
| 27 | 34.711 | 7,6% | 85,0% | 124 | 6,7% | 85,8% |
| 28 | 34.792 | 7,6% | 92,6% | 128 | 6,9% | 92,7% |
| 29 | 33.588 | 7,4% | 100,0% | 132 | 7,2% | 99,9% |
| 145 | 1 | 0,0% | 100,0% | 1 | 0,1% | 99,9% |
| 190 | 9 | 0,0% | 100,0% | 1 | 0,1% | 100,0% |
| Total | 454.888 | 100,0% | | 1.846 | 100,0% | |
| Prazo Médio Ponderado | 22 Dias | | | | | |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

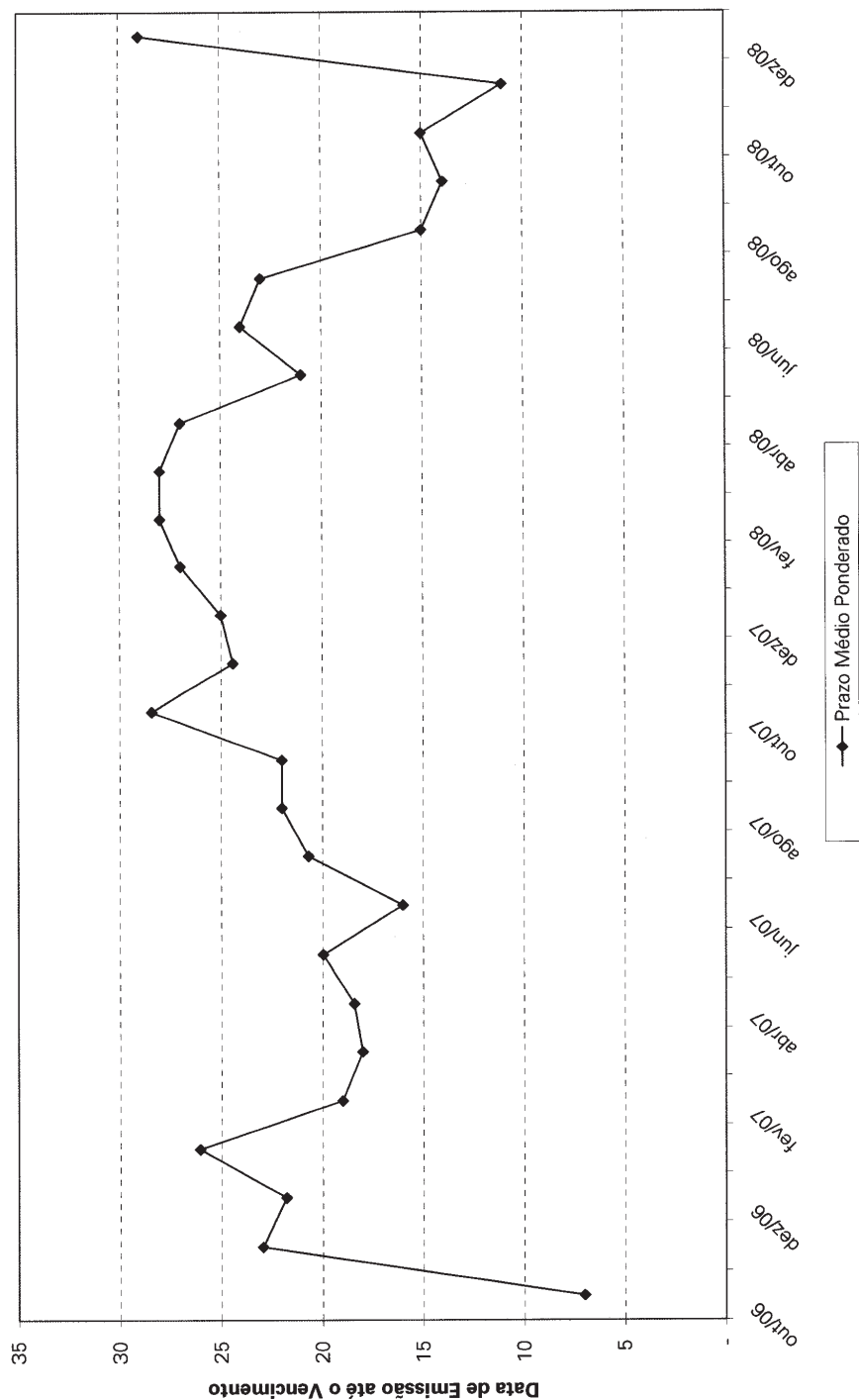
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Evolução do prazo médio de emissão até o pagamento



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas

| <i>Aging list</i> | Faixas | R\$(000) | Total % | % Acum. |
|---|--------|----------|---------|---------|
| Total sob análise | | 454.888 | | |
| (-) Faturas a vencer | | - | | |
| Faturas vencidas e/ ou liquidadas | | 454.888 | 100,00% | |
| Faturas antecipadas acima de 180 dias | | - | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 151 a 180 dias | | - | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 121 a 150 dias | | - | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 91 a 120 dias | 9 | 9 | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 61 a 90 dias | - | - | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 31 a 60 dias | - | - | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 16 a 30 dias | - | - | 0,00% | 0,00% |
| Faturas antecipadas de 1 a 15 dias | 16.449 | 16.449 | 3,62% | 3,62% |
| Faturas liquidadas no vencimento | | 435.169 | 95,67% | 99,28% |
| Faturas liquidadas com 1 a 5 dias de atraso | | 182 | 0,04% | 99,32% |
| Faturas liquidadas com 6 a 10 dias de atraso | | 184 | 0,04% | 99,36% |
| Faturas liquidadas com 11 a 15 dias de atraso | | - | 0,00% | 99,36% |
| Faturas liquidadas com 16 a 30 dias de atraso | 75 | 75 | 0,02% | 99,38% |
| Faturas liquidadas com 31 a 60 dias de atraso | 1.408 | 1.408 | 0,31% | 99,69% |
| Faturas liquidadas com 61 a 90 dias de atraso | 705 | 705 | 0,15% | 99,84% |
| Faturas liquidadas com 91 a 120 dias de atraso | 684 | 684 | 0,15% | 99,99% |
| Faturas liquidadas com 121 a 150 dias de atraso | - | - | 0,00% | 99,99% |
| Faturas liquidadas com 151 a 180 dias de atraso | - | - | 0,00% | 99,99% |
| Faturas liquidadas acima de 180 dias de atraso | 24 | 24 | 0,01% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas até 15 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias | | - | 0,00% | 100,00% |
| Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias | | - | 0,00% | 100,00% |



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 – Matriz triangular e desvio padrão

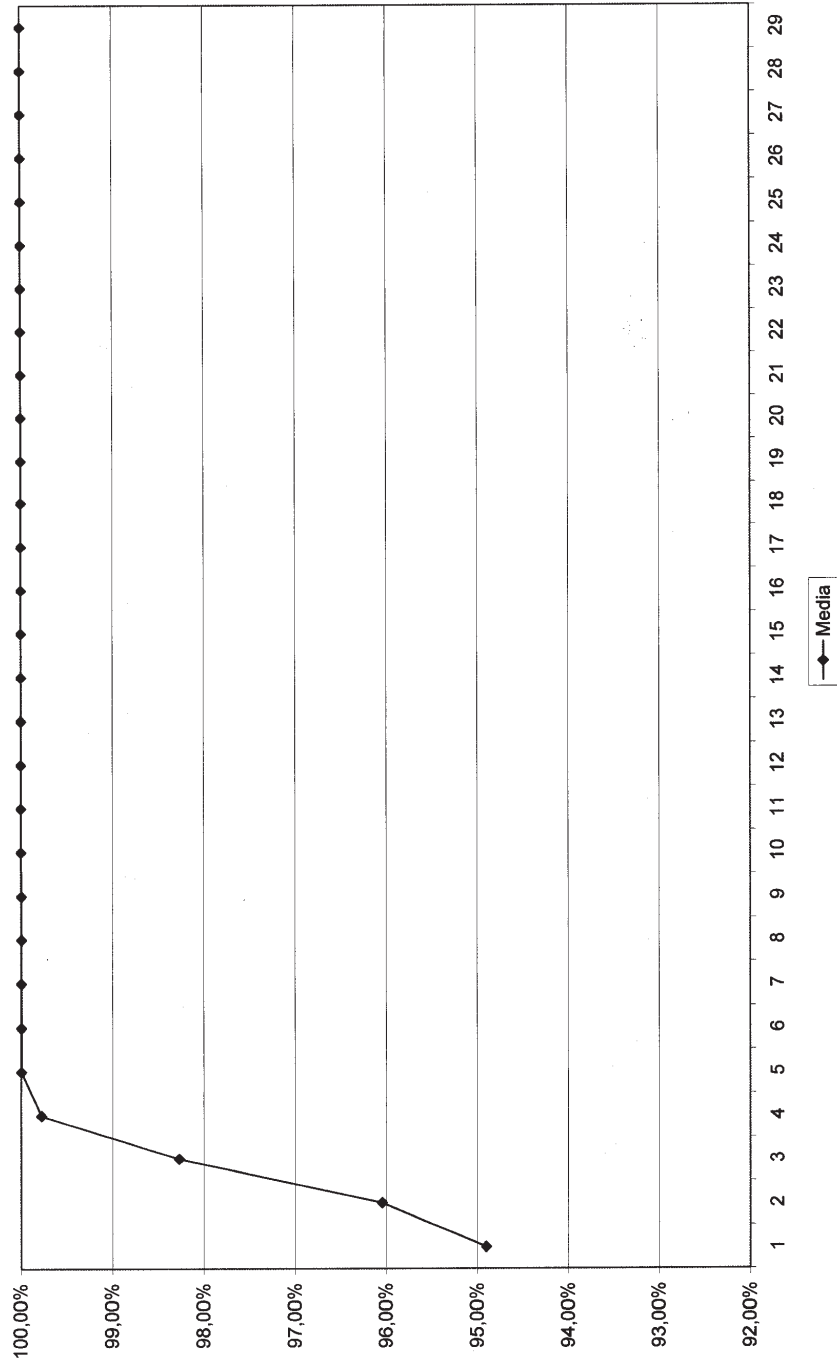
| Quinzena | Média de Recebimentos - % | Desvio Padrão- % % |
|--------------|------------------------------|-----------------------|
| 1a Quinzena | 94,90% | 19,38% |
| 2a Quinzena | 96,05% | 18,86% |
| 3a Quinzena | 98,27% | 7,13% |
| 4a Quinzena | 99,78% | 0,79% |
| 5a Quinzena | 99,99% | 0,02% |
| 6a Quinzena | 99,99% | 0,02% |
| 7a Quinzena | 99,99% | 0,02% |
| 8a Quinzena | 99,99% | 0,02% |
| 9a Quinzena | 99,99% | 0,02% |
| 10a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 11a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 12a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 13a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 14a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 15a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 16a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 17a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 18a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 19a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 20a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 21a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 22a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 23a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 24a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 25a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 26a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 27a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 28a Quinzena | 100,00% | 0,00% |
| 29a Quinzena | 100,00% | 0,00% |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 – Matriz triangular



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.1 - Conciliação da base de dados com os registros contábeis

Seção 3.1

Base de dados sujeita a análise

A base de dados sujeita a análise, fornecida a nós pela Cobra Tecnologia, contempla as faturas originadas a partir da prestação de serviços previstas nos contratos 2006/86160160 ("60") e 2006/86160161 ("61") correspondente ao período de 1º de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2008.

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Cobra Tecnologia, com os respectivos razões contábeis. Para tanto, selecionamos os razões correspondentes a sete meses: outubro, novembro e dezembro de 2006, outubro novembro e dezembro de 2007 e janeiro de 2008. Os resultados estão apresentados a seguir:

| Eventos | Somatório do valor das faturas - R\$(000) |
|---|---|
| Total Base de dados out/06 | 101 |
| Total Razão out/06 | 20.418 |
| Faturas presentes na base e no razão out/06 | 101 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão out/06 | - |
| % diferença | 0,0% |
| Total Base de dados nov/06 | 17.122 |
| Total Razão nov/06 | 39.334 |
| Faturas presentes na base e no razão nov/06 | 17.048 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão nov/06 | 74 |
| % diferença | 0,4% |
| Total Base de dados dez/06 | 20.091 |
| Total Razão dez/06 | 31.585 |
| Faturas presentes na base e no razão dez/06 | 20.040 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão dez/06 | 51 |
| % diferença | 0,3% |



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.1 - Conciliação da base de dados com os registros contábeis (cont.)

Seção 3.1 (cont.)

Conciliação da base de dados

| Eventos | Somatório do valor das faturas - R\$(000) |
|---|---|
| Total Base de dados out/07 | 18.176 |
| Total Razão out/07 | 20.382 |
| Faturas presentes na base e no razão out/07 | 18.176 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão out/07 | - |
| % diferença | 0,0% |
| Total Base de dados nov/07 | 18.403 |
| Total Razão nov/07 | 19.990 |
| Faturas presentes na base e no razão nov/07 | 18.364 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão nov/07 | 39 |
| % diferença | 0,2% |
| Total Base de dados dez/07 | 17.538 |
| Total Razão dez/07 | 34.731 |
| Faturas presentes na base e no razão dez/07 | 17.538 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão dez/07 | - |
| % diferença | 0,0% |
| Total Base de dados jan/08 | 16.111 |
| Total Razão jan/08 | 23.300 |
| Faturas presentes na base e no razão jan/08 | 16.111 |
| Faturas presentes na base e não presentes no razão jan/08 | - |
| % diferença | 0,0% |

Comentário sobre procedimento de conciliação:

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.2 - Verificação física das notas fiscais e comprovantes de recebimento

Seção 3.2

Verificação notas fiscais

Selecionamos uma amostragem de 302 notas constantes na base de dados disponibilizada para a realização dos testes. O quadro abaixo traz os itens verificados, os documentos solicitados e os resultados observados.

| Procedimentos | Sem Divergência | Com Divergência* | Não Identificado | Não Apresentado** | Total |
|--|-----------------|------------------|------------------|-------------------|-------|
| Identificação do Número da Nota Fiscal | 301 | - | - | 1 | 302 |
| Verificação do "CAT" | 301 | - | - | 1 | 302 |
| Verificação do "Valor da nota" | 301 | - | - | 1 | 302 |
| Verificação da "data emissão" | 297 | 4 | - | 1 | 302 |
| Verificação da "data vencimento" | 301 | - | - | 1 | 302 |

* Segundo representantes da Cobra Tecnologia as datas de emissão foram lançadas manualmente na base de dados disponibilizada, portanto, houve erro de digitação.

** Segundo representantes da Cobra Tecnologia o documento não apresentado refere-se a um pagamento efetuado pelo Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 41.891 porém não foi informado quais eram as notas referentes a esse pagamento. Esse valor foi baixado como "em conta" aguardando resposta do Banco. Até o momento a Cobra tecnologia não localizou o(s) documento(s) e em que data essas notas foram baixadas. Devido a imaterialidade do saldo não estenderemos nossas análises.

Verificação de comprovantes de recebimentos

Selecionamos os quatro dias com maior fluxo de recebimento, entre os meses de outubro de 2006 e dezembro de 2008, e os confrontamos com os extratos bancários. Os resultados estão apresentados a seguir:

| Data de Pagamento Selecionada | Somatório do Valor das Faturas - R\$(000) | Somatório do Valor Líquido a receber* - R\$(000) | Somatório dos valores creditados nos extratos bancários- R\$(000) | | Diferença - R\$(000) | Representatividade da diferença - % |
|-------------------------------|---|--|---|-----------|----------------------|-------------------------------------|
| | | | | | | |
| 28/12/2006 | 17.835 | 15.685 | 15.669 | 15 | 0,10% | |
| 31/10/2007 | 18.176 | 15.486 | 15.486 | (0) | 0,00% | |
| 28/12/2007 | 17.577 | 15.337 | 15.337 | (0) | 0,00% | |
| 31/1/2008 | 17.516 | 15.302 | 15.302 | (0) | 0,00% | |
| Total | 71.104 | 61.810 | 61.794 | 15 | 0,02% | |

*Valores livres de impostos (ISS, IR, Cofins e CSLL) os quais são de responsabilidade do cliente, no caso o Banco do Brasil.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da origemação e cobrança dos recebíveis

Seção 3.3

Para atingir o objetivo descrito no item 1 deste relatório, no que se refere ao entendimento dos controles que envolvem a estrutura da operação mantidos pela Cobra Tecnologia, obtivemos informações por meio de indagação à gerência e funcionários.

Visão Geral

Empresa integrante do conglomerado do Banco do Brasil, tornou-se umas das maiores integradoras de soluções de TI no Brasil. Em parcerias com grandes fornecedores, a Cobra Tecnologia desenvolve, comercializa, implanta, treina e presta serviços associados à tecnologia da informação, com atendimento em todo território nacional.

Contratação para prestação de serviços

Os principais serviços prestados pela Cobra são relacionados às áreas de :

- Assistência técnica com atendimento 24h, 365 dias por ano e em 3,5 mil cidades brasileiras,
- Suporte a processos de negócios atuando (facilitadora no processo eletrônico de envelopes, impressão de documentos, microfilmagem, contact center), e
- Sistemas e aplicações de TI (data center, tecnologia VOIP, Segurança de TI, desenvolvimento e migração de software livre).

O cliente da Cobra é uma pessoa jurídica, que solicita a prestação de serviços de tecnologia assumindo responsabilidades pelo pagamento das faturas e demais obrigações fixadas em contratos.

A Cobra, por ser uma subsidiária do Banco do Brasil, possui como principal cliente o próprio BB, porém presta serviços para outras empresas públicas e privadas, tais como prefeituras, tribunal de justiça do Rio de Janeiro, SUN Microsystems, dentre outros.

Descrição do ciclo de faturamento

A prestação de serviço realizada pela Cobra é formalizada sob a forma de contratos devidamente assinados pelas partes.

Nossas análises foram baseadas exclusivamente nos contratos 2006/86160160 ("60") e 2006/86160161 ("61") firmados com Banco do Brasil S.A. Tais contratos possuem as seguintes principais características:

Contrato 2006/86160160 (ATM)

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de manutenção, assistência técnica, remanejamento e remoção de terminais de auto-atendimento (TAA) instalados em dependências do Banco do Brasil em todo território nacional, de acordo com as condições e especificações contidas no contrato. A Cobra Tecnologia obriga-se a realizar as tarefas:

- manutenção corretiva e preventiva, instalação, ativação e configuração dos terminais de auto-atendimento (TAA) constantes na Relação de Equipamentos Cobertos pelo Contrato (RECC), fornecida mensalmente pelo Banco do Brasil;
 - remanejamento e remoção de terminais de auto-atendimento (TAA) e de Totem Remus;
 - Instalação, ativação e configuração de TAA e Totem Remus não incluídos na RECC;
 - vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento (salas on-line e pontos externos), e acompanhamento/suporte aos serviços de organização em pontos externos de atendimento do BB e realização de serviços fora do período e horário de atendimento contratado;
 - realização de plantões técnicos.
- Tais serviços serão executados para a quantidade mínima de 25.000 equipamentos e máxima de 45.000 equipamentos, compreendendo todos os modelos de TAA e os demais serviços serão executados mediante solicitação do BB, de acordo com suas necessidades.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Contrato 2006/86160160 (ATM) – Cont.

A vigência desse contrato é de 60 meses, contada do início da prestação dos serviços (22/7/2006).

O BB pagará à Cobra Tecnologia, mensalmente, a importância máxima de R\$12.812.500,00, pela prestação dos serviços objetos deste contrato.

O pagamento será efetuado conforme abaixo, por meio de crédito em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A. indicada pela Cobra Tecnologia, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, que deverá conter o número do contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços, a agência e o número da conta corrente:

- as faturas relativas a serviços de manutenção corretiva e preventiva, instalação, ativação e configuração dos TAA constantes na RECC serão apresentadas pela Cobra Tecnologia até o vigésimo dia do mês da efetiva prestação do serviço e o BB efetuará o pagamento até o último dia útil do mês, salvo se houver atraso na entrega, divergência ou irregularidade nos valores constantes das notas fiscais.

- as faturas referentes aos serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento, de acompanhamento e suporte aos serviços de organização em pontos externos de atendimento, de instalação, ativação e configuração de TAA e Totem Remus não incluídos na RECC e de plantões técnicos, bem como de serviços executados fora do horário/tempo de atendimento contratados e faturas referentes a serviços de remanejamento e remoção de TAA e Totem Remus serão apresentadas pela Cobra Tecnologia com antecedência mínima de 7 dias úteis da data do seu vencimento e o BB efetuará o respectivo pagamento no décimo quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Verificação: Visualizamos cópia do contrato firmado entre Banco do Brasil S.A. e Cobra Tecnologia datado de 21 de julho de 2006, com vigência de 60 meses. O contrato estava assinado pelas partes.

Contrato 2006/86160161

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de manutenção, assistência técnica, remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária instalados em dependências do Banco do Brasil em todo território nacional, de acordo com as condições e especificações contidas no contrato. A Cobra Tecnologia obriga-se a realizar as tarefas:

- manutenção corretiva, instalação, ativação e configuração dos equipamentos abaixo relacionados, constantes na Relação de Equipamentos Cobertos pelo contrato (RECC), fornecida mensalmente pelo Banco do Brasil: impressoras, servidores, terminais de múltiplas funções (TMF), terminais dispensadores de senhas (TDS), terminais de acesso a internet (TMNET), equipamentos de conectividade (roteadores, HUB, e switch, catalyst).

- remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária

- instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos na RECC

- vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento e acompanhamento/suporte aos serviços de organização em salas on-line e pontos externos de atendimento do BB, e realização de serviços fora do horário de atendimento contratado

- realização de plantões técnicos

Tais serviços serão executados para uma quantidade mínima e máxima de equipamentos, compreendendo todos os modelos de cada tipo de equipamento, os demais serviços serão executados mediante solicitação do BB de acordo com suas necessidades.

A vigência desse contrato é de 60 meses, contada do início da prestação dos serviços (22/7/2006).

O BB pagará à Cobra Tecnologia, mensalmente, a importância máxima de R\$ 5.419.175,00, pela prestação dos serviços objetos deste contrato.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOMS 57229
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da origem e cobrança dos recebíveis (cont.)

Contrato 2006/96160161 – Cont.

O pagamento será efetuado conforme abaixo, por meio de crédito em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A. indicada pela Cibra Tecnologia, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, que deverá conter o número do contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços, a agência e o número da conta corrente:

- as faturas relativas a serviços de manutenção corretiva e preventiva, instalação, ativação e configuração dos equipamentos de automação bancária constantes na RECC serão apresentadas pela Cibra Tecnologia até o vigésimo dia do mês da efetiva prestação do serviço e o BB efetuará o pagamento até o último dia útil do mês, salvo se houver atraso na entrega, divergência ou irregularidade nos valores constantes das notas fiscais.

- as faturas referentes aos serviços de vistoria e verificação dos pontos lógicos em pontos de atendimento, de acompanhamento e suporte aos serviços de organização em pontos externos de atendimento, de instalação, ativação e configuração de equipamentos de automação bancária não incluídos na RECC e de plantões técnicos, bem como de serviços executados fora do horário/tempo de atendimento contratados e faturas referentes a serviços de remanejamento e remoção de equipamentos de automação bancária serão apresentadas pela Cibra Tecnologia com antecedência mínima de 7 dias úteis da data do seu vencimento e o BB efetuará o respectivo pagamento no décimo quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Verificação: Visualizamos cópia do contrato firmado entre Banco do Brasil S.A. e Cibra Tecnologia datado de 21 de julho de 2006, com vigência de 60 meses. O contrato estava assinado pelas partes.

O fluxo dos contratos cumpre as seguintes etapas:

1. BB envia o parque contratado (adendo) para fazer o mês seguinte;
2. Assistência Técnica ("AT") Cibra configura o adendo correlacionando os Centros de Assistência Técnica ("CATs") da jurisdição;
3. EAF recebe informação de valor a faturar para o mês;

4. EAFs regionais enviam fatura para EAF do Distrito Federal;

5. EAF Brasília encaminha conjunto de faturas para BB; e

6. BB efetua pagamento no último dia útil do mês de prestação do serviço

Tais contratos funcionam como um "seguro" para os equipamentos do BB. Mês a mês, o BB envia uma relação dos equipamentos que farão parte da assistência técnica no mês subsequente. Essa relação contém equipamentos espalhados por todo o território brasileiro onde o BB possui agências, ATM e PDV.

Para poder prestar o serviço de assistência, a AT Cibra possui 14 CATs espalhados em pontos estratégicos para realizar em tempo hábil os chamados solicitados pelo BB. Com base no contrato, a Cibra tem um limite de horas para atender a cada um dos chamados, o qual é calculado de acordo com a distância do equipamento e é acompanhado pelo BB. Se a assistência não for feita no prazo acordado, são geradas advertências à Cibra pelo BB.

Recebido o arquivo com a lista de equipamentos que farão parte da assistência técnica, a área de Faturamento calcula o valor por item que será "segurado"; o preço é fixo por equipamento, importando somente a quantidade; o recebimento do arquivo dá-se por volta do final do mês; o cálculo é feito até o 15º dia subsequente; o envio das faturas ocorre dez dias depois e o pagamento é feito no último dia útil do mês.

A aprovação do faturamento e geração do número de nota fiscal para casa ordem de venda "OV" é realizada por apenas dois funcionários do departamento financeiro, não existindo alçada de aprovação entre ambos.

Verificação: Solicitamos a um funcionário do departamento de contas a pagar a aprovar o faturamento, constatamos que ele não possui acesso ao módulo de faturamento.

Após a validação do total a ser faturado, a EAF encaminha as faturas aos CATs para que haja a emissão das faturas nos locais de realização dos serviços.



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Contas a receber

Após a emissão das faturas nos locais de realização dos serviços e encaminhamento em conjunto para Banco do Brasil, este tem até o último dia útil para efetuar o pagamento.

O pagamento é realizado via crédito em conta corrente, após a confirmação do crédito as baixas das faturas é manual e realizada pelos três funcionários do departamento de contas a receber.

Verificação: Solicitamos que um dos funcionários do departamento de faturamento realizasse uma baixa do sistema e constatamos que ele tem acesso. Conforme representantes da Cobra Tecnologia esse acesso é temporário devido ao reduzido quadro de funcionários no período.

Segundo representantes da Cobra Tecnologia, em 2009 será implementada nova versão do sistema, visando melhor segregação de função e automatização.





Anexo I - Matriz Triangular

| Vencimento | Pagamento | | | | | | | | | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | Nov/06-2ºQ | Dez/06-2ºQ | Jan/07-1ºQ | Jan/07-2ºQ | Fev/07-2ºQ | Mar/07-2ºQ | Abr/07-2ºQ | Mai/07-2ºQ | Jun/07-2ºQ | Jul/07-1ºQ | Jul/07-2ºQ | Ago/07-2ºQ | Sat/07-2ºQ | Out/07-2ºQ |
| Nov/06-2ºQ | 98,78% | 99,79% | 99,79% | 99,79% | 99,89% | 99,89% | 99,89% | 99,89% | 99,89% | 99,95% | 99,95% | 99,95% | 100,00% | 100,00% |
| Dez/06-2ºQ | | 94,52% | 94,52% | 94,52% | 98,23% | 98,23% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jan/07-1ºQ | | | 0,00% | 0,00% | 63,14% | 63,14% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jan/07-2ºQ | | | | 98,19% | 98,19% | 98,23% | 98,23% | 99,97% | 99,97% | 99,97% | 99,97% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fev/07-2ºQ | | | | | 99,62% | 99,62% | 99,62% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Mar/07-2ºQ | | | | | | 99,88% | 99,88% | 99,88% | 99,88% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Abr/07-2ºQ | | | | | | | 99,95% | 99,95% | 99,95% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Mai/07-2ºQ | | | | | | | | 99,48% | 99,48% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jun/07-2ºQ | | | | | | | | | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jul/07-1ºQ | | | | | | | | | | 85,03% | 85,03% | 99,90% | 100,00% | 100,00% |
| Jul/07-2ºQ | | | | | | | | | | | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Ago/07-2ºQ | | | | | | | | | | | | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sat/07-2ºQ | | | | | | | | | | | | | 100,00% | 100,00% |
| Out/07-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | 99,73% |
| Nov/07-1ºQ | | | | | | | | | | | | | | 100,00% |
| Nov/07-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Dez/07-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Jan/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Fev/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Mar/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Abr/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Mai/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Jun/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Jul/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Ago/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Sat/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Out/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Nov/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Dez/08-2ºQ | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | | | | | | |

| 7-1ºQ | Nov/07-2ºQ | Dez/07-2ºQ | Jan/08-2ºQ | Fev/08-2ºQ | Mar/08-2ºQ | Abr/08-2ºQ | Mai/08-2ºQ | Jun/08-2ºQ | Jul/08-2ºQ | Ago/08-2ºQ | Sep/08-2ºQ | Out/08-2ºQ | Nov/08-2ºQ | Dez/08-2ºQ | Total |
|---------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|---------|
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.223 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 18.684 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 742 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 18.035 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.403 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.363 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.481 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.438 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 521 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.365 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.250 |
| 99,73% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.438 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 18.176 |
| 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 871 |
| | 99,78% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 17.532 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.538 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.516 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.429 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.356 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.196 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.153 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.505 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.421 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.477 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.408 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 17.224 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 16.597 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 16.111 |
| | | | | | | | | | | | | | | | 454.888 |



Anexo II - Desvio Padrão

| Vencimento | Pagamento | | | | | | | | | | | |
|---------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | Nov/06-2ºQ | Dez/06-2ºQ | Jan/07-1ºQ | Jan/07-2ºQ | Fev/07-2ºQ | Mar/07-2ºQ | Abr/07-2ºQ | Mai/07-2ºQ | Jun/07-2ºQ | Jul/07-1ºQ | Jul/07-2ºQ | Agos/07-2ºQ |
| Nov/06-2ºQ | 98,79% | 98,79% | 98,79% | 98,79% | 98,79% | 98,89% | 98,89% | 98,89% | 98,89% | 98,89% | 98,89% | 98,89% |
| Dez/06-2ºQ | 94,52% | 94,52% | 94,52% | 98,23% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jan/07-1ºQ | 0,00% | 0,00% | 63,14% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jan/07-2ºQ | 96,19% | 96,19% | 96,19% | 96,29% | 99,97% | 99,97% | 99,97% | 99,97% | 99,97% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fev/07-2ºQ | 99,82% | 99,82% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Mar/07-2ºQ | 99,88% | 99,88% | 99,89% | 99,89% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Abr/07-2ºQ | 99,95% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Mai/07-2ºQ | 99,48% | 99,48% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jun/07-1ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jul/07-1ºQ | 65,03% | 99,90% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jul/07-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Agos/07-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Set/07-2ºQ | 99,73% | 99,73% | 99,73% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Out/07-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Nov/07-1ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Nov/07-2ºQ | 99,78% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Dez/07-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jan/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fev/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Mar/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Abr/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Mai/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jun/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Jul/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Agos/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Set/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Out/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Nov/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Dez/08-2ºQ | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Total | | | | | | | | | | | | |
| Media | 94,90% | 96,05% | 98,27% | 98,78% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Desvio Padrão | 19,38% | 18,86% | 7,13% | 0,79% | 0,02% | 0,02% | 0,02% | 0,02% | 0,02% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

[illegible]

ANEXO V

-
- Demonstrações Financeiras da Cobra

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COBRA TECNOLOGIA S.A.
CNPJ Nº 42.318.949/0001-84

A redução dos equipamentos de processamento corresponde a depreciação acelerada calculada sobre os bens alocados em clientes. Informamos que os bens imóveis possuem ônus reais em virtude de estarem garantindo diversos processos judiciais trabalhistas.

NOTA 9 - DIFERIDO:

| | 2007 | 2006 |
|---------------------|-------|-------|
| Taxa de Amortização | 2.096 | 1.816 |
| Custo | 1.816 | 280 |
| Valor acumulado | 2.096 | 280 |
| Valor líquido | 0 | 699 |

NOTA 10 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

| | 2007 | 2006 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Vencimento | Saldo Devedor | Saldo Devedor |
| Taxa Final | Circulante | Circulante |
| | Longo | Longo |
| Banco J. Safra - CDI + 0,2% am mai-07 | 0,036 | |
| Banco FIBRA - CDI + 0,6% am dez-07 | 21.554 | 30.982 |
| FIDC-Cobra - CDI + 1% aa out-09 | 94.995 | 81.987 |
| | 116.545 | 112.223 |
| | 81.987 | 156.560 |

Registramos a existência de apólices de seguro cobrindo necessidades de garantia junto a clientes que totalizam aproximadamente R\$ 3,3 milhões.

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

| | 2007 | 2006 |
|-----------------------|------------|------------|
| Discriminação | Circulante | Circulante |
| | Longo | Longo |
| INSS | 1.370 | 1.252 |
| PIS/COFINS/CSLL | 463 | 675 |
| IR-Relatório na Fonte | 489 | 427 |
| FGTS | 169 | 164 |
| ISS | 1.961 | 392 |
| ICMS | 541 | 96 |
| IPI | 1 | 771 |
| Contribuição Sindical | 0 | 22 |
| | 4.993 | 488 |
| | 6.311 | 125 |

NOTA 12 - PROVISÕES:

| | 2007 | 2006 |
|------------------------------|-------|-------|
| Provisão de férias | 2.880 | 2.722 |
| Provisão para licença prêmio | 1.129 | 1.070 |
| Provisão Dissídio Coletivo | 783 | |
| | 4.009 | 4.575 |

NOTA 13 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - EXIGÍVEL À LONGO PRAZO:

| | | |
|---|--------|--------|
| A Companhia responde por processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e civil, perante diferentes tribunais. A administração da companhia, baseada na opinião de sua consultoria jurídica, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerada provável. O valor de cada contingência é trimestralmente verificado por nossa Consultoria Jurídica, podendo ser modificado para mais ou para menos, conforme o caso, em função do trâmite do processo e das decisões nele tomadas. | 2007 | 2006 |
| Contingências Provisíveis (Provisão) | 10.244 | 12.077 |
| Processos Trabalhistas | 2.230 | 547 |
| Processos Tributários | 3.749 | 1.186 |
| Processos Cíveis | 4.265 | 13.370 |

Além dos valores aprovisionados, informamos a existência de contingências passivas classificadas como possíveis de ocorrer por nossa Consultoria Jurídica que totalizam o montante R\$ 57,7 milhões, conforme demonstramos abaixo:

| | 2007 | 2006 |
|------------------------------|--------|--------|
| Contingências Possíveis (NE) | 10.729 | 4.145 |
| Processos Trabalhistas | 11.523 | 12.481 |
| Processos Tributários | 36.026 | 42.747 |
| Processos Cíveis | 57.782 | 56.373 |

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

14.1 Capital Social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2005 está representado por 4.125.991 ações ordinárias e 474 ações pro-

terenciadas, todas sem valor nominal. A participação no capital da Cobra Tecnologia S.A. por acionistas é a seguinte:

| | 2007 | 2006 |
|---|--------|--------|
| Acionistas | % | % |
| Banco do Brasil S.A. | 99,35 | 99,35 |
| Altium Participações Ltda. | 0,56 | 0,56 |
| Banco do Brasil - Banco de Investimento | 0,04 | 0,04 |
| Outros acionistas | 0,05 | 0,05 |
| Total | 100,00 | 100,00 |

14.2 Adiantamentos para futuro aumento de capital: No segundo semestre de 2007, o Banco do Brasil realizou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizam R\$ 98,8 milhões.

NOTA 15 - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS:

15.1 Despesas com Vendas:

| | 2007 | 2006 |
|--------------------------------------|-------|-------|
| Descrição | | |
| Pessoal | 3.557 | 4.791 |
| Serviços especializados | 122 | 608 |
| Propaganda e responsabilidade social | 122 | |
| Viagens e deslocamentos | 226 | 194 |
| Depreciação e amortização | 1.460 | 1.467 |
| Outras Despesas | 104 | 280 |
| Total | 5.469 | 7.462 |

15.2 Despesas Gerais e Administrativas:

| | 2007 | 2006 |
|-----------------------------|--------|--------|
| Descrição | | |
| Pessoal | 10.717 | 11.129 |
| Serviços especializados | 6.568 | 7.397 |
| Serviços públicos | 2.542 | 3.592 |
| Viagens e deslocamentos | 901 | 2.143 |
| Depreciação e amortização | 1.362 | 1.342 |
| Aquisição de tecnologia | 935 | 1.126 |
| Honorários da Administração | 1.583 | 1.591 |
| Outras despesas | 3.857 | 4.040 |
| Total | 28.465 | 32.360 |

Mudança de Critério: A partir de 2007 as despesas com projetos e suporte prestados a clientes passaram a compor a linha de Custos dos Serviços Prestados, portanto, visando de garantir a comparabilidade deste grupo de despesa, bem como dos custos de serviços, reificamos os valores referentes ao exercício de 2006.

15.3 Despesas Tributárias:

| | 2007 | 2006 |
|------------------------|-------|-------|
| Descrição | | |
| PTU | 139 | 228 |
| Remessas para exterior | 283 | 509 |
| Serviços públicos | 1.263 | 565 |
| CPMF | 2.062 | 3.107 |
| Outras despesas | 303 | 605 |
| Total | 4.050 | 5.014 |

15.4 Provisão para contingências e riscos de crédito:

| | 2007 | 2006 |
|---------------------------------|--------|-------|
| Descrição | | |
| Provisão para contingências | 3.072 | 1.067 |
| Provisão para riscos de crédito | 7.232 | 2.852 |
| Contas a Receber | 5.491 | 2.852 |
| Créditos e Valores | 1.741 | |
| Total | 10.304 | 3.919 |

15.5 Encargos financeiros líquidos:

| | 2007 | 2006 |
|---|----------|----------|
| Descrição | | |
| Despesas bancárias | 801 | 376 |
| Variações de obrigações | 3.125 | (1.208) |
| Empréstimos no país - capital de giro | 5.366 | 21.672 |
| Encargos de Financiamentos - FIDC | 28.384 | 5.920 |
| Receitas Financeiras e Variações de Crédito | (15.673) | (11.349) |
| Total | 22.003 | 19.411 |

NOTA 16 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Os ajustes de exercícios anteriores realizados em 2007 referem-se basicamente a diferença entre a

COBRA TECNOLOGIA

posição financeira e contábil que foi aprovisionado no exercício de 2007.

| | 2007 | 2006 |
|--|-------|----------|
| Descrição | | |
| Despesas de depreciação sobre equipamentos locados em clientes - exercício de 2005 | - | (9.075) |
| Provisão para perdas (Contas a Receber) - exercício de 2005 | 1.396 | (1.961) |
| Total | 1.396 | (11.036) |

NOTA 17 - MAIOR E MENOR REMUNERAÇÕES PAGAS:

| | 2007 | 2006 |
|--|----------|----------|
| Discriminação | | |
| Empregados - Maior Remuneração (Mensal) | 10,10 | 9,30 |
| Empregados - Menor Remuneração (Mensal) | 0,57 | 0,57 |
| Administradores - Maior Remuneração (Mensal) | 22,02 | 20,19 |
| Administradores - Menor Remuneração (Mensal) | 18,50 | 16,83 |
| Administradores - Total De Remuneração Anual | 1.583,00 | 1.591,00 |

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Informamos abaixo as transações de receitas, custos e despesas realizadas com partes relacionadas:

| | 2007 | 2006 |
|-------------------|-----------------|---------|
| Discriminação | | |
| Receitas Brutas | 334.091 | 360.954 |
| | Banco do Brasil | |
| | Ativos S/A | |
| | BBTUR | |
| | CASSI | |
| | 11.304 | 13.714 |
| Custos e Despesas | | |
| | Banco do Brasil | |
| | BBTUR | |
| | BB Carões | |
| | 345.395 | 374.068 |

Totais Receitas + Custos

NOTA 19 - SEGUROS: Os seguros contratados, na sua maioria contra incêndios, seguem a política da companhia, no que tange à cobertura de seus ativos, e os de terceiros aliçados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. Destacamos a seguir os principais seguros mantidos pela empresa em 31 de dezembro de 2007:

| | 2007 | 2006 |
|---|--------|--------|
| Discriminação | | |
| Estoque | 28.775 | 19.772 |
| Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de processamento de dados | 4.427 | 9.608 |
| Edificações | 19.962 | 24.645 |

DIRETORIA

Jorge Wilson Luiz Alves - Presidente
Dulio José Monroy Cabrejos - Diretor
Egídio Mon Muniz - Diretor
Eloir Cogliatti - Diretor
Sérgio Rosa - Diretor
Octávio Mauro Muniz Freire Alves - Diretor

CONTADOR

Carlos Alberto Loureiro da Silva - CRC-RJ-064.643/O-2

CONSELHO FISCAL

Alfredo Martins Reis
Gil Aurelio Garcia
Fernando Eurico da Paiva Garrido

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Titulares | Suplentes |
|----------------------------|--------------------------------|
| Suely Dib de Souza e Silva | Ana Lucia Gello de Oliveira |
| José Luis Prola Salinas | Edson de Araújo Lobo |
| Paulo Roberto Dias Lopes | José Francisco Alvarez Raya |
| Pedro Vieira de Souza Jr | Marco Antonio Ascoli Mastroeni |
| Aldo Luiz Mendes | Silvania Godoi Ferreira |
| Franselmo Araújo Costa | Carlos Felício Afonso |

PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COBRA TECNOLOGIA S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da COBRA TECNOLOGIA S.A., bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da COBRA TECNOLOGIA S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e o resultado de suas operações, das mutações do

PARER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COBRA TECNOLOGIA S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis e do Relatório da Administração, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos, nas reuniões realizadas no período sob exame, bem como no Parecer da Moreira & Associados Auditores, emitido em 27 de março de 2008, entende que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da empresa, destaca a ênfase contida no parágrafo 4 do mencionado Parecer e recomenda sua aprovação pelos senhores acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Conforme descrito na Nota Explicativa 6 - Ativo Fiscal Diferido, a Companhia detinha em 31 de dezembro de 2007 saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social num total de R\$ 78 milhões, aproximadamente. Com base

COBRA TECNOLOGIA

CNPJ/MF Nº 42.318.949/0001-84



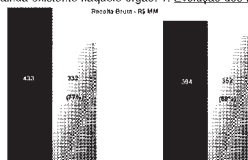
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cobra Tecnologia S.A., referentes ao exercício social de 2008, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. A Cobra Tecnologia S.A., criada em 1974 e controlada pelo Banco do Brasil desde 1990, é uma Empresa que atua em diversos ramos do setor de tecnologia da informação. O portfólio de produtos está composto por desenvolvimento, produção e comercialização de software, projetos de integração, *contact center*, *data center*, desenvolvimento, produção, comercialização e assistência técnica de equipamentos e redes, processamento, digitalização e impressão de documentos. **DESEMPENHO EM 2008** Observando rigorosamente a melhoria dos controles internos da Companhia, e referendando a premissa publicada em nosso relatório de 2007, perseguimos no exercício os principais objetivos institucionais traçados: a geração de resultados operacionais sustentáveis; o fortalecimento da nossa competência empresarial; o resgate de nossa imagem no mercado e o aproveitamento das oportunidades para novos negócios – em especial com o Banco do Brasil. Findo o exercício, podemos declarar que os esforços nesta direção foram realizados, materializando-se nos seguintes logros: a) Concluímos a primeira fase do projeto de desenvolvimento de equipamentos de automação bancária e inauguramos nossos laboratórios de teste e reparo de peças e componentes em nossos principais centros de assistência; b) Demos andamento ao processo de reestruturação do nosso quadro de profissionais com a aprovação de um novo plano de cargos junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; c) Depois de dois anos ausentes, participamos do CIAB – maior feira latino-americana de tecnologia bancária – onde apresentamos nossos novos produtos. Participamos também de vários outros eventos de tecnologia com destaque para 9º Fórum Internacional de Software Livre: Rio Info 2008; 3ª Jornada de Tecnologia do Banco do Brasil; e XI Marcha à Brasília, em Defesa dos Municípios; d) Implantamos a nossa primeira fábrica de *software* em Belém (PA), contribuindo para o desenvolvimento de tecnologia na região norte do País; e) Correram ganhos significativos na qualidade dos serviços prestados, como consequência da sofisticação dos controles operacionais e os planos de metas construídos com os principais clientes da Empresa, notadamente o Banco do Brasil. Estas ações resultaram em maior disponibilidade da oferta de autotendimento para a clientela do Banco. Os esforços realizados pela Empresa, entretanto, não estão traduzidos nos resultados operacionais, prejudicados, em parte, pela manutenção dos preços dos principais contratos da Empresa, num período em que houve elevação de custos decorrente de uma evolução significativa da sua *performance* técnica. Mesmo assim o desempenho da Empresa no âmbito financeiro foi melhor. Em 2008, nosso resultado antes dos juros e impostos (LAJIR) foi negativo em R\$ 5,6 milhões e o prejuízo líquido de R\$ 8,7 milhões, enquanto em 2007 alcançamos, respectivamente, prejuízos de R\$ 10,5 milhões e R\$ 32,4 milhões. Também devemos destacar em 2008 o recebimento de R\$ 45 milhões em restituição de tributos federais ocorrido em dezembro, o que reforçou o caixa da Empresa e a sua capacidade de investimento. Este fato, ao tempo que corrobora os ganhos com o processo de gestão da Empresa, demonstra a correta postura da Receita Federal do Brasil, reconhecendo os direitos do contribuinte.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

| | 2008 | 2007 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | |
| Caixa e bancos | 92 | 6.471 |
| Aplicações de liquidez imediata | nota 2.2 | 63.486 |
| Clientes | nota 3 | 16.775 |
| Estoque | nota 4 | 14.099 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 2.939 |
| Impostos e contrib. a recuperar | nota 5 | 37.741 |
| Cações e depósitos | | 3.125 |
| Investimentos a curto prazo | nota 6 | 28.215 |
| Outros ativos circulante | | 347 |
| Ativo fiscal diferido | nota 7 | 302 |
| Despesas do exercício seguinte | nota 8 | 2.091 |
| | 169.215 | 117.118 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Realizável a Longo Prazo | | |
| Empréstimos compulsórios | | 325 |
| Investimentos a longo prazo | nota 6 | 23.602 |
| Depósitos judiciais | | 11.330 |
| Cações e depósitos | | 713 |
| Despesas do exercício seguinte | nota 8 | 389 |
| Impostos e contrib. a recuperar | nota 5 | 92.721 |
| Ativo fiscal diferido | nota 7 | 11.511 |
| | 116.600 | 155.081 |
| Permanente | nota 9 | 21.311 |
| Diferido intangível | nota 10 | 242 |
| | 21.553 | 25.233 |
| TOTAL DO ATIVO | 307.368 | 297.430 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | |
| Adiantamentos de clientes | | 382 |
| Fornecedores | | 28.633 |
| Empréstimos | nota 11 | 150.154 |
| Impostos e contribuições | nota 12 | 4.341 |
| Provisões | nota 13 | 5.155 |
| Dividendos | | 6 |
| Créditos de pessoal | | 927 |
| Outras obrigações | | 3 |
| | 190.198 | 160.665 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Exigível a Longo Prazo | | |
| Impostos e contribuições | nota 12 | 905 |
| Adiantamento de Clientes | | 398 |
| Empréstimos | nota 11 | 81.987 |
| Provisão para contingências | nota 14 | 14.416 |
| | 15.720 | 99.438 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Capital social | nota 15.1 | 17.182 |
| Reserva de reavaliação | | 2.888 |
| Prejuízos acumulados | nota 15.2 | 90.321 |
| Recursos para aumento de capital | | 101.450 |
| | 307.368 | 297.430 |

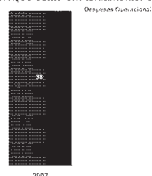
significação importante no que diz respeito ao estoque de créditos a favor da Cobra, ainda existente naquele órgão. 1. Evolução dos negócios:



Nossos negócios com o Banco do Brasil cresceram 6% em razão do aumento do volume de produção dos contratos de processamento de documentos e de central de atendimento (*help desk*). O faturamento total, entretanto, reduziu devido ao encerramento de contratos com outros clientes. 2. **Lucro Bruto:**



A queda do faturamento contribuiu com R\$ 7 milhões de redução no lucro bruto e a queda de um ponto percentual na margem foi responsável por outros R\$ 3 milhões. A diminuição da margem de 10% para 9% é explicada pela falta de reajuste de preços em contratos sem revisão há dois anos, bem como gastos adicionais identificados com melhoria da qualidade do atendimento e desenvolvimento de novos produtos. As negociações para revisão dos preços dos serviços estão em andamento. 3. **Despesas Operacionais:**



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

| | 2008 | 2007 |
|---|------------------|------------------|
| Receita Operacional Bruta | 394.388 | 432.580 |
| Vendas | 487 | 3.232 |
| Serviços | 393.889 | 429.348 |
| Deduções | (62.547) | (58.842) |
| Impostos sobre vendas e serviços | (52.547) | (58.842) |
| Receita Operacional Líquida | 341.839 | 373.738 |
| Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados | (312.415) | (335.954) |
| Lucro Bruto | (29.424) | (37.784) |
| Despesas Operacionais | (35.448) | (48.275) |
| Despesas com vendas | nota 16.1 | (2.894) |
| Despesas gerais e administrativas | nota 16.2 | (30.915) |
| Provisão para contingências e riscos de crédito | nota 16.3 | (1.235) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (404) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Encargos Financeiros Líquidos | (6.024) | (10.491) |
| Despesas financeiras líquidas | nota 16.4 | (1.667) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional após os Encargos Financeiros Líquidos | (7.691) | (32.494) |
| Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | (7.691) | (32.494) |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | (1.019) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (16) | 42 |
| Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício | (8.726) | (32.452) |

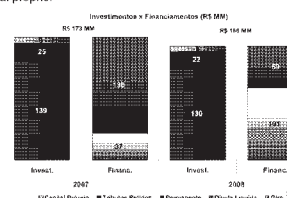
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

| | Capital Social | Reserva de Reavaliação | Prejuízos Acumulados | Recursos para aumento de capital | Total do Patrimônio Líquido e Recursos para aumento de capital |
|---|----------------|------------------------|----------------------|----------------------------------|--|
| Em 31 de dezembro de 2006 | 17.182 | 3.030 | (47.829) | - | (27.617) |
| Ajuste de exercício anterior | - | - | (1.404) | - | (1.404) |
| Realização da reserva de reavaliação | - | (71) | 71 | - | 0 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | 98.800 | 98.800 |
| Prejuízo (Lucro Líquido) do exercício | - | - | (32.452) | - | (32.452) |
| Em 31 de dezembro de 2007 | 17.182 | 2.959 | (81.614) | 98.800 | 37.327 |
| Ajuste de exercício anterior | - | - | (52) | - | (52) |
| Realização da reserva de reavaliação | - | (71) | 71 | - | 0 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | 72.901 | 72.901 |
| Prejuízo (Lucro Líquido) do exercício | - | - | (8.726) | - | (8.726) |
| Em 31 de dezembro de 2008 | 17.182 | 2.888 | (90.321) | 171.701 | 101.450 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CONTINUA

As despesas operacionais representaram 10,2% da Receita Operacional Líquida em 2008 contra 12,5% em 2007. Levando-se em conta a queda do faturamento, esta redução foi significativa. Foi obtida com a diminuição de R\$ 1,5 milhões em gastos com estrutura, R\$ 2 milhões com o fim da CPMF e, principalmente, com a minimização de riscos representada pela despesa com devedores duvidosos e contingências. Juntos, em conjunto, caíram R\$ 9 milhões. 4. **Situação Financeira:** Em 31.12.2008, os investimentos da Cobra eram representados por R\$ 8 milhões em giro, R\$ 22 milhões em permanente mais R\$ 130 em tributos retidos. Estes investimentos encontravam-se financiados por R\$ 59 milhões de dívida líquida de curto prazo e R\$ 101 milhões de capital próprio.



O significativo volume de tributos retidos é decorrente da aplicação da Lei 10.833, de 29.12.2003, e da IN-SF 306/2003 sobre o faturamento da Empresa pelos seus clientes órgãos públicos federais. A **Cobra Tecnologia S.A. em 2009** - Para 2009 não haverá mudança na estratégia da Companhia, que continuará realizando ações visando: gerar resultados operacionais sustentáveis; fortalecer sua competência empresarial; resgatar a imagem no mercado; e aproveitar oportunidades para novos negócios, em especial, com o Banco do Brasil. **Responsabilidade Socioambiental** - A Companhia estimula ações de responsabilidade socioambiental com foco em educação e inclusão digital, apoiando financiamento diversos projetos sociais, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza sua Sede. Em 2008, a Cobra Tecnologia distribuiu R\$ 42 milhões em remuneração de pessoal, honorários e encargos locais. Aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais foram gerados, aproximadamente, R\$ 59 milhões em Impostos e Contribuições. **Compromisso** - A Administração da Cobra Tecnologia agradece o apoio recebido dos acionistas, colaboradores, investidores e clientes, reforçando o seu compromisso com a missão da Companhia: "Gerar valor para seus acionistas, colaboradores e a sociedade, provendo seus clientes com soluções em tecnologia da informação que sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente responsáveis".

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

| | 2008 | 2007 |
|---|----------------|-----------------|
| Origens de Recursos | | |
| Depreciação e amortização | 7.903 | 21.783 |
| Redução do realizável a longo prazo | - | 1.540 |
| Baixas do imobilizado | 954 | 216 |
| Diminuição do realizável a longo prazo | 38.482 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - Banco do Brasil | 72.901 | 98.800 |
| Total das origens | 120.240 | 122.339 |
| Aplicações de Recursos | | |
| Prejuízo do período | 8.726 | 32.452 |
| Aumento do realizável a longo prazo | - | 36.769 |
| Aumento do Permanente | 5.178 | 9.749 |
| Ajuste de exercício anterior | 52 | 1.404 |
| Transferência do exigível a longo prazo para passivo circulante | 83.718 | 72.139 |
| Total das aplicações | 97.672 | 152.513 |
| Aumento do Capital Circulante Líquido | 22.568 | (30.174) |
| Variação do capital circulante líquido representado por: | 22.568 | (30.174) |
| Ativo circulante | | |
| - No início do exercício | 117.115 | 182.329 |
| - No final do exercício | 169.215 | 117.116 |
| | 52.099 | (65.213) |
| Passivo circulante | | |
| - No início do exercício | 160.665 | 195.704 |
| - No final do exercício | 190.198 | 160.665 |
| | 29.533 | (35.039) |

CONTINUAÇÃO

COBRA TECNOLOGIA

CNPJ/MF Nº 42.318.949/0001-84

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

| | 2009 | 2007 |
|--|--------------|-----------------|
| Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais | 4.112 | (25.338) |
| Resultado Líquido do Exercício | (8.726) | (32.452) |
| Depreciação e Amortização | 7.903 | 21.763 |
| Diminuição / Aumento do Ativo Operacional | 10.789 | 13.686 |
| Diminuição / Aumento do Passivo Operacional | (5.802) | (26.931) |
| Ajustes de exercício anterior | (52) | (1.404) |

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Fluxos líquidos gerados pelas atividades de investimento | (4.223) | (8.533) |
| Aquisições para ativo permanente | (5.178) | (8.749) |
| Baixas de Ativo Imobilizado | 954 | 216 |

| | | |
|---|---------------|---------------|
| Fluxos líquidos gerados pelas atividades de financiamento (próprio e de terceiros) | 24.519 | 18.552 |
| Variação da Capital Próprio | 72.901 | 98.800 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - Banco do Brasil | 72.901 | 98.800 |

| | | |
|---|---------------|-----------------|
| Variação dos Capitais de Terceiros | (48.382) | (80.248) |
| Variação dos Empréstimos de curto prazo | 33.605 | (5.674) |
| Variação dos Empréstimos de longo prazo | (81.987) | (74.574) |
| Variação das Disponibilidades | 24.407 | (16.319) |

| | | |
|---|---------------|-----------------|
| Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades | 24.407 | (16.319) |
| No início exercício | 39.171 | 55.490 |
| No final do exercício | 63.578 | 39.171 |

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

| | 2008 | 2007 |
|---|------------------|------------------|
| Recetas | 394.386 | 432.580 |
| Operacionais | 394.386 | 432.580 |
| Insuamos adquiridos de terceiros | (290.976) | (308.606) |
| Serviços de Terceiro | (226.589) | (240.921) |
| Custos de Vendas e Serviços | (53.487) | (167.171) |
| Serviços e Concessões Públicas | (9.433) | (7.764) |
| Outros | (7.075) | (7.047) |
| Perdas não operacionais | (384) | (3) |
| Valor adicionado bruto | 103.410 | 123.774 |
| Retenções | (13.138) | (31.549) |
| Depreciação e Amortização | (7.903) | (21.342) |
| Provisão para contingências e riscos de crédito | (1.235) | (10.304) |

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Valor adicionado recebido em transferência | 22.796 | 15.673 |
| Recetas Financeiras e Variações de Créditos | 22.796 | 15.673 |
| Valor adicionado total a distribuir | 117.058 | 107.801 |

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Distribuição do valor do adicionado | 117.058 | 107.801 |
| Pessoal e Encargos | 30.774 | 31.314 |
| Impostos, taxas e contribuições | 50.440 | 51.667 |
| Juros e aluguéis | 27.587 | 24.405 |
| Prejuízo do período | (8.726) | (32.452) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto Operacional: A Cobra Tecnologia S.A., sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Brasil, tem por objeto desenvolver, fabricar, comercializar, alugar, integrar, importar e exportar equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas e produtos associados, insuamos e suprimentos, bem como prestar serviços afins, abrangendo: assessoria técnica; serviços técnicos de informática; microfilmagem; impressões; processamento eletrônico de dados; desenvolvimento de sistemas; manutenção de computadores; envelopes; contato center; digitalização e consultoria em informática.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações e Principais Diretrizes Contábeis: As Demonstrações Financeiras da Cobra abrangem as demonstrações financeiras da Cobra Tecnologia e suas filiais e foram elaboradas a partir de controles contábeis emanados pela Lei das Sociedades por Ações para contabilização das operações associadas às normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais diretrizes contábeis utilizadas são as seguintes: **2.1 Apuração do resultado** - As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência dos exercícios. **2.2 Aplicações de liquidez integral** - As aplicações financeiras estão registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. **2.3 Provisões para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos riscos enquadramentos nas seguintes situações: a) Créditos os quais tenha havido insolvência do devedor, em sentença do poder judiciário; b) Atos R\$ 5 mil, por operação, vencidos há mais de seis meses, independente de procedimentos judiciais; c) Créditos compreendidos entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil, por operação, vencidos há mais de um ano, independente de iniciados os procedimentos judiciais, porém mantida a cobrança administrativa; d) Créditos superiores a R\$ 30 mil, vencidos há mais de um ano, iniciados e mantidos os procedimentos judiciais; e) Créditos de quaisquer valores, independente do prazo vencido, cuja realização venha a ser avaliada como difícil pelas áreas envolvidas independente de iniciados os procedimentos judiciais, condicionada a aprovação da Diretoria. f) Quando da renegociação de títulos vencidos, o novo vencimento de cada parcela passa a ser considerado em substituição ao vencimento original do título, todavia, ocorrendo nova inadimplência, as parcelas vencidas há mais de 90 dias serão provisionadas. A Administração considera que provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. **2.4 Estoque** - Os estoques foram avaliados pelos custos médios de aquisição ajustados por redutor de 30% do custo médio para itens usados e por provisão para obsolescência, os quais não superam os preços de mercado. **2.5 Imobilizado** - Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação de bens imóveis, ajustada por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, conforme demonstrado na nota 9. A Companhia entende que os prazos de depreciação adotados são adequados ao seu negócio. **2.6 Provisões para 13º salário, férias, licença prêmio e dissídio coletivo** - As provisões para 13º, férias e licença prêmio estão acrescidas dos respectivos encargos sociais, e foram constituídas com base nos direitos adquiridos dos funcionários até a data do balanço patrimonial. A provisão para o dissídio coletivo corresponde à estimativa de despesas que ocorrerão quando do fechamento do acordo coletivo 2008-9. **2.7 Imposto de renda e contribuição social** - A Companhia adota a modalidade de lucro real, utilizando as alíquotas de 9% para a contribuição social e 15% (mais adicional de 10%) para o imposto de renda calculado sobre a base ajustada conforme a legislação vigente. **Nota 3 - Clientes:**

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Duplicatas a receber | 43.770 | 53.632 |
| Prov. p/ riscos de créditos e perdas | (26.036) | (25.237) |
| Recebimentos não identificados | (59) | (60) |
| Faturamento antecipado | - | (258) |
| Total | 16.775 | 28.077 |

Nota 4 - Estoques: A desvalorização dos equipamentos de processamento de dados e suas respectivas partes e peças no mercado de informática é bastante acentuada e considerando que a Cobra Tecnologia S. A., por razões contratuais, é obrigada a manter grandes volumes destes bens para realizar sua atividade de assistência técnica (estoque de manutenção) em todo território nacional, constituímos provisão para obsolescência destes estoques com base nos itens usados e de baixa rotatividade (sem movimento há mais de 360 dias) conforme classificação dos técnicos. Os Estoques foram inventariados e estão assim constituídos em 31.12.2008:

| | 2008 | 2007 |
|--------------------|--------------|--------------|
| INS | 1.262 | 1.370 |
| PIS/COFINS/CSLL | 910 | 463 |
| IR-Retido na Fonte | 499 | 488 |
| FGTS | 176 | 169 |
| ISS | 1.539 | 289 |
| ICMS | 537 | 617 |
| Outros | 1 | 1 |
| Total | 4.941 | 4.933 |

Nota 5 - Impostos e Taxas a Recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar e a restituir estão assim constituídos:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|---------------|
| IRPJ | 35.190 | 58.497 |
| ISS | 1.826 | 6.221 |
| CSLL | - | 13.606 |
| PASEP | 92 | 2.565 |
| COFINS | 581 | 11.832 |
| ICMS | 31 | 167 |
| IP | 21 | - |
| Total | 37.741 | 92.721 |

A origem dos créditos a compensar ou restituir é a seguinte: IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS - Retenções compulsórias de tributos na fonte realizadas por clientes públicos e sociedades de economia mista de controle estatal (Lei 10833 de 2003). A Receita Federal do Brasil restituiu R\$ 44,6 milhões de créditos de IRPJ de 2005 e CSLL de 2004 e 2005 no final do exercício de 2008. O valor de IRPJ classificado no circulante corresponde ao IRPJ de 2004 que acreditamos receber no curto prazo. ISS - Retenção na fonte de clientes sobre os contratos de serviços de âmbito nacional. Os valores com potencial de compensação no curto prazo estão classificados no circulante e os que dependem de deferimentos da autoridade fiscal no não circulante. **Nota 6 - Investimentos em Curto Prazo:** Os investimentos de curto e longo prazo correspondem as cotas subordinadas da COBRA FIDC que serão resgatadas no 3º trimestre de 2009. **Nota 7 - Ativo Fiscal Diferido:** A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais (IRPJ) e de base negativa de contribuição social totais aproximados de R\$ 75,9 milhões. Estes créditos não possuem prazo de prescrição. A Cobra Tecnologia, apresentou lucro tributável em três dos últimos cinco exercícios. De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Demonstramos abaixo a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, com base nos lucros tributáveis futuros, ajustados a valor presente, apurados em cada exercício fiscal, na data base de 31 de dezembro de 2008:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|----------|
| 2009 | 302 | - |
| 2010 | 1.398 | - |
| 2011 | 1.358 | - |
| 2012 | 1.318 | - |
| 2013 | 1.360 | - |
| 2014 | 1.318 | - |
| 2015 | 1.272 | - |
| 2016 | 1.228 | - |
| 2017 | 1.185 | - |
| 2018 | 1.077 | - |
| Total | 11.813 | - |

Nota 8 - Despesas do exercício seguinte:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|----------|
| 2009 | 302 | - |
| 2010 | 1.398 | - |
| 2011 | 1.358 | - |
| 2012 | 1.318 | - |
| 2013 | 1.360 | - |
| 2014 | 1.318 | - |
| 2015 | 1.272 | - |
| 2016 | 1.228 | - |
| 2017 | 1.185 | - |
| 2018 | 1.077 | - |
| Total | 11.813 | - |

Nota 9 - Despesas Gerais e Administrativas:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|----------|
| 2009 | 302 | - |
| 2010 | 1.398 | - |
| 2011 | 1.358 | - |
| 2012 | 1.318 | - |
| 2013 | 1.360 | - |
| 2014 | 1.318 | - |
| 2015 | 1.272 | - |
| 2016 | 1.228 | - |
| 2017 | 1.185 | - |
| 2018 | 1.077 | - |
| Total | 11.813 | - |

Nota 10 - Intangível:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|----------|
| 2009 | 302 | - |
| 2010 | 1.398 | - |
| 2011 | 1.358 | - |
| 2012 | 1.318 | - |
| 2013 | 1.360 | - |
| 2014 | 1.318 | - |
| 2015 | 1.272 | - |
| 2016 | 1.228 | - |
| 2017 | 1.185 | - |
| 2018 | 1.077 | - |
| Total | 11.813 | - |

Nota 11 - Empréstimos e Financiamentos:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|----------|
| 2009 | 302 | - |
| 2010 | 1.398 | - |
| 2011 | 1.358 | - |
| 2012 | 1.318 | - |
| 2013 | 1.360 | - |
| 2014 | 1.318 | - |
| 2015 | 1.272 | - |
| 2016 | 1.228 | - |
| 2017 | 1.185 | - |
| 2018 | 1.077 | - |
| Total | 11.813 | - |

Nota 12 - Impostos e Contribuições:

| | 2008 | 2007 |
|--------------|---------------|----------|
| 2009 | 302 | - |
| 2010 | 1.398 | - |
| 2011 | 1.358 | - |
| 2012 | 1.318 | - |
| 2013 | 1.360 | - |
| 2014 | 1.318 | - |
| 2015 | 1.272 | - |
| 2016 | 1.228 | - |
| 2017 | 1.185 | - |
| 2018 | 1.077 | - |
| Total | 11.813 | - |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais) - Continuação

| | 2008 | 2007 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Nota 13 - Provisões: | | |
| Descrição | 2008 | 2007 |
| Provisão de férias | 3.177 | 2.880 |
| Provisão para licença prêmio | 1.148 | 1.129 |
| Provisão para dissídio coletivo | 830 | - |
| Total | 5.155 | 4.009 |

Nota 14 - Provisão para Contingências - Exigível a Longo Prazo: A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível. A administração da companhia, baseada na opinião de sua consultoria jurídica, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O valor de cada contingência é mensalmente verificado por nossa Consultoria Jurídica, podendo ser modificado para mais ou para menos, conforme o caso, em função do trâmite do processo e das decisões nele tomadas. As contingências passíveis de classificação como prováveis de ocorrer por nossa Consultoria Jurídica totalizam o montante R\$ 14,4 milhões (R\$ 16,2 milhões em dez/07), conforme demonstramos abaixo:

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Contingências Prováveis | | |
| Processos Trabalhistas | 8.210 | 10.244 |
| Processos Tributários | 2.091 | 2.230 |
| Processos Cíveis | 4.115 | 3.749 |
| Total | 14.416 | 16.223 |

Além dos valores provisionados, informamos a existência de contingências passivas classificadas como possíveis de ocorrer por nossa Consultoria Jurídica que totalizam o montante R\$ 85 milhões (R\$ 57 milhões em dez/07), conforme demonstramos abaixo:

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Contingências Possíveis | | |
| Processos Trabalhistas | 14.018 | 10.729 |
| Processos Tributários | 13.132 | 11.525 |
| Processos Cíveis | 38.306 | 35.528 |
| Total | 65.456 | 57.782 |

Nota 15 - Patrimônio Líquido: 15.1 - Capital Social: O capital social suscrito e integralizado em 31/12/2008 está representado por 4.125.961 ações ordinárias e 474 ações preferenciais, todas sem valor nominal. **15.2 Adiantamento para futuro aumento de capital:** O Banco do Brasil S.A. realizou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizam R\$ 171,7 milhões, sendo, R\$ 98,8 milhões em 2007 e R\$ 72,9 milhões em 2008. O Conselho de Administração do BSB aprovou, em maio de 2008, a participação do Banco com R\$ 171,7 milhões no aumento de capital chamado pela Cobra Tecnologia S.A. Em 29.12.2008, os acionistas da Cobra Tecnologia se reuniram e decidiram aumentar o capital social em R\$ 171,7 milhões mediante emissão de bônus de subscrição em até 30 dias após a publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia decidiu ainda, reduzir o capital em R\$ 81,6 milhões para fins de compensação de prejuízos acumulados. A contabilização destes atos ocorrerá no 1º trimestre de 2009.

Nota 16 - Despesas (Recetas) Operacionais: 16.1 Despesas com Vendas:

| | 2008 | 2007 |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Descrição | 2008 | 2007 |
| Pessoal | 1.849 | 3.557 |
| Serviços especializados | 92 | 122 |
| Viagens e deslocamentos | 242 | 226 |
| Depreciação e amortização | 582 | 146 |
| Outras Despesas | 119 | 104 |
| Total | 2.894 | 5.469 |

16.2 Despesas Gerais e Administrativas:

| | 2008 | 2007 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Descrição | 2008 | 2007 |
| Pessoal | 12.478 | 10.717 |
| Serviços especializados | 5.131 | 6.558 |
| Serviços (terceiros) públicos | 3.025 | 2.542 |
| Viagens e deslocamentos | 705 | 901 |
| Depreciação e amortização | 1.796 | 1.362 |
| Aquisição de tecnologia | 822 | 935 |
| Honorários da Administração | 1.720 | 1.583 |
| ITPU | 188 | 139 |
| IR - Diversos | - | 283 |
| ICM s Diversos | 755 | 1.263 |
| CPMF | - | 2.062 |
| Outras despesas | 4.315 | 4.150 |
| Total | 30.915 | 32.515 |

16.3 Provisões para contingências e riscos de crédito:

| | 2008 | 2007 |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Descrição | 2008 | 2007 |
| Provisão para contingências | (850) | 3.072 |
| Provisão para riscos de crédito | 2.085 | 7.232 |
| Total | 1.235 | 10.304 |

16.4 Despesas financeiras líquidas:

| | 2008 | 2007 |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Descrição | 2008 | 2007 |
| Despesas Bancárias | 596 | 90 |
| Variações Monetárias Passivas | 1.970 | 3.125 |
| Empréstimos no País - Giro | 2.897 | 5.396 |
| Encargos Financeiros - FIDC | 18.710 | 28.394 |
| Descontos Concedidos | 318 | - |
| Outras Financeiras | (8.904) | (4.938) |
| Total | (15.902) | (11.637) |

As receitas financeiras apresentadas correspondem basicamente a juros auferidos nas aplicações financeiras de curto e longo prazo. As variações de crédito foram geradas pela atualização dos créditos de títulos federais pela taxa Selic. **Nota 17 - Seguros:** Os seguros contratados, na sua maioria contra incêndios, seguem a política da companhia, no que tange à cobertura de seus ativos e os de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia são para cobertura de riscos em Estoques e Edificações que totalizam R\$ 53.164 mil em 31/12/2008. **Nota 18 - Transações com Partes Relacionadas:** Informamos abaixo as transações de receitas, custos e despesas realizadas com partes relacionadas:

| | 2008 | 2007 |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| Descrição | 2008 | 2007 |
| a) Aplicações Financeiras | 295.930 | 135.720 |
| b) Contas a Receber | 63.784 | 32.531 |
| c) Fornecedores | 9.257 | 3.073 |
| d) Créditos de Pessoal | 9.167 | 3.012 |
| e) Empréstimos | 26 | 12 |
| f) Patrimônio Líquido | 37 | - |
| g) AFAC s - Banco do Brasil | 927 | 1.314 |
| h) Transações (Resultado) | 50.245 | 50.245 |
| i) AFAC s - Banco do Brasil | 171.700 | 98.800 |
| j) AFAC s - Banco do Brasil | 336.338 | 246.782 |
| k) AFAC s - Banco do Brasil | 339.721 | 334.021 |
| l) AFAC s - Banco do Brasil | 352.396 | 332.327 |
| m) AFAC s - Banco do Brasil | 476 | 549 |
| n) AFAC s - Banco do Brasil | 610 | 644 |
| o) AFAC s - Banco do Brasil | 307 | 571 |
| p) AFAC s - Banco do Brasil | 12.558 | 12.691 |
| q) AFAC s - Banco do Brasil | 4.862 | 4.849 |
| r) AFAC s - Banco do Brasil | 4.567 | 4.703 |
| s) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| t) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| u) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| v) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| w) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| x) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| y) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |
| z) AFAC s - Banco do Brasil | 3.116 | 3.139 |

Nota 19 - Alteração da Lei das Sociedades por Ações -

CONTINUAÇÃO

COBRA TECNOLOGIA

CNPJ/MF Nº 42.318.949/0001-84

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais) - Continuação**

Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. As principais alterações podem ser resumidas como segue: a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa. - A Companhia manteve a divulgação da demonstração das origens e aplicações de recursos e passou a divulgar a demonstração dos fluxos de caixa. b) Inclusão da demonstração do valor adicionado. - A Companhia passou a divulgar esse demonstrativo a partir de 2008. c) Criação dos subgrupos de Intangível, no ativo permanente e Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. - O subgrupo de Intangível foi criado e reclassificamos do Ativo Imobilizado para o Intangível os direitos de uso de sistemas aplicativos pelo valor residual. d) Normalização dos critérios da avaliação e classificação dos instrumentos financeiros, inclusive derivativos. - A Companhia não possui operações desta natureza. e) Obrigatoriedade de avaliação

periódica da capacidade de recuperação de valores registrados no ativo. - A Companhia avalia periodicamente a capacidade de recuperação de seus ativos. f) Revogação da possibilidade de registrar prêmio recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. - A Companhia não possui operações desta natureza. g) Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro). - A Companhia não possui operações desta natureza. h) Modificação do conceito para valores registrados no diferido. - Os valores residuais, não relevantes, registrados no ativo diferido foram reclassificados para despesas de exercício seguinte por se tratarem de gastos antecipados com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. i) Ajustes a valor presente para os elementos de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como para operações relevantes de curto prazo. - A Companhia não possui operações desta natureza. j) Revogação da possibilidade de constituir novas reservas de reavaliação de ativos. - A Companhia optou por manter registrada a reserva de reavaliação constituída anteriormente à nova Lei até a sua efetiva realização.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COBRA TECNOLOGIA S.A., levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da COBRA TECNOLOGIA S.A., bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COBRA TECNOLOGIA S.A. em 31 de dezembro de 2008 e o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. A situação financeira da Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2008, uma deficiência de capital de giro de aproximadamente R\$ 20.983 mil (R\$ 43.549 mil, em 2007). Apesar de ter, no exercício de 2008, recebido adiantamento para futuro aumento de capital do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 72.900 mil, apresentou um prejuízo de R\$ 8.726 mil, evidenciando operacionalmente dificuldades para manter a continuidade da Companhia. Desta forma os fatos aqui evidenciados devem ser considerados numa avaliação da continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. 5. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de

recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer, sem ressalva, e com a ênfase similar à contida no parágrafo 4 acima, datado de 27 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 18, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. 6. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto. 7. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração das origens e aplicações de recursos que está sendo apresentada para popilar informações suplementares sobre a COBRA TECNOLOGIA S.A., não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil posteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07. Essa demonstração suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2009.

UHY MOREIRA - AUDITORES - CRC RS 3717 S RJ.
HERALDO S.S. DE BARCELLOS - Contador CRC RS 11609 S RJ - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cobra Tecnologia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis e do Relatório da Administração, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e seus prepostos, nas reuniões realizadas no período sob exame, bem como no Parecer da UHY Moreira Auditores, emitido em 6 de fevereiro de 2009, entende que as referidas demonstrações refletem

adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, destaca a ênfase contida no parágrafo nº 4 do mencionado Parecer e recomenda sua aprovação pelos senhores acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Brasília, 13 de março de 2009.
FERNANDO EURICO DE PAIVA GARRIDO
EDUARDO CÉSAR PASA

DIRETORIA

Jorge Wilson Luiz Alves - Presidente
 Duilio José Monroy Cabrejos - Diretor
 José Odilon Gama da Silva - Diretor
 Sérgio Rosa - Diretor
 Octávio Mauro Muniz Freire Alves - Diretor

CONTADOR

Carlos Alberto Loureiro da Silva - CRC-RJ- 064.643/O-2

CONSELHO FISCAL

Fernando Eurico de Paiva Garrido
 Gil Aurélio Garcia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Titulares | Suplentes |
|------------------------------|-----------------------------------|
| Dyogo Henrique de Oliveira | Francisco Mendes de Barros |
| José Luis Prota Salinas | Aldair Gonçalves |
| Pedro Vieira de Sousa Junior | Marco Antonio Ascoli Mastromei |
| Aldo Luiz Mendes | Silvania Godoi Ferreira |
| Nazaré Lopes Bretas | José Roberto de Moraes Rego Paiva |
| | Fernandes Junior |
| | José Francisco Alvarez Raya |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS II

Instituição Líder

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, 20031-923, Rio de Janeiro - RJ

Instituição Administradora

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT D.T.V.M. LTDA.

Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, 04707-910 - São Paulo - SP

Custodiante

BANCO DO BRASIL S.A.

Rua Lélio Gama, nº 105, sala 3801, Centro, 20031-080, Rio de Janeiro - RJ

Consultor Legal

LEVY & SALOMÃO ADVOGADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.601, 12º andar, 01452-924, São Paulo - SP

Auditor

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 4º andar, 20031-000, Rio de Janeiro - RJ

Este Prospecto está disponível no Website:

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555